RELATÓRIO
1988

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

RELATÓRIO 1988

ÍNDICE

ASSUNTOS POLÍTICOS BILATERAIS

ANÁLISE

O ano de 1988 foi marcado por considerável evolução no Plano das Relações Políticas Bilaterais, cuja trajetória reflete o gradual alcance das Metas de Política Externa fixadas pelo Governo.

Nesse sentido, prosseguiu a ação diplomática em seu esforço de permanente avaliação do relacionamento político com os países com os quais o Brasil já mantém laços tradicionais, buscando-se sua dinamização, mediante a identificação de novas áreas de atuação. Tal esforço se viu facilitado notadamente entre os países da Europa Ocidental, EUA e o Japão, pela normalização das relações com a comunidade financeira internacional, como resultado da interrupção da moratória decretada em fev/87. Com a desobstrução desse importante canal de diálogo, prosseguiu o relacionamento bilateral com esses países em direção à convergência de interesses com vistas a atrair contribuição efetiva ao desenvolvimento nacional. Paralelamente a esse esforço, cabe notar, pelas novas perspectivas que se abrem, a gradativa ampliação do raio de ação de nossa política externa, que se volta tanto para o Leste Europeu quanto para a Ásia, em busca de um relacionamento moderno e proporcional à projeção que o país ocupa no cenário internacional.

Na América Latina, a atuação diplomática reflete o fato de ter a região o mais elevado grau de prioridade no âmbito da política externa brasileira. Ressalte-se, em particular, o progressivo adensamento de relações com a Argentina, a Bolívia e a Venezuela, com os quais o Brasil busca aprimorar os instrumentos de cooperação com vistas ao efetivo amadurecimento do processo de integração econômica em curso na região. Na América do Norte, é de se destacar o empenho pela elaboração de uma agenda positiva com os EUA, revertendo o perfil do relacionamento recente, fortemente pautado por contenciosos de natureza comercial.

Na Ásia e Oceania, importante marco no nosso relacionamento bilateral foi a visita presidencial à China, dando continuidade à política de aproximação que se vem esboçando no decorrer dos últimos anos. O Japão, igualmente, ocupou lugar de destaque em nossa atuação na região, com

importantes contribuições ao desenvolvimento nacional, inclusive mediante o novo enfoque japonês de relacionamento com o mundo em desenvolvimento. A intensificação dos laços comerciais com os chamados "Tigres Asiáticos", por outro lado, impõe a necessidade de uma consideração específica de nossa atuação diplomática junto àqueles países.

Com relação ao continente africano, ainda sob o efeito generalizado da grave crise econômica derivada de fatores de ordem climática e financeira, a ação diplomática de maior impacto ocorreu em Angola, onde o Brasil desponta como um dos principais parceiros na tarefa de reconstrução do País, após o término da guerra com a África do Sul. Ressalte-se, ainda, o empenho brasileiro em prol da pacificação do conflito na África Austral, levado a efeito através da ONU. Para os demais países lusófonos, igualmente prioritários na política brasileira em relação à África, mantém-se esforço na montagem de programas específicos de cooperação técnica, com forte efeito multiplicador.

Relativamente ao "Oriente Próximo", a atenção brasileira concentrouse no desenrolar da crise libanesa, bem como na evolução dos fatos que conduziram à criação do Estado da Palestina, proclamado em Argel pelo Conselho Nacional Palestino, em novembro de 88. Igualmente, o fim da longa guerra Irã – Iraque, países com os quais o Brasil mantém importantes laços comerciais, foi saudado pelo Governo brasileiro, cuja atuação imparcial ao longo dos anos de litígio tem sido objeto de reconhecimento pelas nações envolvidas.

Na Europa Ocidental, desponta a Itália como o país com o qual se procura redesenhar o relacionamento, sob novas bases. A dinamização nas relações resultará das atividades previstas no âmbito do Novo Acordo de Cooperação, ora em negociação, e com o qual ambos os países buscam atualizar suas relações, situando-as em proporção aos fortes laços histórico-culturais já existentes e à pujança das suas economias. Quanto à Europa do Leste, marco igualmente importante de nossa atuação externa foi a visita presidencial à URSS, país com o qual se procura redimensionar o relacionamento, guardadas as etapas específicas do desenvolvimento em que cada país se encontra no momento atual.

Na área consular e jurídica, permanecem em destaque as atividades de racionalização e modernização na atuação dos postos, com vistas a assegurar qualidade, rapidez e eficiência dos serviços prestados. Sublinhe-se, nesse sentido, a conclusão de Acordo com o Paraguai que prevê mecanismos para restituição de veículos roubados, no âmbito do Grupo de Cooperação Consular.

AMÉRICAS

A intensa atividade diplomática desenvolvida pelo Presidente da República no continente latino-americano, consolidou, em 1988, as relações do Brasil com os principais países da área.

Nesse contexto, destacaram-se as visitas presidenciais à Bolívia, no mês de julho, e à Argentina, no mês de novembro, que propiciaram um novo escopo para o futuro das relações do Brasil com esses dois países vizinhos, através da assinatura de diversos acordos de cooperação e complementação econômica com a Bolívia, e da assinatura do Acordo de Integração com a Argentina, embrião de um futuro espaço econômico comum latino-americano.

A realização da II Reunião Presidencial do Mecanismo Permanente de Consulta e Concertação Política, no mês de novembro, em Punta del Este, afirmou, nos planos continental e mundial, a dimensão política própria do Grupo dos Oito, evidenciando um momento histórico sem precedentes nas relações interregionais.

Com relação aos Estados Unidos, principal parceiro do Brasil no cenário mundial, definimos, em 1988, a necessidade de elaboração de uma "agenda positiva" que passe, doravante, a balizar as relações bilaterais entre os dois países.

AMÉRICA DO SUL

ARGENTINA

O relacionamento com a Argentina, no ano de 1988, foi marcado pela vinda do Presidente Raúl Alfonsín em 6, 7 e 8 de abril, a que se seguiu a visita, em 28, 29 e 30 de novembro, do Presidente José Sarney a Buenos Aires. Tais encontros ampliaram e aprofundaram o Programa de Integração, contribuindo para colocar num patamar ainda mais elevado o excelente nível de entendimento que tem caracterizado as relações bilaterais. Nesse contexto, cabe mencionar a visita oficial ao Brasil do Chanceler Dante Caputo, em 29 e 30 de agosto. O evento afigurou-se como oportunidade para o exame dos principais temas internacionais de interesse comum, quer na esfera bilateral, quer na esfera multilateral. Por fim, merece destaque a celebração da reunião de consulta sobre temas políticos entre as duas Chancelarias, em 2 de junho. Trata-se de fato inédito na história do relacionamento bilateral, que bem demonstra a profundidade e a maturidade do diálogo brasileiro-argentino no momento atual.

URUGUAI

O relacionamento entre o Brasil e o Uruguai no ano de 1988 manteve o alto nível que o caracteriza. O Ministro da Justiça, Paulo Brossard de Souza Pinto, visitou Montevidéu em 16 de março para representar o Presidente da República nas exéquias do líder do Partido Nacional Wilson Ferreira Aldunate. Por sua vez, o Senador uruguaio, Luis Alberto Lacalle Herrera, candidato pelo setor "Herrerista" do Partido Nacional à Presidência da República, esteve em Brasília, nos dias 21 e 22 de setembro, quando foi recebido pelo Presidente José Sarney. Por ocasião da visita do Presidente argentino Raúl Alfonsín a Brasília, em 06 de abril passado, o Presidente Sanguinetti assinou a Decisão Tripartite nº 1, pela qual o Uruguai associa-se ao Processo de Integração e Cooperação Econômica entre a Argentina e o Brasil, sendo escolhido o setor de Transporte Terrestre como o mais adequado para iniciar o processo de integração tripartite. Celebraram-se a 92ª e a 93ª Reunião da Comissão Mista Brasileiro-Uruguaia para o desenvolvimento da Bacia da Lagoa Mirim, respectivamente de 25 a 28 de maio e em 28 e 29 de novembro de 1988. A Comissão da Lagoa Mirim solicitou em julho último apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento para a reavaliação do Projeto Jaguarão.

PARAGUAI

Dois importantes acordos foram assinados com o Paraguai: um sobre repressão ao tráfico de entorpecentes e outro sobre procedimentos para a restituição de veículos roubados ou furtados, no Brasil ou no Paraguai, e localizados no território da outra parte. O Ministro Roberto de Abreu Sodré visitou Assunção em agosto, chefiando a Missão Especial que representou o Brasil nas cerimônias de posse do Presidente Alfredo Stroessner. Visitaram o Brasil o então Ministro das Relações Exteriores do Pararaguai, Doutor Carlos Saldívar, em março, e o titular daquela Pasta, Doutor Rodney Elpídio Acevedo, em novembro.

CHILE

No que se refere ao Chile, no ano de 1988 não sofreu alteração o tradicionalmente elevado nível das relações brasileiro-chilenas. Os chanceleres dos dois países entrevistaram-se em Quito, em agosto de 1988, por ocasião da posse do Presidente Rodrigo Borja, quando passaram em revista as relações bilaterais e os principais pontos da conjuntura política regional e internacional.

No campo econômico, merece registro o notável incremento do valor das trocas comerciais entre Brasil e Chile, que cresceram, em 1988 , 20% em relação a 1987, atingindo a cifra aproximada de 840 milhões de dólares, o que fez do Brasil o segundo fornecedor do mercado chileno.

BACIA DO PRATA

No âmbito da Bacia do Prata, cabe registrar a celebração, em junho e julho, em Buenos Aires, da III Rodada de Contrapartes Técnicas, englobando os seguintes setores: alerta hidrológico, qualidade das águas, transporte e navegação fluvial, transporte terrestre, recurso solo, ferro e aço e cooperação fronteiriça. Em outubro, em Assunção, realizou-se a IV Reunião de Contrapartes Técnicas sobre Transporte e Navegação Fluvial, para considerar, *inter alia*, temas vinculados ao projeto de Hidrovia nos rios Paraguai e Paraná.

BOLÍVIA

No relacionamento com a Bolívia, o acontecimento mais marcante durante 1988 foi a visita do Presidente da República a La Paz, de 31 de julho a 03 de agosto. A visita marcou a elevação da cooperação bilateral a um novo patamar, tendo, nessa ocasião, sido firmados 11 Atos, enumerados a seguir:

Comunicado Conjunto, que contém um Programa de Ação, o qual especifica atividades a serem desenvolvidas no âmbito da cooperação bilateral;

Ata de Cooperação e Complementação Econômica;

Acordo, por Notas Reversais, para a Construção de Central Hidrelétrica em Cachuela Esperanza;

Acordo, por Notas Reversais, sobre a Utilização do Gás Natural Boliviano;

Acordo, por Notas Reversais, para a Venda de Borracha Boliviana ao Brasil;

Protocolo Adicional ao Convênio de Assistência Recíproca para a Repressão do Tráfico Ilícito de Drogas que Produzem Dependência;

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica na Área do Controle de Endemias;

Memorandum de Entendimento para o Estabelecimento de Programa de Cooperação Técnica;

Acordo para a Supressão de Visto em Passaportes Diplomáticos e de Serviço;

Acordo sobre a Construção da Rodovia Santa Cruz de la Sierra – Corumbá;

Memorandum de Entendimento para a Cooperação no campo da Assistência Social.

No mesmo contexto da visita presidencial, foram firmados, em 17 de junho, Acordo que estabeleceu a Comissão Mista Permanente de Coordenação Brasil – Bolívia e, em 8 de julho, Acordo que criou o Comitê *Ad Hoc* para Questões relativas ao Aproveitamento do Gás Natural Boliviano.

A Comissão Mista Permanente de Coordenação Brasil – Bolívia teve sua Primeira Reunião celebrada em Santa Cruz de la Sierra, em 28 e 29 de novembro. Nessa oportunidade foram inaugurados formalmente os trabalhos de todas as suas nove Subcomissões, que compreendem os mais diversos setores e temas da cooperação bilateral.

O Ministro da Energia e Hidrocarbonetos da Bolívia, Fernando Illanes de la Riva, visitou o Brasil em 06 e 07 de janeiro. Em 14 de abril, o Chanceler Guillermo Bedregal Gutiérrez realizou visita de trabalho a Brasília. Em ambas ocasiões foram discutidos temas do relacionamento bilateral, no contexto da preparação da visita presidencial a La Paz.

SURINAME

O novo Governo da República do Suriname, resultado das eleições realizadas em novembro de 1987 e presidido por Ramsewak Shankar, foi empossado em 25 de janeiro. O Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Roberto de Abreu Sodré, representou o Governo brasileiro na cerimônia de posse. O Brasil acolheu com satisfação o restabelecimento da normalidade democrática no Suriname e empenhou-se, durante o ano de 1988, em dar prosseguimento a sua política de cooperação, destinada a contribuir para que esse país vizinho caminhe em direção ao desenvolvimento econômico.

De 15 a 17 de agosto, celebrou-se em Brasília a III Reunião da Comissão Mista Brasil – Suriname, que tratou de temas do relacionamento bilateral, especialmente nas áreas comercial, econômica, educacional, consular e de cooperação técnica.

O Chanceler Edwin Sedoc, que visitou o Brasil em 17 de agosto, participou da cerimônia de encerramento da III Reunião da Comissão Mista e assinou, pelo Suriname, Acordo para Supressão de Vistos em Passaportes Diplomáticos, de Serviço e Comuns.

VENEZUELA

O relacionamento com a Venezuela vem sendo objeto de acelerado processo de intensificação e adensamento, que tem como parâmetros, presentemente, os objetivos traçados no Programa de Trabalho e no Compromisso de Caracas, firmados por ocasião da visita do Presidente Sarney àquele país, em outubro de 1987.

Celebrou-se em Brasília, de 16 a 17 de maio, a IV Reunião da Comissão de Coordenação Brasil – Venezuela. Concomitantemente a essa reunião, o Ministro das Relações Exteriores da Venezuela, Germán Nava Carrillo, realizou visita oficial ao Brasil. Nessa oportunidade, foram firmados os seguintes Atos:

Acordo sobre Zona *non aedificandi;*

Memorandum de Entendimento para a Construção da Rodovia BR-174, no trecho entre Boa Vista e o Marco BV-8;

Acordo de Co-produção cinematográfica;

Acordo, por Troca de Notas, para a Constituição de um Grupo de Cooperação Consular;

Acordo, por Troca de Notas, para a Instituição de um Programa de Cooperação Técnica;

Acordo, por Troca de Notas, para pôr em vigor Protocolo para o Transporte de Passageiros por Rodovias na Fronteira.

Em 8 e 9 de outubro, o Presidente Jaime Lusinchi, convidado pelo Presidente José Sarney, realizou visita informal a São Luís e Trombetas. Nesse encontro, que não contou com agenda previamente estabelecida, os dois mandatários tiveram a oportunidade de passar em revista os principais temas da cooperação bilateral, bem como outros assuntos de interesse mútuo.

Em cumprimento ao estabelecido no Compromisso de Caracas, celebrou-se em Caracas, de 09 a 11 de novembro, uma Reunião Extraordinária da Comissão de Coordenação Brasil – Venezuela. Simultaneamente, o Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Roberto de Abreu Sodré, visitou oficialmente a Venezuela.

COLÔMBIA

No cenário do relacionamento bilateral Brasil – Colômbia, o destaque coube, em 1988, à visita do Presidente da República a Bogotá, nos dias 7, 8 e 9 de fevereiro. As conversações levadas a cabo contribuíram para intensificar ainda mais as relações entre ambos os países, havendo sido firmados, na ocasião, dez instrumentos, como se segue:

1. Declaração Conjunta Brasil – Colômbia;

2. Convênio sobre Construção, Ampliação e Financiamento de Obras Aeroportuárias a serem executadas nas cidades de Letícia, Mitú e Puerto Inírida;

3. Memorandum de Entendimento em Matéria de intercâmbio e Cooperação na Área de Carvão;

4. Convênio Complementar ao Tratado de Amizade e Cooperação relativo à Cooperação em Assuntos de Petróleo;

5. Convênio Complementar ao Acordo de Cooperação Amazônica sobre Cooperação no Desenvolvimento dos Recursos Minerais na Área de Fronteira;

6. Memorandum de Entendimento sobre Cooperação no Setor Ferroviário;

7. Memorandum de Entendimento para a Cooperação em Matéria de Promoção Comercial;

8. Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica no Campo das Atividades Espaciais;

9. Acordo sobre Sanidade Animal para o Intercâmbio de Animais e Produtos de Origem Animal; e,

10. Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica sobre Intercâmbio de Experiências em Cooperativismo.

No dia 16 de abril, o Presidente Virgilio Barco visitou informalmente o Projeto Carajás, onde foi recebido pelo Presidente José Sarney.

Demonstrando o empenho do Governo brasileiro em pôr em prática os compromissos assumidos por ocasião do Encontro Presidencial, foi assinado, em 20 de abril de 1988, o Decreto nº 95.939, estabelecendo o Núcleo Governamental Coordenador, encarregado de acompanhar e coordenar a execução dos instrumentos então firmados. Desde então têm-se realizado, no Brasil e na Colômbia, encontros com vista a pôr em prática as ações ali previstas.

Nos dias 3 a 6 de outubro, em Brasília, realizou-se a Segunda Reunião da Comissão Mista do Acordo de Cooperação Amazônica Brasileiro – Colombiana, durante a qual foram discutidos aspectos ligados à cooperação técnica, científica e tecnológica, à saúde, aos transportes aéreos, à mineração, à navegação fluvial e à cooperação fronteiriça.

Quanto à cooperação fronteiriça, efetuaram-se reuniões no âmbito do Plano-Modelo Brasileiro-Colombiano para o Desenvolvimento Integrado das Comunidades Vizinhas ao Eixo Tabatinga – Apaporis, nas seguintes ocasiões:

1. Manaus, 25, 26 e 27 de maio – II Reunião da Comissão Executiva;

2. Letícia, 8 a 12 de agosto – Reunião das Unidades Técnicas brasileira e colombiana;

3. Brasília, 3 a 6 de outubro – III Reunião da Comissão Executiva e Reunião das Unidades Técnicas, no âmbito da Reunião da Comissão Mista do Acordo de Cooperação Amazônica Brasileiro-Colombiano.

PERU

Como desdobramento das propostas constantes do Programa de Ação de Porto Maldonado, assinado em julho de 1987 pelos presidentes José Sarney e Alán García Perez, realizou-se em Rio Branco, Acre, nos dias 31 de maio e 1º e 2 de junho de 1988, a Primeira Reunião do Grupo de Trabalho sobre Cooperação Fronteiriça da Comissão Mista de Cooperação Amazônica Brasileiro-Peruana, havendo sido discutidos temas relativos à saúde, à cooperação técnica, ao trânsito de pessoas, veículos e mercadorias, ao comércio fronteiriço, à interconexão viária Brasil – Peru, e ao plano Iñapari – Assis Brasil de Cooperação Fronteiriça.

No dia 3 de dezembro de 1988, o Ministro Abreu Sodré assistiu, na companhia do Chefe de Estado peruano e de outras altas autoridades daquele país, à inauguração da Hidrelétrica de Charcani V, executada pela Construtora Norberto Odebrecht, com financiamento brasileiro da ordem de US$ 140 milhões, provavelmente o mais importante empreendimento já realizado pelo Brasil no Peru.

EQUADOR

O relacionamento do Brasil com o Equador em 1988 caracterizou-se, em termos gerais, pela cordialidade. Foi celebrada, em Quito, nos dias 3 e 4 de março de 1988, a Reunião da Subcomissão Técnica de Transportes dedicada ao tema da Via Interoceânica. A Reunião em apreço constituiu uma oportunidade para a análise, pelos dois países, de formas possíveis de cooperação bilateral na retomada de projeto que é considerado de grande importância pelo Equador.

2. Este clima positivo refletiu-se, igualmente, no comparecimento do Chanceler Abreu Sodré à posse do novo Presidente do Equador, Rodrigo Borja, em 10 de agosto, e no convite formulado pelo Presidente Borja ao Presidente José Sarney para que este visite o Equador.

3. Este quadro bilateral favorável não esteve isento de dificuldades, notadamente no campo dos transportes marítimos. Foi celebrada, em Quito,

de 12 a 14 de abril de 1988, a III Reunião de Consulta Marítima, durante a qual ficou patente a insatisfação equatoriana com a aplicação do princípio da reserva de carga meio a meio entre as bandeiras dos dois países, visto como prejudicial ao Equador. Esta insatisfação acabou por levar o Equador a denunciar, em outubro, o Convênio de Transporte Marítimo, em vigor desde 1982.

4. Constituíram motivos de fricção entre os dois países o permanente desequilíbrio da balança comercial em detrimento do Equador e os atrasos de pagamento equatoriano no âmbito do Convênio de Créditos Recíprocos (CCR), os quais prosseguiram a despeito do reescalonamento acordado em junho de 1988 pelos Bancos Centrais do Brasil e do Equador.

5. Em abril, foram assinados contratos entre a Interbrás e a Empresa Municipal de Água Potável de Quito, para a execução das obras relativas aos projetos Noroccidente e Suroccidente. Na mesma época, foi negociada a venda de equipamentos rodoviários para o Ministério de Obras Públicas do Equador. Tais projetos somaram-se a outros já em andamento, com financiamento da CACEX, que constituem importante fator de aproximação entre os dois países.

TRATADO DE COOPERAÇÃO AMAZÔNICA

O ano de 1988 foi marcado pela celebração, em Brasília, no período de 16 a 18 de março, da III Reunião Ordinária do Conselho de Cooperação Amazônica, ocasião em que o Brasil passou à Colômbia as funções de Secretaria *pro tempore* do Conselho. Durante a Reunião foram aprovadas diversas decisões de interesse para os Países-Membros do Tratado de Cooperação Amazônica, em diversas áreas, tais como saúde, meio ambiente, navegação, telecomunicações, ciência e tecnologia, etc.

2. Durante o ano foram celebrados, igualmente, os seguintes seminários: Primeiro Encontro Técnico sobre Balanço Hídrico da Amazônia (Manaus, 15 a 17 de agosto); Seminário sobre Populações Indígenas Fronteiriças (Bogotá, 25 a 27 de outubro); e a Instalação e Primeira Reunião da Comissão Especial de Saúde da Amazônia (CESAM) (Bogotá, 8 a 10 de novembro).

GUIANA

Brasil e Guiana experimentaram, durante o ano de 1988, momentos importantes em suas relações bilaterais. Em 4 de julho, deu-se a vinda ao Brasil de missão governamental e técnica de alto nível, chefiada pelo Diretor

de Cooperação Econômica Internacional da Presidência, Doutor Cecil Rajana, com o objetivo de passar em revista e aprimorar a gama de temas ligados à cooperação bilateral. Em 15 de setembro visitou Georgetown o Chanceler Sodré, ocasião em que se concluíram os seguintes acordos: Acordo sobre Prevenção, Controle, Fiscalização e Repressão ao Uso Indevido e ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas; o Acordo, por Troca de Notas, que põe em vigor o Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Tecnológica e o Acordo, também por Troca de Notas, sobre a Constituição de Grupos *ad hoc* de Informação e Acompanhamento, que permitirão o monitoramento ágil das ações conjuntas propostas no programa de trabalho de Georgetown, igualmente firmado naquela visita.

2. Um dos resultados mais importantes das visitas e dos acordos firmados em 1988 se refere à disposição mútua de intensificar os contatos políticos bilaterais em todos os níveis, prevendo-se para o ano de 1989 encontros presidenciais em Georgetown e em Brasília.

COOPERAÇÃO FRONTEIRIÇA

Tiveram prosseguimento, em 1988, as iniciativas de cooperação fronteiriça promovidas no âmbito da Divisão. Trata-se, mais especialmente, dos chamados Planos-modelos de Desenvolvimento Integrado de Comunidades Vizinhas na Fronteira Amazônica. O primeiro desses Planos, com a Colômbia, refere-se à área geográfica definida em torno do eixo geodésico Tabatinga – Apaporis, e às comunidades vizinhas que lá se encontram. O segundo desses planos, com o Peru, se define em torno das comunidades de Iñapari – Assis Brasil. Em 1988, com a Bolívia, foram igualmente estabelecidos os planos de desenvolvimento integrado para as comunidades de Brasiléia – Cobija; Guajaramerim – Guayaramerín; Costa Marques – San Ramón – San Joaquín; e Cáceres – San Matias.

AMÉRICA CENTRAL E CARIBE

Na qualidade de membro do Grupo de Apoio a Contadora, o Brasil participou da Comissão Internacional e Verificação e Acompanhamento (CIVA), criada pelo Procedimento de Esquipulas II, e que, em janeiro de 1988, elaborou relatório sobre os avanços logrados pelos cinco países centro-americanos no processo de pacificação regional. A reunião de cúpula dos Presidentes centro-americanos, realidade em São José, no dia 16 de janeiro, transferiu à Comissão Executiva integrada pelos Chanceleres da região a função principal de verificação, controle e acompanhamento de todos os compromissos contidos no Procedimento de Esquipulas II, reco-

nhecendo, não obstante, a "dedicação e esforço para coadjuvar o cumprimento dos acordos" por parte da CIVA.

O Brasil acompanhou com preocupação, durante o ano, o relativo estancamento do processo de paz na região. O quadro geral da área em 1988 indicou a persistência de problemas, em todos os cinco países, que com maior ou menor intensidade perturbaram o clima político regional e retardaram o cumprimento do acordado.

Prestando a sua contituição no âmbito do Compromisso de Acapulco, firmado em 29 de novembro de 1987 pelos Presidentes dos países que compõem o Mecanismo Permanente de Consulta e Concertação Política, o Brasil propôs aos cinco países centro-americanos iniciar negociação, com vistas à assinatura de Acordos de Alcance Parcial, com os quais se visa a estimular o comércio bilateral entre cada um daqueles países e o Brasil. Igualmente, foram renegociadas as dívidas da Nicarágua e da Costa Rica para com o Brasil, em termos favoráveis para aqueles países.

No nível bilateral, cumpre ressaltar a escolha da Costa Rica como sede de um "plano piloto" de cooperação com a região centro-americana. O projeto, desenvolvido pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC), inclui programas articulados de cooperação técnica, comercial, cultural e econômica entre os dois países, facilitando o aproveitamento mais completo e coordenado do grande potencial existente nessa área.

O marco político do "plano piloto" de cooperação Brasil – Costa Rica foi a visita oficial do Chanceler daquele país, Rodrigo Madrigal Nieto, a Brasília, nos dias 18 e 19 de julho, ocasião em que se analisaram, em alto nível, os diversos aspectos do relacionamento entre os dois países.

Até o momento, foram detectados os seguintes campos prioritários para a cooperação bilateral Brasil – Costa Rica: energia, habitação, capacitação na área de recursos humanos e cooperação cultural.

PANAMÁ

Em 26 de fevereiro de 1988 o Panamá foi suspenso do Mecanismo Permanente de Consulta e Concertação Política (Grupo dos Oito), por decisão consensual dos países que compõem o Grupo. A suspensão decorreu da verificação de problemas institucionais internos naquele país, que culminaram com a substituição do Presidente Eric Arturo Delvalle pelo atual Ministro Encarregado da Presidência Manuel Solis Palma.

No nível bilateral, contudo, não houve interrupção nas relações Brasil – Panamá que continuaram corretas e cordiais no decorrer do ano. O Brasil propôs, também ao Panamá, a negociação de um Acordo de Alcance Parcial, no âmbito da ALADI, com vistas a estimular o comércio bilateral. Ademais, em virtude das sérias dificuldades enfrentadas pelo país, que afetavam inclusive o atendimento de saúde ao povo panamenho, o Governo brasileiro autorizou a doação, por intermédio da CEME, em agosto de 1988, de um lote de medicamentos para uso odontológico ao Panamá.

CUBA

As diversas visitas realizadas por autoridades do Brasil a Cuba e vice-versa, durante o ano de 1988, ilustram o mútuo interesse na consolidação das relações bilaterais, retomadas em junho de 1986.

Logo em janeiro, visitou oficialmente o Brasil o Ministro cubano das Relações Exteriores, Isidoro Malmierca, em retribuição à visita realizada a Cuba, em março de 1987, pelo Chanceler Roberto de Abreu Sodré. Em abril, o Brasil acolhia o Vice-Presidente da República de Cuba, Carlos Raphael Rodriguez, ocasião em que se firmou, entre os dois países, um Acordo de Cooperação Cultural, atualmente em processo de ratificação no Congresso Nacional. Em outubro, seria a vez do Embaixador Miguel Brugueras, Vice-Chanceler para Assuntos Culturais e de Imprensa, convidado especialmente pelo Governo brasileiro para uma troca de impressões sobre a América Central, a América Latina e as relações Leste-Oeste.

Enviados pelo Governo brasileiro, visitaram Cuba os Ministros da Ciência e Tecnologia, Luiz Henrique, da Previdência Social, Renato Archer, e da Saúde, Borges da Silveira, que regressaram bem impressionados com as possibilidades de cooperação bilateral, sobreturo na área científico-tecnológica. Por ocasião da visita do Ministro Borges da Silveira, Brasil e Cuba firmaram um Protocolo de cooperação na área de saúde e prevenção de doenças infecto-contagiosas, particularmente da meningite do tipo B, contra as quais a tecnologia cubana desenvolveu, pioneiramente, vacina com reconhecido grau de eficácia. Já nos últimos dias de 1988, o Presidente José Sarney designava o Ministro da Agricultura Íris Rezende seu representante nas comemorações do trigésimo aniversário da Revolução cubana.

CARIBE ANGLÓFONO

As relações internacionais dos países do Caribe anglófono encontram-se ainda pouco estratificadas, abstraindo-se o relacionamento especial, de ordem econômica e cultural, que mantêm com as antigas metrópoles. O

Brasil tem procurado conhecer melhor esses países e ampliar sua ação diplomática na área. Para tanto, dispõe de Embaixadas em Bridgetown (Barbados), Kingston (Jamaica) e Port-of-Spain (Trinidade e Tobago), cujo regime de cumulatividades consolidou-se em 1988, quando foram cumulativamente credenciados: em Saint John's (Antígua e Barbuda) e Basseterre (São Cristóvão e Névis), o Embaixador em Bridgetown; em Nassau (Bahamas), o Embaixador em Kingston; em Castries (Santa Lúcia) e Roseau (Dominica), o Embaixador em Port-of-Spain; e em Saint Georges (Granada) e Kingstown (São Vicente e Granadinas), o Embaixador em Georgetown (Guiana). A rede diplomática brasileira na região foi complementada, em 1988, com a designação de Cônsules Honorários em Willemstad (Curaçao) e Oranjestad (Aruba).

Em abril de 1988, o Embaixador Dário Moreira de Castro Alves, na qualidade de Enviado Especial do Presidente da República, realizou missão de aproximação do Brasil com os países caribenhos anglófonos, membros da Organização dos Estados Americanos.

O objetivo era o de buscar um estreitamento das relações do Brasil com aqueles países, mormente por meio do incremento da cooperação técnica e em outros campos.

O relatório final da missão destacou a necessidade de fomentar o envio de missões comerciais que ajudem a busca da concretização de negócios na região, bem como a de, no campo da cooperação, conceder ênfase aos setores da agricultura, do esporte, da formação de recursos humanos, da indústria, do turismo, da energia, do saneamento e da promoção comercial.

O Brasil procurou atender às solicitações de cooperação provenientes dos países da área. O Comunicado Conjunto assinado pelo Chanceler Abreu Sodré na sede do CARICOM, em 16 de setembro de 1988, por ocasião de sua visita oficial à Guiana, além de demonstrar a confiança brasileira em que a Comunidade do Caribe está no caminho certo, reafirma nossa disposição de aprofundar e fortalecer a cooperação com os países caribenhos.

Um bom exemplo dessa disposição foi a assinatura, em março de 1988, de um Convênio para o Intercâmbio Acadêmico entre a Universidade das Índias Ocidentais, de Trinidade e Tobago, e a Fundação Universidade de Brasília.

Finalmente, cabe mencionar a doação realizada pelo Governo brasileiro ao Governo da Jamaica, como ajuda humanitária destinada a minorar os dramáticos efeitos da passagem do Furacão "Gilbert" por aquele país, no mês de setembro.

AMÉRICA DO NORTE

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

No último ano da Administração Ronald Reagan, as relações com os Estados Unidos da América mantiveram a sua pluralidade e abrangência. Os vínculos econômico-comerciais, científico-tecnológicos, culturais e financeiros existentes entre os dois países tornam os EUA o principal parceiro do Brasil e lhe asseguram uma importância singular em termos de política externa brasileira. Nesse contexto, continuaram convivendo fatores de convergência e de dissenso, compreensiveis e justificáveis, uma vez que as políticas oriundas de Brasília e de Washington se fundam em distintos complexos de interesses nacionais.

Diversas visitas de congressistas, como a dos senadores Christopher Dodd e Paul Sarbanes (16 de dezembro), assinalaram o reconhecido interesse norte-americano em conhecer melhor os rumos da consolidação democrática brasileira. A realização da 9ª Reunião Anual de Consultas Bilaterais para Assuntos de Segurança (Brasília, 16 a 22 de outubro), bem como a visita do Secretário de Defesa Frank Carlucci (17 a 21 de novembro), atualizaram os contatos na área militar. A cooperação prestada pelo Governo norte-americano na viabilização do acordo brasileiro com os bancos credores, no tocante à concessão do empréstimo-ponte e à aprovação de nossos pleitos junto ao FMI, BIRD e Clube de Paris, foi indicativa de um grau mais amplo de compreensão da nossa realidade. Por sua vez, a visita oficial do Secretário de Estado George Schultz (4 a 8 de agosto) ilustraria a inexistência de problemas tipicamente políticos entre os dois Governos.

No entanto, para uma faixa considerável da opinião pública brasileira, o traço marcante do relacionamento bilateral há de ter sido os casos contenciosos no âmbito comercial. Se as negociações relativas à informática conseguiram desanuviar o panorama e dirigir a pendência no rumo da normalidade, novas retaliações, como, por exemplo, aquelas na área da indústria farmacêutica brasileira, reanimaram animosidades, recolocando a tônica no lado negativo.

Sentiu-se de forma aguda a conveniência de desacentuar os conflitos de interesses que surgem, quase inevitavelmente, no relacionamento comercial – em função no mais das vezes do próprio crescimento do Brasil e do conseqüente aumento da competitividade externa dos nossos produtos – e de assegurar um diálogo mais fluido, sublinhando a colaboração e reduzindo as recriminações e ameaças de retaliações.

Com o obejtivo de explorar as possibilidades dessas mudanças qualitativas no diálogo bilateral, missão chefiada pelo Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima, Secretário-geral das Relações Exteriores, visitou os EUA, de 23 de outubro a 1º de novembro, e manteve conversações com autoridades norte-americanas na Casa Branca, no Departamento de Estado, no Departamento do Comércio e no Departamento de Agricultura, entre outros. A missão concluiu ser viável e necessário restabelecer uma agenda positiva, recriando, em novas bases, as condições de confiança mútua no relacionamento entre Brasil e Estados Unidos. Para tanto, instituiu-se no Itamaraty um grupo de trabalho interdepartamental, encarregado de avaliar e sugerir aperfeiçoamentos nos métodos de trabalho diplomático, de maneira a maximizar o aproveitamento das oportunidades existentes, com os recursos disponíveis.

CANADÁ

As relações com o Canadá transcorreram dentro do padrão tradicional de correção. Demonstrando certa sensibilidade para a problemática das economias latino-americanas e caribenhas, o Primeiro-Ministro Brian Mulroney fez questão de endereçar ao Secretário-geral da OEA uma carta relatando os esforços que teriam sido feitos, por ocasião da Conferência de Cúpula de Toronto entre os sete maiores países industrializados do Ocidente, com relação, particularmente, à questão da dívida externa. Na carta, o Chefe do Governo canadense indicava ter sido aquela a primeira oportunidade em que os sete enumeravam suas prioridades sobre a matéria, assinalando a necessidade da busca de ajustes estruturais, capazes de promover o crescimento, prioridade que os países industrializados e entre eles, marcadamente o Canadá, compartilhariam com os países em desenvolvimento.

Nas relações específicas com o Brasil, cabe registrar as visitas do Ministro M. Epp, titular da pasta da Saúde Nacional e do Bem-Estar Social, realizada em janeiro, e, em junho, a do Embaixador Richard Gorhan, representante itinerante na América Latina, demonstrativas, ambas, do desejo canadense de ampliar as suas relações com o Brasil e com o subcontinente latino-americano, caracterizadas, ainda hoje, pela reduzida densidade política, a despeito de sua considerável relevância econômica.

MÉXICO

No último ano do Governo do Presidente Miguel de la Madrid, Brasil e México continuaram apresentando perspectivas relativamente semelhantes em diferentes temas da realidade internacional e regional, tais como a

a paz, a reforma da ordem econômica internacional, a defesa dos preços das matérias-primas, o tratamento político da dívida externa, a questão do direito do mar e da proteção internacional dos direitos humanos e liberdades fundamentais do homem. Ambos os países seguiram expressando, igualmente, a sua preocupação quanto ao clima das relações internacionais e à tendência de a confrontação entre as superpotências se refletir, equivocadamente, em conflitos locais. Nesse sentido, defenderam vigorosamente os princípios de autodeterminação dos povos e de não-intervenção em assuntos de outros países. No tocante às tensões e focos de instabilidade que se verificam no hemisfério, e especialmente na América Central, Brasil e México emprestaram a sua colaboração à Comissão Internacional de Verificação e Acompanhamento (CIVA) que, em janeiro, elaborou relatório sobre os avanços realizados pelos cinco centro-americanos no contexto do Procedimento de Esquipulas II. O bom entendimento brasileiro-mexicano manisfetou-se, desde logo, nas reuniões de nível técnico e na cúpula presidencial de Punta del Este, realizada em outubro, no âmbito do Mecanismo Permanente de Consulta e Concertação Política (Grupo dos Oito).

Extremamente densas e complexas, as relações entre o Brasil e o México, regidas por amplo e variado arcabouço jurídico, englobaram todas as áreas de intercâmbio e cooperação, a despeito das dificuldades econômico-financeiras de um lado e de outro. Para ilustrar a disposição brasileira de preservar o alto nível das relações bilaterais, o Presidente José Sarney houve por bem designar a Senhora Marly Sarney para representá-lo na cerimônia da posse do Presidente Carlos Salinas de Gortari, em 1º de dezembro.

FRONTEIRAS

Dentro de sua competência, o Itamaraty deu prosseguimento, através das Comissões Demarcadoras de Limites, à atividade de demarcar e caracterizar as fronteiras internacionais do país, cujo perfil territorial foi definido por negociações diplomáticas.

Essa incumbência é exercida em bases bilaterais, conforme estipulado em atos internacionais a que estamos obrigados. Assim, realizaram-se reuniões das Comissões Mistas com Argentina, França, Paraguai, Uruguai e Venezuela.

Em decorrência, foi executada campanha de adensamento dos marcos na fronteira com a Venezuela, no divisor de águas da Serra Paracaima. Procedeu-se ainda a inspeção conjunta na fronteira com a Argentina e com o Paraguai, determinando-se as coordenadas geográficas exatas dos marcos, dentre os quais todos os principais, por rastreamento por efeito Toppler.

ÁSIA E OCEANIA, ÁFRICA E ORIENTE PRÓXIMO

ÁSIA E OCEANIA

Durante 1988, as atividades do Ministério das Relações Exteriores, no que se refere à área de competência do Departamento da Ásia e Oceania, foram marcadas por importantes acontecimentos, que muito deverão contribuir para a intensificação e adensamento das relações do Brasil com aquela parte do globo.

Entre os eventos, teve especial destaque a visita presidencial – precedida pela do Chanceler brasileiro – à República Popular da China, a primeira realizada por um Chefe de Estado brasileiro àquele país. Para as celebrações do 80º Aniversário da Imigração Japonesa, esteve no Brasil o Príncipe Fumihito, representando a Casa Imperial, bem como expressivo número de autoridades provinciais, parlamentares e outras personalidades nipônicas.

No decorrer do ano, registraram-se várias outras visitas de alto nível, cabendo destacar: do lado brasileiro, a do Ministtro da Cultura, às Filipinas; do Ministro da Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente, à Indonésia; do Ministro do Exército, à China; do Ministro da Fazenda, ao Japão; do Secretário-geral das Relações Exteriores, ao Paquistão. Entre os hóspedes ilustres, recebidos no Brasil, merecem especial menção: Ministro de Obras Públicas da Malásia, Ministra Associada dos Negócios Estrangeiros da Nova Zelândia e, em caráter particular, o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Malásia.

Significativamente, a região em apreço, no seu conjunto, passou a ocupar, em 1988, o terceiro lugar entre os principais importadores de produtos brasileiros.

CHINA

Em 1988 foram intensos e de alto nível os contatos mantidos entre a RPC e o Brasil. O Ministro das Relações Exteriores, o Ministro do Exército

e o Presidente da República visitaram aquele país, respectivamente em maio, junho e julho. Realizaram-se ainda, em outubro, duas reuniões de Comissão Mista em Pequim: Comercial e de Ciência e Tecnologia, cabendo a chefia das delegações brasileiras ao Subsecretário-geral para Assuntos Econômicos e Comerciais.

2. O Ministro das Relações Exteriores visitou a China atendendo a convite que lhe fora formulado em 1987 pelo Governo chinês, e, na oportunidade, chefiou a delegação brasileira à Segunda Reunião de Consultas Políticas Bilaterais. Durante a reunião, os Chanceleres dos dois países passaram em revista as principais áreas do relacionamento bilateral, dentre as quais, com destaque, a cooperação científica e tecnológica, comercial e temas da atualidade internacional.

3. Em junho, o Ministro do Exército visitou a RPC. Sua visita teve por objetivo manifestar politicamente, e em alto nível, o interesse do Exército brasileiro em estabelecer vínculos de amizade com o Exército Popular de Libertação da China e de transmitir o nosso propósito de cooperação para eventual transferência de tecnologia entre as duas partes, com vistas ao desenvolvimento das respectivas indústrias bélicas.

4. O Presidente da República visitou a China, de 3 a 8 de julho. Fizeram parte da sua comitiva o Ministro da Aeronáutica, de Ciência e Tecnologia, da Reforma Agrária e da Irrigação. Durante a sua visita foram assinados vários acordos e convênios entre os Governos dos dois países. Dentre esses destaca-se o Protocolo sobre Pesquisa e Produção de Satélite de Recursos da Terra sino-brasileiro. Nos contatos mantidos entre o Ministro da Aeronáutica e o seu homólogo chinês, transpareceu o fato de que a RPC está disposta crescentemente com o Brasil como meio de contrabalançar as restrições à aquisição de tecnologia avançada imposta pelos países desenvolvidos. Foram os seguintes os demais acordos assinados durante a visita presidencial:

I – Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica sobre Cooperação no Campo da Pesquisa Científica e Desenvolvimento Tecnológico no Setor de Transportes.

II – Protocolo de Cooperação na Área de Tecnologia Industrial.

III – Acordo Consular.

IV – Convênio de Cooperação Científica e Tecnológica entre o Brasil e a China na Área de Fármacos destinados ao cambate a grandes endemias.

V – Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre o Brasil e a China, em Matéria de Energia Elétrica, incluindo a Energia Hidrelétrica.

VI – Memorando de Entendimento para a Cooperação no Campo da Assistência Social entre a Fundação Legião Brasileira de Assistência e a "China Association for SOS Children Village".

VII – Convênio entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da RPC sobre Cooperação no Domínio da Medicina e dos Fármacos Tradicionais.

VIII – Acordo de Intercâmbio Noticioso entre as Agências EBN e XINHUA.

5. Realizaram-se em outubro duas reuniões de Comissão Mista: a III de Ciência e Tecnologia e a V Comercial.

6. De 17 a 19 de outubro realizou-se a III Comissão Mista de Cooperação Científica e Tecnológica. O Chefe do Departamento de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica chefiou a delegação brasileira. Durante os trabalhos da reunião ficou registrada a importância da cooperação bilateral para ambos os países.

Foi ressaltado que tanto o Brasil quanto a RPC têm interesse especial no desenvolvimento de projetos de alta tecnologia, cujo melhor exemplo consubstanciou-se na assinatura do Protocolo de Pesquisa e Produção do Satélite Sino-brasileiro.

7. O Chefe do Departamento da Ásia e Oceania chefiou a delegação brasileira durante os trabalhos da V Comista Comercial. A reunião teve por objetivo analisar os obstáculos a um maior desenvolvimento do comércio entre os dois países, diversificando e expandindo importações e exportações. Durante a sua realização ambos os lados concordaram com a necessidade de alcançar um nível mais alto no intercâmbio comercial. Com esse objetivo em mente foram identificados novos produtos e estabelecidas quotas a serem atingidas por alguns deles nos próximos dois anos.

8. Em agosto, assumiu suas funções em Pequim o primeiro Adido Militar brasileiro. Completou-se, assim, o processo iniciado em fevereiro de 1987, com a assinatura do Decreto nº 94.046, que criava a referida adidância. O Adido Militar chinês já se encontra no Brasil.

9. A seguir, encontra-se relação de visitas das principais missões chinesas ao Brasil, em 1988:

No mês de março esteve no Brasil missão do "China Council for Promotion for International Trade" (CCPIT). A missão, chefiada pelo Senhor Jia Shi, Presidente do CCPIT, teve por objetivo elevar os níveis de comércio bilateral. Visitou Manaus, Brasília, Rio de Janeiro, São Paulo e Vitória.

Em junho visitou o Brasil o Diretor do Escritório de Estudos de Reformas Políticas do Comitê Central do Partido Comunista Chinês, Senhor Bao Tong. Veio acompanhado de missão do Partido Comunista Chinês, em retribuição a visita oficial de delegação do PMDB à RPC.

Em julho visitou o Brasil o Chefe da Divisão de Administração de Investimentos Estrangeiros do Ministério das Relações Econômicas e de Comércio Exterior. O objetivo de sua viagem foi conhecer a experiência brasileira com investimentos estrangeiros diretos.

Em agosto veio ao Brasil missão do Ministério das Finanças da RPC, para participar da 1ª Rodada de Negociação sobre o Acordo para evitar a Dupla Tributação entre Brasil e China.

Em setembro esteve no Brasil delegação da "Guandong cane sugar and paper Industries Co." com objetivo de conhecer e, eventualmente, adquirir tecnologia açucareira.

Em outubro visitou o Brasil missão chinesa com o objetivo de estabelecer contatos com empresas brasileiras nos setores de alimentação e fármacos com vistas a preparar seminário conjunto RPC – Brasil – Argentina e Uruguai, a ser realizado na China, em março de 1989. Ainda em outubro veio ao Brasil delegação da "Shenzhen Petroleum Chemical Industrial Corporation", com o objetivo de finalizar negociações com a Braspetro, relativas à implantação de uma refinaria e um complexo petroquímico na Província de Shenzhen.

Em novembro esteve no Brasil o Vice-Ministro da Indústria Eletrônica e de Construção de Máquinas, com o objetivo de avaliar as oportunidades de comércio e de cooperação científica e tecnológica no setor.

As principais missões brasileiras que visitaram a RPC, em 1988, foram:

De 17 de fevereiro a 6 de março visitou a RPC missão técnica do Instituto de Pesquisas Espaciais (INPE). A missão participou de reuniões na

Academia Chinesa de Tecnologia Espacial (CAST) com o objetivo de definir as responsabilidades nos trabalhos de desenvolvimento do satélite de sensoreamento remoto sino-brasileiro.

Em maio visitou a RPC missão brasileira chefiada pelo Senhor Otacílio de Miranda, Diretor do Grupo SIDERBRÁS, e integrada por representantes da COSIPA, USIMINAS, E CSN. O objetivo da missão foi negociar fornecimento de aços planos para a RPC, em negociações com a "China National Metals/Minerals Export/Import Corporation" (MINMETALS).

Em setembro visitou a RPC uma missão do Ministério da Saúde - Fio Cruz - CPQAB (Centro Pluridisciplinar de pesquisas Químicas e Biológicas da Universidade de Campinas). O objetivo da missão foi o de estabelecer contatos e visitar vários institutos ligados à medicina e indústria farmacêutica em Pequim, Shanghai, Kuming e Cantão. A visita também possibilitou a preparação de pré-projeto de cooperação na área de fitofármacos.

Em outubro, visitaram a RPC o Dr. Manoel Moacélio de Aguiar Mendes e Dr. Fernando Paschoal Guerra, respectivamente Presidente e Diretor de Desenvolvimento da SIDERBRÁS. Durante a sua visita foi assinado Acordo Comercial entre a SIDERBRÁS e a MINMETALS, para fornecimento à China de 300 mil toneladas de aço em 1989 e 340 mil toneladas em 1990. Foi igualmente assinado, na ocasião, um Protocolo de Intenção entre a SIDERBRÁS, a "China National Coal Import and Export Corporation" e a MINMETALS, pelo qual a parte brasileira manifestou sua intenção de importar da China 300 mil toneladas de carvão metalúrgico em 1989 e 400 mil toneladas em 1990.

ÍNDIA

Refletindo as boas perspectivas existentes para a cooperação entre o Brasil e a Índia, no campo da ciência e tecnologia, os eventos de maior destaque, no relacionamento entre os dois países, em 1988, estiveram ligados a essa área específica.

Assim, visitou o Brasil, em julho, o professor M.G.K.Menon, Conselheiro Científico do Primeiro-Ministro da Índia e Membro da Comissão de Planejamento do Governo daquele país, com o objetivo de participar do Encontro do Conselho Governamental da Universidade das Nações Unidas.

Na oportunidade, manteve contatos com o Ministro da Ciência e Tecnologia, quando tomou conhecimento das prioridades brasileiras e, por

sua vez, prestou informações sobre o desenvolvimento de seu país, nesse mesmo setor.

Seguiu-se a visita, no mesmo mês, do Secretário do Governo da Índia para o Departamento de Eletrônica Dr. K.P.P. Nambiar, atendendo a convite da SID Informática. Entrevistou-se com o Secretário-geral do MCT. Foi recebido pelo Presidente Sarney.

Por último, ao ensejo da primeira exposição/conferência da Índia sobre biotecnologia – Biotek-Índia 88 – realizada em outubro em Nova Delhi, o Embaixador do Brasil em Cingapura, Amaury B. Portos de Oliveira, proferiu palestra, na sessão inaugural, que teve por título "Biotecnologias e Desenvolvimento".

PAQUISTÃO

O Secretário-geral das Relacões Exteriores participou da Reunião Informal de Ministros de Comércio, realizada em Islamabad, nos dias 2 e 3 de outubro, quando também teve a oportunidade de realizar consultas bilaterais, a convite do Governo paquistanês.

Durante a visita, o Secretário-geral assinou o Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre o Brasil e o Paquistão.

De 6 a 12 de novembro de 1988, visitou o Brasil uma missão militar paquistanesa composta por três oficiais superiores, em viagem de estudos, com o objetivo de conhecer os sistemas de treinamento de oficiais e soldados e estabelecer contatos com a indústria nacional de equipamentos militares.

BANGLADESH

O Ministro, interino, das Relações Exteriores e o Embaixador de Bangladesh em Brasília, Senhor Mujib-Ur Rahman assinaram, em 27 de setembro, o Acordo de Cooperação Cultural e Educacional entre os Governos dos dois países.

MALDIVAS

Em 27 de setembro de 1988, o Brasil e a República das Maldivas estabeleceram relações diplomáticas.

A Embaixada do Brasil em Malé será cumulativa com Nova Delhi.

JAPÃO

Em fevereiro, quando ocorreram as grandes enchentes nas cidades do Rio de Janeiro e de Petrópolis, o Governo japonês enviou medicamentos e material médico destinados ao atendimento das vítimas. Fez, nessa ocasião, uma doação de US$ 150 mil ao Estado do Rio de Janeiro. Outras doações foram também recebidas do Governo metropolitano de Tóquio, bem como de pessoas físicas.

Em março, os Governos brasileiro e japonês acordaram, por meio de troca de notas entre o Itamaraty e a Embaixada do Japão, estender, até março de 1991, o prazo, que se esgotava, de desembolso do empréstimo concedido pelo Fundo de Cooperação Econômica Ultramarina (OECF) ao Banco Central para a implementação do "Programa de Financiamento para a Aquisição de Equipamento de Irrigação na Região do Cerrado (PROFIR)".

Em maio, com o patrocínio da Gazeta Mercantil e do Nihon Keizai Shinbun-Sha, realizou-se, em São Paulo, o simpósio "Brasil – Japão – Novos Caminhos da Cooperação", que contou com a participação de empresários brasileiros e japoneses e de representantes dos Governos de ambos os países. O Deputado Kuranari visitou, nessa oportunidade, Brasília e entrevistou-se com o Presidente da República e outras autoridades brasileiras.

Em maio, visitou o Japão, a convite da Província de Oita, o Governador do Estado do Espírito Santo, Senhor Max Mauro. O Governador Mauro manteve contatos com autoridades e empresas nipônicas, em especial com a Kawasaki Steel para tratar da ampliação dos investimentos daquela firma no setor siderúrgico em seu Estado. Em Oita, visitou os centros avançados de tecnologia (Tecnópolis) da Província.

Em junho, comemorou-se, com grande relevo, o 80º Aniversário da Imigração Japonesa para o Brasil, ocasião em que foram realizados festejos em São Paulo e em Rolândia, Paraná. O Presidente da República participou dessas solenidades, às quais esteve igualmente presente, na condição de convidado do Governo brasileiro, o Príncipe Fumihito, segundo filho do futuro Imperador Akihito. O Príncipe Fumihito visitou ainda Brasília, Rio de Janeiro, Manaus e Belém, sendo recepcionado pelo Ministro das Relações Exteriores, pelas autoridades estaduais e pela comunidade nipo-brasileira daquelas cidades.

Para as comemorações, vieram também ao Brasil governadores e vice-governadores de províncias japonesas, parlamentares, presidentes de associações, professores universitários e empresários nipônicos. Dessas personalidades se destaca o Deputado Takeo Fukuda, Presidente da Seção

Japonesa Liga de Amizade Parlamentar e ex-Primeiro-Ministro do Japão. Por decreto de 6 de junho de 1988, foram admitidas nas Ordens do Cruzeiro do Sul e de Rio Branco autoridades e personalidades japonesas ligadas ao país, coincidindo com as comemorações do aniversário da imigração. Outros governadores provinciais japoneses e uma delegação da Assembléia Legislativa da Província de Shizuoca visitaram o Brasil em datas posteriores.

Em junho, ainda dentro do calendário de comemorações, realizou-se, em São Paulo, o "Simpósio sobre as Relações Brasil – Japão no Século XXI", ao qual o Itamaraty enviou representante.

Em julho, o Ministro da Fazenda, Senhor Maílson Ferreira da Nóbrega, visitou o Japão com o objetivo de explicar a política econômica brasileira às autoridades japonesas e a organizações públicas e privadas ligadas ao país. Na visita, foram retomados contatos já estabelecidos, em viagens anteriores, pelos ex-Ministros João Sayad e Dilson Funaro com autoridades dos Ministérios dos Negócios Estrangeiros, das Finanças (MOF) e do Comércio Internacional e Indústria (MITI), bem como com agências como o EXIMBANK do Japão e o Fundo de Cooperação Econômica Ultramarina (OECF). A decisão, adotada pelo Governo brasileiro, de retomar as negociações com os credores privados e com o Clube de Paris foi bem recebida e permitiu reiniciar as conversações com aquelas autoridades acerca do plano de Reciclagem dos *Superávits* Comerciais e da possibilidade de projetos brasileiros virem a se beneficiar com créditos do referido programa.

Em função desses entendimentos, o Brasil apresentou ao Governo japonês uma lista de projetos de desenvolvimento em importantes setores da economia nacional, para os quais haveria interesse em receber financiamento através do Plano de Reciclagem. No segundo semestre, o Japão enviou ao Brasil missões técnicas do EXIMBANK e do OECF para discutir, com as autoridades da área econômica e empresas envolvidas na execução de diversos dos mencionados projetos, aspectos relativos à implementação e ao financiamento dos mesmos.

REPÚBLICA DA CORÉIA

De 11 a 14 de agosto, visitou o Brasil missão da Assembléia Nacional da República da Coréia, integrada por parlamentares dos vários partidos representados no Congresso coreano. Mantiveram contatos com os Ministros, interinos, das Relações Exteriores e da Justiça e com o Presidente do Senado Federal. Foram ainda recepcionados pelo Deputado Ulysses Guimarães, Presidente da Assembléia Constituinte. De 25 de setembro a 9

de outubro, visitou a Coréia, a convite da seção Coreana da Liga de Amizade Parlamentar Brasil – República da Coréia, o Deputado Jorge Vianna, Presidente da Seção Brasileira.

Em outubro, realizou-se, na sede da Confederação Nacional da Indústria, a Quarta Reunião Conjunta dos Conselhos Empresariais Brasil – República da Coréia, com a participação de representantes dos setores governamental, industrial, comercial e bancário dos dois países. Ao final da reunião foi divulgada uma Declaração Conjunta com sugestões acordadas pelos dois conselhos com vistas ao incremento do intercâmbio econômico-comercial. Visitaram a República da Coréia os Senhores Bernardo Szpigel, Vice-Presidente da companhia Vale do Rio Doce, Armando Santos, Presidente da Rio Doce Internacional, e Armando Curado, Gerente-geral para o Extremo Oriente, para tratar da ampliação das vendas brasileiras de minério de ferro para o mercado coreano.

Em dezembro, visitou Brasília uma missão do Ministério dos Negócios Estrangeiros (Wemubu) da República da Coréia. A missão manteve conversações no Itamaraty, quando ficou acertado o exame pelos dois Governos da criação de uma Comissão Mista com o objetivo de promover e expandir a cooperação bilateral nos campos econômico, comercial, industrial, técnico, cultural e científico-tecnológico.

ASEAN

No que se refere às relações do Brasil com os países integrantes da Associação, deve-se assinalar as visitas dos Ministros da Cultura, Celso Furtado, às Filipinas, e da Habitação, do Urbanismo e Meio Ambiente, Prisco Viana, à Indonésia, em junho; dos Ministros malásios de Obras Públicas, Samy Vellu, e dos Negócios Estrangeiros, Abu Hassan, ao Rio do Janeiro e a Brasília, em setembro e dezembro, respectivamente.

O Ministro da Cultura chefiou a delegação brasileira à reunião de Manila de Países Recém-Redemocratizados (3 a 6 de junho), convocada pelas Filipinas para discutir as implicações do processo de retorno à democracia e intercambiar experiências. Participaram da Reunião, aberta pelo Presidente de Portugal, além das Filipinas e do Brasil, Argentina, El Salvador, Equador, Espanha, Grécia, Honduras, Nicarágua, Peru, República Dominicana e Uruguai.

O Ministro Prisco Viana esteve em Jacarta em junho para participar, juntamente com representantes da EBTU e o Secretário de Transportes do Rio de Janeiro, Josef Barat, da IV Conferência sobre Transportes Urbanos

em Países em Desenvolvimento (Codatu IV). Durante sua visita, o Ministro entrevistou-se com os titulares das pastas da Habitação, dos Transportes e da Pesquisa e Tecnologia. Foi firmado um memorando de entendimento para a prestação de serviços, por técnicos brasileiros em engenharia de transportes, à Indonésia e formalizou-se o entendimento para a implantação do sistema aeromóvel Coester naquele país.

O Ministro de Obras Públicas da Malásia veio participar, em setembro, do 17º Congresso Internacional de Suprimento de Água no Rio de Janeiro e estendeu sua visita a Brasília, onde entrevistou-se com os Secretários-gerais da Habitação e do Bem Estar Social, Dr. José Luiz de Santana Carvalho, no dia 16, e das Relações Exteriores, Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima, no dia 17. Com o primeiro, as conversações versaram sobre o sistema habitacional e seu financiamento; abastecimento de água e saneamento; o problema de redução das reservas florestais e as pressões dos países industrializados do Ocidente. Com o segundo, foi discutida a cooperação bilateral em projetos de desenvolvimento.

Ocorreram, no segundo semestre, mudanças nas chefias de Missões brasileiras junto aos países-membros da Associação. Apresentaram credenciais o Embaixador Joaquim Ignácio Amazonas MacDowell, ao Rei Rama IX, da Tailândia, em 25 de outubro, e o Embaixador Raymundo Nonnato Loyola de Castro, à Presidenta Corazón Aquino, das Filipinas, em 3 de novembro. Foi, ainda, designado para representar o Brasil em Kuala Lumpur, em 27 de outubro, o Embaixador Sergio Damasceno Vieira.

AUSTRÁLIA

Os Senhores Ralph Hunt, ex-Ministro de Estado de diversas pastas, e Mc Gauran, Deputados pelo Partido Nacional (de oposição) estiveram no Brasil em julho. Em Brasília, mantiveram conversações no dia 6 com autoridades do Itamaraty e com o Ministro, interino, da Agricultura, Senador Lázaro Ferreira Barboza, sobre a comercialização internacional de produtos agrícolas, a cooperação no Grupo de Cairns e as características da agricultura brasileira. Visitaram, no dia 7, o Congresso Nacional e avistaram-se com o Deputado Helio Duque, Presidente do Grupo Parlamentar Brasil – Austrália.

NOVA ZELÂNDIA

Por primeira vez, um grande grupo privado neozelandês efetuou investimento no Brasil: a Fletcher Challenge adquiriu em junho, por US$ 85 milhões, 50% da PISA, de Jaguariava, Paraná, para co-participar da

produção de papel. Dentro de um plano de aproximação com a América Latina, uma delegação governamental neozelandesa, chefiada pela Ministra Associada dos Negócios Estrangeiros, Frances Wilde, visitou o Rio de Janeiro e Brasília em setembro. Integravam a comitiva os Senhores Christopher Beeby, Subsecretário de Negócios Estrangeiros; Paul Tipping, Embaixador da Nova Zelândia em Brasília, residente em Santiago; Ministro Bruce W. Middleton, Chefe do Departamento das Américas do Ministério dos Negócios Estrangeiros; Secretária Belinda Clark, Assessora da Ministra; e Secretário Alastair Hercus, da Embaixada em Santiago.

No Rio de Janeiro, a delegação entrevistou-se, no dia 12, com o Secretário da Indústria e do Comércio do Estado, presentes o Assessor para Relações Internacionais e dirigente da Pesagro, para conversações sobre investimentos e formação de recursos humanos na área agrícola.

Em Brasília, foram tratados, em 13 e 14 de setembro, temas vinculados às seguintes áreas: cooperação econômica, técnica, tecnológica e comercial bilateral; comércio internacional - GATT e o Grupo de Cairns; desarmamento; Antártida; situação do Pacífico Sul. A Senhora Wilde entrevistou-se, no Itamaraty, com o Ministro e o Secretário-geral das Relações Exteriores, os Subsecretários-gerais de Assuntos Econômicos e Comerciais, de Assuntos Políticos Bilaterais e de Assuntos Políticos Multilaterais e Especiais e o Chefe do Departamento da Ásia e Oceania. Avistou-se, ainda, com os Ministros da Indústria e do Comércio e da Ciência e Tecnologia e com os Secretários-gerais da Fazenda e da Agricultura.

ÁFRICA

Em 1988, a situação econômico-financeira dos países da África Subsaárica agravou-se consideravelmente. O fenômeno da desertificação, se não se expandiu mais rapidamente, também não deu mostras de estar recuando. As tensões regionais, por outro lado, reduziram-se no ano que passou. A guerra entre o Chade e a Líbia terminou e as rivalidades entre os líderes do Togo e de Gana deram lugar a atitudes mais pragmáticas e conciliatórias.

Na África Austral o principal acontecimento foi a inversão dos termos da equação militar que vinha prevalecendo no conflito entre Angola e a África do Sul, que dava vantagem a esse último país, devido sobretudo à superioridade aérea. Na batalha de Cuito Cuanavale, ocorrida em meados de 1988, as tropas angolanas, com concurso direto das tropas cubanas, obtiveram importante vantagem no terreno militar, que se traduziu politicamente na imediata proposta de negociação por parte da África do Sul, para

pôr fim ao conflito. Além da difícil situação externa, a RAS enfrentava (e enfrenta) crescente oposição interna ao regime aparteísta, que poderia agravar-se caso as tropas angolano-cubanas viessem a obter novas vitórias, causando baixas numerosas nas fileiras brancas sul-africanas.

A paz foi negociada e os acordos definitivos assinados em Nova York, a 22 de dezembro de 1988. Em troca da saída dos cubanos de Angola a RAS concedeu a independência da Namíbia. A expectativa para o ano de 1989 diz respeito essencialmente à possibilidade de reconstrução de Angola e à constituição da Namíbia como país livre. Uma consideração realista indica que, apesar da independência, a Namíbia continuará a sofrer forte influência da África do Sul. Pode-se ponderar igualmente que a RAS tentará compensar sua eventual saída da Namíbia acentuando sua presença em outras áreas da África Austral.

No decorrer de 1988, por exemplo, a RAS estendeu firmemente sua influência sobre a República Popular de Moçambique. Vários acordos tripartites (Portugal, RAS, RPM) foram assinados. Um, inclusive, sobre a transferência de material militar não letal pela RAS a Moçambique, destinado à proteção das linhas de transmissão de energia desse último país. Outros acordos versaram sobre a transferência de equipamento médico e de ração de combate. Constituiu-se também um "Comitê Conjunto Econômico de Cooperação" para estudar, decidir e controlar formas adequadas à manutenção e ao desenvolvimento das relações econômicas entre os dois países em nível das infra-estruturas existentes, como é o caso do complexo ferroportuário de Maputo.

Ressalte-se que a aproximação entre a RAS e a República Popular de Moçambique corresponde à estratégia geral da diplomacia de Pretória, deslanchada em 1988, de intensificar os contatos com a África negra e tentar melhorar a imagem do país, cada dia mais acossado pela opinião pública internacional.

Sem solução, em Angola, continuou a questão da UNITA de Jonas Savimbi, apesar dos apelos governamentais de união nacional para a reconstrucão do país, na medida em que avançava o processo negociador com o RAS. O atual Governo americano já se manifestou no sentido de que continuará a auxiliar os guerrilheiros da UNITA, fornecendo-lhes suprimentos e armas, ajuda que provavelmente se concretizará através do Zaire.

O problema que continua prejudicando o desenvolvimento econômico dos países africanos e aumentando as tensões políticas e sociais no Continente é o da deterioração dos termos de troca. A depreciação continuada

crescente dos produtos primários exportados pelos países africanos vem casionando a descapitalização da maioria dos países da área.

A queda nos preços do petróleo, por exemplo, vem causando reduções ιo Produto Interno Bruto da Nigéria e restrições às importações e inves-.imentos em países como o Gabão. A queda nos preços do cacau provocou séria situação financeira nos principais exportadores africanos daquele produto, que se vêem forçados a restringir gastos e adiar projetos de desenvolvimento indispensáveis. Evidentemente, essa situação se reflete no relacionamento comercial do Brasil com os países da África subsaárica, tendo em vista a retração das importações por aqueles países e, em alguns casos, por sua quase inadimplência, o que dificultaria sobremaneira a concessão de créditos de exportação pela CACEX.

A ação diplomática do Brasil, pelas razões expostas, vem sendo redirecionada no sentido de uma maior ênfase na cooperação técnica entre o Brasil e aqueles países.

Em 1988, as relações bilaterais foram marcadas pelos seguintes aspectos:

ÁFRICA DO SUL

No decorrer de 1988, o relacionamento político Brasil – África do Sul foi marcado por incidentes no âmbito das proibições estabelecidas pelo Decreto Presidencial 91.524, que interdita o intercâmbio artístico, cultural e desportivo do Brasil com a RAS. Diversos atletas brasileiros, advertida ou inadvertidamente, foram àquele país com o fito de participar de competições patrocinadas pelo Governo sul-africano. Em alguns casos, a pronta ação do Encarregado de Negócios do Brasil em Pretória fez com que os desportistas desistissem de tomar parte das competições. Em outros, havendo participado efetivamente de atividades esportivas na República da África do Sul, tiveram sua punição imediatamente solicitada pelo Itamaraty junto às confederações de que faziam parte. Na maioria dos casos, a solicitação foi rapidamente atendida.

No tocante às relações RAS – Angola e ao encaminhamento de uma solução negociada para o conflito entre os dois países, o Governo brasileiro teve a oportunidade de várias vezes manifestar satisfação pela busca de uma solução pacífica para o conflito na África Austral, sem, todavia, jamais deixar de reconhecer o direito do Governo angolano de decidir sobre assuntos de natureza política interna, como a presença de tropas cubanas em Angola.

Da mesma forma, foi mantida a posição de crítica intransigente ao regime aparteísta e à manutenção do estado de emergência na África do Sul.

O Governo brasileiro acompanhou com interesse o desenvolvimento da situação interna naquele país, devotando particular atenção ao julgamento e à condenação à morte dos "Seis de Sharpville". Por ocasião da comutação da pena previamente atribuída aos acusados, o Governo brasileiro divulgou nota à imprensa saudando a decisão das autoridades sul-africanas e conclamando-as a promover a paz duradoura no sul do continente africano, mediante a adoção de uma justiça igualitária e de uma política não-discriminatória na África do Sul.

ANGOLA

Com relação a Angola, 1988 caracterizou-se pela consolidação da presença brasileira naquele país e pela demonstração, por parte das autoridades angolanas, de que o Brasil se constitui em alternativa indispensável para seus projetos de desenvolvimento. Essa postura confirma a orientação, que vem sendo dada à política externa brasileira para o continente africano, de fazer de Angola um dos principais parceiros brasileiros na África.

No âmbito da cooperação, o projeto Capanda atingiu, com sucesso, seu momento crítico – o desvio do rio –, para o qual as obras de engenharia já se encontram concluídas. Nesse sentido, esteve no Brasil, no primeiro semestre de 1988, uma missão técnica angolana, cujo objetivo era o de examinar com as autoridades brasileiras competentes o reescalonamento da dívida de Angola, bem como a possibilidade da concessão de novos créditos, destinados ao prosseguimento do projeto.

Com referência a visitas, estiveram, no Brasil, o então Ministro de Estado para a Esfera Produtiva e Ministro da Energia e Petróleos de Angola, Senhor Pedro de Castro dos Santos Van-Dúnem (Loy) – atualmente Ministro das Relações Exteriores – e o Ministro do Plano angolano, Senhor Antônio Henriques da Silva.

O Ministro Loy tratou de diversos assuntos ligados à cooperação bilateral com ênfase em temas relacionados com o comércio e com a cooperação relativa ao interesse de suas pastas. O Ministro Loy manteve contatos com o Ministro, interino, das Relações Exteriores, Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima, e foi recebido pelo Presidente José Sarney. O Ministro do Plano, que esteve em visita ao Brasil em dezembro passado, contactou igualmente diversas autoridades brasileiras, e manteve com o

Presidente da República entrevista em que reiterou a importância que Angola atribui à intensificação da cooperação com o Brasil.

Caberia igualmente mencionar o crescimento, em 1988, da cooperação militar entre o Brasil e Angola, havendo o próprio Presidente José Eduardo dos Santos qualificado de "irreversível" a "opção brasileira" nesse setor. Do lado brasileiro as missões restringiram-se ao quadro da cooperação técnica. Caberia mencionar duas missões da SUCAM: uma precursora, encarregada de proceder aos levantamentos das necessidades do país em termos de prevenção contra a febre amarela, e outra encarregada da vacinação em massa e do treinamento de angolanos no manejo de pistolas e outros equipamentos próprios para esse fim. Foram transferidas para Angola e utilizadas cerca de 400.000 doses de vacina contra a febre amarela.

Igualmente estiveram em Angola uma missão do CEBRAE, destinada a promover o treinamento de técnicos de empresas ligadas ao Ministério das Comunicações e Transportes e ao Ministério da Indústria e uma missão de técnicos do BNDES, com fito de dar continuidade às atividades de treinamento e assessoria incluídas no já extinto acordo entre aquela instituição brasileira e o BNA – Banco Nacinal de Angola.

BENIN

O Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação do Benin, Sr. Guy Landry Hazoume, realizou visita oficial ao Brasil, em maio. O objetivo principal da visita foi a inauguração da Casa do Benin em Salvador, no quadro das comemorações do centenário da Abolição da Escravatura no Brasil. Nos dias 8 e 9 de maio, o Ministro Hazoume cumpriu programa oficial em Brasília.

CABO VERDE

As relações bilaterais Brasil – Cabo Verde são bastante estreitas, como demonstra, ao longo dos últimos anos, intensa agenda de encontros entre autoridades brasileiras e caboverdianas. No ano de 1988, visitou o Brasil o Dr. Renato Cardoso, Secretário de Estado da Administração Pública de Cabo Verde, que desenvolveu vários contatos com autoridades brasileiras ligadas à área de Administração.

GABÃO

Realizou-se em Libreville, de 6 a 8 de junho a Reunião Técnica Preparatória à III Sessão da Comissão Mista Brasil – Gabão, ocasião em

que foram discutidos temas relativos à cooperação nos campos comercial, econômico, técnico e cultural.

GANA

Foi realizada, em Brasília, de 11 a 13 de julho, a I Sessão da Comissão Mista Brasil – Gana. A Reunião teve por objetivo impulsionar as relações comerciais, políticas e de cooperação técnica entre o Brasil e Gana. Entre os temas debatidos, destacam-se a cooperação técnica nos campos agropecuário e petrolífero e os assuntos financeiros.

Na ocasião do encerramento da I Sessão da Comissão Mista foram trocados os instrumentos de ratificação que colocam em vigor o Acordo de criação deste novo mecanismo.

GUINÉ-BISSAU

As relações bilaterais Brasil – Guiné-Bissau não sofreram alterações substantivas ao longo de 1988. Diante de problemas econômicos daquele país e do fato de as respectivas economias não serem complementares, o comércio bilateral pouco evoluiu.

Em junho de 1988, realizou-se em Bissau, a inauguração do Centro de Estudos Brasileiros, em cerimônia presidida pelo Ministro da Educação do Brasil, Dr. Hugo Napoleão do Rego Neto. Em julho de 1988, o Presidente João Bernardo Vieira realizou visita de caráter privado ao Brasil, com a finalidade de assistir à formatura de seu filho na Academia da Força Aérea Brasileira, em Pirassununga.

Em agosto de 1988, visitou oficialmente o Brasil o Senhor Pedro Godinho Gomes, Ministro-Governador do Banco Nacional da Guiné-Bissau. O objetivo de sua viagem foi obter a reabertura do que resta da linha de crédito de US$ 8 milhões, concedida pela CACEX a seu país em 1984.

Foi também negociado o reescalonamento dos juros da dívida externa da Guiné-Bissau em relação ao Brasil. Em fins de 1988 foi feito pagamento da primeira parcela dos juros devidos.

Visitou também o Brasil, no ano passado, a Senhora Henriqueta Godinho Gomes, Ministra da Função Pública, Trabalho e Segurança Social da Guiné-Bissau. O interesse maior da visita foi desenvolver contatos com autoridades brasileiras na área da Administração Pública.

GUINÉ - EQUATORIAL

Realizou visita oficial ao Brasil, entre os dias 15 e 18 de maio, o Ministro da Educação e Esportes da Guiné-Equatorial, Sr. Fortunato Nzambi Machinde. Na ocasião, foram lançadas as bases de um futuro programa de cooperação entre o Brasil e a Guiné-Equatorial, notadamente no campo educacional.

MALÁUI

Continuou a ser negociada com o Maláui, por intermédio das Embaixadas de ambos os países em Washington, o estabelecimento de relações diplomáticas, a nível de Embaixadores, em caráter cumulativo.

MAURITÂNIA

Visitou oficialmente o Brasil, nos dias 6 e 7 de outubro, o Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação da Mauritânia, Sr. Mohamed Lemine Ould N'Diayane. Na ocasião, o Chanceler mauritano manteve encontro de trabalho com o Chanceler Abreu Sodré e realizou visitas de cortesia a autoridades federais.

MAURÍCIO

Esteve no Brasil, em novembro de 1988, o Ministro dos Negócios Exteriores, Imigração e Justiça do Estado Independente de Maurício, Senhor Satcam Boolell. A visita do Ministro Boolell, a primeira de uma autoridade mauriciana a Brasília, constituiu-se em oportunidade para o Senhor Boolell expressar o interesse de seu país em aproximar-se mais do Brasil e identificar interesses comerciais e de cooperação que pudessem interessar aos dois países.

MOÇAMBIQUE

Em junho de 1988, o Brasil recebeu a visita do Ministro do Transporte de Moçambique, que em entrevista com seu homólogo brasileiro examinou as possibilidades de cooperação entre os dois países. Entre os pontos abordados estão a criação de uma escola de estudos rodoviários em Moçambique, a recuperação do porto de Maputo e o aproveitamento hidroviário do rio Zambeze. No final do ano passado, a ABC enviou missão prospectiva a Moçambique a fim de identificar as melhores opções de cooperação com aquele país.

Deu-se algum andamento a uma eventual cooperação trilateral Brasil - USA - Moçambique, a fim de auxiliar esse país a contornar problemas estruturais que entravariam sua recuperação econômica (principalmente formação e treinamento de quadros). A USAID compareceria como agente financeiro e o Brasil, devido às afinidades lingüísticas, com os recursos humanos necessários ao bom andamento dos projetos.

Continuou insolúvel a questão da dívida de Moçambique para com o Brasil (US$ 200 milhões).

NIGÉRIA

Realizou-se de 9 a 13 de maio, em Brasília e no Rio de Janeiro, Reunião de Peritos do Sub-Comitê da III Comissão Mista Brasil - Nigéria, com o intuito de aprofundar as conversações bilaterais nos campos agrícola, comercial, industrial, de comunicações, de transportes, de saúde e financeiro.

De 12 a 16 de dezembro, visitou oficialmente o Brasil o Chanceler da Nigéria, General Ike Nwachukwu, acompanhado de comitiva de empresários daquele país. Durante sua visita, o Chanceler nigeriano foi recebido em audiência pelo Presidente da República, manteve encontro de trabalho com o Ministro de Estado das Relações Exteriores e realizou visitas de cortesia a autoridades federais.

O Chanceler nigeriano visitou, ainda, São Paulo e Salvador, onde manteve encontros de natureza comercial.

TOGO

Realizou visita oficial ao Brasil, entre 18 e 25 de agosto, o Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação do Togo, Sr. Yaovi Adodo, acompanhado de comitiva de políticos e empresários.

Em Brasília, o Ministro Adodo foi recebido pelo Presidente da República e pelo Chanceler Abreu Sodré e realizou visitas de cortesia a autoridades federais. O Chanceler visitou, ainda, Salvador, São José dos Campos, São Paulo, Porto Alegre e Rio de Janeiro, onde foi recebido pelos Governadores de Estado e visitou empresas e associações comerciais.

ZAIRE

De 30 de maio a 1º de junho, realizou-se, em Brasília, Reunião Preparatória à II Comissão Mista Brasil - Zaire. A Reunião, de caráter

técnico, teve por objetivo principal adiantar o exame da agenda da II Comissão Mista.

A II Comissão Mista Brasil – Zaire teve lugar em Kinshasa, de 14 a 16 de novembro. Os principais temas discutidos na Reunião foram a cooperação nos domínios agrícola, energético, de transportes, econômico, comercial, cultural, científico e técnico.

ORIENTE PRÓXIMO

Em termos gerais, a tendência pela retomada do diálogo, em substituição ao confronto aberto, e o conseqüente fortalecido processo de distensão do cenário político do Oriente Médio e do Norte da África, contribuíram para o aprofundamento das relações bilaterais do Brasil com os países da região em 1988. E mesmo as exceções a essa tendência, na questão palestina e no Líbano, não afetaram negativamente as relações do Brasil com a área.

O Brasil procurou acompanhar os acontecimentos ocorridos durante o período, tendo em conta seus interesses na região. Manteve, nesse sentido, sua costumeira posição de neutralidade, favorecendo, nos foros multilaterais, soluções negociadas e pacíficas, bem como a reaproximação entre países envolvidos em conflitos.

Os eventos de fundamental importância ocorridos em 1988 – o cessar fogo Irã – Iraque, a proclamação do Estado da Palestina, a crise institucional do Líbano e a continuação das interferências externas nesse país, os protestos na questão do Saara Ocidental, o restabelecimento de relações diplomáticas entre a Líbia e o Chade, os passos dados para a criação da União do Magrebe, entre outros de menos importância – implicaram modificações substanciais no quadro estratégico da região, que temos acompanhado e procurado interpretar tendo em vista também sua evolução previsível.

Entre as iniciativas tomadas pelo Governo brasileiro em relação à região, esteve a de enviar ao Líbano o Chefe do Departamento do Oriente Próximo do Itamaraty, em missão de solidariedade com o povo libanês por suas justas e legítimas aspirações, livre de interferência externa, e pela preservação da soberania e da integridade territorial do país.

No campo da cooperação e do comércio, avanços foram obtidos nas relações com diversos países, entre os quais o Marrocos, a Líbia, a Argélia, o Irã, os Emirados Árabes Unidos e o Iraque.

GUERRA IRÃ – IRAQUE

O anúncio pelo Governo iraniano do cessar-fogo e sua concordância de iniciar negociações de paz com o Governo iraquiano, sob os auspícios das Nações Unidas, nos termos da resolução 598 do Conselho de Segurança, mereceram o aplauso do Governo brasileiro. O Brasil, em coerência com a sua tradicional defesa do princípio da solução pacífica de controvérsias, saudou o fim das hostilidades bélicas na área e dirigiu mensagens ao Irã e ao Iraque de congratulações pela nova fase de entendimentos e de votos de êxito nas conversações de paz que a seguir se inaugurariam.

QUESTÃO PALESTINA

A proclamação do Estado da Palestina, em novembro último, ao amparo da qual lideranças palestinas manifestaram o acatamento das resoluções 242 e 338 do Conselho de Segurança da ONU e o repúdio à violência e ao terrorismo, constituiu fato novo e de inegável relevância para o eventual encontro de uma solução para a questão que, há quatro décadas, vem confrontando árabes e israelenses.

O Brasil sempre defendeu, mercê sua posição de irrestrito apoio à autodeterminação dos povos e à não-ingerência nos assuntos internos dos países:

a) o direito do povo palestino de retorno, autodeterminação e estabelecimento de Estado próprio;
b) direito de todos na região, inclusive Israel, a existirem dentro de fronteiras internacionalmente reconhecidas;
c) a convocação de uma Conferência Internacional de Paz sobre o Oriente Médio com a participação dos membros permanentes do Conselho de Segurança e as partes envolvidas, inclusive a OLP, como representante legítimo do povo palestino.

Nessa ordem de idéias, considerou o Governo brasileiro os termos da Proclamação do Estado da Palestina como uma contribuição valiosa para o processo de paz regional e, bem assim, reiterou sua esperança de que se normalize, o mais breve possível, o relacionamento entre árabes e israelenses no Oriente Médio.

QUESTÃO DO LÍBANO

A situação do Líbano ocupou, igualmente, as atenções da Chancelaria brasileira. A crise institucional aberta, no rastro da sucessão do Presidente

Amine Gemayel, acirrou as divergências internas no país e, ao que tudo indica, agudizou tendência à cantonização, em clima de guerra civil.

Profundamente preocupado com as adversidades por que vem passando o país amigo, o Brasil divulgou declaração pública de solidariedade com o povo libanês por suas justas e legítimas aspirações de paz e unidade nacionais, livre de interferências externas. Além disso, foi enviado às capitais pertinentes do Oriente Próximo, como emissário do Presidente da República, o Embaixador Antonio Amaral de Sampaio, encarregado de manisfestar a todas as partes envolvidas na disputa, inclusive aos governos sírio e iraniano, o interesse do Brasil na preservação da integridade territorial e da soberania política do Líbano, bem como no retorno daquele país à paz interna.

VISITAS AO BRASIL

– Emirados Árabes Unidos: outubro – visita oficial do Sr. Rashid Abdullah Al Nouaimi, Ministro dos Negócios Estrangeiros. Assinatura de Acordo de Cooperação Econômica, Comercial, Industrial, Tecnológica e Financeira.

– Irã: setembro – visita oficial do Sr. Gholam Reza Shafei, Ministro das Indústrias. Chefia da Delegação iraniana à I Reunião da Comissão Mista Brasil – Irã.

– Iraque: maio – visita oficial do Sr. Tareq Aziz, Membro do Conselho da Revolução, Vice-Primeiro-Ministro e Ministro das Relações Exteriores, Chefia da Delegação da Liga dos Estados Árabes.

– Organização para a Libertação da Palestina (OLP): junho – visita oficial do Sr. Farouk Kadumi, Chefe do Departamento Político da OLP.

EVENTOS ESPECIAIS

– Seminário Árabe-Latino-Americano sobre Relações Políticas, Econômicas e Culturais, Brasília, setembro.

– I Reunião da Comissão Mista Brasil – Irã, Brasília, setembro.

– VII Reunião da Comissão Mista Brasil – Iraque, Bagdá, dezembro.

MAGREBE

O ano de 1988 caracterizou-se por ter sido atipicamente escasso em eventos significativos nas relações com os países do Magrebe.

Foi dado andamento ao exame dos assuntos da cooperação bilateral, notadamente com a Argélia e com a Líbia, países com os quais se realizaram, no ano anterior, sessões das respectivas Comissões Mistas. Verificaram-se progressos nas relações, sobretudo comerciais, com o Marrocos e com a Líbia, tendo-se mantido a intensidade do intercâmbio com a Argélia, apesar de não se terem concretizado as expectativas, criadas naquele país, ligadas a contrapartidas decorrentes de vendas de gás natural argelino ao Brasil. No caso do Egito, o *dumping* de concorrentes, sobretudo dos EUA, nos mercados de carnes, especialmente de frango, continuou a impedir que o volume do intercâmbio comercial se situasse nos elevados níveis de 1984 e 1985.

Em relação a todos os países da área foi no campo comercial que se situou a maior parte dos encontros, notadamente a nível de empresas. Algumas atividades de cooperação técnica foram objeto de conversações preliminares.

Quanto às relações políticas propriamente ditas, prosseguiram os entendimentos com o Egito para a realização da I Reunião da Comissão Mista, bem como as conversações em torno de visita presidencial, no futuro, àquele país, e do Ministro dos Negócios Estrangeiros da República Árabe do Egito, ao Brasil.

Foi renovado convite ao Ministro dos Negócios Estrangeiros do Reino do Marrocos para visitar o Brasil, tendo sido o convite aceito e estando previsto o evento para o primeiro semestre de 1989. No final do ano foi acertada também uma breve visita de trabalho, ao Brasil, do Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros da Jamahiriya Árabe Popular da Líbia.

O Governo da Tunísia reiterou sua disposição de instalar missão diplomática permanente em Brasília, tendo-se iniciado conversações preliminares sobre aspectos materiais ligados à eventual concretização da iniciativa.

Em relação à questão do Saara Ocidental, o Brasil manteve sua posição de apoio à Resolução 40/50, da Assembléia Geral da ONU, e acompanhou a evolução favorável, decorrente dos esforços empreendidos pelo Secretário-geral das Nações Unidas, tendo também no Conselho de Segurança votado a favor da Resolução nº 621 que endossou aquelas gestões e encorajou o prosseguimento da distensão entre as partes envolvidas. A posição brasileira de não reconhecimento da RASD, mas da Frente POLISÁRIO como representante do povo saarauí, bem como de apoio à autodeterminação deste, juntamente com os votos do Brasil nas Resoluções pertinentes, foram bem apreciadas pelos países do Magrebe.

A melhoria nas relações entre os países da região e também a relativa normalização havida entre a Líbia e o Chade contribuíram para delinear novas iniciativas de cooperação com países da região, que se poderão desenvolver com riscos diminuídos de repercurssões desfavoráveis em outros da região.

EUROPA

EUROPA OCIDENTAL

O relacionamento do Brasil com os países da Europa Ocidental prosseguiu, no transcurso do ano de 1988, sua linha de segura e progressiva consolidação. Para além, inclusive, de um relacionamento político já tradicionalmente estabelecido, tem avultado a diversificação dos interesses e da penetração econômica, comercial e técnica na cooperação entre o Brasil e a Europa Ocidental, sobretudo com aqueles países membros da CEE. Um exemplo de tal diversificação seriam as negociações em curso sobre um Acordo Global de Cooperação Brasil – Itália. Por outro lado, áreas geo-econômicas de vasto potencial, como é a Escandinávia, foram, em 1988, alvo de maior aproximação brasileira, com a visita do Ministro das Relações Exteriores àquela região do norte europeu.

As relações do Brasil com os países do Leste Europeu, por seu turno, alcançaram novo ímpeto graças a uma série de fatores convergentes, tais como a instituição da Nova República e as novas posturas internas e internacionais adotadas pela União Soviética com a ascensão de Mikhail Gorbachev e de sua equipe ao poder. Nesse contexto, o Brasil tem buscado tornar mais denso nosso diálogo político com os países de economia centralmente planificada, paralelamente ao constante esforço para ampliar os vínculos econômico-comerciais.

FRANÇA

Permaneceram em ótimo estado em 1988 as tradicionais relações de amizade e cooperação entre o Brasil e a França. Em janeiro, apresentou credenciais ao Presidente da França o novo Embaixador do Brasil, Sr. João Hermes Pereira de Araújo. Já no mês seguinte, esteve em Paris em visita oficial o Ministro das Relações Exteriores mantendo reuniões de trabalho com o seu homólogo francês, Senhor Jean-Bernard Raimond. Em março, visitou o Brasil o Secretário de Estado junto ao Ministro da Defesa da França, Sr. Jacques Boyon, sendo portador de uma mensagem do Primeiro-Ministro francês ao Presidente da República. No mês de maio, com a

reeleição do Presidente François Mitterrand para um novo mandato, enviou-lhe mensagem de felicitações o Presidente José Sarney; pouco depois, com a nomeação do Sr. Michel Rocard como o novo Primeiro-Ministro da França, também enviou-lhe mensagem de felicitações o Presidente da República.

Em junho, estiveram na França em visita oficial os Ministros de Estado do Exército e da Cultura. Em agosto, manteve reunião de trabalho com o Ministro Abreu Sodré em Quito, durante as solenidades da posse do novo Presidente do Equador, a Sra. Edwige Avice, Ministra-Delegada junto ao Ministro dos Negócios Estrangeiros da França. Já no mês seguinte, esteve em visita ao Brasil expressiva missão de parlamentares franceses.

No mês de outubro, visitou a França em caráter não-oficial o Presidente da República, mantendo nessa ocasião reunião de trabalho com o Presidente François Mitterrand, na qual foram discutidos especialmente as questões relativas à dívida externa dos países em desenvolvimento, área onde há grande coincidência de pontos de vista entre os Governos brasileiro e francês. Finalmente, em dezembro, esteve no Brasil em visita oficial o Ministro da Função Pública e das Reformas Administrativas da França, Sr. Michel Durafour, a convite do seu homólogo brasileiro, o Ministro-Chefe da Secretaria de Administração.

REINO UNIDO DA GRÃ-BRETANHA E IRLANDA DO NORTE

Caracterizadas por seu amadurecimento, cordialidade e correção, as relações anglo-brasileiras continuaram a desenvolver-se em 1988 num clima de crescente cooperação. Em janeiro, esteve no Reino Unido em visita oficial o Ministro de Estado da Saúde, Deputado Borges da Silveira. Já no mês seguinte, visitou o Brasil o Subsecretário de Estado Permanente do "Foreign Office" (a Chancelaria britânica), Sir Patrick Wright, mantendo reuniões de trabalho com o Secretário-geral das Relações Exteriores, Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima.

Em maio, estiveram no Brasil em visita oficial o Chefe do Estado-Maior da Armada (First Sea Lord) do Reino Unido e o Secretário-geral da Comunidade Britânica das Nações. Já em agosto, visitou o Brasil importante missão parlamentar britânica e, em Quito, durante as solenidades da posse do novo Presidente do Equador, foi recebido pelo Ministro Abreu Sodré o Subsecretário de Estado Parlamentar para Assuntos Exteriores e da Comunidade Britânica, Sr. Timothy Eggar, que em novembro efetuou visita oficial ao Brasil. Manteve nessa oportunidade reuniões de trabalho com várias altas autoridades brasileiras. Foi recebido em audiência pelo Presi-

dente da República. Foi assinado durante a visita acordo, por troca de notas, sobre cooperação bilateral no cambate à produção e ao tráfico de drogas.

REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA (RFA)

As relações entre o Brasil e a RFA continuaram marcadas pelo tradicional espírito de amizade e cooperação durante o ano de 1988, observando-se intensa troca de visitas entre autoridades dos dois países. Em fevereiro, realizou visita oficial à RFA o Governador do Distrito Federal, sendo seguido, em junho, pelo Ministro da Justiça. Já no mês seguinte, realizaram visitas oficiais à RFA os Ministros da Fazenda e da Saúde.

Em agosto, visitou oficialmente o Brasil o Ministro da Economia da RFA, Sr. Martin Bangemann, e em setembro, foi àquele país, em visita oficial, o Ministro das Minas e Energia. Em outubro, realizou-se em Brasília a XV Reunião da Comissão Mista Econômica Brasil – RFA, examinando vários tópicos relevantes para a dinamização das relações bilaterais. Finalmente, em dezembro visitou o Brasil missão de deputados da Comissão de Defesa do Parlamento da RFA e realizou-se em Bonn a XVII Reunião da Comissão Mista Brasil – RFA de Cooperação Científica e Tecnológica: nessa ocasião, o Chefe da Delegação brasileira à reunião da Comissão Mista, o Secretário-geral das Relações Exteriores, Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima, manteve também reunião de consultas políticas com altas autoridades da Chancelaria alemã.

ITÁLIA

As relações ítalo-brasileiras, cada vez mais intensas e diversificadas nos últimos anos, continuaram a se estreitar em 1988. Em abril, realizou visita oficial à Itália o Governador do Rio de Janeiro e, em julho, três altas autoridades brasileiras também estiveram naquele país: o Secretário-geral das Relações Exteriores, Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima, dando prosseguimento às negociações sobre o Acordo Global de Cooperação Brasil – Itália; o Ministro das Comunicações, que foi portador de mensagem do Presidente da República ao Primeiro-Ministro Ciriaco de Mita, convidando-o a realizar visita oficial ao Brasil; e, finalmente, o Ministro da Fazenda.

Já em agosto, também realizou visita oficial à Itália o Ministro do Interior e, no mês seguinte, visitou aquele país o Ministro dos Transportes, assinando Protocolo de Intenções com o Ministério das Participações Estatais italiano acerca de vários projetos de interesse de sua pasta. Em outubro, esteve em Roma missão oficial brasileira que concluiu as negociações sobre a assinatura de acordos de cooperação judiciária em

matéria civil e penal, e por fim, em novembro, esteve no Brasil importante missão econômica italiana, chefiada pelo Embaixador Ferdinando Salleo, a qual prosseguiu as negociações em alto nível sobre o Acordo Global de Cooperação Brasil - Itália.

SANTA SÉ

Os fatos mais relevantes das relações entre o Brasil e a Santa Sé, no decorrer de 1988, foram primeiramente as visitas ao Vaticano dos Governadores do Distrito Federal e do Rio Grande do Sul, respectivamente em janeiro e em julho. Em maio, Sua Santidade o Papa João Paulo II nomeou dois novos cardeais brasileiros, a saber, D. Lucas Moreira Neves (atual Arcebispo de Salvador e Primaz do Brasil) e D. José Freire Falcão, Arcebispo de Brasília.

PORTUGAL

A amizade secular que une Brasil a Portugal continuou a se desenvolver firmemente durante o ano de 1988. O primeiro grande evento a assinalar foi a visita oficial ao Brasil, em julho, do Primeiro-Ministro português, Dr. Aníbal Cavaco da Silva, ocasião em que foram estudadas várias formas de dinamização das relações econômicas bilaterais, especialmente na área da associação de capitais luso-brasileiros nos dois países.

Já em agosto, esteve no Brasil, em visita privada, o Presidente de Portugal, Dr. Mário Soares, avistando-se com o Presidente da República; ainda no mesmo período visitou o Brasil o Secretário de Estado do Comércio Externo de Portugal, Dr. Miguel Horta e Costa, quando co-presidiu, juntamente com o Secretário-geral das Relações Exteriores, Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima, a sessão inaugural da reunião do Grupo de Trabalho luso-brasileiro sobre Trocas Comerciais.

Em setembro, estiveram em Lisboa, em visita oficial, o Ministro das Relações Exteriores, acompanhado de missão empresarial, para reunião de consultas políticas com o Chanceler português, Dr. João de Deus Pinheiro; e o Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Luiz Raphael Mayer, para contatos com o seu homólogo português.

Finalmente, em outubro, realizou visita a Lisboa, de caráter não-oficial o Presidente José Sarney, para inaugurar a nova chancelaria da Embaixada do Brasil, mantendo nessa oportunidade reuniões de trabalho com os Chefes de Estado e de Governo de Portugal.

ESPANHA

Diversos acontecimentos de relevo marcaram a evolução das relações entre o Brasil e a Espanha em 1988. Primeiramente, em fevereiro, ocorreu a assinatura, em Brasília, do Acordo sobre Extradição, firmado pelo Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores, Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima, e pelo Ministro da Justiça espanhol, Sr. Fernando Ledesma. Já em março, viajou a Madri para manter reunião de consultas políticas com as mais altas autoridades da Chancelaria espanhola, o Secretário-geral das Relações Exteriores.

Em abril visitou o nosso País o Secretário de Estado espanhol para Cooperação e Ibero-América, Sr. Luiz Yañez, havendo tratado com as autoridades brasileiras assuntos relativos às comemorações do V Centenário do Descobrimento da América. Em setembro, esteve no Brasil em visita oficial o Presidente da "Generalitat" (região autônoma) da Catalunha, Sr. Jordi Pujol. Por fim, em outubro, visitou a Espanha o Governador do Rio de Janeiro, o qual também tratou de assuntos econômicos bilaterais.

SUÍÇA

Foi formalizado convite do Presidente do Conselho Federal Helvético ao Presidente da República para visitar oficialmente a Suíça. A data da visita deverá ser acertada através dos canais diplomáticos.

PAÍSES BAIXOS

O fato mais importante a assinalar nas relações Brasil – Países Baixos em 1988, foi a visita, de caráter não-oficial, que fez ao nosso país em novembro o Ministro das Finanças neerlandês, Sr. Onno Ruding, que se avistou com várias altas autoridades econômicas brasileiras.

Tiveram igualmente seguimento os preparativos para a realização da II Reunião da Comissão Mista Brasil – Países Baixos de Cooperação Econômica e Industrial, prevista para realizar-se no início de 1989.

BÉLGICA

Em abril, realizou visita à Bélgica o Governador do Rio de Janeiro, tratando de assuntos ligados à cooperação econômica bilateral. Prosseguiram também os entendimentos de alto nível entre autoridades dos dois países a respeito de possível visita à Bélgica do Presidente da República.

SUÉCIA

O grande evento a assinalar nas relações sueco-brasileiras em 1988 foi a visita do Ministro das Relações Exteriores, em maio, acompanhado de importante missão empresarial: essa visita, também estendida à Dinamarca, Noruega e Finlândia, serviu para dar novo e forte ímpeto ao processo de dinamização das relações bilaterais.

Em outubro, também realizou visita à Suécia o Ministro das Minas e Energia, tratando de novas modalidades de cooperação econômica bilateral.

NORUEGA

Tal como no caso da Suécia, o grande evento a assinalar nas relações bilaterais em 1988 foi a visita oficial do Ministro Abreu Sodré em maio. Em setembro, também realizou visita a esse país o Ministro das Minas e Energia.

DINAMARCA

O Ministro das Relações Exteriores realizou visita oficial à Dinamarca, em maio. Já em setembro, o Ministro das Minas e Energia visitou também esse país, procurando explorar novas formas de cooperação econômica bilateral.

FINLÂNDIA

Em junho, no contexto da sua viagem aos países nórdicos, visitou a Finlândia o Ministro Abreu Sodré, assinando, nessa ocasião, Acordo de Cooperação Cultural, Educacional e Científica. Já em setembro, também visitou a Finlândia o Ministro das Minas e Energia, quando assinou com autoridades finlandesas memorando de entendimento sobre cooperação no campo da energia; ainda no mesmo mês, realizou-se em Helsinque a III Reunião da Comissão Mista Brasil – Finlândia de Cooperação Econômica e Industrial.

EUROPA ORIENTAL

ASPECTOS POLÍTICOS

Ao longo dos últimos três anos têm-se sucedido inúmeras missões de Ministro de Estado e altos funcionários do Governo brasileiro, as quais têm procurado explorar com os interlocutores do Leste Europeu formas de dinamizar o relacionamento, não somente no campo estrito das transações

comerciais, como também no domínio da cooperação científica e tecnológica, inclusive em áreas de ponta.

O processo de dinamização do nosso relacionamento com os países do Leste Europeu teve um momento de grande relevância, em 1988, com a recente visita oficial do Presidente da República à União Soviética, a primeira empreendida por um Chefe de Governo brasileiro àquele país.

Durante aquela visita, de 17 a 21 de outubro, o Presidente José Sarney foi acompanhado por uma comitiva de cerca de 120 empresários, que, às próprias expensas, participaram não só da IV EXPOBRASIL Moscou, realizada nas dependências do Trade Center de Moscou, como também de um Seminário sobre o desenvolvimento e perspectivas de incremento das relações econômico-comerciais entre os dois países.

O excelente nível dos contatos mantidos com o Presidente Gorbachev e as altas autoridades soviéticas, a assinatura da Declaração sobre os Princípios da Interação em Prol da Paz e da Cooperação Internacional – documento este inédito e de grande significado político –, e o importante número de acordos assinados, que abrangem desde a cooperação no campo da pesquisa espacial até o estabelecimento de condições vantajosas de financiamento para o intercâmbio de máquinas, equipamentos e manufaturados nos dois sentidos, permitem caracterizar essa visita como um marco histórico que redimensiona nossos entendimentos não apenas com a União Soviética, como também com os demais países do Leste Europeu.

Dentre os principais documentos assinados, além da referida Declaração, cabe destacar os seguintes: a) Acordo sobre o Intercâmbio de Máquinas, Equipamentos e Outras Mercadorias; b) Protocolo sobre a Cooperação no Campo da Pesquisa Espacial e da Utilização do Espaço para Fins Pacíficos; c) Acordos por Troca de Notas colocando em vigor o Programa de Cooperação Científica e Tecnológica, o Acordo de Cooperação Econômica e Técnica, o Acordo sobre Programa de Longo Prazo de Cooperação Econômica, Comercial, Científica e Tecnológicas, e, finalmente, Acordo por Troca de Notas colocando em vigor o Acordo Sobre Cooperação Cultural.

Ainda durante a visita do Presidente da República à URSS, realizaram-se diversas manifestações de natureza cultural, como a apresentação do pianista brasileiro Arthur Moreira Lima, a exposição de pintura do artista João Marino e uma exposição de fotografias da FUNARTE.

No período da visita presidencial a Moscou, foi reiterado ao Presidente Gorbachev convite para que visite o Brasil em 1989, ocasião em que

poderemos registrar novos entendimentos com o objetivo de elevar ainda mais o patamar de nossas relações com a União Soviética.

Os países do Leste Europeu compreenderam a disposição brasileira de ampliar o relacionamento com aquela região e têm procurado também aumentar o intercâmbio de contatos no mais alto nível.

Assinale-se, a visita, entre 12 e 14 de maio do Primeiro-Ministro da Tchecoslováquia, Senhor Lubomir Strougal. Naquela oportunidade o Chanceler Roberto de Abreu Sodré e o Ministro do Comércio Exterior, Jan Sterba, assinaram o Acordo de Cooperação Econômica, propondo metas para o desenvolvimento do comércio bilateral, até o ano 2.000, e sugerindo áreas, produtos e projetos passíveis de cooperação.

Ressalte-se, igualmente, que ficou acertada em final de 1988 a visita oficial ao Brasil do Presidente da Iugoslávia, Senhor Raif Dizdarevic, a realizar-se em março de 1989, ocasião em que procurar-se-á aprofundar os laços políticos e econômicos com um país de características singulares no Leste Europeu, membro fundador do Movimento Não-Alinhado.

ASPECTOS ECONÔMICO-COMERCIAIS

Depois de haver atingido, em 1986, o nível mais baixo ao longo dos últimos anos (cerca de US$ 1,3 bilhão contra US$ 1,9 bilhão em 1983), o valor global de nosso intercâmbio com o Leste Europeu elevou-se, em 1987, a cerca de US$ 1 bilhão e 800 milhões nos dois sentidos. O Brasil tem sido fornecedor, sobretudo, de matérias-primas para o Leste Europeu. Temos na composição de nossa pauta de exportação para aquela área, significativa participação de café, cacau, açúcar, produtos do complexo de soja e minério de ferro, entre outros. Por outro lado, o Brasil tem concentrado suas compras em petróleo da União Soviética, carvão e enxofre da Polônia e cloreto de potássio da República Democrática Alemã, itens que responderam por 60,2% em média do total das importações brasileiras, no período de 1982 a 1987. No entanto, a flutuação dos preços dos produtos de base naturalmente também tem contribuído para a instabilidade dos valores globais do comércio. O lado brasileiro tem feito esforços em favor da recuperação de nosso intercâmbio, procurando dar ênfase especial às operações que envolvam produtos de maior valor agregado, e assim menos sujeitos às variações internacionais de preços.

Nesse sentido, o desenvolvimento de nossas trocas poderia ocorrer por meio de negociação, por exemplo, de "pacotes", envolvendo produtos de alto conteúdo tecnológico, como computadores e equipamentos.

À luz das potencialidades existentes, grandes esforços faz o Brasil para aumentar seu intercâmbio com os países socialistas. Temos participado de diferentes feiras internacionais nesses países, procurando mostrar que podemos ocupar a posição de parceiro cada vez mais importante e confiável, inclusive na área de produção de equipamento.

Em 1988, diversas empresas brasileiras participaram das cinco principais feiras internacionais daquela região. Dessas cinco, três foram parcialmente subsidiadas pela COLESTE, e duas foram inteiramente custeadas pelo empresariado nacional. Foi parcialmente financiada a participação do Brasil na Feira Internacional da Primavera de Leipzig, na República Democrática Alemã, o maior evento do gênero na Europa Oriental, e um dos mais importantes do mundo; na edição de outono da referida mostra, o Brasil fez-se presente por meio de diversos estandes particulares de várias empresas, em caráter privado e sem ônus para o Estado.

O Itamaraty financiou, igualmente, a participação do Brasil na 60ª edição comemorativa da Feira de Poznán, na Polônia, e, também, a IV Exposição Industrial do Brasil em Moscou (IV EXPOBRASIL).

As reuniões das Comissões Mistas entre o Brasil e os países do Leste Europeu constituíram, em 1988, importantes instrumentos para a intensificação dos contactos econômicos. Nesse setor de atividades, ressalte-se, inicialmente, a realização em Moscou da XI Reunião da Comissão Intergovernamental Brasil – URSS de Cooperação Comercial, Econômica, Científica e Tecnológica, no período de 12 a 16 de setembro de 1988. Igualmente, o ano de 1988 foi marcado pelas realizações, em Brasília, da IX Reunião da Comissão Mista Brasil – Iugoslávia (15 e 16 de março), bem como da XI Reunião da Comissão Mista Brasil – Romênia (22 e 23 de novembro), e a IX Reunião da Comissão Mista Brasil – Hungria (14 e 15 de dezembro). Finalmente, em Berlim, realizou-se de 27 a 29 de junho a VII Reunião da Comissão Mista Brasil – RDA, para passar em revista e identificar meios e formas de desenvolver as relações comerciais, econômicas, financeiras e de cooperação científica e tecnológica entre os dois países. O comércio bilateral tem crescido e a RDA é hoje um dos principais parceiros comerciais do Brasil no Leste Europeu.

Durante o ano de 1988 realizou-se, em Brasília, reunião entre as Delegações da Polônia e do Brasil, esta chefiada pelo Banco Central, com vistas a discutir os termos do reescalonamento da dívida bilateral, no âmbito do Clube de Paris. Posteriormente, no mesmo ano, as autoridades bancárias competentes dos dois países tiveram, em Varsóvia, novo encontro de trabalho sobre o assunto. Em que pese não se ter chegado a posições conclusivas

com relação às grandes linhas balizadas pelo Clube de Paris, o crescimento do comércio bilateral Brasil – Polônia tem gerado saldos passíveis de virem a integrar um futuro esquema de amortização de quantitativo da dívida, sem prejuízo de outras medidas, que os dois países já começaram, em 1988, a examinar em conjunto, ou no âmbito do Clube de Paris, a cujas diretrizes se atêm.

Finalmente, o Itamaraty organizou, nos dias 7 e 8 de dezembro de 1988, em cooperação com a Secretaria Especial de Assuntos Internacionais do Governo do Estado do Rio de Janeiro, Seminário sobre Comércio Brasil – Leste Europeu, visando a levar ao empresariado brasileiro, a exemplo do que já fora feito, em anos anteriores, em São Paulo e Minas Gerais, visão mais aprofundada e particularizada das potencialidades daqueles mercados, bem como dos novos caminhos que se podem abrir para a expansão do intercâmbio.

ASSUNTOS CONSULARES

ÁREA JURÍDICA

Com a reorganização da Divisão Jurídica, em 1987, o Ministério das Relações Exteriores passou a desincumbir-se com mais presteza de suas atribuições. Em 1988, foram tramitados 71 pedidos de extradição, expedidas 355 Cartas Rogatórias, recebidas 294 outras, instruídos 421 processos de perda de nacionalidade, examinados 19 pedidos de asilo, além de outros assuntos típicos da Divisão. Foram ainda negociados e rubricados tratados de cooperação judiciária em matéria civil com a Espanha; em matéria civil, penal e de extradição com a Itália. E assinado tratado de extradição com a Espanha.

COOPERAÇÃO CONSULAR

A maior interação econômica e social do Brasil com países vizinhos tem acentuado a utilidade dos Grupos de Cooperação Consular como mecanismo para exame, superação ou administração de problemas, com correspondente economia dos canais políticos por excelência.

No âmbito do Grupo de Cooperação Consular com o Paraguai, acordaram-se, em 1988, mecanismos para facilitar a restituição de veículos roubados ou furtados no território de uma das Partes e introduzidos ilegalmente, e contra a vontade de seus proprietários, no território da outra. Foram realizadas ainda, em 1988, a Reunião de Consulta Regional Brasil – França (Guiana) e a primeira Reunião do Grupo de Cooperação Consular com a Venezuela.

MODERNIZAÇÃO DAS ATIVIDADES CONSULARES

Em 1988, foi instalado em 34 postos da rede consular brasileira o Sistema de Acompanhamento Consular (SIAC) que permite o registro e o processamento, em computador, das informações essenciais nas atividades dos postos e da SERE, sobre concessão de vistos, expedição de documentos de viagem, atos notariais, serviço militar e legalização de bens.

Na seqüência do trabalho de atualização do Manual de Serviço Consular e Jurídico, iniciado em 1987, quando foram completamente reestruturados os Tomos de Passaportes e Documentos de Viagem e Atos Relativos à Navegação, tendo preparado, em 1988, e novo Tomo de vistos.

ASSUNTOS POLÍTICOS MULTILATERAIS

ANÁLISE

O ano de 1988 mostrou uma revitalização do multilateralismo como instrumento para a redução de tensões internacionais, notadamente através de uma paticipação ativa das Nações Unidas na busca de soluções para diversos conflitos regionais pendentes de longa data. A atuação do Secretário-geral das Nações Unidas e de seus representantes especiais, bem como as deliberações do Conselho de Segurança (no qual o Brasil voltou a ocupar assento como membro não-permanente) foram fatores de relevo no encaminhamento de complexas questões, tais como no Afeganistão, entre o Irã e o Iraque, na África Austral, além de dar novo alento à busca de soluções para os problemas em Chipre e no Saara Ocidental.

O Brasil colaborou ativamente nesses esforços, tendo sido chamado a desempenhar importante papel em dois deles em particular: na implementação da resolução 598 (1987) para suspensão das hostilidades entre o Irã e o Iraque, quando lhe coube a presidência do Conselho de Segurança para o mês de julho; e na solução do conflito em Angola, no qual o Brasil foi convidado a comandar a Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola (UNAVEM).

Essa participação do Brasil nas atividades no âmbito da Nações Unidas se viu reforçada com nossa reeleição em 1988 ao Conselho de Administração do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e eleição ao Conselho Econômico e Social (ECOSOC), ambos para um mandato de três anos. Nossa presença nesses dois foros proporciona oportunidade para aportar construtiva contribuição ao encaminhamento das relevantes questões ali debatidas.

Do mesmo modo, o oferecimento feito pelo Brasil na XLIII Assembléia Geral para sediar a II Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente atesta sua disposição de cooperar de forma positiva com a comunidade internacional na defesa do meio ambiente. Como país que detém importante patrimônio ecológico, o Brasil almeja a promoção de uma cooperação internacional concebida em bases racionais e equilibradas, e que não implique ingerência externa ou desrespeito à soberania dos Estados.

A realização, em julho, da Primeira Reunião de Estados da Zona de Paz e de Cooperação do Atlântico Sul, no Rio de Janeiro, representou igualmente um importante marco nos esforços de cooperação internacional. A significativa participação de 21 países de ambas as margens do Atlântico Sul refletiu a crescente conscientização da identidade e especificidade da zona sul-atlântica pelos países da região e as perspectivas favoráveis para um estreitamento mutuamente proveitoso de atividades conjuntas, quer no campo econômico, comercial e ecológico, quer no campo da paz e segurança regional.

No âmbito hemisférico, verificou-se o depósito pelo Brasil do instrumento de ratificação do Protocolo de Cartagena, que fortalece as atribuições da Organização dos Estados Americanos, no curso de sua XVIII Assembléia Geral em novembro. Também nessa mesma sessão, houve a reeleição, por unanimidade, do Embaixador João Clemente Baena Soares para o cargo de Secretário-geral da Organização, fato que atesta o reconhecimento das qualidades do diplomata e da diplomacia brasileira.

Entretanto, o novo vigor do multilateralismo ainda não logrou permear, em 1988, determinadas áreas da agenda internacional, como o desarmamento, conforme atesta o inconclusivo resultado da III Sessão Especial da Assembléia Geral das Nações Unidas dedicada ao Desarmamento. Em que pese a numerosa participação de altos dignitários nos seus trabalhos, entre os quais o Presidente José Sarney, não foi possível chegar-se a uma Declaração Final, que incorporasse consensualmente as aspirações e expectativas da comunidade das nações como um todo, para a busca do desarmamento geral e completo sob efetivo controle internacional. Entretanto, diante dos progressos verificados nas negociações entre as Superpotências nesse campo, cabe esperar que essa nova disposição negociadora verificada em nível bilateral se estenda igualmente para o âmbito multilateral.

As Nações Unidas tiveram em 1988 um ano extremamente positivo, conforme refletido na sua participação direta, através do Secretário-geral Javier Pérez de Cuellar e de seus representantes especiais, no equacionamento e encaminhamento de complexas situações de conflitos regionais, tais como no Afeganistão, entre o Irã e o Iraque e na África Austral (retirada das tropas cubanas de Angola e implementação da resolução 435 do Conselho de Segurança sobre a independência da Namíbia), e ainda em relação às questões do Saara Ocidental e de Chipre.

Nesse quadro, particularmente pela retomada pelo Brasil, após uma ausência de 19 anos, de um assento como membro não-permanente no Conselho de Segurança, a diplomacia brasileira teve uma atuação intensa

nos trabalhos e deliberações das Nações Unidas em 1988. No âmbito do Conselho de Segurança, no mês em que nos coube exercer sua presidência, foi, por exemplo, possível chegar-se a um entendimento sobre a implementação da resolução 598 (1987) do próprio Conselho acerca da suspensão das hostilidades entre o Irã e o Iraque e do início das negociações de paz entre os beligerantes.

Em junho, realizou-se em Nova York, na sede das Nações Unidas, a III Sessão Especial da Assembléia Geral dedicada ao Desarmamento, a que compareceu o Presidente José Sarney. Na ocasião, ao dirigir-se à Assembléia Geral, o Presidente Sarney reiterou as posições brasileiras de apoio às Nações Unidas na área do desarmamento, sobretudo nuclear, e enunciou os princípios que deveriam orientar as negociações nessa área crucial.

De 25 a 29 de julho, realizou-se, no Rio de Janeiro, a Primeira Reunião de Estados da Zona de Paz e de Cooperação do Atlântico Sul, que contou com a participação, em alto nível, de 21 países sul-atlânticos. Inaugurada pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores e encerrada pelo Secretário-geral das Relações Exteriores, a reunião propiciou um importante intercâmbio de opiniões e deliberações, refletidas no relatório final, sobre as principais questões do interesse dos Estados sul-atlânticos nas áreas políticas e de cooperação.

Acordou-se, ainda, que o Brasil, como anfitrião da reunião, exerceria a função de coordenador da iniciativa até a realização de uma segunda reunião. Em 14 de novembro, durante a XLIII Sessão da Assembléia Geral, foi aprovada nova resolução sobre a Zona de Paz e de Cooperação do Atlântico Sul, com o voto expressivo de 144 Estados-membros das Nações Unidas.

Ainda no decurso da XLIII Assembléia Geral, o Brasil, como expressão concreta do seu interesse e da sua preocupação com a preservação do meio ambiente, fez o anúncio do oferecimento do Governo brasileiro de sediar, em território nacional, a II Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente, cuja realização, data, local, agenda e processo preparatório serão objeto de exame e de decisão pela próxima sessão da Assembléia Geral, em fins de 1989.

Por ocasião da I Sessão Regular de 1988 do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC), em Nova York, em maio, o Brasil foi reeleito para o Conselho de Administração do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), para novo mandato de 3 anos, na única vaga destinada a países da América Latina e do Caribe. Durante a XLIII

Assembléia Geral, o Brasil foi eleito para o Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC), para mandato de 3 anos, em uma das três vagas destinadas aos países acima mencionados.

Finalmente, nos últimos dias de 1988, o Brasil quitou integralmente o seu débito com o orçamento regular e com o custeio das operações de paz das Nações Unidas.

Em 1988, manteve-se o clima de distensão que tem caracterizado as conversações entre norte-americanos e soviéticos sobre desarmamento e controle de armas nos últimos quatro anos, que tem como marco inicial de referência a retomada das negociações de Genebra a partir da Declaração Conjunta Shultz-Gromyko, de 7 de janeiro de 1985.

Merece particular registro, nesse contexto, a entrada em vigor, em maio de 1988, por ocasião do IV Encontro de Cúpula EUA - URSS, em Moscou, do Tratado sobre a Eliminação das Forças Nucleares de Médio e Curto Alcances de ambos os países (Tratado de Washington), com a troca dos instrumentos de ratificação entre o Presidente Ronald Reagan e o Secretário-geral Mikhail Gorbachev.

Em plena fase de implementação, o Tratado de Washington prevê o prazo de 18 meses após a sua entrada em vigor para a destruição completa das forças nucleares de curto alcance e o de 3 anos para as de médio alcance. A convite do Governo soviético, representantes dos Países-membros da Conferência do Desarmamento, do Conselho de Segurança das Nações Unidas e da imprensa internacional assistiram, em setembro de 1988, em Volgogrado, à destruição de mísseis soviéticos incluídos no escopo do Tratado de Washington. O Governo brasileiro esteve representado no evento.

Tiveram continuidade, em 1988, as negociações bilaterais EUA - URSS sobre espaço exterior, armas estratégicas e cessação dos testes nucleares. As deliberações relativas aos dois primeiros temas não lograram maiores avanços, persistindo o impasse observado em anos anteriores em torno do tratamento a ser dispensado ao programa norte-americano da Iniciativa de Defesa Estratégica à luz do Tratado ABM. As negociações sobre testes nucleares propiciaram, sob o clima de confiança gerado pelas experiências conjuntas de inspeção realizadas nos centros de testes de Semipalatinski e Nevada, uma crescente harmonização das respectivas posições nacionais no sentido da ratificação por ambos os Governos, em futuro próximo, do Tratado sobre a Limitação dos Testes Nucleares, de 1974 e do Tratado sobre as Explosões Nucleares para Fins Pacíficos, de 1976.

De claro interesse para o futuro das negociações entre as superpotências e as respectivas alianças militares sobre forças convencionais, cumpre registrar a decisão anunciada pelo Secretário-geral Mikhail Gorbachev, em discurso pronunciado no plenário da XLIII Assembléia Geral das Nações Unidas, em 7 de dezembro passado, de acordo com a qual o Governo soviético reduzirá, unilateralmente, suas forças armadas em 500 mil homens nos próximos dois anos e retirará importantes contingentes militares tanto da parte européia de seu território como da asiática.

No plano multilateral, na área do desarmamento, o evento mais expressivo de 1988 foi a realização em Nova York, de 31 de maio a 25 de junho da III Sessão Especial da Assembléia Geral das Nações Unidas dedicada ao Desarmamento (III SSOD).

Reunida sob a expectativa de que o ânimo suscitado pelos êxitos na esfera bilateral EUA – URSS pudesse materializar-se em ganhos para o multilateralismo, a III SSOD congregou um número sem precedentes de líderes nacionais e de organizações não-governamentais.

Fizeram pronunciamento no Plenário da III Sessão Especial 23 Chefes de Estado, entre os quais o Presidente José Sarney, seis Primeiros-Ministros, um Vice-Presidente e 61 Ministros das Relações Exteriores.

A despeito dos intensos esforços despendidos pelas delegações ao longo de quatro semanas de atividades, a III SSOD não conseguiu obter consenso, ao final dos trabalhos, em torno de um Documento Final que balizasse, no plano conceitual, o processo multilateral do desarmamento ao longo dos próximos anos. Contribuiu para isso o dissenso entre os diversos grupos políticos acerca do relacionamento existente no campo do desarmamento entre as negociações bilaterais EUA – URSS e as atividades dos foros multilaterais.

O Brasil participou de forma ativa e construtiva dos trabalhos da III SSOD e de seu Comitê Preparatório, tendo por base suas tradicionais posições de princípio sobre a matéria. Em seu pronunciamento no Plenário, no dia 7 de junho, o Presidente José Sarney, após passar em revista o quadro internacional, enumerou um elenco de princípios que devem nortear, em nosso entendimento, os esforços em prol do desarmamento, a saber:

a) nenhum Estado deve pedir a qualquer outro que tome medidas de desarmamento que ele próprio não esteja disposto a tomar;
b) as preocupações de segurança de um Estado são tão válidas, tão importantes e tão relevantes quanto as de qualquer outro;

c) o desenvolvimento industrial e tecnológico não desobriga qualquer país de observar e respeitar medidas de desarmamento internacionalmente acordadas;
d) a não-militarização do espaço exterior constitui pré-requisito para a adoção de medidas significativas de desarmamento regional;
e) a proliferação geográfica de armas nucleares compromete a posição adotada por muitos Estados de renunciarem à opção nuclear.

Nas demais instâncias multilaterais de desarmamento, foram discretos os avanços alcançados em 1988 no tratamento das questões substantivas, em razão, basicamente, da prioridade acordada pelas superpotências, na condução desses temas, aos mecanismos de ação bilateral.

A Conferência do Desarmamento, o único foro multilateral de caráter negociador no âmbito das Nações Unidas, não logrou, na Sessão Substantiva de 1988, avanços significativos em qualquer dos itens nucleares da agenda – cessação completa dos testes nucleares (item 1), cessação da corrida armamentista nuclear (item 2) e prevenção da guerra nuclear (item 3).

Perdurou o impasse observado nas Sessões anteriores da CD com relação aos temas referentes à Prevenção da Corrida Armamentista no Espaço Exterior (item 5), Garantias Negativas (item 6), Armas Radiológicas (item 7) e Programa Abrangente de Desarmamento (item 8). Pode ser considerado positivo, de qualquer forma, o estabelecimento de cinco Comitês *ad hoc* encarregados da consideração: a) das Armas Químicas, b) da Prevenção da Corrida Armamentista no Espaço Exterior, c) das Garantias Negativas, d) das Armas Radiológicas e e) do Programa Abrangente de Desarmamento.

A principal contribuição da CD para o processo do desarmamento continua a ser representada pelas negociações em curso no Comitê *ad hoc* específico (item 4) para a elaboração da Convenção sobre a Proibição da Produção, Desenvolvimento e Estocagem de Armas Químicas e sua Destruição.

Na Sessão Substantiva de 1988 da CD, obteve-se significativo progresso na consideração de alguns tópicos centrais do projeto de Convenção, como os relativos às Categorias de Produtos Químicos sujeitos a Controle, à Definição de Instalações para a Produção de Armas Químicas e a Questão das Inspeções por Desafio.

O Brasil tem tido participação ativa nos trabalhos de elaboração da Convenção sobre Armas Químicas no Comitê *ad hoc* específico e em seus

respectivos Grupos de Trabalho, sendo o coordenador do grupo dos países neutros e não-alinhados nas negociações sobre o artigo XI (Desenvolvimento Econômico e Tecnológico). As principais preocupações do Governo brasileiro são a de assegurar que a Convenção não venha a ser inibidora do livre desenvolvimento da indústria química civil e a de zelar pela observância dos princípios da universalidade e da não-discriminação no estabelecimento dos direitos e obrigações dos Estados-Partes.

Em 1º de setembro, o Subsecretário-geral para Assuntos Políticos Multilaterais e Especiais do Ministério das Relações Exteriores pronunciou discurso em Sessão Plenária da Conferência do Desarmamento, reafirmando a prioridade atribuída pelo Brasil aos trabalhos desse foro e a expectativa de que exerça, de forma plena, o mandato negociador a ele atribuído pelas Nações Unidas.

A Sessão de 1988 da Comissão do Desarmamento ocupou-se, como as suas antecessoras, de uma temática demasiado ampla, imprópria a um tratamento objetivo e concentrado dos assuntos nela presentes. Além dos sete itens substantivos constantes da agenda da Sessão de 1987 (aspectos gerais do desarmamento, redução de orçamentos militares, capacidade nuclear da África do Sul, revisão do papel das Nações Unidas no campo do desarmamento, armamento e desarmamento navais, desarmamento convencional e verificação), voltou a constar da pauta da Comissão, em 1988, a questão das Medidas de Fortalecimento da Confiança.

Não se conseguiu, na Sessão de 1988, avanços em relação aos itens referentes a aspectos gerais do desarmamento, capacidade nuclear da África do Sul, revisão do papel das Nações Unidas no campo do desarmamento, desarmamento convencional e redução de orçamentos militares. Foi possível, no entanto, concluir os trabalhos, com a adoção de textos consensuais, afetos aos itens sobre verificação e medidas de fortalecimento da confiança (CBM's). Quanto ao tema do armamento e desarmamento navais, obteve-se consenso no órgão subsidiário pertinente, mas não no Comitê Plenário, devido à recusa de uma importante delegação de participar das deliberações sobre esse assunto.

A Delegação do Brasil desempenhou papel ativo na Sessão Substantiva de 1988 da Comissão, registrando, ao final dos trabalhos, sua satisfação com os progressos obtidos em relação aos temas da verificação, CBMs e armamento e desarmamento navais, mas deixando claro, em contrapartida, a preocupação do Brasil com o impasse que se voltou a observar no atinente às questões nucleares.

Os trabalhos da I Comissão da XLIII Assembléia Geral das Nações Unidas voltaram a ser marcados:

a) por uma ênfase desmesurada em temas de importância secundária da agenda do desarmamento – como, por exemplo, medidas de fortalecimento da confiança e informações objetivas sobre assuntos militares –, em detrimento das prioridades estabelecidas, por consenso, pela I Sessão Especial da Assembléia Geral das Nações Unidas dedicada ao Desarmamento, em 1978;
b) pela harmonização de posições entre as superpotências e suas respectivas alianças militares em torno de linhas nem sempre condizentes com as defendidas pelo grupo dos países neutros e não-alinhados, sobretudo em torno de questões como não-proliferação nuclear e desarmamento convencional.

A Delegação do Brasil participou ativamente dos trabalhos da I Comissão da XLIII Assembléia Geral, co-patrocinando projetos de resolução identificados com as nossas posições de princípio e pronunciando, em Plenário, duas importantes intervenções, uma sobre aspectos gerais do desarmamento e outra dedicada aos temas das armas químicas e da verificação.

Ainda no âmbito multilateral, cabe registrar a realização em Berlim, no período de 20 a 22 de junho passado, do "Encontro Internacional para a criação de Zonas Livres de Armas Nucleares". Patrocinado pelo Governo da República Democrática Alemã e reunindo representantes governamentais e de organizações internacionais, parlamentares e personalidades dos meios acadêmico, científico e artístico, o encontro de Berlim foi voltado para o exame da contribuição representada pelo estabelecimento de zonas desnuclearizadas para o fortalecimento da paz e segurança internacionais. O Brasil participou do evento com um representante governamental e com uma delegação parlamentar observadora.

Os Governos norte-americano e francês lançaram, em setembro do ano passado, na XLIII Assembléia Geral das Nacções Unidas, a idéia de se convocar uma Conferência Internacional para examinar a necessidade de se fortalecer o Protocolo de Genebra de 1925 sobre a Proibição do Emprego na Guerra de Gases Asfixiantes, Tóxicos ou Similares e de Meios Bacteriológicos de Guerra, a realizar-se em Paris, de 7 a 11 de janeiro de 1989. Em novembro e dezembro de 1988, foram realizadas em Nova York, sob a coordenação da França, reuniões de consultas com países interessados, das quais participou o Brasil, para a preparação da Conferência de Paris.

24. No plano interno, merecem registro dois acontecimentos de relevância para a política brasileira sobre desarmamento:

a) a aprovação pelo Congresso Nacional, por meio do Decreto Legislativo nº 2, de 11 de fevereiro de 1988, do texto do Tratado sobre a Proibição da Colocação de Armas Nucleares e Outras de Destruição em Massa nos Fundos Marinhos e Leitos Oceânicos e nos seus Subsolos (Sea-Bed Treaty) e o correspondente depósito pelo Governo brasileiro do instrumento de ratificação do Tratado junto aos Governos Depositários em Londres, Moscou e Washington;
b) a inclusão no texto final da Constituição brasileira (artigo 21, inciso XXIII, alínea a) de dispositivo prevendo que "toda atividade nuclear em território nacional somente será admitida para fins pacíficos e mediante aprovação do Congresso Nacional", elevando a nível constitucional compromisso assumido pelo Brasil ao assinar e ratificar o Tratado de Tlatelolco e em inúmeros pronunciamentos oficiais a esse respeito.

ATLÂNTICO SUL

Tema suscitado pelo Presidente José Sarney em seu discurso perante a Assembléia Geral das Nações Unidas em 1985, a agenda da Assembléia passou a incluir, por iniciativa brasileira, a partir do ano seguinte, item referente a Zona de Paz e de Cooperação do Atlântico Sul (ZPCAS).

A XLI sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas, em 1986, ao adotar a resolução 41/11, declarou solenemente o Atlântico Sul, na região situada entre a África e a América do Sul, como "Zona de Paz e de Cooperação". Em 1987, a XLII sessão da Assembléia adotou a resolução 42/16, que, inter alia, conclamou os Estados da ZPCAS a prosseguirem em suas ações para implementar os objetivos da Declaração.

Nesse sentido, o Governo brasileiro patrocinou, em julho de 1988, a realização, no Rio de Janeiro, da Primeira Reunião de Estados da Zona de Paz e de Cooperação do Atlântico Sul. A Reunião do Rio congregou representantes governamentais de alto nível de 21 países sul-atlânticos (Angola, Argentina, Benin, Cabo Verde, Congo, Costa do Marfim, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Libéria, Nigéria, São Tomé e Príncipe, Senegal, Serra Leoa, Togo, Uruguai e Zaire, além do Brasil) e teve como objetivo a discussão de formas de cooperação que possam contribuir para o adensamento dos vínculos entre os países da região e para a promoção dos objetivos da paz e do desenvolvimento no Atlântico Sul.

As conclusões da Reunião do Rio de Janeiro foram registradas no Documento Final do encontro, aprovado por consenso, e podem ser situadas em três níveis:

a) no plano multilateral, os participantes salientaram a importância do cumprimento dos propósitos da Declaração da Organização da Unidade Africana sobre a Desnuclearização da África, de 1964, e do Tratado para a Proscrição de Armas Nucleares na América Latina (Tratado de Tlatelolco) e seus Protocolos Adicionais I e II, de 1967. Os participantes expressaram, ainda, sua oposição à odiosa prática do *apartheid* e à ocupação ilegal da Namíbia, apoiaram a imposição de sanções mandatórias contra o regime racista da África do Sul, manifestaram esperança no êxito das conversações Angola – África do Sul – Cuba – EUA, então em curso, e externaram a expectativa de receber, em futuro próximo, na comunidade dos Estados sul-atlânticos, representantes de uma Namíbia independente e de uma África do Sul livre do *apartheid*. Os participantes expressaram ainda preocupação com o atual impasse nas negociações entre Argentina e o Reino Unido acerca das Malvinas;

b) no plano da cooperação regional para o desenvolvimento, os participantes expressaram sua determinação de estimular maior comércio intrazonal, o intercâmbio científico e tecnológico, o desenvolvimento dos meios de transporte e comunicações. Concordaram em trocar informações nas áreas da agro-indústria, energia, meteorologia, oceanografia, saúde e treinamento de recursos humanos. Salientaram a importância da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar e expressaram sua disposição de efetuar consultas e trocar informações sobre temas relacionadas à implementação da Convenção. Condenaram as transferências para a região sul-atlântica de resíduos tóxicos ou radioativos oriundos de outras partes do mundo e acordaram em considerar a conveniência de serem estabelecidos mecanismos voltados para o intercâmbio de informações sobre movimentos de navios na ZPCAS, tendo concordado, nesse contexto, em estabelecer um sistema de vigilância com o objetivo de monitorar, coletar e disseminar informações e dados sobre a referida movimentação; e

c) no plano institucional, acordou-se que a próxima reunião de Estados integrantes da ZPCAS deverá realizar-se em 1989, em local e data a serem definidos, e que, até então, caberá ao Brasil o papel de coordenador das atividades conjuntas.

Durante a XLIII Assembléia Geral das Nações Unidas, em 1988, o Brasil conduziu as consultas que resultaram na aprovação, por 144 votos a favor, 1 contra (EUA) e 7 abstenções (Bélgica, França, RFA, Itália, Japão,

Luxemburgo e Países Baixos), de projeto de resolução sobre a Zona de Paz e de Cooperação do Atlântico Sul, que se tornou a resolução 43/23.

A resolução 43/23 saúda a realização da primeira reunião de Estados integrantes da ZPCAS, toma nota do Documento Final da reunião, insta todos os Estados a cooperarem na promoção dos objetivos da Zona e reitera solicitação de que os órgãos do sistema das Nações Unidas prestem toda a assistência necessária à implementação da iniciativa.

No exercício de suas funções de coordenação, o Brasil tem divulgado junto aos demais Estados da Zona da Paz, informações relevantes para o fortalecimento da cooperação intrazonal, bem como identificado os pontos focais nacionais responsáveis naqueles Estados pelos esforços de implementação de futuros projetos no âmbito da ZPCAS.

MEIO AMBIENTE

Acompanhando a evolução do tema na agenda internacional, o Itamaraty procurou estar presente, durante todo o ano de 1988, nos diversos foros em que foram debatidos aspectos da questão ambiental, notadamente no âmbito do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e nas negociações com organismos financeiros internacionais.

A ativa participação no plano externo espelhou a crescente preocupação da sociedade brasileira com os problemas ambientais, com suas causas, conseqüências e formas adequadas de equacionamento. Exemplos da importância adquirida pelo tema no Brasil são a nova Constituição nacional, promulgada em 5 de outubro último, na qual há um capítulo inteiro consagrado ao meio ambiente, e o lançamento pelo Presidente José Sarney, também em outubro, do Programa de Defesa do Complexo de Ecossistemas da Amazônica Legal, denominado Programa Nossa Natureza. Tem-se buscado dar ampla divulgação no exterior às medidas adotadas internamente, como forma de enfatizar que o Governo brasileiro compartilha a convicção de que a proteção do meio ambiente é um dos principais problemas com que se depara a comunidade internacional.

Além de várias iniciativas de cooperação bilateral, notadamente por meio de projetos com a República Federal da Alemanha, o Japão e outros países industrializados, o Brasil tem procurado valorizar a cooperação regional na área do meio ambiente. Nesse sentido, estão em andamento iniciativas entre os países membros do Tratado de Cooperação Amazônica (TCA), em áreas como a de exploração racional de florestas e o uso de tecnologias apropriadas.

Por ocasião da Primeira Reunião de Estados da Zona de Paz e de Cooperação do Atlântico Sul, que teve lugar no Rio de Janeiro, em julho de 1988, o Brasil se associou aos demais participantes na defesa do meio ambiente marinho do Atlântico Sul, com particular ênfase na preocupação comum com a prevenção e o controle de movimentos e depósito de resíduos perigosos, tóxicos e nucleares na região, incluindo o alto mar.

No plano multilateral, o Brasil tem acompanhado e participado diretamente nas mais diversas instâncias de cooperação em matéria de meio ambiente, tanto no âmbito do sistema das Nações Unidas como naquelas decorrentes de iniciativas individualizadas de governos nacionais. Nesta última categoria, incluem-se a reunião sobre meio ambiente e desenvolvimento, organizada pelo governo italiano como coroamento do ano europeu do meio ambiente, e realizada em Milão, em março de 1988, e a reunião sobre gestão ambiental na América Latina, patrocinada pelo governo da Venezuela em Caracas, em abril do mesmo ano.

A proteção da camada de ozônio atmosférica é um dos aspectos da questão ambiental ao qual o Brasil atribui grande importância. Assim, após consultas aos diferentes órgãos da Administração pública interessados na matéria, o Itamaraty encaminhou à Presidência da República Exposição de Motivos propondo a adesão do Brasil à Convenção de Viena para a Proteção da Camada de Ozônio, de 1985, e ao Protocolo de Montreal sobre Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio, de 1987. Segundo dados oficiais das Nações Unidas, o Brasil é responsável por menos de 1% do consumo global de substâncias destruidoras do ozônio atmosférico, cuja produção está concentrada nos países do Hemisfério norte, que respondem por cerca de 95% do total global.

Outra questão relevante, que tem afetado diretamente inúmeros países sul-atlânticos, diz respeito às tentativas de depósito ilegal de resíduos perigosos no território de países em desenvolvimento. O Itamaraty participou ativamente, durante todo o ano de 1988, do Grupo de Trabalho *ad hoc* estabelecido pelo PNUMA com vistas à elaboração de uma Convenção Global para o controle de movimentos transfronteiriços de resíduos perigosos, defendendo a instituição de um regime que coíba atividades ilegais nessa área. Segundo o cronograma estabelecido pelo PNUMA, a Convenção Global deverá ser adotada em março de 1989, em Conferência de Plenipotenciários a realizar-se em Basiléia.

O Brasil fez-se igualmente representar em duas importantes reuniões realizadas sob os auspícios das Nações Unidas em Genebra, em novembro de 1988, que versaram sobre alterações climáticas e diversidade biológica,

respectivamente. Em ambos os temas há interesse direto do País, sendo lícito prever que seu tratamento internacional deverá ganhar em intensidade de agora em diante.

Durante o XLIII período de sessões da Assembléia Geral das Nações Unidas, o Brasil co-patrocinou resolução referente à futura convocação de uma segunda Conferência das Nações Unidas sobre meio ambiente, tendo-se oferecido para sediá-la. O evento ocorrerá provavelmente em 1992, marcando o vigésimo aniversário da Conferência de Estocolmo sobre o Meio Ambiente Humano.

Foi definida a realização em Brasília, em março de 1989, da VI Reunião Ministerial sobre Meio Ambiente na América Latina e Caribe, mais alto foro regional para o tratamento da questão ambiental, organizada conjuntamente pelo Governo brasileiro e pelo Escritório Regional do PNUMA.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU)

ELEIÇÕES

O Brasil foi eleito, em 26 de outubro último, na XLIII Assembléia Geral, para uma das três vagas no Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC) destinadas em 1988 ao Grupo Latino-Americano e Caribenho. A eleição do Brasil ao ECOSOC reflete o reconhecimento internacional da contribuição que a diplomacia brasileira poderá dar aos trabalhos do Conselho, na busca de soluções para os graves problemas com que se defronta a comunidade internacional nos campos econômico, social, cultural, educacional, da saúde, dos direitos humanos e das liberdades fundamentais.

Em eleições realizadas durante a I Sessão Regular de 1988 do ECOSOC, em maio, o Brasil foi eleito, ainda, para novo mandato de três anos no Conselho de Administração do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e para as Comissões sobre a Situação da Mulher, de Estatísticas, de Empresas Transnacionais e de População.

AMÉRICA CENTRAL

No último trimestre de 1987 e primeiros dias de 1988, houve desdobramentos significativos no marco do entendimento alcançado pelos Presidentes da Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras e Nicarágua, na cidade de Guatemala, em 7 de agosto de 1987, intitulado "Procedimentos para o Estabelecimento de uma Paz Firme e Duradoura na América Central" e conhecido como "Acordo de Esquipulas II".

De um lado, os países centro-americanos adotaram, salvaguardadas as particularidades nacionais e em graus distintos de intensidade, medidas voltadas para a satisfação dos compromissos previstos nos "Procedimentos", como, por exemplo:

a) a criação nos cinco Estados da América Central, embora sob critérios distintos, de Comissões Nacionais de Reconciliação;
b) a promulgação em El Salvador, Guatemala, Honduras e Nicarágua de decretos de anistia;
c) avanços no tocante à proteção, à assistência e à repatriação voluntária de refugiados, em um processo que envolve a participação do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados.

De outro, a Comissão Internacional de Verificação e Acompanhamento (CIVA), estabelecida por Esquipulas II e integrada pelos membros do Grupo de Contadora e Apoio, pelos cinco países centro-americanos e pelos Secretários-gerais da ONU e da OEA, realizou visitas a todos os países da região no sentido de avaliar o cumprimento dos pontos acordados na Guatemala.

Em seu Relatório Final, apresentado aos cinco Presidentes centro-americanos no Encontro de Cúpula de São José, na Costa Rica, em 15 de janeiro de 1988, a CIVA deixou claro que, a despeito das importantes medidas adotadas pelos Governos centro-americanos no marco dos "Procedimentos", não havia sido possível, até então, concretizar o objetivo por excelência dos acordos de Esquipulas II, qual seja, o de lograr a paz na região mediante, *inter alia*, a cessação de hostilidades, a democratização, a interrupção de ajuda externa a forças irregulares e a movimentos insurrecionais e o não-uso de territórios nacionais para agressão a outros Estados.

Após analisar as conclusões apresentadas pela CIVA, os cinco Presidentes decidiram encaminhar o Relatório Final à apreciação da Comissão Executiva, integrada pelos Chanceleres centro-americanos, que passaria a ser o responsável único pela verificação do acordo da Guatemala. Para tal fim, a Comissão Executiva poderia buscar a "cooperação de Estados regionais e extra-regionais ou de organismos de reconhecida imparcialidade e competência técnica".

Recém-finda a Reunião de São José, a Câmara de Representantes dos Estados Unidos rejeitou, em 3 de fevereiro, pedido da Casa Branca de ajuda humanitária – 32,65 milhões de dólares – e militar – 3,6 milhões de dólares – aos Contras. A decisão da Câmara dos Representantes foi de encontro ao interesse da Administração Reagan em dar pleno curso à *insurance policy*

que tem norteado a estratégia norte-americana em relação ao governo sandinista, fundada na percepção de que somente o apoio bélico dos EUA aos Contras motivaria os sandinistas a comparecerem à mesa de negociações e a realizarem as reformas necessárias, sob a ótica de Washington, à democratização do país.

Em meados de março, o processo de paz centro-americano sofreu claro revés com a ocorrência de choques militares de ampla escala entre tropas sandinistas e forças rebeldes ao longo da fronteira com Honduras e no interior do próprio território hondurenho. O subseqüente pedido formal de auxílio militar ao Governo Reagan pelo Governo de Tegucigalpa foi, respondido com o envio a Honduras de cerca de 3.000 soldados norte-americanos.

Por solicitação do Governo da Nicarágua, o Conselho de Segurança das Nações Unidas reuniu-se, de 17 a 19 de março, para examinar os incidentes na região fronteiriça Nicarágua - Honduras e seus eventuais desdobramentos no âmbito do contencioso centro-americano. Em intervenção feita em 18 de março, no Conselho, a Delegação do Brasil registrou sua profunda preocupação com o agravamento da situação na América Central e instou os Estados Unidos, a Nicarágua e Honduras a agirem com moderação, em estrita observância aos princípios da não-intervenção e do não-uso da força para solução de controvérsias, de modo a cessar a escalada militar na região e criar condições que permitam a obtenção da paz no istmo centro-americano.

Foi divulgada, ainda, na ocasião, Declaração do Grupo de Contadora e Apoio, circulada como documento oficial do Conselho de Segurança e da Assembléia Geral da Nações Unidas, que conclamava os Governos hondurenho e nicaragüense a acatarem os princípios de Esquipulas II, fazia um apelo à reversão da escalada militar estrangeira na América Central e afirmava que o diálogo e a negociação direta constituem o único meio legítimo para resolver o conflito regional.

Imediatamente após o incidente fronteiriço e a correspondente sessão do Conselho de Segurança, o processo de paz ganhou novo alento com a realização na localidade de Sapoá, de 22 a 24 de março, de reunião entre membros do Governo sandinista e dirigentes dos Contras, com a participação do Secretário-geral da OEA e do Cardeal Obando y Bravo, na qual se logrou obter, além da suspensão das hostilidades, um amplo entendimento que previu, *inter alia,* a adoção das seguintes medidas:

a) anistia geral aos condenados por delitos políticos após a Revolução sandinista e aos membros da antiga Guarda Nacional;

b) limitação da ajuda humanitária para a resistência a fins de alimentação e de fornecimentos básicos, a ser canalizada por organizações neutras.

O acordo de Sapoá não foi observado a contento, embora continuasse, juntamente com Esquipulas II, a ser reconhecido pelas partes diretamente envolvidas como um marco válido para o equacionamento do contencioso regional.

A política do Brasil em relação à América Central continua a ter por base os seguintes princípios:

a) a situação de crise na região centro-americana tem causas históricas, relacionadas à manutenção de estruturas econômicas desequilibradas;
b) a crise da América Central não deve ser considerada sob a ótica da confrontação Leste-Oeste, cuja transferência para a área compromete os esforços de pacificação regional;
c) a solução do contencioso centro-americano deve passar pelo respeito aos princípios da solução pacífica de controvérsias, da não-intervenção em assuntos internos de outros Estados, da autodeterminação e do não-uso da força nas relações internacionais;
d) deve ser atribuída prioridade aos interesses dos países diretamente afetados, sem ingerência externa; e
e) os esforços de negociação devem caber prioritariamente aos países latino-americanos, princípio que norteou a criação tanto do Grupo de Contadora como do Grupo de Apoio.

Na XLIII Assembléia Geral das Nações Unidas, o Brasil, ao lado dos cinco países centro-americanos, dos membros do Grupo de Contadora e dos demais membros do Grupo de Apoio, co-patrocinou projeto de resolução sobre a situação na América Central. Aprovado por consenso, o projeto expressa, *inter alia*, o firme apoio da Assembléia Geral aos acordos de Esquipulas II.

MALVINAS

Em 1988, o fato mais marcante no âmbito da controvérsia anglo-argentina sobre as Malvinas foi a decisão do Governo britânico de realizar manobras militares na região – a chamada operação "FIRE-FOCUS" –, de 7 a 31 de março de 1988, com o alegado propósito de testar sua capacidade de reforçar, em situações de urgência, as guarnições estacionadas nas ilhas.

A iniciativa britânica provocou, desde o seu anúncio, protestos veementes por parte do Governo argentino. Considerando a "FIRE-FOCUS"

uma violação (i) dos direitos soberanos da Argentina sobre as ilhas, (ii) das Resoluções pertinentes das Nações Unidas e da Organização dos Estados Americanos e (iii) da Declaração pela Assembléia Geral das Nações Unidas do Atlântico Sul como Zona de Paz e de Cooperação, o Governo argentino decidiu adotar, durante as manobras, medidas estritas de "vigilância e alerta defensivos" e de "advertência à navegação", que previam, *inter alia*, a possibilidade de visita, inspeção e aprisionamento por autoridades argentinas de embarcações estrangeiras que transitassem pela área em litígio.

Em 15 de fevereiro, em Nota encaminhada pela Embaixada do Brasil em Londres ao "Foreign Office", o Governo brasileiro registrou sua profunda preocupação com os planejados exercícios navais britânicos. Em 25 de fevereiro, os Ministros das Relações Exteriores dos países-membros do Grupo dos Oito emitiram, em Cartagena, Declaração em que assinalavam as graves conseqüências da decisão britânica enquanto elemento adicional de tensão no Atlântico Sul e conclamavam o Governo do Reino Unido a cancelar as manobras previstas e a reiniciar negociações bilaterais com o Governo argentino com vistas a uma solução negociada e definitiva do contencioso sobre as Malvinas.

Em primeiro de março, o assunto foi examinado, em reunião extraordinária, pelo Conselho Permanente da OEA, que adotou, sem objeções, resolução intitulada "Profunda preocupação com a decisão do Governo do Reino Unido de efetuar exercícios militares nas Ilhas Malvinas e a esperança de que a decisão seja reconsiderada". Finalmente, em 17 de março, o Conselho de Segurança das Nações Unidas examinou o assunto, em sessão formal, sem discutir qualquer texto de resolução ou declaração. Do debate participaram trinta oradores, em particular latino-americanos, e os quinze membros do Conselho, inclusive o Reino Unido, que procurou justificar as manobras, sem apoio de qualquer outra delegação. A Argentina, representada pelo Ministro Dante Caputo, reiterou sua disposição ao diálogo e à negociação de todos os problemas pendentes com o Reino Unido.

A posição do Brasil em relação à questão das Malvinas, reiterada em sucessivas ocasiões no âmbito das Nações Unidas, baseia-se nos seguintes princípios:

a) apoio à soberania argentina sobre as Malvinas;
b) a necessidade de implementação integral da Resolução 502 (1982) do Conselho de Segurança;
c) a importância da busca de uma solução pacífica e negociada para o conflito; e
d) a preocupação com a militarização da área.

Em conformidade com esses princípios, o Brasil tem co-patrocinado os projetos de resolução sobre as Malvinas submetidos anualmente à consideração da Assembléia Geral das Nações Unidas. Na XLIII AGNU, foi aprovado projeto de resolução sobre o assunto (transformado na resolução 43/25), em que se exorta os Governos do Reino Unido e da Argentina a iniciarem negociações para o equacionamento dos problemas existentes entre os dois países, solicita-se ao Secretário-geral das Nações Unidas a continuação de sua missão de bons ofícios com vistas à solução pacífica do contencioso argentino-britânico e requer-se a manutenção do item na agenda da Assembléia Geral.

ÁFRICA AUSTRAL

Em 1988, o Brasil prosseguiu pautando a sua atuação internacional pela tradicional posição de condenação ao *apartheid* e à presença ilegal sul-africana na Namíbia.

Em 26 de fevereiro de 1988, o Governo brasileiro emitiu nota à imprensa em que manifestava sua profunda preocupação com a decisão do Governo da África do Sul de restringir as atividades de numerosas organizações de oposição ao regime aparteísta.

Em 17 de junho, o Conselho de Segurança da Nações Unidas aprovou por unanimidade a resolução 615, pela qual instava as autoridades sul-africanas a comutarem a pena de morte imposta aos cidadãos sul-africanos conhecidos como os "Seis de Sharpville". Sobre o assunto, em julho, o Governo brasileiro transmitiu mensagem ao Chanceler da África do Sul em que fez apelo ao Governo daquele país para que sustasse a execução e revogasse a condenação à morte dos "Seis de Sharpville".

Em julho de 1988, uma missão do Conselho da Nações Unidas para a Namíbia visitou o Brasil com o objetivo de trocar com o Governo brasileiro informações e pontos de vistas sobre a evolução da situação da África Austral, ocasião em que se reiteraram as posições tradicionais do Brasil quanto ao problema do direito do povo namibiano à autodeterminação. A missão do Conselho manifestou grande satisfação com a expressão de interesse brasileiro em passar a participar, na qualidade de observador, dos trabalhos do referido órgão.

O Governo brasileiro acolheu com satisfação os resultados positivos das conversações havidas em 1988 entre Angola, África do Sul e Cuba, intermediadas pelos EUA, e que culminaram, em dezembro, com a assinatura de um acordo tripartite (África do Sul, Angola e Cuba), que

estabeleceu a data de 1º de abril de 1989 para o início da implementação da resolução 435 do Conselho de Segurança (1978) sobre a independência da Namíbia, com a retirada total das forças sul-africanas daquele território, bem como de um acordo bilateral entre Angola e Cuba sobre a retirada de todas as tropas cubanas do território angolano, processo que se efetuaria sob a supervisão das Nações Unidas.

Com base em recomendação do Secretário-geral das Nações Unidas, feita em atendimento a solicitação apresentada por Angola e Cuba, o Conselho de Segurança adotou em dezembro a resolução 626, pela qual foi decidido o estabelecimento, por um período de 31 meses, da Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola (UNAVEM), cujo mandato consistiria em verificar o reposicionamento para o norte e a retirada, por etapas, a completar-se em 1º de julho de 1991, de todas as tropas cubanas do território angolano.

A convite do Secretário-geral das Nações Unidas, o Brasil aceitou o comando da UNAVEM. Tal distinção coube ao General-de-Brigada Péricles Ferreira Gomes. A UNAVEM, cuja primeira fase de atividades iniciou-se em janeiro de 1989, consiste, em seu componente militar, de um grupo de 70 observadores não-armados, além do comandante, provenientes da Argentina, Argélia, Congo, Índia, Jordânia, Tchecoslováquia, Iugoslávia, Espanha e Noruega, bem como do Brasil.

A resolução 435 (1978) reiterou ser objetivo das Nações Unidas o término da administração ilegal do território namibiano pela África do Sul, com a transferência do poder para o povo da Namíbia mediante a realização de eleições livres sob a supervisão das Nações Unidas. Para esse fim, o Conselho de Segurança decidiu estabelecer, pela mesma resolução, um "Grupo de Assistência das Nações Unidas para o período de Transição" (UNTAG), que se encarregará de assegurar o processo de independência da Namíbia e da supervisão e controle das eleições de uma Assembléia Constituinte. O UNTAG deverá ser formado por dois componentes, um militar e um civil, ambos sob a direção de um Representante Especial do Secretário-geral.

Em 1988, o Governo brasileiro votou a favor dos numerosos projetos de resolução referentes à situação da África Austral submetidos à consideração da XLIII sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas. Ainda no mesmo ano, o Governo brasileiro enviou mensagens alusivas aos diversos eventos relacionados com a questão da África Austral promovidos pelas Nações Unidas, seja no tocante ao problema do *apartheid*, seja no que se refere à independência da Namíbia.

IRÃ – IRAQUE

Em 1988, o Conselho de Segurança das Nações Unidas continuou desempenhando um ativo papel na busca de uma solução pacífica para o conflito Irã – Iraque. Em 1987, os esforços do Conselho de Segurança haviam culminado na adoção da resolução 598, em que se estabelecia uma série de medidas naquele sentido.

O Irã e o Iraque haviam coincidido em aceitar o teor da resolução 598, mas vinham divergindo quanto à ordem de implementação de seus parágrafos. Com base em *outline-plan* elaborado pelo Secretário-geral das Nações Unidas, o Conselho da Segurança, em dezembro de 1987, aprovou declaração em que se estipulava a forma em que deveria ser implementada a resolução 598. Em julho de 1988, quando o Brasil exercia a presidência do Conselho, logrou-se acordo a respeito da forma de implementação da resolução 598.

O referido acordo acerca da implementação da resolução 598 deu-se dois dias após a adoção pelo Conselho de Segurança da resolução 616 (20 de julho de 1988), em que se deplorou a perda de vidas inocentes em decorrência do episódio da derrubada de avião civil iraniano por belonave dos EUA.

Culminando consultas que o Secretário-geral das Nações Unidas manteve com o Irã e o Iraque com vistas à rápida implementação da resolução 598, o cessar-fogo entre as partes beligerantes entrou em vigor em 20 de agosto de 1988. No dia 9 daquele mês, o Brasil votou a favor da resolução 619 do Conselho de Segurança, aprovada por unanimidade, que criou o Grupo Militar de Observação Irã – Iraque das Nações Unidas (UNIIMOG) para supervisionar o cessar-fogo e a retirada das forças dos dois países para as fronteiras internacionalmente reconhecidas, conforme previsto na resolução 598.

Ainda no curso de agosto, o Brasil votou a favor de projeto de resolução submetido ao Conselho de Segurança sobre o uso de armas químicas na Guerra Irã – Iraque, que, aprovado, se transformou na resolução 620.

ORIENTE MÉDIO

As discussões sobre a questão do Oriente Médio na Assembléia Geral das Nações Unidas apresentaram, em 1988, desdobramentos importantes. Tais desdobramentos refletiram a mudança qualitativa resultante, basicamente, de dois fatos novos: o levante palestino nos territórios ocupados (a

"intifada"), iniciado em dezembro de 1987, e a proclamação, pelo Conselho Nacional Palestino, do "Estado da Palestina" (Argel, 15.11.88).

Os trabalhos da Assembléia Geral foram, nesse particular, obstaculizados pela decisão do Governo norte-americano de negar visto de entrada ao líder palestino Yasser Arafat para que este discursasse perante a Assembléia, decisão que foi condenada por resolução apoiada pela esmagadora maioria dos Estados-membros (Brasil inclusive) e que provocou a transferência do debate sobre a questão palestina para Genebra. Na ocasião, o Governo brasileiro divulgou comunicado à imprensa lamentando a decisão do Governo dos EUA e expressando a esperança de que tal decisão viesse a ser revista para adequar-se aos compromissos jurídicos assumidos como país sede das Nações Unidas.

No transcorrer dos debates em Genebra, o Senhor Arafat pronunciou discursos nos quais, *inter alia*, deixou claro o reconhecimento, pela OLP, do Estado de Israel e a renúncia a toda forma de terrorismo. Na imediata seqüência dessas manisfestações do líder palestino, o Governo dos EUA tornou pública a disposição de iniciar contatos oficiais com a OLP.

Nas deliberações ocorridas em Genebra, a Assembléia Geral adotou, além das resoluções já tradicionais referentes ao trabalho do Comitê sobre o Exercício dos Direitos Inalienáveis do Povo Palestino e da Divisão para Direitos Palestinos, duas resoluções que consubstanciaram importantes decisões relativas ao encaminhamento do processo de paz na região. Dessa forma, a Assembléia Geral tomou nota (acknowledge) da proclamação do "Estado da Palestina", afirmando a necessidade de que o povo palestino exerça sua soberania sobre seu território ocupado desde 1967 e decidindo que a participação da OLP no sistema das Nações Unidas se fará doravante, sob a designação de "Palestina". Por outro lado, afirmando a necessidade de solução urgente para o conflito árabe-israelense, a Assembléia Geral pediu a convocação da Conferência Internacional de Paz sobre o Oriente Médio e estabeleceu um cojunto de princípios que deverão orientar o processo de paz. A delegação brasileira deu voto favorável a essas resoluções e fez intervenção comentando os desenvolvimentos recentes da questão palestina e manifestando a esperança de que as decisões adotadas em Genebra constituíssem contribuição positiva ao processo de paz no Oriente Médio.

No Conselho de Segurança, o Brasil deu voto favorável às Resoluções 607 (1988) e 608 (1988), pelas quais o Conselho afirmou a aplicabilidade aos territórios ocupados da IV Convenção de Genebra sobre a Proteção de Civis em Tempo de Guerra e determinou ao Governo de Israel a suspensão das deportações de palestinos daqueles territórios. O Brasil apoiou, ademais, a

Resolução 611 (1988), que condenou o assassinato do líder palestino Khalil El Wazir, caracterizando esse ato como agressão contra a soberania e a integridade territorial da Tunísia.

SAARA OCIDENTAL

A atuação das Nações Unidas com relação à questão do Saara Ocidental em 1988 apresentou avanços, em particular no que se refere à missão de bons ofícios desempenhada pelo Secretário-geral Javier Pérez de Cuellar em colaboração com o Presidente da OUA. Em agosto, o Marrocos e a Frente POLISARIO manifestaram seu acordo de princípio quanto às propostas apresentadas pelos mediadores. Com base nessa manifestação, o Conselho de Segurança, pela Resolução 621 (1988), decidiu autorizar o Secretário-geral a designar um representante especial para o Saara Ocidental e solicitou ao Secretário-geral a elaboração de relatório sobre a questão da realização de um plebiscito de autodeterminação naquele território.

No âmbito da Assembléia Geral, não se concretizaram as expectativas de que, em razão do acordo alcançado em princípio entre as duas partes, o assunto pudesse vir a receber tratamento consensual. Foi aprovada, com voto favorável do Brasil, resolução que toma nota dos novos desenvolvimentos da questão e pede a ambas as partes envolvidas que demonstrem a vontade política necessária para a solução pacífica do problema nos termos das resoluções das Nações Unidas.

AFEGANISTÃO

O Brasil emprestou seu apoio, como membro do Conselho de Segurança, aos esforços de implementação dos Acordos de Genebra, que incluíram o estabelecimento, em abril, da "Missão de Bons Ofícios das Nações Unidas para o Afeganistão e o Paquistão" (UNGOMAP). O representante do Brasil no Conselho não deixou de manifestar, contudo, as reservas do Brasil com relação à excessiva informalidade dos procedimentos seguidos pelo Conselho na criação dessa missão observadora, ou seja, trocas de cartas entre o Secretário-geral das Nações Unidas e o Presidente do Conselho de Segurança.

Refletindo a evolução favorável do problema afegão em 1988, o exame do assunto pela XLIII Sessão da Assembléia Geral resultou na aprovação consensual de resolução que reitera o direito de autodeterminação do povo afegão, salienta a importância dos Acordos de Genebra e manifesta a esperança de que o processo de retirada de tropas se completará tal como previsto naqueles acordos.

CAMPUCHÉIA

O Brasil votou favoravelmente à resolução aprovada pela XLIII Sessão da Assembléia Geral que reiterou a necessidade de retirada das tropas Vietnamitas do Campuchéia e apontou, como um dos elementos a serem levados em consideração na solução dos conflitos, o "não retorno de práticas e políticas universalmente condenadas no passado recente", referência às violações de direitos humanos ocorridos sob o regime do "Khmer Rouge".

NOVA CALEDÔNIA

O exame da questão da Nova Caledônia na XLIII Sessão da Assembléia Geral viu-se facilitado pela evolução das negociações entre o Governo francês e a FLNKS, com a assinatura dos "Acordos de Matignon". O Brasil associou-se ao consenso na aprovação de resolução cujo texto se baseou em recomendação do Comitê dos 24.

DIREITOS HUMANOS

Confirmou-se, em 1988, a crescente importância assumida, no plano internacional, pelas questões relativas à proteção dos direitos humanos, seja em razão da atuação de organizações não-governamentais, seja em função da intensa politização das deliberações sobre o assunto em organismos internacionais. A exemplo do ocorrido em anos anteriores, o Brasil manteve perfil ativo nas discussões a esse respeito no âmbito das Nações Unidas, procurando orientar sua atuação de modo a contribuir de forma construtiva para o fortalecimento e o correto direcionamento das atividades de proteção internacional dos direitos humanos e pela preocupação em evitar que a tais atividades se superponham iniciativas de cunho político-ideológico.

A XLIV Sessão da Comissão de Direitos Humanos, realizada em Genebra de fevereiro a março de 1988, caracterizou-se, à semelhança das anteriores, pela politização dos debates e pela especial atenção dedicada ao exame da situação de direitos humanos em países específicos. A delegação brasileira fez intervenção durante os debates sobre diversos itens da agenda e co-patrocinou projetos de resolução sobre o direito ao desenvolvimento, a prevenção da tortura, os serviços de assessoria prestados pela CDH ao Governo da Guatemala e a situação dos direitos humanos em El Salvador. O Governo brasileiro foi objeto de críticas formuladas, durante os debates da Comissão, por organizações não-governamentais, particularmente no que se refere ao problema da violência rural e à situação de grupos indígenas brasileiros, críticas que motivaram, por duas vezes, o exercício do direito de réplica pela delegação do Brasil.

Nos trabalhos da III Comissão da Assembléia Geral, a delegação do Brasil interveio em diversos momentos do debate para reiterar nossas posições tradicionais sobre a matéria e para comentar os vários relatórios examinados por aquele órgão. Entre outros pontos, a delegação brasileira renovou o apoio do Brasil às atividades das Nações Unidas no campo dos direitos humanos, a condenação ao regime aparteísta e a posição brasileira contrária à politização de questões de direitos humanos. Ainda na III Comissão, o Brasil foi co-patrocinador de projetos de resolução referentes ao direito ao desenvolvimento, aos direitos da criança, à prevenção da tortura, à eliminação da discriminação racial e à situação de direitos humanos em El Salvador.

A XLIII AGNU comemorou, em sessão plenária especial, o quadragésimo aniversário da Declaração Universal dos Direitos do Homem. Na ocasião, o Governo brasileiro divulgou mensagem reafirmando seu compromisso com os valores e princípios consagrados na Declaração Universal e assinalando a relevância desse documento como fonte de inspiração e orientação para o processo de desenvolvimento. O evento foi comemorado, no Brasil, com a realização de sessão solene do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, na qual foi efetuada a premiação dos vencedores do concurso de ilustração da Declaração Universal, promovido pelo Ministério da Justiça.

REFUGIADOS

Visitou o Brasil, em março, o Senhor Jean-Pierre Hocké, Alto Comissário das Nações Unidas para Refugiados. Na ocasião, foi-lhe confirmada a decisão do Conselho Nacional de Imigração de autorizar a concessão de visto temporário com validade de dois anos a um grupo de cerca de 60 refugiados reconhecidos pelo ACNUR, com a possibilidade de renovação por mais dois anos e, eventualmente, ulterior concessão de visto permanente. Tal decisão insere-se no contexto da cooperação do Governo brasileiro com o ACNUR, na tentativa de proporcionar melhores condições de vida aos refugiados atualmente em território nacional.

Em 1988, o Brasil teve participação em duas iniciativas relacionadas a programas de assistência a refugiados. Em agosto, na Conferência sobre o Infortúnio de Refugiados, Repatriados e Pessoas Deslocadas na África Austral, realizada em Oslo, o Brasil teve a oportunidade de reiterar sua posição de solidariedade com os países afetados pelos crescentes fluxos de refugiados na região sul do continente africano, emprestando seu apoio ao documento final desse encontro, que definiu um plano de ação para atividades de assistência a refugiados na África Austral.

Na 39ª Sessão do Comitê Executivo do Programa do ACNUR (outubro), o Brasil co-patrocinou projeto de decisão, aprovado por consenso, pelo qual aquele órgão expressou seu apoio à convocação da Conferência Internacional sobre Refugiados Centro-Americanos, a se realizar na Guatemala, em maio de 1989, conforme iniciativa dos Governos dos países da região, consubstanciada no "Comunicado de São Salvador sobre Refugiados centro-americanos", adotado em setembro.

O apoio do Brasil a essas iniciativas e, de forma geral, às atividades do ACNUR, foi igualmente manifestado em intervenção pronunciada pela delegação brasileira durante os trabalhos da III Comissão da XLIII Sessão da Assembléia Geral.

CONDIÇÃO DA MULHER

As discussões e deliberações sobre a condição da mulher mereceram amplo tratamento nas Nações Unidas em 1988, tanto nos organismos setoriais específicos – Comissão sobre a Situação da Mulher (CSW) e Comitê sobre a Eliminação da Discriminação contra a Mulher (CEDAW) – quanto no Conselho Econômico e Social (ECOSOC) e na Assembléia Geral. No período de 16 de fevereiro a 4 de março, realizou-se, em Nova York, a VII Sessão do CEDAW. Em março, teve lugar em Viena a XXXII Sessão da Comissão sobre a Situação da Mulher, em que ficou decidida a ampliação do número de membros da Comissão dos atuais 32 para 43 países. O Brasil participou ativamente desse encontro, tendo ocupado uma das vice-presidências.

A Delegação brasileira teve, ainda, participação ativa nos trabalhos da III Comissão da Assembléia Geral sobre a condição da mulher, quando foram aprovados diversos projetos de resolução sobre o assunto, com voto favorável do Brasil.

ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS E ORÇAMENTÁRIOS

Na dupla qualidade de país em desenvolvimento e de contribuinte significativo ao orçamento regular das Nações Unidas, e diante da persistência da crise financeira que vem afetando a Organização, o Brasil participou ativamente, em 1988, das atividades dos órgãos das Nações Unidas ligados a questões administrativas e orçamentárias. A atuação brasileira nesses foros pautou-se pelo apoio à implementação do processo de reforma administrativa e financeira das Nações Unidas, sem que tenham sido abandonadas, no entanto, suas posições tradicionais quanto à repartição do ônus financeiro de forma proporcional à capacidade econômica dos

países-membros, à manutenção dos processos de decisão existentes sobre questões com implicações financeiras e à preservação da autoridade do Secretário-geral em questões administrativas.

Ao final do ano, o Brasil saldou suas contribuições em atraso para com as Nações Unidas, tendo pago, para o orçamento regular da Organização, a quantia de 17.950.028,00 dólares norte-americanos, dos quais 10.137.793,00 referentes à contribuição para 1988 e 7.812.235,00 relativos a 1987. As contribuições brasileiras em atraso à Força das Nações Unidas de Observadores do Desengajamento (UNDOF), no montante de 188.209,00 dólares, à Força Interina das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL), somando 446.450,00 dólares, e ao Grupo Militar de observação Irã – Iraque das Nações Unidas (UNIIMOG), perfazendo 98.000,00 dólares, foram também pagas, na íntegra, em dezembro último.

Na XLIII Sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas foi aprovada nova escala de divisão de despesas da Organização, na qual o Brasil tem aumentada a sua cota de 1,40% do orçamento regular para 1,45%. A escala recém-aprovada vigorará no período de 1989 a 1990, e, possivelmente, no ano seguinte, caso não seja aprovada, até então, escala baseada em metodologia revisada segundo diretrizes traçadas pela Assembléia Geral, em seu último período de sessões.

ASSUNTOS JURÍDICOS

Em 1988, o Brasil continuou a participar dos trabalhos dos principais órgãos da Nações Unidas que se ocupam de assuntos jurídicos, a saber, a Comissão de Direito Internacional (CDI), a Comissão para o Direito Comercial Internacional (UNCITRAL) e a VI Comissão da Assembléia Geral das Nações Unidas.

Na Sessão de 1988 da CDI, o acontecimento mais importante foi a aprovação de vários artigos do projeto sobre o direito de uso dos cursos d'água internacionais para fins outros que não a navegação, em exame pela Comissão há algum tempo. Pode-se citar também a consideração de relatório preparado no âmbito do tema referente ao *status* do correio e da mala diplomática, o qual acolheu várias das observações que haviam sido encaminhadas pelo Governo brasileiro sobre o assunto.

A sessão de 1988 da UNCITRAL continuou o exame dos temas que vêm sendo submetidos à sua consideração, tais como a questão da transferência eletrônica de fundos, o projeto de Convenção sobre Letras de Câmbio e Notas Promissórias Internacionais, o problema da respon-

sabilidade de operadores de terminais de transportes, o comércio por troca ou compensação (*countertrade*) e a questão da aquisição de bens e serviços por Governos na formação de contratos industriais (*Procurement*). O ponto mais relevante continuou sendo o projeto de Convenção sobre Letras de Câmbio e Notas Promissórias Internacionais. Embora a sessão de 1987 da Comissão já houvesse finalizado a negociação do projeto de Convenção em questão, a sessão de 1988 da UNCITRAL procedeu a nova troca de idéias sobre o assunto, a qual evidenciou mais uma vez a divergência entre os países que adotam o sistema jurídico de *common law*, de um lado, e os países que adotam o sistema de direito civil, inclusive o Brasil, de outro, os quais, ao contrário dos primeiros, não se mostram favoráveis à adoção do projeto de Convenção em sua forma atual.

Vale lembrar que, em 1988, o Brasil acompanhou as atividades dos Grupos de Trabalho sobre temas específicos que foram criados, ao longo dos últimos anos, no âmbito da UNCITRAL.

Durante os trabalhos da VI Comissão da XLIII sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas, foram examinados os temas que vêm tradicionalmente sendo submetidos à sua apreciação, em relação aos quais o Brasil manteve, em linhas gerais, a mesma posição adotada em anos anteriores.

No correr dos debates pela VI Comissão do relatório da sessão de 1988 da CDI, o exame dos artigos aprovados por aquele órgão sobre o direito relativo ao uso dos rios d'água internacionais refletiu uma grande preocupação pela questão da proteção ambiental e da poluição, difundindo-se o ponto de vista de que a mesma seja tratada em capítulo especial no âmbito do projeto de artigos da CDI. O debate serviu para mostrar que o princípio de "risco apreciável" deverá ser o elemento fundamental para a determinação da responsabilidade dos Estados.

Com relação ao debate sobre a questão do *status* de Observador dos movimentos de libertação nacional, cabe mencionar a aprovação pela VI Comissão da XLIII AGNU, com voto favorável do Brasil, de resolução sobre a circulação, pela Organização da libertação da Palestina (OLP) e pela "South West Africa People's Organization" (SWAPO), de documentos no âmbito das Nações Unidas.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (OEA)

Em seu XVIII Período Ordinário de Sessões (São Salvador, 14 a 19 de novembro), a Assembléia Geral da Organização dos Estados Americanos, órgão decisório supremo do foro interamericano, aprovou 57 resoluções

sobre itens de natureza política, jurídica, sócio-econômica e cultural que compõem sua ampla agenda de trabalhos.

Convém notar que, embora as resoluções mais importantes se refiram a temas como a paz na América Central, a questão das Ilhas Malvinas, a situação dos direitos humanos e o problema dos entorpecentes, para citar apenas alguns, o foco principal das atenções foi a crise, sobretudo financeira, da OEA e a necessidade de fortalecer a Organização. Dentro dessa ordem de preocupações, foi auspiciosa a entrada em vigor do Protocolo de Cartagena, que modifica a Carta da OEA, no curso da XVIII Assembléia Geral, quando se atingiu o número mínimo requerido de 21 ratificações. Abrem-se com ele a perspectiva de modernização e o fortalecimento da Organização, possibilitando a execução de política concertada e integrada dos países da região em assuntos de seu interesse.

O Protocolo de Cartagena introduziu princípios relevantes, tais como os de pluralismo ideológico, desenvolvimento integrado, democracia e universalismo, além de medidas que tendem a reforçar o papel da OEA como foro político, e.g., a ampliação da área de competência do Secretário-geral e dos poderes do Conselho Permanente. O novo instrumento estabelece, assim, a base legal para os esforços de resgate do espaço político institucional que caberia ao foro regional.

Ainda durante a XVIII Assembléia Geral, a reeleição por unanimidade do Embaixador João Clemente Baena Soares para o cargo de Secretário-geral da OEA confirmou a confiança dos países-membros na atuação do diplomata brasileiro à frente da Organização.

Além da Assembléia Geral, a OEA realizou, durante o ano de 1988, as reuniões periódicas de seus Conselhos e órgãos especializados, que serão tratados a seguir.

COMISSÃO INTERAMERICANA DA MULHER (CIM)

Em 1988, realizaram-se três Sessões Ordinárias do Comitê Diretor da Comissão Interamericana de Mulheres (CIM) e a XXIV Assembléia de Delegadas. O Brasil enviou delegação à Assembléia de Delegadas, da qual emanaram resoluções sobre diferentes aspectos do papel da mulher no processo de desenvolvimento social, político, econômico e cultural, dos países da região.

Os dois temas atualmente mais relevantes, entre os afetos aos trabalhos da Comissão, referem-se à participação plena e igualitária da mulher

até o ano 2.000 e à capacidade de atuação da mulher no processo de tomada de decisões políticas em seus países. O primeiro foi objeto de Resolução da XVIII Assembléia Geral e o segundo resultou na realização, em julho de 1988, do Seminário Interamericano sobre a Participação da Mulher na Política.

O ano de 1988 marcou os 60 anos da criação da CIM. Em homenagem ao trabalho da Comissão, o Conselho Permanente realizou Reunião Extraordinária, durante a qual foram ouvidas as manifestações de apoio e congratulações enviadas por Chefes de Estado e Ministros dos países americanos.

CONSELHO INTERAMERICANO PARA EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA (CIECC)

De 19 a 23 de setembro de 1988, realizou-se na Sede da OEA a XIX Reunião Ordinária do Conselho Interamericano para Educação, Ciência e Cultura (CIECC).

O XIX CIECC adotou resolução acolhendo os resultados do processo de avaliação de seus programas regionais, dando cumprimento ao mandato decorrente da XVIII Reunião do Conselho (1987), sobre as metas da Resolução de Maracay. Outros pontos relevantes dos trabalhos do CIECC em 1988 referem-se a: 1) definição das prioridades para a área de educação, ciência e cultura; 2) adoção do Estatuto Único do Fundo Especial Multilateral do CIECC e suas contas especiais; 3) educação para a prevenção da síndrome da imunodeficiência adquirida (AIDS); 4) educação no combate ao uso indevido de drogas; e 5) geração e intercâmbio de idéias e de experiências sobre a definição de políticas e estratégias que promovam o desenvolvimento integrado da região, na esfera de competência do CIECC.

Durante o XIX CIECC, os brasileiros Antonio Octávio Cintra e Crodowaldo Pavan foram reeleitos membros, respectivamente, do Comitê Interamericano de Educação e do Comitê Interamericano de Ciência e Tecnologia.

CONSELHO INTERAMERICANO ECONÔMICO E SOCIAL (CIES)

Realizou-se, de 12 a 14 de outubro, a XXIII Reunião Anual do Conselho Internamericano Econômico e Social (CIES). Entre as 17 resoluções adotadas pelo XXIII CIES, vale ressaltar as relativas a: 1) definição das áreas prioritárias para as atividades do Conselho; 2) pontos de

vista dos países em desenvolvimento da região sobre a política comercial dos Estados Unidos da América; 3) programa de cooperação hemisférica no âmbito da Comissão Especial de Consulta e Negociações (CECON); 4) pedágios do canal do Panamá; 5) estudo de novos critérios para a distribuição dos recursos do Fundo Especial de Assistência ao Desenvolvimento (FEAD); e 6) reforço da cooperação técnica entre países em desenvolvimento.

No âmbito do CIES, realizaram-se ainda em 1988 duas reuniões de Comissões técnicas permanentes da Conferência Interamericana de Telecomunicações (CITEL), uma sobre rádiocomunicações e outra a respeito de serviços públicos de telecomunicações.

A Comissão Especial de Consulta e Negociação do CIES (CECON) reuniu-se de 31 de agosto a 1º de setembro, a fim de examinar o desenvolvimento das relações comerciais dos países da América Latina e do Caribe com os Estados Unidos da América.

COMISSÃO INTERAMERICANA PARA O CONTROLE DO USO INDEVIDO DE DROGAS (CICAD)

A Comissão Interamericana para o Controle do Uso Indevido de Drogas (CICAD) realizou seu IV Período Ordinário de Sessões em Washington, entre 29 de agosto e 1º de setembro. A CICAD encaminhou seu relatório de atividades de 1988 à Assembléia Geral da OEA, que aprovou as recomendações nele contidas, entre as quais as diretrizes para o programa de trabalho da Comissão em 1989.

De acordo com as deliberações da Assembléia Geral, a CICAD deverá realizar, em 1989, reunião de Ministros de Estado sobre o Tráfico Ilícito e o Uso Indevido de Drogas, com o objetivo de avaliar a dimensão do problema na região e sua repercussão no desenvolvimento dos países, bem como estabelecer prioridades para a ação interamericana integrada de combate aos entorpecentes, no marco do Programa de Ação do Rio de Janeiro. Também por decisão da Assembléia Geral, a CICAD teve seu Estatuto modificado, a fim de ampliar de 11 para 21 o número de seus membros.

COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS (CIDH)

A principal atividade da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) consistiu na elaboração de dois relatórios que foram submetidos à consideração da XVIII Assembléia Geral da OEA.

No primeiro, foi considerada, em conjunto, a situação dos direitos humanos nos seguintes países: Cuba, Chile, El Salvador, Guatemala, Nicarágua, Paraguai e Suriname. O mesmo documento traz anteprojeto de Convenção Interamericana sobre o Desaparecimento Forçado de Pessoas, com a recomendação de que os Estados apresentem à Comissão suas observações de modo a que o Conselho Permanente elabore novo projeto de convenção sobre a matéria, a ser submetido à XIX AGOEA. O mesmo relatório inclui também estudo sobre a situação dos filhos menores de pessoas desaparecidas que foram separadas de seus pais e que estão sendo reclamadas por membros de suas famílias legítimas.

O segundo relatório da CIDH tratou do caso específico do Haiti, dando assim cumprimento a mandato estabelecido pelo Conselho Permanente da Organização.

A XVIII Assembléia Geral aprovou, em sessão plenária, resoluções emanadas da primeira comissão e dos trabalhos da CIDH referentes a:

– Protocolo Adicional à Convenção Americana sobre Direitos Humanos em Matéria de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais – Protocolo de São Salvador;

– Protocolo Adicional à Convenção Americana sobre Direitos Humanos referente à Abolição da Pena de Morte;

– Relatório Anual da Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

INSTITUTO PANAMERICANO DE GEOGRAFIA E HISTÓRIA (IPGH)

Dentre as atividades desenvolvidas pelo IPGH, merece destaque a realização da XXV Reunião do Conselho Diretor, em Washington, de 4 a 7 de abril passado. Aprovaram-se, nessa ocasião, diversos projetos de Assistência Técnica nas áreas de Geografia, Cartografia, História e Geofísica.

Vale lembrar que as políticas científica, administrativa e orçamentária do Instituto até 1990 foram estabelecidas pela XIII Assembléia Geral do IPGH, celebrada no Rio de Janeiro, em 1986.

O atual Presidente do Instituto é o Professor Speridião Faissol, do Brasil, cujo mandato expira em 1990.

ELEIÇÕES

XVIII Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral da OEA. São Salvador, de 14 a 19 de novembro de 1988.

A mais importante candidatura brasileira no âmbito da Organização foi a do Embaixador João Clemente Baena Soares, eleito por unanimidade para cumprir um segundo mandato como Secretário-geral da OEA, no período de 1989 a 1994.

Durante a XVIII AGOEA, foi também eleito por unanimidade para o Tribunal Administrativo (TRIBAD) o Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, Doutor Luiz Phillipe Vieira de Melo, que deverá completar, até 31 de dezembro do corrente ano, o mandato do Doutor Carlos Coqueijo Costa, falecido em janeiro de 1988.

XIX Reunião do Conselho Interamericano para Educação, Ciência e Cultura (CIECC), Washington, de 20 a 24 de setembro de 1988.

Durante a XIX Reunião do CIECC, foram eleitas as seguintes autoridades brasileiras;

a) Doutor Luiz Bandeira Rocha Filho, do MEC, para a Vice-Presidência da Comissão Executiva Permanente do Conselho Interamericano para Educação, Ciência e Cultura (CEPCIECC);
b) Doutor Antônio Octávio Cintra (reeleição), do MEC, para o Comitê Interamericano de Educação (CIE);
c) Professor Crodowaldo Pavan (reeleição), do CNPq, para o Comitê Interamericano de Ciência e Tecnologia (CICYT).

ORGANIZAÇÃO PANAMERICANA DA SAÚDE (OPAS)

Durante o período coberto por este relatório, a Organização Panamericana da Saúde (OPAS) continuou a colaborar com diversos organismos internacionais e nacionais no marco das atividades de prevenção de doenças e controle de saúde nas Américas.

Dentre os programas desenvolvidos pela Organização, merecem destaque o programa de Desenvolvimento Educacional e Social nos Estados do Istmo Centro-americano (PISDIC), em colaboração com o BID, e os Projetos de Sobrevivência Infantil e de Desenvolvimento da Capacidade Gerencial no Setor de Saúde, ambos em associação com o PNUD e o UNICEF.

Foram realizadas diversas reuniões, dentre as quais o "Seminário de Economia e Financiamento da Saúde", em Brasília, com a participação de funcionários dos Ministérios da Saúde, Previdência Social, Planejamento e Fazenda, de cinco países latino-americanos. Celebrou-se, também, a XXXIII Reunião do Conselho Diretor da OPAS, em Washington, de 26 de setembro a 1º de outubro de 1988. O Diretor da OPAS é atualmente o brasileiro Carlyle Guerra de Macedo, cujo mandato, iniciado em fevereiro de 1987, estende-se até janeiro de 1991.

COMISSÃO JURÍDICA INTERAMERICANA (CJI)

Em razão da crise financeira por que passa a Organização, a CJI realizou, em 1988, apenas um Período Ordinário de Sessões (agosto). Nessa ocasião, foram considerados os seguintes tópicos:

- Aperfeiçoamento da administração da Justiça nas Américas;

- Protocolos Adicionais à Convenção Americana sobre Direitos Humanos;

- Direito ambiental;

- Aspectos jurídicos do comércio ilegal de entorpecentes;

- Projeto de Convenção Americana sobre Extradição e Medidas Cautelares no tocante ao Narcotráfico.

Foram eleitos, em 6 de agosto passado, os Doutores Jorge Reinaldo Vanossi (Argentina) e Luiz Herrera Marcano (Venezuela) para exercerem respectivamente, os cargos de Presidente e Vice-Presidente da CJI.

Para atender a consulta formulada pelo Conselho Permanente, a Comissão celebrou também um Período Extraordinário de Sessões, em Washington, de 10 a 12 de outubro passado, a fim de efetuar estudo sobre os privilégios e imunidades a que se refere o Artigo 140 da Carta da OEA.

Durante o mês de agosto, realizou-se o XV Curso de Direito Internacional Público e Privado, no Rio de Janeiro.

INSTITUTO INTERAMERICANO DA CRIANÇA (IIC)

No decorrer de 1988, o Instituto Interamericano da Criança patrocinou diversos cursos, seminários e palestras sobre a problemática da criança,

atuando muitas vezes em associação com instituições dos países membros da OEA. O IIC prestou assessoria em projetos como a reforma do Código Civil guatemalteco e a modernização de sistemas de processamento de dados no Panamá, assim como participou do XIV Curso de Direito Internacional Público e Privado, realizado no Rio de Janeiro.

A 68ª Reunião do Conselho Diretor do IIC foi celebrada na Guatemala de 17 a 21 de maio passado. Nessa oportunidade, foi elaborada lista tríplice de candidatos ao cargo de Diretor Geral do Instituto.

A referida lista foi submetida ao Secretário-geral da OEA, que escolheu a Doutora Maria Eugenia Zamora Chavarria, da Costa Rica.

INSTITUTO INDIGENISTA INTERAMERICANO (III)

Em conformidade com o "Plano Qüinqüenal de Ação Indigenista", estabelecido pelo IX Congresso Indigenista, celebrado em Santa Fé (1985), o III deu continuidade aos seus programas de capacitação técnica do indígena, limitados, entretanto, pelo orçamento reduzido.

Foram realizadas reuniões técnicas no México, Panamá e Bolívia, além de seminários sobre educação e lingüística.

O Embaixador do Brasil no México é membro do Conselho Diretor do Instituto desde junho de 1987.

INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA (IICA)

Durante o ano de 1988, o IICA celebrou várias reuniões entre as quais a VIII Reunião Ordinária de seu Comitê Executivo, em São José da Costa Rica, de 1º a 5 de agosto; o seminário sobre transferência de tecnologia, em Colônia do Sacramento (Uruguai), em dezembro, e a Segunda Reunião de Consulta sobre a Elaboração do "Plano Estratégico de Ação Conjunta para a Reativação da Agricultura na América Central e Caribe", da qual participaram os Secretários-gerais dos Ministérios da Agricultura dos países da Área Sul (Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai), em outubro, em Assunção.

ENTORPECENTES

As atividades relacionadas ao tratamento do tema desenvolveram-se, em 1988, tanto no plano bilateral quanto multilateral com grande intensidade.

Ao amparo de Acordos de Assistência Recíproca celebrados com países vizinhos, o Brasil participou das seguintes reuniões bilaterais: Primeira Reunião da Comissão Mista Brasil – Bolívia (La Paz, maio); Quarta Reunião da Comissão Mista Brasil – Venezuela (Caracas, setembro); Primeira Reunião da Subcomissão Mista de Fronteira Tabatinga – Iquitos (Iquitos, outubro); Primeira Subcomissão Mista de Fronteira São Gabriel da Cachoeira – San Carlos de Rio Negro (Manaus, outubro); e Segunda Reunião Mista Brasil – Peru (Brasília, novembro).

Em março, por ocasião da visita ao Brasil do Chanceler Carlos Augusto Saldívar, foi concluído com o Paraguai Acordo sobre Prevenção, Controle, Fiscalização e Repressão ao Uso Indevido e ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias, Psicotrópicas.

Em visita oficial à Guiana, no mês de outubro, o Ministro Abreu Sodré assinou Acordo sobre Entorpecentes com seu homólogo guianense, em termos semelhantes aos que vigoram entre o Brasil e outros países sul-americanos.

Durante a visita, em novembro, do Subsecretário de Estado Parlamentar britânico, Thimoty Eggar, foi celebrado por troca de notas o Acordo Brasil – Reino Unido sobre Entorpecentes.

No plano multilateral, o Brasil participou de reuniões de âmbito: a) sub-regional – X Conferência dos Estados-Partes do Acordo Sul-Americano sobre Entorpecentes e Psicotrópicos (Quito, novembro); b) regional – IV Sessão Ordinária da Comissão Interamericana para o Controle do Uso Indevido de Drogas da OEA – CICAD (Washington, agosto); e c) internacional – Grupo de Peritos para a negociação do texto da Convenção contra o Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas (Viena, janeiro/fevereiro); e X Sessão Especial da Comissão de Entorpecentes das Nações Unidas para acompanhar a implementação das medidas recomendadas pela Conferência Internacional sobre o Uso Indevido de Drogas – ICDAIT (Viena, fevereiro).

Finalmente, de 25 de novembro a 20 de dezembro, o Brasil participou, em Viena, da Conferência de Plenipotenciários para a adoção da Convenção que vinha sendo negociada no âmbito da Comissão de Entorpecentes da ONU.

Ao final da Conferência, o Chefe da Delegação, o Ministro da Justiça Paulo Brossard de Souza Pinto assinou a Convenção em nome do Brasil.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA (FAO)

Dentre as atividades da FAO no ano de 1988, destaca-se, por sua importância, a 20ª Conferência Regional para a América Latina e o Caribe, realizada em Recife, no período de 2 a 8 de outubro, com a presença de 33 delegações de países da região. A Conferência aprovou um Plano de Ação que preconiza medidas tendentes a promover o desenvolvimento econômico e social na América Latina e no Caribe, o combate à pobreza rural, o estabelecimento de sistemas alimentares e redes de segurança alimentar, e o investimento maciço nos subsetores produtivos – agricultura, pecúaria, pesca e florestas – com atenção à conservação dos recursos naturais e do equilíbrio ambiental. Grande ênfase também foi dada, no documento, à necessidade de redução das práticas protecionistas no comércio internacional, de alívio no ônus da dívida externa, bem como de cooperação regional e assistência técnica e financeira internacionais.

A Organização participa no financiamento e execução de projetos de cooperação técnica nas áreas de irrigação, desenvolvimento agrícola, pecuária, florestas, pesca, conservação de solos e treinamento técnico.

PROGRAMA MUNDIAL DE ALIMENTOS (PMA)

Iniciaram-se em 1988 as operações do PMA com base nos acordos assumidos com o Governo brasileiro em 1987. Os referidos projetos são destinados a beneficiar as populações carentes em áreas deprimidas dos Estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Piauí, Sergipe, Bahia e Minas Gerais, nos setores de ajuda alimentar e fortalecimento da infra-estrutura rural. Os referidos projetos alcançam o montante de 42 milhões de dólares.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE (OMS)

O evento mais importante no âmbito da Organização Mundial de Saúde – OMS, em 1988, foi a realização da XLI Assembléia Mundial de Saúde, em Genebra, Suíça, de 02 a 13 de maio. Durante o encontro, foi dedicada especial atenção à questão dos sistemas sanitários baseados sobre os cuidados primários de saúde. Além disso, foram discutidos importantes temas de caráter médico-científico, como o atual estágio das pesquisas no campo da reprodução humana e o resultado, em cada país, dos programas antitabagistas recomendados pela OMS. Procedeu-se, ainda, a uma avaliação da estratégia mundial de luta contra AIDS, ocasião em que foi aprovada resolução, co-patrocinada pelo Brasil, preconizando a não-

discriminação em relação às pessoas infectadas pelo VIH e aidéticos. Outra importante resolução aprovada propõe a erradicação da poliomielite até o ano 2.000.

A XLI Assembléia Mundial de Saúde reafirmou o propósito da OMS de prosseguir em diversos projetos do interesse direto do Brasil, tais como programas ligados à nutrição infantil e à luta contra a Síndrome de Imunodeficiência Adquirida.

CODEX ALIMENTARIUS

O Brasil fez-se representar em todas as reuniões realizadas no âmbito dos Comitês do *Codex Alimentarius* de que faz parte, através do pessoal das Embaixadas brasileiras e com a participação de representantes das entidades brasileiras de caráter público e privado diretamente interessados nos temas em exame.

Vale ressaltar que, em vista da crescente relevância dos assuntos analisados no âmbito do *Codex Alimentarius*, o Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (CONMETRO), por intermédio da Resolução nº 07, de 26 de julho de 1988, reformulou a estrutura e as atribuições do comitê *Codex Alimentarius* do Brasil (CCAB). Essa reformulação, em linhas gerais, aumentou o número de integrantes daquele órgão, tornando-o mais representativo dos setores interessados, bem como ampliou a área de sua competência.

ORGANIZAÇÃO METEOROLÓGICA MUNDIAL (OMM)

Em 1988, o evento que marcou o relacionamento do País com a OMM foi a visita ao Brasil de seu Secretário-geral, o Professor G.O.P. Obasi, de nacionalidade nigeriana. A referida visita, de 1º a 7 de dezembro passado, teve caráter eminentemente técnico e contou com o apoio e participação constantes do INEMET.

Em Brasília, o Professor Obasi, que se encontra desde 1987 à frente da OMM, foi recebido pelo Ministro das Relações Exteriores e pelo Ministro da Agricultura. Pôde o Secretário-geral da OMM, durante sua estada, familiarizar-se com as atividades de diversos órgãos governamentais ligados às áreas agrícola e meteorológica, como o Departamento Nacional de Água e Energia Elétrica (DNAEE), a EMBRAPA, além do INEMET. Em São José dos Campos (SP), o visitante cumpriu intensa programação junto ao Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE).

Registre-se, ademais, que dos contatos mantidos pelo Professor Obasi no Brasil, foram esboçados projetos de duas importantes reuniões, a serem eventualmente sediadas no país, em 1989: uma reunião de Diretores de Meteorologia latino-americanos, e um Congresso de Cooperação em Meteorologia, envolvendo a OMM e o PNUD, dentro do contexto da zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul.

COMITÊ INTERNACIONAL DA CRUZ VERMELHA (CICR)

No ano transcorrido, a atuação do Itamaraty em relação ao CICR foi marcada, em especial, pela promoção, em Brasília, do Simpósio sobre Direito Internacional Humanitário. O referido evento, realizado de 17 a 19 de outubro passado, constituiu iniciativa do Ministério das Relações Exteriores e do Comitê Internacional da Cruz Vermelha, com o patrocínio do Instituto de Pesquisa sobre Relações Internacionais(IPRI).

Durante o Simpósio, foram examinados os seguintes temas principais: 1) a Evolução do Direito Internacional Humanitário e as Posições do Brasil; 2) Relação do Direito Internacional Humanitário com outros Sistemas Internacionais de Proteção da Pessoa Humana; 3) Convenções de Genebra como Sistema de Proteção da Pessoa Humana; 4) Papel e Atividades do Comitê Internacional da Cruz Vermelha; 5) a Constituição Brasileira e as Normas de Direito Internacional Humanitário.

TEMAS INTERNACIONAIS ESPECIAIS

A política brasileira em relação aos grandes espaços ainda não habitados de forma sistemática pelo homem foi, mais uma vez, no decorrer de 1988, um reflexo dos objetivos mais amplos da política exterior do país. Assim, nos foros internacionais competentes e nos entendimentos bilaterais com outras nações, o Brasil direcionou seus esforços para a preservação da paz e da concórdia no Espaço Exterior, na Antártida e nos mares, incluindo o seu leito e o seu subsolo, e para a proteção dos interesses do Brasil nas atividades que se desenvolvam nesses três grandes espaços, a cujas potencialidades, ainda não de todo avaliadas, o Brasil está permanentemente atento, pelo que elas podem representar em termos de fonte de recursos e de conhecimentos, para um país com nossas dimensões e nossas características específicas.

MAR

Em 22 de dezembro de 1988, o Brasil depositou junto ao Secretário-geral das Nações Unidas o instrumento de ratificação da Convenção das

Nações Unidas sobre o Direito do Mar, tornando-se o trigésimo-sexto país a fazê-lo. O Brasil deu, assim, uma demonstração cabal e inequívoca de comprometer-se a um instrumento que representou uma verdadeira reformulação do Direito do Mar tradicional, respondendo aos anseios de uma comunidade de nações mais universal e de uma crescente percepção da importância dos mares como fator de desenvolvimento e objeto da cooperação internacional. Desse ponto de vista, as conquistas consagradas no novo Direito do Mar são consideráveis, principalmente ao conferir aos Estados costeiros uma ampla gama de direitos na Zona Econômica Exclusiva, que se estende das 12 às 200 milhas, e ao estabelecer um regime internacional para a exploração dos recursos dos fundos marinhos situados além das jurisdições nacionais como "Patrimônio Comum da Humanidade".

Enquanto a Convenção não entre em vigor, para o que se requer o depósito de sessenta instrumentos de ratificação, reúne-se a cada ano a Comissão Preparatória da Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos e do Tribunal do Direito do Mar, órgão criado por resolução anexa à Convenção e cujos trabalhos visam a garantir que as instituições a administrarem o Novo Direito do Mar comecem a funcionar de forma efetiva assim que a convenção entrar em vigor. Em 1988, realizou-se a sexta sessão da Comissão Preparatória, dividida em duas partes, uma em Kingston, Jamaica, e outra em Nova York. O Brasil nela atuou de forma ativa, de modo a contrarrestar iniciativas de alguns países que ainda se opõem à Convenção, tendentes a impedir que o regime acordado para a exploração dos fundos marinhos funcione em sua plenitude, o que acarretaria prejuízos sensíveis para os países em desenvolvimento.

No âmbito da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM), presidida pelo Ministro da Marinha, tem funcionado subcomissão que, sob a coordenação do Itamaraty, realizou avanços significativos na tarefa de delimitação da plataforma continental brasileira, uma das exigências a que estamos sujeitos em função da Convenção sobre o Direito do Mar.

Ainda no plano multilateral, o Brasil, em 1988, participou da Reunião do Conselho Executivo da Comissão Oceanográfica Intergovernamental (COI), realizada na sede da UNESCO, em Paris, ocasião em que procurou, mais uma vez, preservar os interesses da pesquisa oceanográfica brasileira, de modo a que ela não se torne um mero apêndice de programas globais que a rigor constituem as prioridades dos países desenvolvidos. Coube também à delegação brasileira evitar que os interesses de pesquisa oceanográfica dos países desenvolvidos fossem perseguidos às custas das legislações nacionais que regulam a matéria na Zona Econômica Exclusiva.

A participação brasileira na reunião anual da Comissão Internacional da Baleia (CIB), realizada em Auckland, Nova Zelândia, deu-se de conformidade com a adesão do Brasil à moratória da caça da baleia, objeto de decreto presidencial de 1985, e da Lei aprovada pelo Congesso Nacional em dezembro de 1987, que proíbe a captura de baleia em águas jurisdicionais brasileiras.

ANTÁRTIDA

Mais uma vez em 1988 o Brasil prestou colaboração positiva ao Sistema do Tratado Antártico, concluído em Washington em 1959 e em vigor desde 1961. Desde que foi iniciado o Programa Antártico Brasileiro, em 1983, o país tem atuado como parte consultiva nas reuniões do Tratado, a última das quais se realizou no Rio de Janeiro em 1987.

Em junho de 1988, concluiu-se em Wellington, Nova Zelândia, a Convenção para a Regulamentação de Atividades sobre Recursos Minerais Antárticos, depois de um esforço negociador das Partes Consultivas que durou mais de seis anos. Trata-se do instrumento mais importante adotado no âmbito do Sistema Antártico desde o Tratado de Washington, na medida em que fornece um quadro jurídico acordado que poderá permitir que no futuro a exploração de recursos minerais na Antártida se realize de forma harmoniosa e sem conflitos, que evidentemente ocorreriam, dado o estatuto jurídico daquele continente, não houvesse um instrumento que protegesse os interesses de todos os diferentes grupos de países que compõem o Sistema Antártico. Nesse sentido, a Convenção adotada em junho de 1988 fortalece os objetivos de paz e concórdia consagrados no Tratado de Washington. Em 25 de novembro de 1988, o Brasil assinou a Convenção para a Regulamentação de Atividades sobre Recursos Minerais Antárticos.

O Brasil participou da VII Reunião Anual da Comissão para a Conservação dos Recursos Marinhos Antárticos (CCAMLR), realizada em outubro de 1988 em Hobart, Austrália, e na qual o representante brasileiro foi eleito presidente da Comissão para os dois próximos anos.

No plano interno, o Itamaraty participou ativamente das reuniões do Comitê Nacional de Pesquisas Antárticas (CNPA), que coordena as relações entre as atividades científicas brasileiras na Antártida, e o Comitê Científico de Pesquisas Antárticas, órgão não-governamental de caráter científico, que precede o próprio Tratado de Washington e que em 1988 realizou a sua XX Reunião de Delegados, em Hobart, Austrália, onde o Brasil esteve representado por pesquisadores de várias áreas.

ESPAÇO EXTERIOR

Durante a visita do Presidente da República a Pequim, foi assinado com o Governo chinês instrumento que aprova e põe em prática projeto entre o Instituto de Pesquisas Espaciais (INPE) e a Academia Chinesa de Tecnologia Espacial (CAST), projeto destinado à construção conjunta de um satélite de observação da Terra, cujo lançamento está previsto para 1992. 30% brasileiro e 70% chinês, o satélite será o primeiro exemplo de cooperação efetiva entre países em desenvolvimento na área de alta tecnologia. Permitirá essa iniciativa conjunta que o Brasil, de usuário de sistemas estrangeiros de coleta de imagens a partir do espaço, passe a ser proprietário de seu próprio sistema e fornecedor de imagens.

Durante a visita do Presidente José Sarney à União Soviética, foi assinado importante Protocolo na área da cooperação espacial para fins pacíficos, que abrirá as portas para projetos conjuntos a serem coordenados, pela parte brasileira, pela Comissão Brasileira de Atividades Espaciais (COBAE), presidida pelo Ministro Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas e da qual o Itamaraty participa de forma atuante.

Ainda em 1988, foi prorrogado o Acordo entre o Governo brasileiro e a Agência Espacial Européia (ESA), relativo ao estabelecimento e à utilização de meios de rastreamento e telemedida instalados em território nacional. Esse acordo permite que o Centro de Lançamento da Barreira do Inferno, em Natal, seja a primeira estação de rastreio dos foguetes ARIANE, lançados a partir da base de Kourou, na Guiana Francesa.

No âmbito multilateral o Brasil participou ativamente das reuniões ordinárias do Comitê das Nações Unidas para os Usos Pacíficos do Espaço Exterior (COPUOS) e de seus dois subcomitês, dando assim sua contribuição para o ordenamento pacífico e harmonioso do espaço cósmico, em benefício da humanidade.

ASSUNTOS CULTURAIS

Foram renovados em 1988 os esforços para dinamizar as atividades de promoção das artes e da cultura brasileira no exterior.

Na área de cinema cabe registrar o início da programação de ciclos do cinema brasileiro em países da América Latina, através de lotes de filmes sobre temáticas específicas preparadas pelo Ministério da Cultura e pela Fundação do Cinema Brasileiro.

Em 1988 foi apresentada a Mostra "Glauber Rocha" em diversos países latino-americanos e em alguns países europeus.

Verificou-se a participação brasileira em vários festivais internacionais e em diversos eventos cinematográficos em diferentes países. Foi prestada colaboração à divulgação, no exterior, de diversos festivais realizados no Brasil.

Cabe ainda ressaltar a cooperação prestada a cinco empresas produtoras brasileiras que realizaram filmagens no exterior. Nesse sentido, tem sido da maior importância o trabalho de negociação de acordos de co-produção cinematográfica desenvolvidos pelo CONCINE e pelo Itamaraty.

No que se refere à fotografia, vale destacar a Mostra de Fotografia Brasileira apresentada em Moscou por ocasião da visita do Presidente Sarney à URSS.

Em 1988, as atividades na área de televisão tiveram sua ênfase sobretudo no estabelecimento de contatos entre empresas privadas e estatais, do Brasil e do exterior. Foram elaborados programas de visitas de representantes de redes estrangeiras ao Brasil.

Na área de vídeo, as principais atividades giraram em torno da elaboração de uma programação audiovisual para uso dos Centros de Estudos Brasileiros, e que representou uma parte substancial dos mais de 500 vídeos enviados ao exterior em 1988.

As atividades no setor de rádio tiveram no convênio MRE/RADIOBRÁS e no programa "The Brazilian Hour", produzido pelo setor cultural do Consulado Geral em Los Angeles, em inglês e espanhol, seus principais veículos de divulgação, obtendo ambos, de um modo geral, excelente acolhida nos países onde vêm sendo apresentados.

Na área de distribuição de material impresso de divulgação, além da remessa aos postos de todos os estoques de material produzido em anos anteriores, procedeu-se à confecção de novos livretos em espanhol e em inglês sobre o Brasil. 5.000 livretos foram distribuídos em 1988.

No campo da música erudita, realizaram-se numerosas turnês de músicos e cantores ao exterior, tais como a turnê da cantora Ana Maria Kieffer e seu conjunto de música antiga a várias cidades européias, da pianista Sônia Maria Vieira pelos Estados Unidos e alguns países da

América Latina; do pianista Arthur Moreira Lima, a Moscou, no âmbito da semana cultural organizada por ocasião da visita presidencial à URSS; e da Orquestra de Câmara de Piracicaba na Argentina.

Dando seqüência às comemorações do Centenário de nascimento do Heitor Villa-Lobos, celebrado em 1987, foram outorgadas, a partir do segundo semestre de 1988, às personalidades estrangeiras que mais se destacaram na divulgação da obra do grande compositor brasileiro, 100 "Medalhas do Centenário de Villa-Lobos".

Na área de teatro, procurou-se prestar apoio logístico a diversos grupos em suas apresentações no exterior. Foram remetidos diversos textos teatrais brasileiros a diferentes países.

Do mesmo modo, foi prestado apoio a vários grupos de dança que se apresentaram no exterior, como o "Ballet Carioca" na Venezuela. Destaque-se, ainda, a apresentação da bailarina Ana Botafogo no Paraguai. Ainda no campo da música, numerosos discos dos mais variados intérpretes foram remetidos aos Centros de Estudos Brasileiros e a diversas entidades musicais estrangeiras.

No que tange às artes plásticas, devem ser mencionadas: a "Mostra de Arte Plumária do Indígena Brasileiro", em Madri e Barcelona; a Mostra, seguida de curso de serigrafia, da artista Lêda Watson, no Canadá e na América Central; a exposição de Arte Barroca Brasileira, com peças da Coleção João Marino, apresentada em Moscou durante a visita presidencial e a exposição de dez ceramistas brasileiros em Madri e Roma. Foi dado presseguimento também às mostras itinerantes "Futebol Arte do Brasil" e "Desenho Industrial Brasileiro".

Na literatura, destaca-se o crescente relacionamento entre o Itamaraty e o Instituto Nacional do Livro. Em 1988, numerosas publicações (romances, poesias, contos e outros gêneros literários) foram enviados para os Centros de Estudos Brasileiros, leitorados e entidades de ensino estrangeiras. Foram traduzidos, em regime de co-edição, diversos autores, em vários idiomas.

Os Centros de Estudos Brasileiros têm-se constituído em importante instrumeto de difusão cultural brasileira, sobretudo na América Latina e na África.

Vale ressaltar a abertura de um Centro em Bissau, cuja inauguração contou com a presença do Senador Hugo Napoleão, então Ministro da Educação.

Registre-se, ainda, o envio regular de jornais, revistas e livros a 39 Universidades, em dezoito países onde o Brasil mantém leitorados de Língua Portuguesa e Literatura e Cultura Brasileiras.

Foram atendidos, dentro das limitações impostas por restrições orçamentárias, os pedidos de países, sobretudo africanos, de cooperação técnica na área de treinamento esportivo.

Três importantes eventos culturais contaram com importante apoio financeiro de origem privada:

1. "Brazil Projects". Trata-se de uma série de eventos realizados em Nova York, no primeiro semestre de 1988 e que incluiu uma mostra de cinema, uma exposição de artes plásticas centrada no movimento Neo-Concreto e apresentações de cantores populares como João Gilberto e Caetano Veloso.

2. "Langsdorff de volta". Exposição em Brasília (no Palácio Itamaraty), Rio de Janeiro, São Paulo, Cuiabá e Belém do acervo de aquarelas dos artistas (Rugendas, Taunay e Florence) que participaram da expedição científica do Cônsul-geral da URSS em São Paulo, no século XIX. A mostra foi preparada pela Fundação Pró-Memória e pelo Instituto Nacional do Livro, com os originais cedidos pelo Museu de História Natural de Leningrado.

3. "Bahia, Momentos do Barroco". Exposição de peças do Museu de Arte Sacra da Bahia, apresentada no Museu de Artes Decorativas de Buenos Aires, por ocasião da visita do Excelentíssimo Senhor Presidente da República àquela capital. A mostra foi preparada pelo Instituto Cultural Brasil - Argentina, de São Paulo.

UNESCO

No correr de 1988, foram preparadas, em coordenação com os Ministérios da Educação, da Cultura e da Ciência e Tecnologia, as contribuições brasileiras para o III Programa a médio prazo (1990-1994) e para o Programa e Orçamento para o biênio 89-90 da UNESCO, objeto de duas Sessões do Conselho Executivo da Organização (a 130ª, em maio/junho e a 131ª, em setembro/outubro).

Duas importantes reuniões da UNESCO tiveram lugar em Brasília: de 18 a 21 de abril, o Encontro Internacional sobre o Papel Dinâmico das Literaturas latino-americanas e do Caribe na Criação Literária Universal; e

a XII Sessão do Comitê do Patrimônio Mundial. Ambos os eventos foram patrocinados pelos Ministérios das Relações Exteriores, Cultura, e pelo Governo do Distrito Federal.

O Diretor-geral da UNESCO, Senhor Federico Mayor, visitou Brasília e o Rio de Janeiro de 29 de julho a 1º de agosto, ocasião em que se entrevistou com o Presidente da República, o Senhor Ministro de Estado da Cultura e o Senhor Governador do Distrito Federal. Firmou em Brasília protocolos de cooperação da UNESCO para a criação do Conjunto Cultural da Capital Federal e do Espaço da Criança.

Em 6 de janeiro, o Brasil, representado pelo MRE, MinC, MEC e MCT, assinou Convênio com a "Associação dos Arquivos de Literatura latino-americana e do Caribe e Africana do Século XX – Amigos de Miguel Angel Asturias", para a edição de algumas das principais obras literárias brasileiras dentro da coleção criada pela Associação para difundir as literaturas latino-americana, caribenha e africana. Em outubro, a primeira etapa da coleção foi lançada em Roma, com publicação, entre outras obras latino-americanas, de "Macunaíma", de Mário de Andrade, e "Paixão Segundo G.H.", de Clarice Lispector.

ACORDOS CULTURAIS

Foram assinados em 1988 o Acordo de Cooperação Cultural e Educacional Brasil – Cuba (Brasília, em 29 de abril), o Acordo Cultural, Educacional e Científico Brasil – Finlândia (Helsinque, em 2 de junho), e o Acordo de Cooperação Cultural e Educacional Brasil – Bangladesh (Brasília, em 27 de setembro). Entrou em vigor o Acordo de Cooperação Cultural com a União Soviética, firmado no ano anterior.

Entre os atos subsidiários de acordos vigentes com outros países, destacam-se o Protocolo Adicional entre o Brasil e Portugal, assinado em Brasília, em 22 de junho, e o Convênio entre o Brasil e a Espanha, assinado igualmente em Brasília. O primeiro criou o Prêmio Luís de Camões "com o objetivo de consagrar anualmente um autor de língua portuguesa que, pelo valor intrínseco de sua obra, tenha contribuído para o enriquecimento do patrimônio literário e cultural da língua comum". O Convênio com a Espanha visa à realização de obras previstas no Estudo de Revitalização do Centro Histórico de João Pessoa, firmado em 9 de abril de 1987.

Brasil e Bolívia consultaram-se a propósito da situação educacional e cultural na região de fronteira entre os dois países. Intensificou-se o intercâmbio cultural com numerosos países mediante troca de obras e visitas

de especialistas em diversas áreas, notadamente com o México, Honduras, Senegal, Itália e França.

O Brasil aderiu aos instrumentos que regulam o funcionamento da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO).

PARTICIPAÇÃO NO GRUPO DOS OITO

O Departamento Cultural participou, desde o início, dos trabalhos de redação do Compromisso de Acapulco.

Por ocasião da reunião ministerial de Oaxaca, em junho de 1988, o representante brasileiro coordenou os trabalhos da área cultural, ocasião em que foram sugeridas várias linhas de ação, especialmente no que se refere ao livre intercâmbio de material cultural, cooperação para a erradicação do analfabetismo e coordenação de atividades interuniversitárias.

Finalmente, na reunião presidencial de Punta del Este chegou-se à assinatura de um acordo de alcance parcial, no âmbito da ALADI, para a livre circulação de uma série de produtos culturais, tais como livros, filmes, vídeos, discos e obras de arte de autores vivos.

Além disso, já foi solicitado ao SELA, por proposta conjunta do Brasil e da Venezuela, que se preparasse um estudo de viabilidade para uma empresa latino-americana, de capital misto, para a distribuição de bens culturais produzidos pelos países-membros.

Estão ainda em estudo propostas de simplificação para trâmites aduaneiros e viagens ligadas às atividades artísticas. Encontra-se, também, em estudo uma cooperação mais estreita na área de educação.

Finalmente, existem propostas, apresentadas por ocasião da reunião de Punta del Este, sobre a conservação e restauração do patrimônio histórico monumental da região, bem como sobre conservação de obras de arte, livros, películas, fotografias e documentos da memória dos países-membros.

PROJETO BRASIL – FRANÇA

Durante o ano de 1988 foram levadas a cabo as seguintes ações:

1. Exposição da coleção do Senhor João Marino, de Arte Barroca Brasileira, em Boulogne – Billancourt, nos arredores de Paris;

2. Vinda de escritores franceses ao Brasil, por ocasião da Bienal do Livro de São Paulo;

3. Apoio à produção de peça sobre Tiradentes a ser apresentada pela Companhia Estável de Repertório, texto e direção de intelectuais franceses;

4. Apresentação do conjunto da Flautista Odette Ernst Dias em diversas universidades francesas com um programa de música brasileira do século XIX;

5. Apoio à realização das seguintes exposições: Fotografias de Jacques Henri Lartigues, Vitral Francês, Jovem Gravura Contemporânea brasileira, Jovens Pintoras do Rio de Janeiro, Le Corbusier;

6. Instalação do Centro de Documentação sobre Música Contemporânea, na Universidade de Campinas;

7. Apresentação da exposição "Modernidade", em São Paulo.

V CENTENÁRIO DO DESCOBRIMENTO DA AMÉRICA

1. VI Reunião da Comissão Nacional Brasileira para as Comemorações do V Centenário do Descobrimento da América: Encontro de Dois Mundos, realizada no Itamaraty, presidida pelo Ministro Henrique Valle, Chefe do Departamento Cultural;

2. VI Reunião das Comissões Nacionais do V Centenário do Descobrimento da América: Encontro de Dois Mundos, realizada em Caracas, em agosto passado, na qual o Ministro de Estado foi representado pelo Ministro Henrique Valle.

ASSUNTOS ECONÔMICOS E COMERCIAIS

PROMOÇÃO COMERCIAL

Planejamento, Organização e Modernização – Apesar da escassez de recursos orçamentários, o Itamaraty procurou manter a permanente reciclagem e aperfeiçoamento da estrutura e métodos operacionais de seu sistema de Promoção Comercial no exterior.

Para tanto, acentuou-se necessidade de máximo aproveitamento dos recursos, sobretudo os recursos humanos já existentes.

A limitação orçamentária levou o Itamaraty à contingência de manter formas imaginativas de cooperação com outros projetos e às atividades, sem sacrifício dos recursos humanos e técnicos utilizados. Um exemplo desse esforço coordenado foi a manutenção do sistema de Informação Comercial, mediante o Programa Conjunto de Comércio, Desenvolvimento e Cooperação Internacional – CDCI, entre o Itamaraty e o Banco do Brasil. Igualmente, o Sistema de Processamento Eletrônico de Dados – SPED pôde ser mantido, em 1988, com as mesmas características dos anos anterio-res, em virtude da continuidade de aporte de fundos do Banco do Brasil.

Seminários – Três seminários em capacitação de operadores do setor exportador foram realizados em 1988, com o patrocínio do Ministério das Relações Exteriores. O primeiro, em maio, intitulado "Seminário/Exposição Internacional de Zebu", deu continuidade à série de encontros sobre as possibilidades de comercialização de gado e sêmen zebuíno, desta vez associado à primeira mostra internacional de exemplares do plantel de zebu existente em diversos países da América Latina.

Seguiu-se o "Seminário sobre Técnica de Embalagem para Exportação", promovido em São Paulo, em junho, paralelamente à "Feira Internacional de Material para Embalagem para Alimentação – FISPAL". O evento contou com a presença de mais de 50 importadores de diversos países e procurou associar a atividade de cooperação técnica internacional sobre embalagens aos aspectos de promoção comercial, para tanto, organizaram-se visitas a empresas brasileiras do setor.

O "Seminário Internacional sobre Técnicas de Importação para Projetos Industriais e de Infra-estrutura", promovido conjuntamente com o Governo finlandês, o Centro de Comércio Internacional (ITC) e Banco Mundial, teve duração de três semanas, (de 7 a 23 de novembro) e contou com a participação de representantes de países latino-americanos e caribenhos. Seu objetivo principal foi capacitar os funcionários públicos de empresas estatais a melhor administrarem os recursos disponíveis, quando da realização de compras externas.

Reuniões Nacionais e Internacionais – Com o objetivo de evitar que as atividades de capacitação técnica do Centro Interamericano de comercialização (CICOM) fossem interrompidas por cortes de recursos orçamentários da OEA, promoveu-se em Washington reunião extraordinária do Conselho Diretor do Centro. Procurou-se, na ocasião, ressaltar a importância do programa de treinamento técnico-profissional de Comercialização para os países-membros da Organização e os baixos custos operacionais do CICOM. Logrou-se, em resultado da reunião, a manutenção do quadro funcional do Centro, bem como a continuidade de seus cursos em comércio exterior.

Cooperação Internacional – Dando continuidade às atividades de cooperação internacional em promoção comercial, o Ministério das Relações Exteriores firmou acordo de assistência técnica em promoção comercial com o Instituto de Comércio Exterior do Governo colombiano.

O Calendário de Feiras e Exposições Internacionais do Itamaraty registrou, em 1988, a participação oficial brasileira em 6 eventos, distribuídos entre 15 mostras gerais e 48 mostras setoriais especializadas.

O Programa Oficial objetivou proporcionar ao setor exportador nacional a identificação e a exploração de demanda potencial no exterior, com a conseqüente seleção de eventos indicados e comprometimento associado do meio empresarial-privado, responsável pela contribuição financeira majoritária nos projetos de promoção direta em feiras.

As restrições orçamentárias, agravadas em 1988, inviabilizaram a utilização de feiras internacionais em mercados não tradicionais como instrumento alternativo de promoção comercial.

Com o propósito de reduzir despesas, sobretudo para o setor empresarial, e de permitir a exploração multiplicada da participação brasileira em feiras no exterior, o projeto "Exposição de Catálogos" propiciará às empresas exportadoras a divulgação dirigida de bens e serviços em

mercados internacionais, a custo reduzido. Assim, a realização de exposição de catálogos na "Feira Internacional de Kuala Lumpur", por exemplo, foi tentativa primeira para o desenvolvimento desta nova modalidade de promoção comercial em feiras.

Em 1988, registrou-se acréscimo no número de empresas participantes nos eventos do Programa de Feiras e Exposições no Exterior (cerca de 600 empresas em 63 feiras) assim como no número de consultas sobre eventos não programados no Calendário Oficial.

Merece destaque a nona participação consecutiva do Brasil na "Feira Internacional de Hannover", que propiciou às 112 empresas brasileiras expositoras a geração de negócios no valor de US$ 46 milhões, entre vendas realizadas e em perspectivas.

Na edição de 1988, a Feira Internacional de Bagdá comemorou seu jubileu de prata, instaurando novas regras sobre a importação de produtos promovidos no evento, principalmente para os países expositores, como o Brasil, participantes ininterruptamente da mostra há mais de dez anos. O Pavilhão do Brasil contou com sete empresas nacionais expositoras, como a Construtora Mendes Júnior e Volkswagen do Brasil, participantes tradicionais e Plantinum Trading S/A, Forlab-Chitec S/A Comércio Internacional e Saabscania do Brasil S/A, presentes pela primeira vez.

Entre as feiras internacionais realizadas na América Latina e que contaram com a participação oficial brasileira em 1988, importa frisar a Feira Internacional de Bogotá e a tradicional participação brasileira na Feira Internacional de Santiago – FISA.

O Itamaraty continuou a desempenhar suas atividades prioritárias em favor da expansão das exportações de serviços de consultoria, engenharia e construção civil, campo em que o apoio e o acompanhamento do Ministério das Relações Exteriores contribuem de modo relevante para a concretização de operações comerciais.

Dentro deste contexto, o Ministério das Relações Exteriores foi representado nas reuniões do Comitê de Exportações e Serviços, órgão colegiado e destinado a conceder financiamento às exportações de serviços; organizou a participação comercial brasileira em COMISTAS, dedicou-se à elaboração e ao acompanhamento de visitas de missões comerciais estrangeiras ao Brasil e de viagens de missões comerciais brasileiras ao exterior; buscou novas modalidades de dinamização das correntes de comércio internacional (contracomércio e *joint ventures*); e procurou maior aproximação comercial

com vários parceiros através de acordos e protocolos comerciais, bem como de ajustes complementares a acordos já existentes.

Destacam-se as atividades de apoio aos entendimentos entre as autoridades financeiras brasileiras e argentinas e acompanhamento constante ao longo processo negociador para viabilizar o equacionamento operacional para a partição do Consórcio Norberto Odebrecht/Hidromor no projeto de construção da Hidrelétrica de Pichi-Picun Leufu, que culminou com o compromisso argentino, através de Nota interministerial, de envidar esforços para autorizar o início das obras pelo referido consórcio.

Prestou-se, ao longo de 1988, integral apoio às missões individuais e conjuntos de empresários brasileiros à Argentina.

Fato significativo ocorrido em 1988 foi a realização do "III Encontro Empresarial Venezuelano-Brasileiro", em Caracas de 3 a 9 de junho. O evento, organizado pela Câmara de Comércio e Indústria venezuelano-brasileira de Caracas e patrocinado pelo Ministério das Relações Exteriores, contou com a participação de 40 empresários brasileiros, representantes do Itamaraty e da CACEX e personalidades do meio empresarial local.

Com o apoio do Itamaraty e do Governo venezuelano, através de suas chancelarias no Brasil e em Caracas, realizou-se a missão composta por representantes das empresas como a FILSAN, COBRASMA, CONFAB, SADE e outras, capitaneadas pela ABDIB e pela INTERBRÁS, e que teve por objetivo apresentar a indústria de bens de capital e serviços de engenharia brasileiros e tomar conhecimento dos programas de investimentos da Venezuela nas áreas de energia elétrica, mineração, petróleo, siderurgia, transporte ferroviário, portos e saneamento básico, bem como, avaliar as possibilidades de cooperação com a indústria local em projetos no país ou em terceiros mercados.

Com o apoio do Itamaraty e do governo chileno, realizou-se a missão da ABID (Associação Brasileira para o Desenvolvimento da Indústria de Base) que teve por objetivos apresentar a indústria de bens de capital e serviços de engenharia brasileiros, de maneira institucional, junto a empresas e organizações chilenas (públicas e privadas) nos setores de energia elétrica, mineração, siderurgia, petróleo, celulose e papel, transporte ferroviário e urbano, portos e saneamento básico.

Também constaram dos objetivos: tomar conhecimento dos programas de investimentos das áreas acima e avaliar as possibilidades de cooperação com a indústria local.

O acompanhamento junto à CACEX de diversos pedidos de financiamentos para projetos de infra-estrutura solicitados por empresas brasileiras constituiu a principal atividade com relação ao Equador.

Concluíram-se as negociações para a participação do Consórcio INTERBRÁS/FILSAN no projeto de construção do sistema de água potável de Quito e para a continuação das atividades da Construtora Andrade Gutierrez na conclusão das obras da rodovia Mendes-Morona. Foi dado acompanhamento permanente, ao longo de 1988, às missões empresariais da INTERBRÁS, da PETROBRÁS e BRASPETRO e do Ministério das Comunicações.

Foram realizadas, ao longo de 1988, três reuniões técnicas em Bagdá com o propósito de encontrar um entendimento com as autoridades iraquianas a respeito do equacionamento das pendências comerciais dos contratos da Construtora Mendes Junior naquele país, bem como de demais pendências envolvendo a Engesa, Avibrás, Promon, Geotécnica e Porjexport.

Realizou-se em Brasília, no período de 26 a 30 de setembro, a Primeira Reunião da Comissão Mista Brasil – Irã.

Na ocasião, a parte iraniana manifestou o desejo de contar com a participação de empresas brasileiras no esforço de reconstrução do país, especialmente nos setores de Energia Elétrica, Construção Pesada e Indústria Petroquímica, tendo sido acertada a ida de uma Missão empresarial da Interbrás-ABDIB a Teerã com o objetivo de detectar oportunidades concretas no país.

Além desses eventos que merecem destaque prestou-se ainda apoio a operações e/ou Comissões Mistas com a República Popular da China, Índia, Angola, Nigéria, Gana, Suécia, Peru, Suriname, Costa Rica, Cuba, Líbia, Colômbia e Bolívia.

O Itamaraty deu prosseguimento, em 1988, a sua atividade básica de repassar a exportadores brasileiros informações destinadas a possibilitar e facilitar a exportação de bens e serviços. Os dados transmitidos a empresas exportadoras consistiram, resumidamente, em oportunidades singulares de venda, concorrências públicas abertas no exterior para a aquisição de bens e serviços, desenvolvimento de projetos que possam resultar em concorrências, informações de mercados e de tratamento tributário para produtos brasileiros no exterior, ademais de notícias sobre o comportamento das importações nos mercados mundiais.

Durante o ano passado procurou-se, como habitualmente, introduzir novas tarefas e aperfeiçoamento no Sistema de Informação Comercial de forma a possibilitá-lo a acompanhar a própria evolução do comércio exterior brasileiro. Caberia destacar, dentre essas medidas:

– A substituição, por micro-computadores, dos terminais impressores instalados em Postos/Secom no continente americano. Os novos equipamentos oferecem maiores recursos técnicos e permitem reduzir custos de transmissão de dados devido a sua capacidade de armazenar informações.

– A implantação do Sistema de Informação sobre investimentos estrangeiros no Brasil, constituído por uma rede de empresas de consultoria e de escritórios de advocacia habilitados a atender consultas mais elaboradas levadas aos SECOM por potenciais investidores estrangeiros, tais como aspectos da legislação brasileira e direcionamento do investidor em termos de sua localização no país, em conformidade ao produto ou serviço de seu interesse, e aos incentivos que procura.

– A introdução do Boletim de Oportunidades de Exportação – BOEX – destinado a transmitir, a importadores brasileiros, ofertas de exportadores de países selecionados. A atividade, iniciada para facilitar a exportação de países que mantêm sensível déficit em transações comerciais com o Brasil, Argentina, Colômbia, Equador e Venezuela, mereceu receptividade favorável junto a autoridades econômicas desses países e poderá expandir-se para englobar outras áreas de interesse para o Brasil no tocante ao estímulo às importações.

Caberia, por fim, destacar algumas atividades iniciadas em 1988:

– No quadro do programa POLEN foi assinado Memorando de Entendimento entre o Brasil, a SOUTHERN AFRICA DEVELOPMENT COORDINATION CONFERENCE – SADCC e os países integrantes da organização para o levantamento hidrelétrico e hidrológico do rio Zambeze, a ser iniciado no corrente ano, a cargo de empresas canadense, portuguesa e brasileira CNEC que para tanto recebeu financiamento da FINEP no âmbito do programa;

– O recadastramento do Registro de Exportadores Brasileiros em conformidade com a Nomenclatura Brasileira de Mercadoria/Sistema Harmonizado;

– A interconexão do sistema de processamento eletrônico de dados do Itamaraty com o banco de dados BC-Net, da CEE, para o acesso direto a

oportunidades de negócios, investimentos e transferência de tecnologia propiciados por essa rede européia;

– A abertura, no Brasil, de um Escritório de Promoção de Investimentos da UNIDO, com a finalidade de promover investimentos e tecnologias estrangeiras no Brasil, assim como difundir possibilidades de investimentos brasileiros no exterior bem como possibilidades de participação em projetos de desenvolvimento em países do terceiro mundo. O assunto ensejou a visita de autoridades daquele organismo ao Brasil no ano passado e na oportunidade verificou-se a utilidade de vinda de missão técnica para colher informações pormenorizadas, sobre as necessidades brasileiras em função dos programas de colaboração conduzidos pela UNIDO, com vistas a uma definição do formato do Escritório que venha a ser instalado no Brasil;

– A preparação de um seminário sobre tecnologia brasileira para o desenvolvimento, a ser realizado em países da África francófona, precisamente Costa do Marfim, Camerun e Zaire. Esse tipo de seminário, que há algum tempo faz parte do programa de promoções especiais da DIC, objetiva oferecer oportunidade para exibição e palestras por parte de empresas estatais e privadas de engenharia (consultoria, construção e montagem industrial) e do setor de bens de capital, com o intuito de situar o Brasil como parceiro apto a participar de programas de desenvolvimento.

Em 1988 o MRE deu continuidade aos trabalhos de pesquisa econômica destinados a subsidiar a atuação de diversas unidades do Ministério.

Juntamente com a Secretaria de Assuntos Internacionais da SEPLAN, foi responsável pelas negociações que resultaram na assinatura, pelos Ministros e Secretários-gerais do MRE e da SEPLAN, em 13 de setembro de 1988, do Protocolo SEPLAN/Itamaraty.

Este documento prevê a utilização de recursos financeiros do Banco Mundial através do Fundo de Gerenciamento do setor Público (GESEP), para a contratação de estudos, pesquisas e seminários sobre temas econômicos de interesse do Itamaraty, da SEPLAN, do IPEA e de outros órgãos da administração pública. No âmbito do Protocolo deverão ser realizados projetos de pesquisa ou seminários sobre temas tais como: liberalização do comércio agrícola, integração latino-americana, negociações comerciais no âmbito do GATT, investimentos diretos estrangeiros, interrelação entre comércio exterior e dívida externa e metodologia para análise da oferta exportável brasileira e da demanda externa potencial em mercados selecionados.

Foram também preparados textos de palestras e conferências sobre assuntos de natureza econômica como entre outros, liberalização do comércio exterior brasileiro e processo de integração Brasil – Argentina.

Foram preparados em 1988 quatro estudos da série, "Como Exportar", referentes a Chile, Reino Unido, México e Argentina. Apenas o primeiro estudo foi publicado, em virtude de restrições orçamentárias. A série conta hoje com 54 títulos. Com o fim de examinar a adequação dos guias "Como Exportar", às necessidades de seus usuários e às possibilidades deste Ministério, foi realizada ampla pesquisa junto às 7.500 empresas cadastradas. Os resultados desta pesquisa indicam ser bastante boa a aceitação do guia por seus usuários, que ressaltaram sua utilidade, objetividade e pioneirismo.

Os "Perfis Econômico-Comerciais" e os "Quadros Sintéticos", preparados para uso interno do Ministério das Relações Exteriores, contêm informações e análises sobre a economia de países selecionados e seu relacionamento econômico-comercial com a comunidade internacional e, em particular, com o Brasil. Em 1988 foram preparados 31 "Perfis Econômico-Comerciais" e 21 "Quadros Sintéticos". Foram elaborados ainda 37 estudos de natureza estatística como, por exemplo "Brasil: Indicadores Sócio-Econômicos", "Brasil: Indicadores de Endividamento Externo" e "Intercâmbio Comercial com os Países em Desenvolvimento". Grande parte desses estudos são encaminhados às Embaixadas e Consulados brasileiros, no entendimento de que representam informações importantes para a atuação dos Postos no exterior.

POLÍTICA COMERCIAL

O Brasil realizou importantes transformações de sua política comercial, integrando-a com a nova política industrial na busca da atualização tecnológica do parque industrial brasileiro. Foram simplificados e modernizados os procedimentos administrativos para importação e exportação e procedeu-se a uma reforma da tarifa aduaneira brasileira. Por esta reforma, foi reduzido o número de encargos incidentes sobre as importações, as tarifas ganharam maior operacionalidade e foram, em média, reduzidas. Consoante com a melhoria da situação do balanço de pagamentos do País devido ao crescimento do superávit comercial, foram eliminadas ou reduzidas barreiras não-tarifárias. Desta forma procura-se aumentar os níveis de exportação e importação do país, mantendo-se o superávit comercial necessário ao pagamento do serviço da dívida externa e permitindo-se, por via das importações de bens de capital e da maior exposição ao comércio inter-

nacional, a modernização industrial. Neste contexto, ressalta o papel estratégico das tarifas aduaneiras.

REUNIÃO DE CÚPULA DOS SETE GRANDES

A Reunião de Cúpula das sete principais nações industrializadas realizou-se em 1988 em Toronto, Canadá, sem resultados de maior impacto. Marcada pela ausência de controvérsias e de grandes iniciativas, inclusive por tratar-se do último ano da Administração Reagan, retomou em grande parte temas e conclusões da reunião em Veneza de 1987. Examinou-se a necessidade de dar impulso político às negociações comerciais da Rodada Uruguai, manteve-se a preocupação com o comportamento das economias asiáticas recentemente industrializadas e o receituário ortodoxo para o tratamento do problema da dívida externa em desenvolvimento de renda média. Os dois pontos de maior destaque da reunião foram o endosso formal, no mais alto nível, da política de coordenação macroeconômica, sobretudo cambial, e as propostas de alívio da dívida dos países mais pobres (em especial África Subsaárica). O segundo ponto, colocação em prática das propostas realizadas, deverá efetivamente permitir certo alívio aos países beneficiados.

RODADA URUGUAI

Em 1988 prosseguiu, em seu segundo ano, a Rodada Uruguai de negociações multilaterais. As negociações foram marcadas sobretudo pela existência da Revisão de Meio Período, através da reunião em nível ministerial do Comitê de Negociações Comerciais, marcada para dezembro em Montreal, Canadá. A reunião tinha como objetivo realizar uma avaliação dos trabalhos da Rodada, previstos para encerramento em 1990 e, eventualmente, adotar resultados antecipados. Assim, o andamento dos diversos grupos de negociação durante o ano acabou por ser decisivamente marcado pela perspectiva da adoção de resultados antecipados, com grande avanço das discussões de interesse dos países industrializados e lentidão naquelas de interesse prioritário para os países em desenvolvimento. Entre os temas de maior interesse para os países em desenvolvimento, apenas as negociações de produtos tropicais, única área em que se previa explicitamente na declaração de lançamento da Rodada a adoção de resultados antecipados, houve algum avanço significativo. Em agricultura, a divergência entre a CEE e os EUA concentrou as atenções na esperança de um acordo mínimo em Montreal. O ritmo dos trabalhos continuou intenso, com grande número de documentos circulados, mantendo as dificuldades operacionais do ano anterior. Dentro deste quadro, o Brasil procurou participar ativamente das negociações em todas as áreas, chamando atenção ao longo do

ano para a falta de avanço nos temas de interesse dos países em desenvolvimento e procurando apresentar contribuições positivas nos temas cujas discussões se aceleravam.

Internamente, prosseguiu o atento acompanhamento das negociações pelos Grupos Interministeriais de Bens e de Serviços, coordenados pelo Ministério das Relações Exteriores. Também o CONCEX foi mantido informado sobre o andamento da Rodada. O Itamaraty procurou um maior envolvimento do setor privado nas negociações através de convite a diversas associações empresariais para participação em reuniões preparatórias e da realização de um Seminário sobre a Rodada Uruguai em conjunto com a FIESP e a FADUSP.

A Rodada Uruguai suscitou a realização de duas Reuniões Informais de Ministros Responsáveis pelo Comércio Exterior, em Constança, Alemanha, e em Islamabad, Paquistão, que centraram-se sobretudo nas perspectivas para a reunião de Montreal. O Brasil participou ainda com atuação marcante das reuniões de Consulta e Coordenação do SELA sobre a Rodada Uruguai, em março e novembro de 88.

A reunião de Montreal, realizada sob fortes expectativas, foi marcada pelo impasse em agricultura. Diante da intransigência dos EUA e CEE em aceitar soluções de compromisso que possibilitasse a obtenção de avanços na área agrícola, e a existência de impasses em têxteis, salvaguardas e propriedade intelectual, um grupo de países latino-americanos, que incluiu o Brasil, insistiu na não adoção dos resultados consensuais já obtidos (sendo os mais importantes: medidas provisórias de aperfeiçoamento do processo de solução de controvérsias do GATT, criação provisória de mecanismo de revisão de políticas comerciais dos vários membros do GATT e um quadro consensual mínimo para as negociações sobre serviços) e continuação das discussões sobre agricultura, salvaguardas, têxteis e propriedade intelectual, temas em que não se havia chegado a consenso.

GATT

No âmbito dos trabalhos de rotina do GATT, o Brasil recorreu ao processo de solução de controvérsias do organismo contra a elevação unilateral em 100% *ad valorem* das tarifas aplicadas a certos produtos importados do Brasil por parte do Estados Unidos, em retaliação a alegada proteção inadequada de patentes farmacêuticas pelo Brasil. Por se tratar de medida ilegal à luz do Acordo Geral de Tarifas e Comércio, em dezembro de 1988 o Brasil solicitou ao Conselho do GATT, a criação de um grupo de peritos para examinar o assunto.

Em junho visitou o Brasil o Diretor-geral do GATT Artur Dunkell que avistou-se com o Presidente da República, Ministros da Fazenda e Agricultura, autoridades da área econômica e líderes empresariais, além de participar do Seminário sobre a Rodada Uruguai, organizado pelo Itamaraty, em conjunto com a FIESP e FADUSP.

Com a regulamentação brasileira para a implementação do Código *Anti Dumping* e do Código de Subsídios e Medidas Compensatórias, foram iniciadas em 1988 as primeiras ações *anti dumping* no Brasil, e foi eliminada, em conformidade com o compromisso assumido quando da assinatura do Código de Valoração Aduaneira, a aplicação de preços de referência e pautas de valor mínimo às importações.

OMPI

No âmbito da Organização Mundial da Propriedade Intelectual, prosseguiu o esforço de alguns países desenvolvidos no sentido de estabelecer padrões de propriedade intelectual mais rígidos e de criar novas formas de proteção para as novas tecnologias. Assim, prosseguiram com a participação brasileira as reuniões de consulta sobre a revisão da Convenção de Paris e as reuniões de peritos sobre harmonização de leis de patentes, ao mesmo tempo em que reuniões de peritos discutiram as perspectivas de regulamentação internacional específica para invenções biotecnológicas e circuitos integrados. Quanto a circuitos integrados, foram realizados trabalhos preparativos para uma conferência diplomática, a realizar-se em 1989 em Washington, que discutirá a possibilidade de adoção de tratado específico sobre a matéria. A preocupação do Brasil tem sido a de procurar evitar que, em nome de proteção à propriedade intelectual, venham a ser criadas barreiras à entrada e ao desenvolvimento de tecnologias avançadas nos países em desenvolvimento.

DIÁLOGO NORTE-SUL

Em 1988, tanto a UNCTAD quanto a UNIDO tiveram um ano de atividades rotineiras, com poucas novidades nas reuniões de suas juntas. o Brasil pautou sua atuação nestes organismos pelo esforço em favor do cumprimento das decisões, respectivamente, da VII UNCTAD e da II Conferência Geral da UNIDO, ambas realizadas em 1987. Na UNCTAD aflorou com maior vigor o entrave representado pela dívida externa dos países em desenvolvimento para a retomada de seu crescimento e causou impacto a proposta de redução de 80% da dívida destes países junto aos bancos comerciais, apresentada pelo Secretário-geral da Organização.

A iniciativa que trouxe maior alento às perspectivas de uma renovação do diálogo Norte-Sul foi a proposta do G-77 apresentada na sessão de julho do ECOSOC, de convocação de uma Sessão Especial da Assembléia Geral da ONU em 1990 para tratar da cooperação econômica internacional.

COOPERAÇÃO SUL-SUL

A cooperação Sul-Sul continou em 1988 a enfrentar as dilficuldades decorrentes da crise econômica dos países em desenvolvimento. Um importante marco da cooperação Sul-Sul, entretanto, foi alcançado com a reunião Ministerial de Belgrado, onde foi assinado o Acordo Constitutivo do Sistema Global de Preferências Comerciais entre Países em Desenvolvimento (SGPC) ao qual foram anexadas as listas de concessões negociadas ao longo de 87 e início de 88. A reunião contou com importante participação do Brasil, que se fez representar pelo Ministro do Planejamento.

INFORMÁTICA

Em fevereiro, o Representante de Comércio dos EUA (USTR), com base na publicação da lei de Software e na decisão do CONIN de autorizar o registro no Brasil do programa da MS-DOS 3.3. da Microsoft, divulgou nota comunicando a decisão do Governo norte-americano de adiar a adoção de sanções a importações brasileiras para aquele mercado, no âmbito da Ação 301 aberta contra a Política Nacional de Informática.

Em junho, o USTR, tomando em conta a Regulamentação da lei de Software, de maio, ratificou o adiamento da adoção de sanções. O USTR não ofereceu, entretanto, garantias de que a adoção eventual daquelas medidas restritivas não teria caráter retroativo e de que a lista de produtos originalmente estabelecida seria efetivamente cancelada.

Em novembro, o Brasil reafirmou ao USTR a firme expectativa de que a Ação 301 fosse encerrada, à luz da forma objetiva e transparente que tem revestido a implementação da legislação nacional do setor.

QUÍMICA FINA E PRODUTOS FARMACÊUTICOS

Realizou-se em fevereiro, em Brasília, a Quarta Reunião de Consultas Bilaterais sobre química fina e produtos farmacêuticos para examinar alegação norte-americana de inadequação da legislação brasileira de patentes no caso de produtos e processos farmacêuticos. Essa quarta consulta deu-se no contexto de investigação conduzida pelo Governo norte-americano, sob a Seção 301 de sua Lei de Comércio de 1974, com base em

petição apresentada pela "Pharmaceutical Manufacturers Association" (PMA) que alegou sofrer prejuízos em decorrência da falta de proteção patentária no setor farmacêutico no Brasil.

O lado brasileiro demonstrou aos norte-americanos falta de base para seu pleito, não só por ser a lei brasileira sobre patentes transparente, ajustada à Convenção de Paris sobre Propriedade Industrial e não discriminatória em relação ao capital estrangeiro, como também por ser evidente a crescente participação de empresas estrangeiras no mercado brasileiro de produtos farmacêuticos.

Em vista, não obstante, da inconclusão dos trabalhos dessa quarta reunião de consulta, o Governo norte-americano anunciou, em julho, a decisão de impor sanções comerciais unilaterais contra o Brasil, tendo divulgado, na ocasião, lista preliminar de produtos brasileiros de exportação passíveis de serem sobretaxados.

Em setembro, realizaram-se audiências públicas, em Washington, para submeter a lista preliminar à consideração das partes interessadas e, em outubro, o Governo norte-americano divulgou a lista definitiva de produtos e o valor das medidas impostas. A lista, composta de 22 itens da Tabela Aduaneira dos EUA (TSUS), inclui produtos de papel, farmacêuticos e eletrônicos de consumo, cuja exportação para o mercado norte-americano passou, desde o dia 30.10.88, a estar submetida ao pagamento de tarifa de 100% *ad valorem*. Os EUA avaliaram o montante das sanções em US$ 39 milhões, com base no valor médio de exportação dos produtos selecionados no triênio 1985/1987.

O Brasil apresentou, em agosto, pedido de consultas bilaterais nos termos do artigo XXIII. 1 do GATT. Tais consultas realizaram-se em novembro de 1988, em Genebra, sem, contudo, apresentar resultados conclusivos. Dando seguimento ao processo de solução de controvérsias no âmbito do GATT, o Brasil apresentou, em dezembro, pedido de estabelecimento de um *panel* para examinar as medidas restritivas adotadas pelos EUA.

SOJA

Em vista da política de subsídios do "Export Enhancement Program" (EEP), que permite aos EUA oferecerem preços cada vez mais baixos para o seu óleo de soja no mercado internacional, criando situação insustentável para as exportações brasileiras daquele produto em mercados tradicionais, foram realizadas gestões em Washington, em março, e uma consulta

bilateral, em junho, com o objetivo de obter do Governo norte-americano a suspensão de sua política de subsidiação para óleo de soja.

Em decorrência da ausência de uma resposta satisfatória para a questão, o Brasil solicitou, em agosto, consultas ao Governo norte-americano, ao amparo do artigo 12.1 do Código de Subsídios do GATT, as quais se realizaram em setembro, em Genebra, dando, assim, início ao processo de solução desta controvérsia no âmbito do GATT.

SIDERURGIA

Em março, a pedido do Governo brasileiro, realizou-se em Washington, consulta especial sobre tubos no âmbito do Acordo Siderúrgico Bilateral. Em decorrência, o setor de tubos brasileiros viu crescer significativamente sua quota de exportações para o mercado norte-americano.

Em junho, os Governos brasileiro e norte-americano fizeram realizar, em Washington, a X Reunião Regular de Consultas para examinar temas afetos à administração conjunta do Acordo Siderúrgico Bilateral. Na ocasião, foram aprovados os limites quantitativos efetivamente comercializados no âmbito do Acordo durante o ano de 1987. O Brasil obteve a concordância dos EUA para transferir, para o ano de 1988, a totalidade de saldos remanescentes de 1987.

Em setembro, teve lugar em Brasília a XI Consulta regular do Acordo Siderúrgico Bilateral, tendo como objetivo a troca de informações sobre os mercados siderúrgicos dos dois países e o encaminhamento de pleitos de flexibilidades com vistas a otimizar o aproveitamento da quota brasileira.

Em outubro, o Departamento de Comércio norte-americano (DOC) iniciou sua investigação de "upstream subsidies" sobre chapa de aço brasileira utilizada para a fabricação de rodas de aço para veículos leves. O Brasil contestou a decisão do DOC à luz do Acordo Siderúrgico Bilateral que foi concluído com o pressuposto básico de que durante sua vigência nenhum processo sobre "prática desleal de comércio" seria aberto contra produto nele incluído. No curso das negociações, o Governo brasileiro conseguiu obter dos EUA a dilatação (até janeiro de 1989) do prazo de resposta do questionário de "upstream".

No que respeita às relações entre o Brasil e a CEE-CECA, no âmbito da siderurgia, foram concluídos em janeiro os Acordos Bilaterais de Aço e de Ferro-Gusa, para 1988. Em julho, realizou-se, em Brasília, reunião de consultas, com vistas a examinar questões referentes à gestão conjunta desses

Acordos. Na ocasião, os delegados brasileiros lograram obter aumento significativo na tonelagem efetiva de exportação de produtos de aço para o mercado comunitário.

Cabe, ainda, mencionar o tema da investigação norte-americana sobre a suspensão das exportações brasileiras de sucata de cobre. Em novembro, o Escritório do Representante de Comércio dos EUA (USTR) recebeu petição em que o Conselho de Fabricantes de Produtos de Cobre e Latão solicitava abertura de investigação 301 (sobre "prática desleais de comércio") contra o Brasil e a CEE, alegando prejuízos da ordsem de US$ 150 milhões em virtude de suposta proibição de exportação de sucata de cobre de zinco e de liga de cobre brasileiras e comunitárias. O Governo brasileiro fez entrega às autoridades dos EUA de documento contendo esclarecimentos acerca da legislação brasileira sobre o assunto, apontando falhas de substância na argumentação do referido Conselho e fornecendo dados que demonstravam, inequivocamente, a ausência de justificativa na petição norte-americana. Em face da argumentação brasileira, o USTR recusou, em dezembro, o pedido dos fabricantes de cobre e latão no tocante ao Brasil, decidindo abrir a investigação somente contra as Comunidades Européias.

TÊXTEIS

Em setembro, foi firmado pelos Governos dos Estados Unidos e do Brasil, Acordo sobre o comércio de têxteis de algodão, lã e fibras químicas e produtos têxteis, para o período compreendido entre abril de 1988 e março de 1992. O acordo estabeleceu um limite global para as exportações têxteis brasileiras para o mercado norte-americano, bem como limites específicos para trinta e cinco categorias têxteis.

Foi, também, firmado, em setembro, entre o Governo do Estados Unidos da América e do Brasil, Acordo de Visto para produtos têxteis exportados pelo Brasil para os EUA. O Acordo estabelece as condições de certificação (vistos) para documentos de exportação para os EUA, de produtos têxteis brasileiros contingenciados.

O setor têxtil brasileiro tem enfrentado, igualmente, medidas de contingenciamento impostas pelo Canadá. Em maio, em decorrência de pedido de consulta feita ao amparo do artigo 3º, do Acordo Multifibras, o Governo canadense determinou quotas unilaterais, para 1988, às exportações brasileiras de lençóis, fronhas e toalhas felpudas.

Em junho, o órgão de Vigilância Têxtil, em Genebra, ratificou as quotas somente para lençóis e fronhas, e recomendou que os dois países

voltassem a negociar. Novas consultas bilaterais foram realizadas em julho, em Ottawa, e em setembro, em Genebra. Nesta última, ficaram acertadas as bases para um acordo bilateral de três anos. No entanto, na proposta de acordo apresentada, o Governo canadense introduziu elementos normativos não acordados durante as negociações, considerados inaceitáveis pelo Governo brasileiro. A proposta canadense não foi acolhida.

COMUNIDADE ECONÔMICA EUROPÉIA

Como resultado da decisão adotada durante a II Sessão da Comissão de Cooperação Brasil-CEE, celebrada em 1987, realizou-se, em dezembro, a sessão inaugural do Conselho Empresarial Brasil-CEE, instituído para estimular contatos entre o empresariado europeu e brasileiro para a promoção do comércio bilateral e de *joint ventures* nos campos industrial e tecnológico, mediante a identificação de novas oportunidades de cooperação. A coordenação dos Trabalhos de organização do novo Conselho cabe, pelo lado brasileiro, à Confederação Nacional da Indústria, e, pela parte comunitária ao Conselho das Câmaras de Comércio dos Países-membros das Comunidades Européias.

Em julho, visitou o Brasil o Comissário Karl-Heinz Narjes, Vice-Presidente da Comissão das Comunidades Européias. O Comissário Narjes avistou-se, com autoridades governamentais, representantes de centros de pesquisa e desenvolvimento, e do setor empresarial no intuito de identificar possibilidades de investimentos comunitários no Brasil.

Neste contexto, o representante comunitário manifestou o interesse da CEE em estabelecer *joint ventures* entre pequenas e médias empresas nas áreas industrial e de serviços.

POLÍTICA FINANCEIRA

Em 1988, o Brasil procurou normalizar suas relações com a comunidade financeira internacional, em três etapas:

a) assinatura de acordo com os Bancos credores, setembro de 1988;
b) negociações com o Fundo Monetário Internacional (FMI) para obter acordo de stand by: os desembolsos deste acordo com o FMI estão sujeitos a waiver, já que o Brasil não pôde cumprir algumas das metas acordadas;
c) assinatura de agreed minute no âmbito do Clube de Paris, a qual foi submetida ao Congresso Nacional.

Como credor, o Governo brasileiro vem orientando sua atuação por uma paulatina flexibilização das condições de renegociação, em decorrência das condições mais favoráveis obtidas pelo Brasil junto a seus credores: da postura concessional adotada pelos países do G-7 (industrializado) com relação aos chamados países de baixa renda especialmente após a Cúpula de Toronto e, finalmente, do compromisso brasileiro, assumido na Declaração de Acapulco, de conceder condições mais favoráveis aos países de menor desenvolvimento relativo da América Latina.

Como credor, o Brasil manteve no ano passado negociações com diversos países, tendo firmado acordo de reescalonamento, entre outros com Angola, Nicarágua, Costa Rica, Suriname e Guiné Bissau.

A questão da dívida intralatino-americana foi equacionada pelos Ministros da Fazenda dos países-membros do Mecanismo Permanente de Consulta e Concertação Política (G-8) em reunião realizada no Rio de Janeiro, em dezembro.

O Brasil tem mantido intensos contatos para obter cooperação financeira tanto multilateral quanto bilateral.

No âmbito multilateral destacam-se as negociações com o Banco Mundial para obtenção de recursos, entre eles o empréstimo setorial elétrico, da ordem de US$ 500 milhões.

Quanto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), têm sido de especial relevância as negociações para obter apoio para a 7ª reposição de recursos do Banco.

Na Reunião Anual Conjunta FMI/BIRD, em setembro, o Brasil presidiu a Reunião do Grupo dos 24 para Relações Monetárias Internacionais, a qual tratou, com ênfase, das questões relativas à dívida externa, ao impacto das políticas industriais dos países desenvolvidos sobre meio ambiente.

No campo bilateral da cooperação financeira, o Brasil vem buscando obter do Japão recursos do Plano Nakasone (reciclagem de *superávits*), tendo apresentado uma primeira lista de projetos, no valor global de US$ 5 bilhões.

Foi retomada igualmente a cooperação com a República Federal da Alemanha (RFA) e durante as negociações entre os dois países, em

dezembro, o lado alemão definiu em 40 milhões de marcos o aporte de recursos para essa cooperação.

O Brasil vem negociando, com diferentes países, acordos para evitar a bitributação de renda e prevenir a evasão fiscal.

Em 1988 realizaram-se rodadas de negociação com a URSS e a República Popular da China, e foi revisto o acordo com a Finlândia.

ENERGIA E RECURSOS MINERAIS

Em julho, foi assinado com a República Popular da China Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica, o qual procura atender ao interesse chinês de obter tecnologia do Brasil e ao interesse brasileiro de habilitar-se a participar da construção de hidrelétricas na RPC.

Em agosto, foi assinado acordo com a Bolívia para a construção da usina hidrelétrica de Cachuela Esperanza. Foi assinado com a Bolívia acordo sobre gás, pelo qual o Brasil deverá adquirir da Bolívia 500 MW de energia elétrica; uréia e polietileno; e 3 milhões de metros cúbicos diários de gás natural.

Em novembro, realizaram-se, no México, reuniões de Ministros e de peritos da Organização Latino-Americana de Energia sobre a situação energética regional e cooperação técnica.

ENERGIA NUCLEAR

A cooperação nuclear Brasil – Argentina, atingiu nível sem precedentes entre países em desenvolvimento. A coordenação de posições nos foros internacionais, e o estreito intercâmbio científico e tecnológico tem propiciado a almejada confiança recíproca no setor nuclear.

De grande significado, foram a visita do Presidente Alfonsin, em abril, ao Centro Experimental de Aramar, quando entrou em operação a primeira unidade da usina de enriquecimento de urânio por ultracentrifugação e em novembro, a visita do Presidente Sarney ao laboratório de processos radioquímicos da Comissão Argentina de Energia Atômica, em Ezeiza.

Em ambas as ocasiões foram assinadas declarações conjuntas sobre política nuclear.

A reunião da junta de Governadores da Agência Internacional de Energia Atômica (fevereiro) foi importante por tratar-se do primeiro encontro internacional após o acidente de Goiânia, havendo os especialistas brasileiros avaliado, com os colegas de outros países, os efeitos do acidente e as medidas adotadas.

Na Conferência Geral e na Junta de Governadores (setembro), os representantes do Brasil tiveram oportunidade de esclarecer as modificações ocorridas no setor nuclear.

RECURSOS MINERAIS

a) O Brasil participou, em 1988, como observador, das Sessões do Comitê Executivo e da Conferência de Ministros da Associação dos Países Produtores de Estanho e tem colaborado com o Programa de Racionalização da Oferta da Associação, com vistas à manutenção dos preços e à estabilidade do mercado.

Teve lugar em Changsha, na República Popular da China em setembro, a V Reunião de Representantes Governamentais de Países Produtores/Exportadores de Tungstênio, o encontro girou, basicamente, em torno da proposta apresentada pela RPC de mecanismo de estabilização dos preços do produto que passaria pela criação de um sistema de consultas regulares entre os países produtores/exportadores e pela fixação de preços mínimos para o produto.

A Segunda Sessão do Grupo Internacional de Peritos sobre Minério de Ferro (Genebra, março) examinou, com a participação do Brasil, a eventual constituição de um Comitê sobre Ferro, no âmbito da UNCTAD, com competência sobre matérias estatísticas.

O Brasil participou da XXXIII Sessão do Grupo Internacional de Estudos sobre Chumbo e Zinco (GIECZ) realizada, em Genebra, em outubro. Na ocasião o Brasil candidatou-se e foi eleito para a presidência do Subcomitê de Políticas Nacionais e Econômicas do Grupo e propôs a realização, no início de 1990, em São Paulo, de Reunião Especial do citado Subcomitê versando sobre chumbo e zinco na América Latina.

b) Realizou-se, em novembro, a primeira parte da Conferência das Nações Unidas sobre Estanho. A Conferência visa à criação de grupo intergovernamental para discutir temas referentes ao metal e compilar e disseminar dados estatísticos, objetivando maior transparência do mercado internacional.

Realizou-se, em junho, em Genebra, a primeira parte da Conferência das Nações Unidas sobre Cobre, para tratar da criação de um foro intergovernamental com objetivos semelhantes aos da conferência sobre estanho.

O Brasil participou, como observador, da 42ª Sessão do Comitê Executivo e da 15ª Sessão do Conselho de Ministros da Associação Internacional da Bauxita (AIB), realizadas, em Kingston, Jamaica, em novembro.

PRODUTOS DE BASE

Na Rodada Uruguai do GATT foram realizadas em novembro negociações na área de produtos tropicais, as quais culminaram com o fechamento de um pacote, considerado modesto, que foi apresentado à Conferência de Montreal.

Em 1988 a Organização Internacional do Café deu início à renegociação do Acordo de 1983, que expira em 1989. A posição do Brasil favorece a prorrogação do Acordo, por julgá-lo capaz de abrigar modificações que permitem resolver quaisquer questões inadequadamente cobertas. O objetivo central brasileiro na renegociação do Acordo é a defesa de sua parcela tradicional de mercado, e a adoção de preços remunerativos. As discussões na Organização Internacional do Café estiveram voltadas para a fixação da quota global do ano cafeeiro e dos mecanismos de sustentação de preços.

Em 1988, as cotações internacionais do cacau atingiram patamares tão baixos quanto os de doze anos atrás. Essa tendência tem sido explicada como decorrência natural de um excesso de produção sobre a demanda pela quarta safra consecutiva. Para retirar do mercado um pouco desse cacau excedente e tentar influenciar favoravelmente os preços, restaria à Organização Internacional do Cacau, acionar o Esquema de Retenção, o que não foi possível pela divergência entre países-membros produtores e consumidores a respeito desta questão e de eventual revisão da faixa de preços.

O Acordo Internacional do Açúcar 1987 entrou em vigor em março e, em maio, o Brasil aderiu ao novo Acordo, passando a aplicar provisoriamente suas disposições até o cumprimento das formalidades constitucionais.

A negociação agrícola confronta os dois grandes parceiros comerciais (EUA e CEE) e tem como "terceira força" o Grupo de Cairns, do qual o Brasil é parte. O Grupo de Cairns congrega doze países agrícolas de porte médio e com agricultura competitiva tais como Canadá, Austrália, Nova Zelândia, Argentina, Uruguai, Brasil e Filipinas. Em dezembro, na

Conferência de Montreal, os Estados Unidos e a CEE permaneceram intransigentes em suas posições, principalmente no que diz respeito à eliminação (EUA) ou à redução parcial dos subsídios (CEE).

No âmbito da Organização Internacional de Madeiras Tropicais, em junho, realizou-se no Rio de Janeiro, a IV Sessão do Conselho da Organização Internacional de Madeiras Tropicais. O Brasil submeteu e aprovou projeto sobre o "Desenvolvimento Florestal Integrado na Amazônia Ocidental – Fase I – Manejo Florestal para Promover Políticas para Produção Sustentada". O projeto está subordinado ao imperativo de se garantir a preservação do meio ambiente, a diversificação das economias locais e a elevação do padrão de vida das populações rurais. Sua aprovação foi saudada pelas organizações ambientais presentes à reunião como um passo importante por propiciar modelo de exploração racional da floresta amazônica.

Em novembro, realizou-se em Yokohama, Japão, a V Sessão do Conselho da Organização Internacional de Madeiras Tropicais. O Brasil fez ampla exposição sobre o Programa "Nossa Natureza". No plano comercial, mas fora da agenda regular da sessão e à margem da reunião, foi lançada proposta de setores privados britânicos e neerlandeses, relativa à criação de uma sobretaxa incidente sobre as importações de madeiras tropicais como forma de gerar recursos para a conta de financiamento de projetos da OIMT. Aparentemente apoiada pelos países da CEE, a iniciativa foi recebida com ceticismo pelos países produtores e com resistências pelos EUA e o Japão.

Os preços internacionais do trigo mantiveram-se estáveis em níveis superiores aos de 1987, até maio, quando passaram a registrar gradativa elevação em função da seca que atingiu as regiões produtoras dos EUA. O Brasil reduziu consideravelmente suas importações de trigo em 1988, em função do aumento na produção interna e da queda no consumo. Contudo, cumpriu o estipulado no Acordo de longo prazo com a Argentina, tendo adquirido, em 1988, 953 mil toneladas das 1,45 milhão previstas. Em abril, o Governo eliminou o subsídio ao consumo de trigo e em dezembro, enviou ao Congresso Nacional projeto-de-lei propondo novas normas para abastecimento, industrialização e comercialização de trigo.

No setor de carnes, o principal parceiro comercial, a CEE, num gesto político, concedeu ao Brasil um contingente de 1.000 toneladas para exportação de cortes de alta qualidade. Em setembro, a CEE comunicou que iria restringir suas importações de carne brasileira, com exceção da carne proveniente do Rio Grande do Sul, que teria condições de controlar a febre

aftosa. Espera-se que as medidas de controle da aftosa adotadas pelo Governo brasileiro, levem a CEE a revogar a proibição de importações.

O Fundo Comum de Produtos de Base teve preenchidas, em 1988, todas as exigências necessárias para sua entrada em vigor, o que deverá ocorrer, em princípio, em 1989.

Os preços da borracha elevaram-se substancialmente no correr do ano, registrando as cotações mais elevadas desde 1981, fato que obrigou o Estoque Regulador da Organização Internacional da Borracha Natural a desfazer-se da quase totalidade de suas disponibilidades. O Brasil decidiu não assinar o Acordo Internacional da Borracha Natural – 1987, que irá suceder o instrumento celebrado em 1979, do qual o Brasil foi membro.

Durante a 47ª Sessão do Comitê Consultivo Internacional do Algodão, o Brasil manifestou sua discordância com a política de fomento à produção encetada por importantes produtores, a qual, por desconsiderar as reais necessidades do mercado, contribuiu para a manutenção das cotações internacionais do produto num patamar deprimido e pouco remunerador para os países exportadores.

RELAÇÕES COM A AMÉRICA LATINA

Em 29 de novembro, foi assinado em Buenos Aires o Tratado de Integração, Desenvolvimento e Cooperação entre o Brasil e a Argentina, que será submetido aos Congressos Nacionais dos dois países e que consolida o processo de integração das duas sociedades e economias como base inicial da aceleração das iniciativas de integração na América Latina. O Tratado constitui o ponto alto das relações latino-americanas, nos últimos anos.

Deu-se continuidade ao Programa de Integração e Cooperação Econômica bilateral, destacando-se as visitas do Presidente da Nação Argentina ao Brasil e do Presidente da República à Argentina, respectivamente em abril e em novembro, oportunidades em que se aprofundaram e ampliaram as ações no setor de bens de capital, comércio em geral, fundo de investimentos, biotecnologia, siderurgia, transporte terrestre, empresas binacionais e intercâmbio cultural. Quando da visita do mandatário argentino ao Brasil, foram incorporadas ao Programa de Integração duas novas áreas: indústria automobilística e indústria de alimentos. Quando da visita do Senhor Presidente da República à Argentina, incorporou-se o tema da cooperação regional fronteiriça. No tocante à associação do Uruguai ao Processo de Integração Brasil – Argentina, os Presidentes do Brasil, da Argentina e Uruguai assinaram em Brasília, em 25 de março, a Declaração

Tripartite nº 1 pela qual o setor de transporte terrestre foi identificado como o mais adequado para dar início ao referido processo de integração. Como resultado, foi assinado em Buenos Aires, em 30 de novembro, o Acordo Tripartite nº 1 sobre transporte terrestre. Igualmente em 30 de novembro, foram assinadas as Decisões Tripartites nºs. 2 e 3, que identificaram os setores de administração pública, biotecnologia e comunicações para dar continuidade ao processo de integração trilateral.

Foi assinada em 2 de agosto, durante a visita do Senhor Presidente da República a La Paz, a Ata de Cooperação e Complementação Econômica entre os dois países, a qual permite o incremento e a agilização do comércio bilateral.

Com relação à Venezuela, realizou-se no Rio de Janeiro, em julho, Reunião de Alto Nível sobre Cooperação Econômica, da qual resultaram estudos sobre possibilidades de intensificar a cooperação econômica entre os dois países. A cooperação econômica e o intercâmbio comercial bilateral foram também temas da Reunião da Comissão de Coordenação, realizada em maio, em Brasília, e da Reunião Extraordinária da Comissão de Coordenação, realizada em novembro, em Caracas.

Desenvolveram-se as negociações conduzentes à assinatura de um Acordo de Alcance Parcial, sob a égide de ALADI, entre o Brasil e Cuba, e negociações no mesmo sentido foram iniciadas com a Guiana e com a Costa Rica. Ainda no âmbito da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), realizou-se em Montevidéu, de 27 a 29 de junho, a Reunião de Alto Nível do Programa de Recuperação e Expansão do Comércio (PREC), concomitante à 8ª Conferência de Avaliação e Convergência.

A Reunião instrumentalizou o espírito e a letra da Resolução CM 15 (III), adotada na III Reunião do Conselho de Ministros das Relações Exteriores, Associação (Montevidéu, 11 e 12 de março de 1987), dotando a região de um instrumento normativo que permitirá um melhor aproveitamento futuro de seu potencial de comércio.

Adotou-se, na ocasião, o Certificado de Origem que permitirá, a partir de primeiro de janeiro de 1989, a implantação de um Regime Geral da Origem da ALADI para todos os países-membros. Durante 1988 foram renegociados os Acordos de Alcance Parcial entre o Brasil e o Chile, o Equador, o Peru, a Venezuela e a Argentina, bem como Acordo de Complementação Econômica nº 2, com o Uruguai, e os Acordos Comerciais. Brasil sediou, em abril, o XXII Período de Sessões da Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina e o Caribe (CEPAL). A Reunião

teve por objetivo o exame da conjuntura econômica internacional e seus efeitos para a economia latino-americana, a questão dívida externa e as alternativas para a retomada do desenvolvimento econômico e social da região.

Realizou-se em Caracas, em setembro, a XIV Reunião Ordinária do Conselho Latino-Americano do SELA. Destacam-se entre os temas tratados na Reunião o comércio, a dívida externa e a industrialização da América Latina e do Caribe e a análise dos mecanismos de cooperação regional e da situação da América Latina na economia mundial. Igualmente em Caracas, em setembro, teve lugar o primeiro Diálogo de Chanceleres dos países-membros do SELA em que se examinaram os principais assuntos políticos e econômicos de interesse para a América Latina e o Caribe.

No âmbito do Grupo dos Oito, também avançou a análise dos temas relacionados com a situação política e econômica internacional e regional. Realizaram-se reuniões em nível técnico e ministerial em fevereiro (em Cartagena, Colômbia), em junho (em Oaxaca, México), em setembro (em Buenos Aires), em outubro (em Nova York), que culminaram no Encontro Presidencial de Punta del Este, Uruguai, em outubro. Na ocasião, os mandatários dos países-membros do grupo expressaram sua convicção de que a ALADI constitui o ponto focal de integração latino-americana, encomendaram a negociação de um Acordo de Alcance Parcial, para o comércio e a circulação de bens culturais.

TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

TRANSPORTES AÉREOS

Em 1988, prosseguindo as negociações do novo Acordo Aéreo com os Estados Unidos da América, foram realizadas duas reuniões que resultaram em significativo avanço nas negociações.

Foram realizadas Reuniões de Consulta Aeronáutica com Portugal, Países Baixos, Suíça, Bolívia, Venezuela, Colômbia e Chile.

O Brasil participou, em Montreal, da Conferência da Organização de Aviação Civil Internacional para a adoção de um Protocolo à Convenção para a Repressão aos Atos Ilícitos contra a Segurança da Aviação Civil e, em São José (Costa Rica), da VIII Assembléia da Comissão Latino-Americana da Aviação Civil.

TRANSPORTES MARÍTIMOS

Em 1988, realizaram-se reuniões com Gabão e Venezuela, com a finalidade de encontrar soluções para os problemas decorrentes do adensamento das relações marítimas bilaterais.

No âmbito dos Acordos Marítimos vigentes, ocorreram reuniões de consulta com a França, a União Soviética e o Chile.

O Itamaraty coordenou a atuação brasileira na Quarta e Quinta Sessões do Grupo Intergovernamental UNCTAD/IMO de Peritos em Privilégios, Hipotecas Marítimas e Assuntos Correlatos, na Conferência de Revisão da Convenção sobre um Código de Conduta para Conferências de Fretes e na XIII Sessão do Comitê de Navegação da UNCTAD.

No transporte multimodal, foram iniciados estudos sobre a conveniência da adesão do Brasil à Convenção sobre a Segurança de Contêineres.

O Brasil, como membro do Conselho da Organização Marítima Internacional participou ativamente de todos os órgãos deliberativos da Organização.

Na área de cooperação técnica, foi assinado Convênio para implantar, no Brasil, um Centro Regional da Universidade Marítima Mundial, de ensino profissional marítimo a alunos da América Latina e da África.

O Brasil manteve destacada participação nos entendimentos para a implantação do Sistema Global de Socorro e Segurança Marítima, onde desempenhará importante papel, pela extensa área de busca e salvamento sob sua responsabilidade no Atlântico Sul.

Foi relevante a participação brasileira na elaboração da Convenção para a Repressão a Atos Ilícitos contra a Segurança da Navegação Marítima e Protocolo referente à Segurança de Plataformas Fixas Localizadas na Plataforma Continental.

TRANSPORTES TERRESTRES

Em 1988, foram realizadas, sob o amparo do Convênio sobre Transporte Internacional Terrestre dos Países do Cone Sul, reuniões bilaterais com Bolívia, Paraguai e Chile.

No plano regional, o Brasil sediou a XV Reunião de Ministros de Obras Públicas e Transportes do Cone Sul, em Canela-RS, em novembro. Foram assinados Acordos sobre questões aduaneiras e securitárias, adoção de documentos únicos bilíngües, uniformização de normas sobre dimensões e pesos de veículos, uniformização de regulamentos de trânsito e do transporte de mercadorias perigosas. A construção da ponte rodoferroviária entre Santo Tomé (Argentina) e São Borja (Brasil) foi considerada obra fundamental para a integração do Cone Sul.

Com a Venezuela, em fevereiro, foi assinado Memorando de Entendimento para regulamentar o transporte fronteiriço de passageiros e para construção da rodovia BR-174, no trecho Boa Vista Marco – BV-8.

COMUNICAÇÕES

Em 1988, o Brasil participou ativamente em todos os organismos multilaterais de telecomunicações e serviços postais (CITEL, INMARSAT, INTELSAT, UIT, UPU, UPAE).

Na II Reunião da Conferência Administrativa Mundial de Radiocomunicações da UIT sobre a Regulamentação da Utilização da órbita dos Satélites Geoestacionários (Genebra, 29.08 a 06.10), o Brasil obteve três posições orbitais para seus satélites domésticos de comunicação, que garantem a cobertura integral da sua superfíce e do seu mar territorial.

O Brasil participou, ainda, da Conferência Administrativa Mundial Telegráfica e Telefônica da UIT (Melbourne, 28.11 a 9.12), que modificou os regulamentos telegráficos de 1973 e os consolidou em um único Regulamento das Telecomunicações Internacionais.

COOPERAÇÃO CIENTÍFICA, TÉCNICA E TECNOLÓGICA

REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA

No período de 10 a 21 de dezembro, visitou o Brasil, pela primeira vez, uma delegação da Comissão de Ciência e Tecnologia do Parlamento Federal Alemão, composta por sete deputados federais, com o objetivo principal de conhecer a política brasileira de Ciência e Tecnologia. A missão alemã entrevistou-se com diversos organismos encarregados da formulação da política setorial e visitou institutos de pesquisa.

Realizou-se, em Bonn, de 20 a 21 de dezembro, a XVII Reunião da Comissão Mista Teuto-Brasileira de Cooperação Científica e Tecnológica. Na ocasião, a parte brasileira, cuja coordenação esteve a cargo do Itamaraty, pôde, em conjunto com a representação alemã, passar em revista as atividades de cooperação desenvolvidas no âmbito dos Convênios Especiais entre instituições brasileiras e alemãs do segmento científico e tecnológico, bem como analisar política e tecnicamente os novos projetos que impulsionarão as atividades de cooperação no ano de 1989.

REPÚBLICA POPULAR DA CHINA

Durante a visita do Presidente da República à RPC, foram assinados os seguintes acordos na área de Cooperação Científica e Tecnológica:

- Protocolo de Cooperação na área de Tecnologia Industrial;

- Ajuste Complemetar no Campo da Pesquisa Científica e do Desenvolvimento Tecnológico;

- Convênio sobre Cooperação no Domínio da Medicina e dos Fármacos Tradicionais; e

- Convênio de Cooperação Científica e Tecnológica na Área de Fármacos Destinados ao Combate a Grandes Endemias.

Sob a coordenação do Ministério das Relações Exteriores, pela parte brasileira, realizou-se em Pequim, de 17 a 19 de outubro, a III Reunião da Comissão Mista Sino-brasileira de Cooperação Científica e Tecnológica. Na ocasião, foram analisadas as atividades de cooperação entre os dois países e as Partes acordaram na realização de projetos conjuntos e troca de missões durante o biênio 1989-1990.

URSS

Durante a XI Reunião da Comissão Mista Brasil – URSS de Cooperação Econômica, Científica e Tecnológica, realizada em Moscou, de 12 a 16 de setembro, o Itamaraty coordenou a negociação do Programa Bianual de Cooperação Científica e Tecnológica Brasil – URSS, no biênio 1988-1990, que foi firmado por ocasião da visita do Presidente da República à capital soviética.

Igualmente, durante a visita do Presidente da República foi assinado Memorando de Entendimento entre os Governos do Brasil e da URSS sobre transportes.

PAÍSES BAIXOS

Visitou o Brasil o Senhor Harry Van Den Bergh, Assessor do Ministro de Assuntos Econômicos dos Países Baixos, encarregado dos estudos necessários ao relançamento da cooperação bilateral em C&T.

BÉLGICA

Realizou-se, em Bruxelas, de 5 a 9 de setembro, a I Comissão Mista Brasil – Bélgica de Cooperação Científica, Tecnológica e Industrial. Acordaram-se, durante a reunião, projetos nas áreas de Saúde, Biotecnologia aplicada à Agricultura, Energia Eólica e Microeletrônica.

CUBA

Em 21 de março, o Governo brasileiro enviou delegação a Havana, integrada por representantes do Ministério da Saúde, do Ministério da Previdência e Assistência Social, da Secretaria da Saúde do Estado do Rio de Janeiro e do Instituto Vital Brasil, com o objetivo de discutir com as autoridades cubanas competentes um projeto de ensaio clínico para o tratamento no Brasil de portadores do vitiligo com o medicamento melagenina, produzido pelo Centro de Histoterapia Placentária de Havana.

NICARÁGUA

O Itamaraty acompanhou, juntamente com o Ministério da Saúde, a visita da Ministra da Saúde da Nicarágua, Dora Maria Tellez, ao Brasil. No período de 31 de janeiro a 5 de fevereiro, a Ministra Dora Tellez manteve contactos com autoridades brasileiras na área da saúde e visitou hospitais e institutos de pesquisas de São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília.

ARGENTINA

O Ministério das Relações Exteriores acompanhou o desenvolvimento das atividades relativas à III Escola Brasileiro-Argentina de Informática (EBAI), realizada em janeiro, no campus da Universidade Federal do Paraná. A EBAI constitui uma das iniciativas de cooperação bilateral acadêmico-científica na área de informática previstas no Memorando de Entendimento, assinado em 04.01.1985, entre a Secretaria Especial de Informática (SEI) e a Subsecretaria de Informática y Desarrollo (SID), da Argentina.

UNESCO

No período de 21 a 25 de novembro, realizou-se em Paris, a VII Sessão do Conselho Intergovernamental do Programa Geral de Informação da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, cabendo ao Itamaraty a chefia da Delegação brasileira. Durante a reunião, foram discutidas recomendações para a atuação da UNESCO sobre a transferência e permuta de informação científica e tecnológica com vistas ao desenvolvimento econômico e social.

GRUPO DOS OITO

No que respeita à ação do Grupo dos Oito em Ciência e Tecnologia, o Itamaraty coordenou a atuação da parte brasileira com vistas à análise das possibilidades de implementação de projetos conjuntos com países integrantes daquele Mecanismo em áreas consideradas prioritárias, nos termos do Programa de Associação e Cooperação em Ciência e Tecnologia, lançado pelos parágrafos 52 e 53 da Declaração Presidencial de Acapulco.

SELA - COLCYT

O Ministério das Relações Exteriores, fez-se representar na Primeira Reunião Extraordinária da Comissão Latino-Americana de Ciência a Tecnologia (COLCYT) do SELA, realizada em Lima, de 16 a 17 de novembro.

A referida reunião teve como principal objetivo delimitar as formas de intercâmbio de informações e experiências institucionais em políticas Científicas e tecnológicas entre os países membros da Comissão.

QUÍMICA FINA

O Ministério das Relações Exteriores participou do II Encontro Brasileiro-Argentino de Química Fina, realizado de 19 a 21 de dezembro, em Santa Fé, que lançou as bases para o desenvolvimento da cooperação bilateral nas áreas em apreço.

BIOTECNOLOGIA

O Itamaraty compôs delegação para participar das Sessões do Comitê Preparatório do Centro Internacional de Engenharia Genética e Biotecnologia (CIEGB), na sede da UNIDO, em Viena, com o objetivo de acompanhar o processo de afiliação de centros de pesquisa brasileiros ao CIEGB. Recentemente, três centros brasileiros foram afiliados ao CIEGB: Instituto Butantã, Fundação Oswaldo Cruz e EMBRAPA.

O Ministério das Relações Exteriores participou das Reuniões do Conselho Binacional do Centro Brasileiro-Argentino de Biotecnologia com vistas à implementação do Protocolo nº 9, celebrado no contexto do processo de integração bilateral; dentre os avanços propiciados pelos trabalhos ao longo das citadas reuniões, destaca-se a delimitação de áreas prioritárias para concentração dos cursos a serem promovidos pela Escola Brasileiro-Argentina de Biotecnologia, bem como a publicação de edital para a realização de projetos de cooperação, aprovados pelo Centro que envolvam instituições científicas e empresas brasileiras e argentinas.

COOPERAÇÃO PRESTADA A PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO

Em 1988, apesar das consideráveis restrições de ordem orçamentária, a cooperação educacional mereceu a máxima atenção por parte do Ministério das Relações Exteriores, em estreita colaboração com o Ministério da Educação e outros órgãos.

Para efeitos de sistematização, os principais programas na área educacional podem ser descritos da seguinte forma:

1) Programa de Estudantes-Convênio (PEC):

Constitui importante instrumento de aproximação com os países em desenvolvimento, notadamente da América Latina e África. Foi divulgada a oferta de cerca de 900 vagas em diversas instituições brasileiras de ensino superior.

2) Programa de Estudante-Convênio em Pós-graduação (PEC-PG):

Beneficiando estudantes de cerca de dezoito países no ano de 1988, este programa continuou complementando o PEC e reafirmando o interesse do Governo brasileiro na formação acadêmica de alto nível.

3) Programa de Formação de Oficiais da Marinha Mercante:

Em cooperação com o Ministério da Marinha, são oferecidos cursos a bolsistas de diversos países em desenvolvimento, nas áreas de Náutica, Máquinas e Radiocomunicação, em instituições de reconhecida excelência, como o CIAGA e o CIABA.

COOPERAÇÃO RECEBIDA E PRESTADA ATRAVÉS DE ORGANISMOS INTERNACIONAIS

O Ministério das Relações Exteriores vem participando da captação e divulgação de cursos oferecidos por organismos internacionais, como OEA, PNUD, OMS, PNUMA e UNIDO. Esses cursos abrangem áreas como administração de empresas, bioquímica, recursos naturais renováveis, ciência e tecnologia de alimentos, cultura de tecidos, genética toxicológica, distribuição de energia elétrica, comércio internacional e outros.

CURSOS E SEMINÁRIOS

O Ministério das Relações Exteriores promoveu em 1988 a realização do "Seminário sobre Treinamento e Reciclagem em Direito Internacional para a América Latina e Caribe", em coordenação com a UNITAR e o PNUD. O Seminário, que contou com a presença de profissionais da área jurídica de vinte países da América Latina e Caribe, abordou temas de grande atualidade no direito internacional, como direitos humanos e direito do mar.

COOPERAÇÃO EDUCACIONAL COM A NAMÍBIA

Em 1988, foram iniciadas conversações com representantes da SWAPO com vistas a propor modalidades de cooperação a ser prestada a partir da independência da Namíbia. Foi acertada a cooperação para

formação de recursos humanos na área de ciências agrícolas, inicialmente em escolas agrícolas de primeiro e segundo graus e, posteriormente, em cursos universitários de graduação e pós-graduação.

AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO (ABC)

COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO

Em consonância com as linhas-mestras da política externa do Governo Sarney, as atividades de prestação de cooperação técnica desenvolvidas pelo Brasil em 1988 voltaram-se essencialmente para os países latino-americanos, sobretudo os fronteiriços, e para os países africanos, notadamente os de língua portuguesa. Dentre as inúmeras atividades de cooperação com países em desenvolvimento, destacam-se:

ANGOLA

Durante o ano de 1988, prosseguiram os esforços no sentido de se reunirem as iniciativas isoladas de cooperação técnica bilateral em um programa de maior abrangência e impacto. Com base na sistematização das informações disponíveis e das solicitações angolanas, chegou-se a uma proposta que consiste em dois núcleos programáticos de cooperação técnica. O primeiro deles envolve o apoio ao setor produtivo, com ênfase na área de investimentos, particularmente Planejamento e Gestão, e na área de Extensão Rural. O segundo núcleo engloba ações de apoio ao setor social, notadamente nas áreas de Saúde e Educação. A proposta brasileira foi discutida preliminarmente com a parte angolana durante a IV Reunião da Comissão Mista e deverá ser aprofundada em 1989, com a realização de missões técnicas específicas.

BOLÍVIA

Também com o apoio do PNUD, foi desenvolvido importante projeto na área do Controle de Pragas de Café, com a preocupação de promover a integração e o desenvolvimento das zonas fronteiriças.

COLÔMBIA

Com o apoio do PNUD, o Brasil prestou significativa cooperação no âmbito do Projeto de Transporte Urbano, com o objetivo de promover a capacitação de recursos humanos em nível gerencial e operacional, sempre buscando promover efetiva transferência de conhecimentos.

COSTA DO MARFIM

Em 1988, foi concluída a fase de preparação dos Projetos de Vulgarização da Soja e Introdução do Gado Zebu brasileiro na Costa do Marfim, através de contrapartes técnicas brasileiras e com o apoio financeiro do Itamaraty.

COSTA RICA

Foi elaborado um projeto-piloto na área da pequena e média empresa que, dentro do marco do programa do SELA/CADESCA, deverá ser estendido a outros países da América Central.

MOÇAMBIQUE

Moçambique foi selecionado para a montagem de um projeto-piloto baseado em esquemas de triangulação, devido à possibilidade de se trabalhar juntamente com outras agências bilaterais, como a OIT, em áreas nas quais havia concentração de demandas de cooperação brasileira, especialmente transportes.

As principais áreas de atuação brasileira em Moçambique no momento são: a) Transporte Ferroviário e Portuário, com várias ações programadas para 1989, inclusive com a participação de empresas brasileiras; b) Transporte Rodoviário Urbano e Carvão.

REPÚBLICA POPULAR DA CHINA

Em 1988, foram iniciados os preparativos para a realização de um Seminário Técnico-Industrial na RPC, com a participação de empresários brasileiros, argentinos e uruguaios e o apoio do Progrma das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Uma missão exploratória chinesa visitou os três países latino-americanos e, no Brasil, manteve contatos preliminares com empresários e instituições brasileiras da área da indústria alimentar. O Seminário deverá realizar-se em março de 1989 e terá por objetivo a identificação de oportunidade de cooperação econômica e técnica com a RPC.

Ainda em 1988, teve prosseguimento a execução das ações previstas no Memorando de Entendimento entre a China e o Brasil, assinado em Beijing, em 1986, com a vinda ao Brasil de três missões chinesas nas áreas de Couros, Álcool e Erosão e Sedimentação de Rios.

PNUD

Em 1988, deu-se início à execução do Projeto "Promoção de Atividades Programadas de CTPD entre Países Africanos e o Brasil", com a vinda da primeira missão, na área de Agricultura, que teve por objetivo efetuar prospecção técnica em produção, pesquisa, abastecimento, comercialização, tecnologia de alimentos, máquinas, equipamentos e ferramentas, com especial enfoque em mandioca e cereais. A missão foi coordenada pelo "African Research Center of Technnology" - ARCT, do Senegal, com a participação de técnicos de Gana, Togo, Costa do Marfim, Guiné-Bissau, Zâmbia, Moçambique, Quênia e Nigéria. As propostas de projetos decorrentes, elaboradas pelo ARCT, encontram-se em análise pelo Governo brasileiro e o *Bureau* Regional do PNUD para a África.

SADCC

O Brasil deu andamento às negociações com a SADCC (Southern Africa Development Coordination Conference) sobre a participação brasileira em projetos do setor energético (Plano Diretor da Bacia do Rio Cunene, implantação de um Sistema de Comunicação e Informação para a Rede de Energia Elétrica de Angola, Reorganização da Empresa Nacional de Energia de Angola, Levantamento das Necessidades de Recursos Humanos do Setor Energia da SADCC e Carvão Vegetal e Reflorestamento). Neste último setor uma missão exploratória visitou o Brasil em outubro, com o objetivo de conhecer a competência brasileira e levantar possibilidades de cooperação técnica. Em decorrência da missão, as instituições e empresas brasileiras competentes estão analisando a viabilidade de sua participação em projetos de Carvão Vegetal e Reflorestamento.

COOPERAÇÃO TÉCNICA RECEBIDA

Orientando-se sempre pelas prioridades definidas nos planos nacionais de desenvolvimento, o Itamaraty vem procurando veicular, junto às tradicionais fontes de Cooperação Técnica Internacional, as demandas de inúmeras instituições nacionais. Dessa forma, têm sido postos em andamento diversos projetos, com o apoio dos seguintes países e organismos internacionais.

COMUNIDADE ECONÔMICA EUROPÉIA (CEE)

Em novembro de 1987, realizou-se a II Reunião da Comissão Mista Brasil/CEE. Foram encaminhados projetos nas áreas de pesquisa de águas e solos, irrigação, pesquisa sócio-econômica e agronômica. Além destes

projetos, já se encontrava em execução o Programa de Cultura de Tecidos do Centro Nacional de Pesquisa de Arroz e Feijão – CNPAF da EMBRAPA. Os contatos mantidos com a Delegação da CEE no Brasil revelam que existem várias modalidades de cooperação que merecem ser mais bem exploradas.

REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA (RFA)

As atividades desenvolvidas durante o ano de 1988 pelo PCT Brasil – RFA foram balizadas, de um lado, pelos resultados das Negociações Intergovernamentais Teuto-Brasileiras, realizadas no período de 4 a 6 de novembro de 1987, e, por outro lado, pela orientação impressa ao Programa de consolidar procedimentos e linhas de atuação já implementadas e de buscar definir-se novas oportunidades de cooperação técnica. Neste sentido, os trabalhos do PCT Brasil – RFA, durante o ano de 1988, abrangeram:

a) o início da implementação do Programa de Viabilização de Espaços Econômicos para Populações de Baixa Renda – PRORENDA, com vistas à análise de projetos-piloto de caráter demonstrativo, a serem desenvolvidos em áreas representativas indicadas pelos próprios governos estaduais;
b) avaliação e acompanhamento dos projetos de cooperação em andamento, tendo sido realizadas treze avaliações junto às entidades executoras;
c) a estruturação dos procedimentos e métodos de trabalho adotados no âmbito do PCT Brasil – RFA, com vistas a melhor adequá-los às necessidades do PRORENDA e à orientação impressa à coordenação dos mesmos. Nesse sentido, buscou-se uma concepção geral para a formulação e acompanhamento de projetos e para a geração e a recuperação da documentação técnica produzida.

Foram realizadas em Bonn, de 19 a 21 de dezembro de 1988, as Negociações Intergovernamentais Teuto-Brasileiras sobre Cooperação Técnica e Financeira, quando foi feita uma avaliação por ambas as partes das atividades implementadas durante o ano e estabeleceu-se um programa de trabalho para 1989.

CANADÁ

Em fevereiro, durante a Reunião Intergovernamental de Cooperação Técnica Brasil/Canadá, realizada em Hull, ficou decidido o início de um trabalho conjunto, com o planejamento do novo programa, que contemplaria, basicamente, as áreas de agricultura, de telecomunicações e de recursos humanos. Estabeleceu-se, ainda, que seriam identificadas as neces-

sidades brasileiras para a cooperação canadense, e buscadas as instituições mais adequadas para a execução dos projetos que integrariam o III Plano Nacional de Cooperação Técnica. Estes projetos, em número reduzido, de maior impacto e amplitude de ação, garantiriam a continuidade dos trabalhos ora em desenvolvimento nos setores agrícola e de telecomunicações. Nos setores social e de desenvolvimento de recursos humanos, procurariam atender as necessidades das populações mais pobres, notadamente, da mulher e da criança nordestina e levariam em consideração a preservação do meio ambiente.

GRÃ-BRETANHA

O Programa de Cooperação Técnica Brasil – Grã-Bretanha encerrou o exercício de 1988 com um saldo claramente positivo, em termos de perspectivas para o exercício seguinte.

Foram abertas novas perspectivas para o futuro do Programa a médio prazo, notadamente em razão da passagem pelo Brasil do Chefe do Departamento da América Latina, Caribe e Pacífico e da "Overseas Development Administration" – órgão do Governo britânico com *status* de Ministério – incumbido dos assuntos de cooperação para o desenvolvimento.

JAPÃO

O programa de cooperação técnica recebida pelo Brasil do Japão vem sofrendo um incremento substancial nos últimos anos. Está previsto o início de três novos projetos-tipo (caso seja completado o processo de Troca de Notas), um novo mini-projeto e foram já implementados três novos "TCTPs – Third Country Training Programmes". Realizou-se ainda em Tóquio, no período de 21 a 24 de outubro de 1988, a VIII Reunião Anual de Cooperação Técnica Brasil/Japão.

ESPANHA

Em consonância com as reformulações que vem promovendo, nos últimos anos, em seu sistema de cooperação com os países em desenvolvimento, o Governo espanhol, através do "Instituto de Cooperación Iberoamericana", apresentou ao Governo brasileiro, em abril de 1987, uma proposta de Ajuste Complementar ao Convênio Básico de Cooperação Técnica entre os dois países com o intuito de simplificar a negociação dos programas e projetos de cooperação, incluindo aí os das áreas científica e tecnológica. Segundo o lado espanhol, aquele Ajuste Complementar permitiria evitar a proliferação de Ajustes Complementares para cada

programa, projeto ou atividade de cooperação que se pretendesse implementar, facilitando-se, desse modo, a coordenação da cooperação sob diretrizes únicas, além do fato de que o referido Ajuste contemplaria a possibitadade de multilateralização da cooperação, permitindo, por exemplo, a cooperação com as Comunidades Européias.

FRANÇA

Durante o ano de 1988 tratou-se de implementar o Programa de Áreas Prioritárias, negociado com o Governo francês e, também, de estabelecer mecanismos para o co-gerenciamento dos projetos de cooperação francesa no Brasil, de modo a tornar tal processo transparente, racional e integrado às atividades empreendidas pela parte francesa, através de sua Embaixada.

Assim, a identificação das propostas que integrariam o Programa foi feita por meio de 70 termos de referência enviados por instituições brasileiras, para os quais se solicitou a vinda de missões francesas para, em conjunto com técnicos brasileiros, elaborarem os documentos definitivos de projeto.

PNUD

Em junho de 88 foi realizada em Genebra a XXXV Sessão do Conselho de Administação do PNUD, cujo tema principal foi a realocação, entre os países recipiendários, dos excedentes orçamentários do Programa. Após intensas negociações chegou-se a uma fórmula de consenso que beneficiou o programa brasileiro com substancial alocação adicional, tendo sido mantidos todos os critérios que garantem a permanência do Brasil como país recipiendário dos programas de cooperação técnica do PNUD.

No que se refere à implementação do IV Programa Nacional de Cooperação Técnica Brasil/PNUD (1987/91), no decorrer de 88 prosseguiram os trabalhos de análise, aprovação, acompanhamento e avaliação de projetos, através da realização de 10 reuniões tripartites (ABC/PNUD/Instituição Nacional).

UNICEF

O programa de cooperação do UNICEF no Brasil para o período 1987-1990 corresponde às políticas e prioridades nacionais definidas pelo Governo, assim como às políticas e ao mandato do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF).

Para isso, o programa está estruturado nas seguintes linhas de ação: sobrevivência e desenvolvimento da criança, atendimento ao menor, promoção do desenvolvimento da mulher, serviços básicos urbanos e rurais, atividades de apoio aos Projetos nas áreas de política, planejamento e avaliação, comunicação e informações dos programas sociais dirigidos a crianças e mulheres.

No final do ano de 88, foi realizada pelo terceiro ano consecutivo a Campanha "Criança Esperança", com a colaboração da Rede Globo, que visa a contribuir para a conscientização do público acerca das condições de vida das crianças brasileiras carentes, e foram arrecadados fundos destinados a, através do UNICEF, apoiar técnica e financeiramente programas que visam à redução da taxa de mortalidade infantil e programas de atendimento a meninos de rua, prioritariamente no Nordeste.

FAO

Em outubro de 1988, foi assinado o projeto "Avaliação Preliminar das Zonas de Potencial Agrícola na Bacia Amazônica", de interesse do Ministério do Interior. O projeto está relacionado ao Programa "Nossa Natureza" (Grupo de Trabalho IV), e deverá fornecer importantes subsídios ao referido Programa.

FNUAP

EM 1988, quatro projetos estavam em execução com a FNUAP, sendo que dois foram concluídos e dois novos projetos foram aprovados durante o ano. Merece especial menção o projeto "Assistência à Saúde da Mulher e da Criança".

OEA

Os quarenta e oito projetos em andamento com a OEA, distribuídos entre diversas instituições, coordenadoras nacionais, como o MEC, MinC, CNPq, SUDENE e SUDAM, beneficiam as áreas de restauração de documentos, desenvolvimento regional, proteção do meio ambiente, controle de poluição, desenvolvimento de políticas de ciência e tecnologia, educação básica e superior e instrumentos pedagógicos. Os principais receptores de assistência técnica encontram-se em universidades.

Além do acompanhamento do início de execução dos projetos novos, procedeu-se, em 1988, à mesma atividade quanto aos projetos ainda em execução de outros biênios.

ESTUDOS E DESENVOLVIMENTO

Durante o ano de 1988, o Ministério das Relações Exteriores procurou integrar as atividades de cooperação técnica prestada e recebida, enviando representantes para participar em diversas reuniões multilaterais e promovendo a realização de estudos setoriais, como:

1) Projetos Regionais:

O Brasil esteve presente, entre outras, às seguintes reuniões multilaterais:

– Conferência sobre a Erradicação da Pobreza Absoluta na América Latina, em Cartagena, entre agosto e setembro. A Conferência reuniu autoridades de vários países latino-americanos, além de representantes de organismos internacionais, e teve como objetivo principal reafirmar o interesse e o compromisso dos países da região na cooperação com vistas a eliminar a pobreza absoluta do Continente;

– Encontro de Zonas Francas Latino-Americanas e do Caribe, realizado em dezembro, em Manaus, durante o qual foram traçadas as linhas básicas do projeto AZOLCA (Apoio à Associação das Zonas Francas Latino-Americanas e do Caribe).

2) Estudos Setoriais:

Procurou-se definir, com base nas demandas, os setores prioritários para a cooperação técnica brasileira: agricultura, saúde, saneamento, habitação, tecnologia, energia, pesca e meio ambiente.

Foram realizados estudos preliminares sobre organizações não-governamentais (ONGs), sua conceituação e diferentes tipos. Além disso, procedeu-se a um cadastramento das ONGs brasileiras e estrangeiras que já atuem ou possam vir a atuar no Brasil, desenvolvendo trabalhos relevantes na área da cooperação internacional. A partir daí, foi iniciada uma pré-seleção de algumas organizações, com vistas ao desenvolvimento de ações conjuntas.

ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

ANÁLISE

No decorrer de 1988, apesar da escassez de recursos com que se defrontou o Ministério das Relações Exteriores, racionalizando rotinas, estabelecendo prioridades, empreendendo cortes de despesas e baixando diretrizes de economia, foi possível à Subsecretaria Geral de Administração e de Comunicações não só desempenhar as tarefas que lhe são normalmente atribuídas, mas também implementar novos projetos imprescindíveis.

No âmbito de Pessoal, a ação da área caracterizou-se basicamente pelo cumprimento da legislação que determina a remoção de funcionários não-diplomáticos, com os prazos de permanência no Exterior vencidos. Cumpre igualmente ressaltar, entre as realizações dos setores que têm a seu cargo o trato de assuntos de pessoal, a celebração de convênio entre o Ministério das Relações Exteriores e o Ministério da Previdência e Assistência Social, para pagamento direto pelo Itamaraty de pensionistas de seus funcionários. O campo de recursos humanos dedicou-se à realização de cursos de treinamento e de estágios profissionalizantes, bem como à execução de tarefas pertinentes à admissão, movimentação e redistribuição de funcio-nários de outros órgãos para o MRE.

No que se relaciona à esfera da Administração, desenvolveu-se o projeto "Postos de Fronteira", com aquisição de terrenos e de prédios para instalação definitiva das sedes das repartições consulares fronteiriças. Foram igualmente adquiridos imóveis para a sede dos Consulados Gerais em Montevidéu e em Santa Cruz de la Sierra e o prédio onde estão instaladas a Residência, a Chancelaria e os apartamentos funcionais da Embaixada em Moscou. Foi dado prosseguimento à obra de construção da Chancelaria da Embaixada em Buenos Aires e continuaram as negociações para aquisição de terreno contíguo à Embaixada em Luanda. Na Secretaria de Estado, a Administração realizou obras de adaptações e reformas nos Anexos I e II, no auditório do Palácio e no ERERIO e deu início à elaboração do novo Sistema Computadorizado de Controle Patrimonial.

No tocante a Comunicações, sempre com o objetivo precípuo de contenção de gastos, foi consolidada a implementação em 31 (trinta e um)

Postos do Sistema INFONET de comunicações de dados, agilizando e barateando a transmissão de mensagens, e procedeu-se à substituição dos lacres de chumbo das malas diplomáticas por selos plásticos de segurança, cuja utilização é muito mais econômica. Duplicou-se o número de Postos favorecidos pelo recebimento de noticiário e de programas da Videoteca. Estabeleceu-se o novo Regulamento do Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores e criou-se a Comissão Permanente de Revisão do Arquivo Histórico.

PESSOAL

Dentre as atividades desenvolvidas em 1989, caberia destacar a implementação do processo de remoção de funcionários não-diplomáticos, em cumprimento às disposições sobre prazos de permanência no exterior contidas na Lei 7501/86, e no Regulamento de Pessoal de Serviço Exterior, baixado pelo Decreto nº 93.325/86.

Dos 574 funcionários não-diplomáticos removidos do Exterior para a Secretaria de Estado por terem esgotado seus prazos de permanência, 127 (57 Oficiais de Chancelaria e 70 de outras categorias funcionais) deixaram seus postos em dezembro último. Esse fato permitiu o início do processo de renovação de Pessoal das Missões brasileiras, com a transferência de funcionários da Secretaria de Estado para o Exterior. Por outro lado, a implementação desse processo permitiu a adequação da lotação numérica das repartições no exterior aos novos tempos de escassez de recursos e pouca disponibilidade de verbas. Assim, várias Embaixadas tiveram seu pessoal reduzido, sem que essa redução implicasse, no entanto, em prejuízo para as atividades normais de rotina administrativa.

O regresso de funcionários do Exterior permitiu ainda que parte da enorme carência de pessoal na SERE fosse atenuada, já que esses funcionários, retornados depois de uma longa experiência fora do Brasil, estão sendo lotados em setores onde sua aprendizagem profissional pode vir a ser útil para o bom andamento do serviço.

Na área de pagamentos do pessoal, merece registro a celebração do convênio entre o Ministério das Relações Exteriores e o Ministério da Previdência e Assistência Social, para que, mediante programação estabelecida com o INPS, sejam repassados recursos daquele órgão para o pagamento, pela DPAG, de pensionistas de funcionários do Itamaraty. O presente convênio, que se encontra em fase de implementação, em muito contribuirá para a melhoria do atendimento dos pensionistas.

Do ponto de vista dos elementos de despesa sob a responsabilidade do Departamento, o exercício de 1988 transcorreu com alguns problemas dignos de menção: a) no que tange à moeda estrangeira, registrou-se carência de recursos para pagamentos de diárias, sobretudo a partir do 4º trimestre; b) em moeda nacional, a par das dificuldades orçamentárias também registradas na dotação de diárias, verificaram-se problemas à conta da verba de custeio, situação que parece prenunciar falta de recursos nessa dotação para 1989.

Na área de aperfeiçoamento de recursos humanos, foram realizados: a) o IV Curso de Treinamento para o Serviço Exterior (IV CTSE), que habilitou, para fins de remoção, 59 servidores; b) o II Curso de Atualização de Oficiais de Chancelaria (II CAOC), requisito para a progressão funcional à classe "C", por merecimento, dos integrantes da categoria; c) o VII Estágio Profissionalizante de Diplomatas (VII EPD), do qual participaram 15 novos Terceiros-Secretários recém-egressos do Instituto Rio Branco; d) admissão, movimentação e redistribuição de servidores e funcionários de outros órgãos para o Itamaraty; e) levantamento sobre a composição da força de trabalho do Itamaraty e sobre a extinção de cargos; f) estágios e treinamentos de servidores (diplomáticos e não-diplomáticos) removidos para o Exterior ou de Posto para Posto.

No que respeita ao Serviço de Assistência Médica e Social, foram mantidas no exercício de 1988 as atividades principais de atendimento nas áreas médica e odontológica, nas próprias dependências do SAMS.

Em um ano de grandes dificuldades financeiras, foram mantidos até o mês de setembro de 1988 os contratos com os Hospitais Santa Lúcia, Santa Luzia, Prontonorte, S.O.S Médico Hospitalar e H.G.O. A partir daquela data, por motivos de ordem orçamentária, somente foi mantido o contrato com o H.G.O., com grande redução da capacidade de atendimento médico-hospitalar dos servidores e de seus dependentes.

ADMINISTRAÇÃO

A gestão financeira das dotações de manutenção dos Postos no Exterior, em 1988, apresentou particular dificuldade em razão das restrições orçamentárias. Os Postos foram forçados a reduzir despesas, especialmente após o corte de 15% nas Programações Anuais, a partir de junho.

A dotação "Residência Diplomática", cabe recordar, no segundo ano de consolidação de seus mecanismos de concessão e controle, revelou-se valioso instrumento para a implementação da atual política de pessoal do

Itamaraty, em razão de sua adequação ao disposto na Lei 7.501/86 (Lei do Serviço Exterior).

Quanto aos recursos para investimento, na dotação "Equipamento e Material Permanente", procurou-se manter, dentro da exigüidade de recursos disponíveis, o reaparelhamento e a substituição dos equipamentos obsoletos dos Postos, merecendo destaque a aquisição ou permuta de 30 veículos de serviço e de representação, 16 computadores, 9 aparelhos de fac-símile e 8 antenas parabólicas. Pela dotação "Obras e Instalações", por sua vez, foram realizadas obras de melhoramento e manutenção de 24 Próprios Nacionais.

Quanto à "Renda Consular", destaca-se a consolidação e aperfeiçoamento de seu mecanismo de arrecadação. No período, as Repartições Consulares arrecadaram US$ 9.701.747,86, montante 45% superior ao obtido em 1987, o que possibilitou a implementação de vários projetos de interesse da política externa brasileira.

No âmbito do Programa de Construção e Aquisição de Imóveis no Exterior, foram várias as atividades desenvolvidas. Pelo projeto "Postos de Fronteira", que visa ao aparelhamento e modernização da rede consular nas áreas fronteiriças, foram adquiridos dois prédios (Iquitos e Encarnación) e três terrenos (Letícia, Paso de los Libres e Rio Branco). Também foram iniciadas várias negociações para aquisição de outros imóveis em áreas abrangidas pelo Projeto. Cabe citar ainda que, em 1988, foram adquiridos imóveis para sede dos Consulados Gerais em Montevidéu e Santa Cruz de la Sierra, além do prédio onde estão instaladas a Chancelaria,a Residência e os apartamentos funcionais em Moscou. Trata-se, este último, de conjunto de edifícios muito bem localizado e de sólida construção, comprado mediante condições vantajosas que, com algumas reformas, proporcionará excelentes condições de trabalho e moradia para o pessoal lotado naquele Posto.

Também com relação ao patrimônio imobiliário no exterior, vale lembrar o estado adiantado das obras de construção da nova Chancelaria da Embaixada em Buenos Aires e das negociações sobre a aquisição do terreno contíguo à Embaixada em Luanda, com vistas à construção de imóvel para a ampliação da Chancelaria e para residências funcionais.

No período, foram também regularizadas as documentações de 4 Próprios Nacionais sob a guarda do Ministério, estando hoje normalizada a situação de 51 imóveis junto ao Serviço do Patrimônio da União.

Com relação aos serviços gerais de apoio administrativo no Brasil, o Itamaraty, em 1988, coordenou um leilão de bens inservíveis, prestou apoio à Comissão Permanente de Licitações, que realizou 1 concorrência, 22 tomadas de preços e emitiu 146 cartas-convites relativas a obras, reformas e prestação de serviços, bem como renovou a frota de veículos oficiais com a aquisição de 15 kombis, 6 opalas e 2 camionetas.

Ademais, o Sistema de Administração Financeira da Secretaria do Tesouro Nacional (SIAFI) foi definitivamente implantado em 1988. O sistema de formação de processos com numeração seqüencial para cada nota fiscal empenhada, bem como o protocolo de movimentação de documentos vieram racionalizar o trabalho e permitir melhor controle dos documentos.

Apesar das limitações orçamentárias, o Sistema de Controle Interno de Estoques aprimorou e tornou mais ágil os serviços de atendimentos das requisições, bem como possibilitou controle mais direto sobre as quantidades pretendidas pelas unidades administrativas.

A implantação dos Sistemas de Atendimento Direto de Requisições aos Postos no Exterior acarretou uma sensível melhoria no reabastecimento de material, evitando assim a constante troca de ofícios e telegramas que tratavam do assunto.

Por outro lado, o constante aumento das tarifas postais e a falta de verbas dificultaram a remessa do material aos Postos no Exterior pelo sistema de *colis-postaux* da Expedição, tornando necessário o parcelamento das encomendas em pacotes limitados, para envio por mala diplomática, o que causou atrasos inevitáveis no recebimento dos materiais pelos interessados.

Merecem destaque, igualmente, as obras e reformas levadas a cabo no Itamaraty em 1988, como a adequação do interior do Anexo II às necessidades dos diversos setores lá instalados, como a Divisão de Comunicações, a Divisão de Arquivo, o Centro de Processamento de Dados e o Instituto Rio Branco, entre outros.

O prédio do Anexo I foi também objeto de várias reformas internas, o que permitiu um retorno gradual às suas disposições originais.

O realocamento de salas e a recuperação de áreas comuns possibilitaram a abertura dos espaços de ventilação e iluminação natural em diversos andares.

Além disso, o Auditório do Palácio Itamaraty teve seu sistema de som e de tradução simultânea complementamente reformados e foram iniciados a obra do novo Restaurante do Anexo I e os estudos para instalação de um sistema de controle de acesso de pessoal às dependências do Ministério, com recursos eletrônicos e registros digitais.

No Rio de Janeiro, as obras de reforma e recuperação do Palácio Itamaraty prosseguiram com o apoio técnico da Fundação Pró-Memória.

Finalmente, com relação aos bens patrimoniais localizados na Secretaria de Estado vale lembrar as seguintes realizações em 1988: manutenção do sistema computadorizado de controle de bens patrimoniais; estruturação dos bens, por meio das notas fiscais, para fins de pagamento dos empenhos; manutenção dos arquivos; início do tombamento dos bens para o novo inventário, revisado e atualizado; e início da definição do novo Sistema Computadorizado de Controle Patrimonial.

COMUNICAÇÕES

TELECOMUNICAÇÕES

Durante 1988 foi consolidada a implantação, nos postos desenvolvidos, do sistema INFONET de comunicações de dados, que permite transmissão de mensagens a uma velocidade cerca de 20 vezes superior àquela das redes convencionais de telex, e a um custo substancialmente mais baixo. 31 postos de maior fluxo telegráfico na América e na Europa estão agora ligados ao sistema, com excelentes resultados tanto operacionais quanto financeiros.

A implantação desse sistema tem exigido constantes aperfeiçoamentos pelas equipes técnicas do Itamaraty de desenvolvimento nas áreas de *hardware* e de *software*, relativamente a interface de comunicações entre os computadores que operam o SATCOM (Sistema Automático de Tratamento e Comutação de Mensagens) e as redes externas de dados; programa de comunicações inserido em computadores padrão IBM PC, agora funcionando com placa aceleradora XT 286, que permite melhorar o seu desempenho; equipamento de cifração adequado ao processamento, por aquelas redes, de mensagens sigilosas.

O ano de 1988 marcou também a finalização dos trabalhos básicos para a implantação do novo Sistema Automático de Tratamento e Comutação de Mensagens (SATCOM II), que utilizará computadores de maior porte e velocidade e de mais alto nível de confiabilidade. Em fevereiro de 1989, os programas básicos de digitação, transmissão, recepção, busca e distribuição

de mensagens entrarão em fase de testes com vistas à implantação do novo sistema ainda no primeiro semestre desse ano.

A aquisição de seis estações transportáveis de comunicacões via satélite (TCS) proporcionaram aos postos situados em países críticos total independência das redes locais, e permitiram garantir comunicações diretas com Brasília durante as viagens do Presidente da República, do Ministro das Relações Exteriores e do Secretário-geral do Itamaraty, naqueles países em que as comunicações são precárias. O protocolo de minutas tornou-se eletrônico no final de 1988. Constam do protocolo o posto de destino da mensagem, seu caráter, seu número, Divisão que a elaborou e a data e hora em que foi protocolada. O sistema proporciona maior grau de confiabilidade e menor margem de erro de operação relativamente ao antigo processamento manual.

No decorrer de 1988, foram processadas na Secretaria de Estado aproximadamente 352.600 (trezentas e cinqüenta e duas mil e seiscentas) mensagens telegráficas, conforme distribuição abaixo, comparativa ao ano anterior. Adicionalmente, foram processadas cerca de 2.000 (duas mil) mensagens da Série Chanceler. Cabe ressaltar que esse número não contempla as mensagens do sistema, as repetições de telegramas e as notas de serviço:

	1988	**1987**
– Telegramas expedidos:	93.400	91.013
– Telegramas recebidos:	100.100	103.894
– Circulares telegráficas expedidas: (número de destinos)	55.800	68.300
– Cartas-telegramas recebidas:	14.700	12.700
– Telegramas diversos expedidos:	20.200	19.700
– Telegramas diversos recebidos:	24.200	23.600
– Retransmissões de/para Adidos	38.200	36.000
– Boletins noticiosos expedidos	6.000	18.300
TOTAL GERAL:	352.600	373.507
– Série Chanceler: (telegramas processados)	2.000	

Pode-se observar desse dado que ocorreu pequeno decréscimo no volume global dos telegramas processados de 1987 para 1988, em razão da redução das transmissões de boletins noticiosos, que oneravam enormemente os gastos com comunicações. Por outro lado, continuou a intensificar-se o uso, pela maioria dos postos, da "Carta-telegrama", modalidade de

comunicação ágil e econômica. Assim, o volume de CT's passou de aproximadamente 12.700 mensagens em 1987 para 14.700 em 1988.

Em contrapartida, o número de telegramas oficiais recebidos dos postos apresentou pequena queda: de 86.800 mensagens em 1987 reduziu-se a 81.200 em 1988, em consonância com a política de racionalização de despesas e contenção de gastos.

MALAS DIPLOMÁTICAS

Além de suas atribuições originais, a Seção de Malas e Correios Diplomáticos passou, no ano de 1988, a ocupar-se da distribuição interna das correspondências particulares entregues em mão na Carteira de Entrada, bem como daquelas enviadas por meio da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT). Para tanto, montou-se um pequeno Centro Distribuidor ao lado do que já funcionava para a distribuição de sobrecartas particulares remetidas por mala diplomática.

No que concerne ao volume transportado por mala diplomática, registrou-se um total de 103.503 kg no peso das valises expedidas pela Secretaria de Estado em 1988, quantidade 3,6% acima daquela verificada no ano anterior, que foi de 99.873 kg.

A Unidade da Casa que expediu maior volume de documentos continuou sendo, a exemplo de anos anteriores, a Secretaria Especial de Imprensa, com 24.831 kg. É de se notar ainda a participação da Divisão de Informações Comerciais e o Almoxarifado, que remeteram 9.653 kg e 3.215 kg respectivamente.

O novo selo plástico de segurança para malas diplomáticas começou a ser utilizado, com êxito, no ano de 1988. Essa medida representou sensível redução de custos, dado o elevadíssimo preço dos lacres de chumbo, até então usados para fechar as valises.

No que se refere à atividade de correios diplomáticos, cabe assinalar que a Seção expediu 71 *laissez-passer* durante o ano, em sua maioria para funcionários da Divisão de Comunicações.

No Exterior, foram realizadas, sob a coordenação da SMCD, cerca de 650 viagens aos oito Centros Distribuidores de Malas e Correios Diplomáticos. Genebra, Frankfurt e agora Miami (após a desativação do CDMCD no Panamá) receberam o maior número de correios diplomáticos dos 30 postos que realizam missões regulares dessa natureza.

ARQUIVO

A Seção de Originais (SOR) da Divisão de Arquivo processou, durante o ano de 1988, 2.180 despachos para os postos no Exterior, 35.267 ofícios e 14.102 memorandos. No que se refere às comunicações com outros órgãos no Brasil, foram processadas 5.730 correspondências expedidas para Ministérios e 7.300 recebidas. Para Empresas, foram 3.950 expedidas e 13.570 recebidas. Quanto a comunicações telegráficas, foram processados 9.800 despachos-telegráficos para Ministérios, 7.600 para Empresas, 910 telegramas de Ministérios e 1.450 de Empresas.

Com Embaixadas acreditadas em Brasília, foram processadas 3.923 notas verbais expedidas, 14.580 recebidas, 210 despachos-telegráficos e 59 telegramas.

Foram expedidas 12.880 correspondências através do sistema de mala oficial do Setor de Expedição Postal (SPO) e recebidas 4.278. O SPO também expediu, no ano de 1988, 23.420 correspondências através do protocolo para órgãos na capital federal. Pela ECT foram expedidas 40.557 correspondências, sendo 35.903 simples e registradas, 3.300 impressos expedidos para o Brasil e 1.354 impressos expedidos para o exterior.

Finalmente, o SPO gastou NCZ$ 40.570,00 para colocar carga na máquina de franquear em 1988.

A Seção de Datilografia (SDAT) processou 14.020 expedientes em 1988, assim discriminados: 3.000 Despachos, 3.000 Notas, 3.000 Ofícios, 2.100 Cartas, 2.000 Avisos, 300 Circulares Postais, 100 Boletins, 100 Decretos, 100 Diversos, 100 Exposições de Motivo, 100 Gravações, 50 Notas Circulares, 30 Mensagens, 30 Portarias e 10 *Aide-Mémoires*.

A Seção de Microfilmagem produziu, durante o ano de 1988, 132 rolos de filme, perfazendo um total de 307.500 documentos microfilmados, numa média de 2.500 documentos por rolo.

Foram duplicados aproximadamente 40 rolos de filme para serem retirados os documentos microfilmados da Embaixada em Riade e enviados ao posto.

Também foi duplicada a Listagem de Controle Consular (L.C.C.) e remetidas as microfichas para cerca de 150 postos com serviço consular no exterior. Finalmente foi remetido um jogo com sete microfichas L.C.C. para cada posto, num total de 2.100 microfichas enviadas.

DOCUMENTAÇÃO

PUBLICAÇÕES

Foram impressos e distribuídos os números 53,54, 55 e 56 da Resenha de Política Exterior, correspondentes respectivamente ao 2º, 3º e 4º trimestres de 1987 e ao 1º trimestre de 1988, assim como edição suplementar contendo os índices das Resenhas do número 1 ao número 50. Foram igualmente impressos e distribuídos o Relatório de 1986 do Ministério das Relações Exteriores e publicações sobre o Compromisso de Acapulco e sobre a visita do Presidente Sarney à Argentina (15 a 17 de julho de 1987). Publicou-se edição especial dos Discursos e Palestras de 1987 do Ministro das Relações Exteriores, Roberto de Abreu Sodré. Foi reeditado documento publicado originalmente em 1910 pelo Barão do Rio Branco contendo a relação dos Ministros de Estado e Secretários-gerais das Relações Exteriores, atualizada até outubro de 1988. Encontra-se em fase de impressão o número 57 da Resenha de Política Exterior, relativo ao 2º trimestre de 1988, e estão em preparação o número 58 da Resenha, o Relatório de 1987 do Ministério das Relações Exteriores, o Manual de Redação Oficial, além de publicações especiais sobre a Declaração de Punta del Este e sobre a visita do Presidente da República à União Soviética.

GRÁFICA

Além de ter impresso todas as publicações editadas em 1988, a Gráfica executou 673 serviços de rotina (Circulares-Postais, Notas-Circulares, Boletins de Serviço, Instruções de Serviço, Referências de Periódicos, InfoBIB) assim como a impressão do Boletim Diário da Secretaria de Imprensa, da Resenha Econômica e do Calendário de Eventos da Secretaria de Modernização e Informática.

VIDEOTECA

Desenvolveu-se a atividade de gravação e distribuição de fitas para postos no Exterior, sendo que o número de postos atendidos passou de 12 para 29. São eles: Argel, Coveite, Maputo, Dacca, Teerã, Beirute, Kuala-Lumpur, Havana, Âncara, Bissau, Budapeste, Rabat, Damasco, Islamabad, Amã, Belgrado, Bucareste, Cabo-Verde, Moscou, Sófia, Nova Delhi, Túnis, Lusaca, Lomé, Lagos, Bagdá, Libreville, Luanda e Harare. Cada Posto recebe duas fitas de duas horas de duração por semana, com programas de diversão e de notícia. A Videoteca também presta serviços de apoio ao Departamento Cultural, ao Centro de Processamento de Dados e ao

Instituto Rio Branco, realizando gravações e cedendo instalações e equipamentos para cursos e seminários.

BIBLIOTECA

Em Brasília, deu-se início ao processo de informatização da Biblioteca, com a adoção de programa de emissão de fichas e a adoção de novo sistema de catalogação. As estatísticas mostraram um aumento de 24% nas consultas e empréstimos. Foram atendidas 15.647 consultas nos diversos setores (livros, periódicos, legislação e O.N.U.), feitas por 10.088 leitores. Realizaram-se mensalmente exposições de livros novos incorporados ao acervo que contava, em dezembro de 1988, com 61.337 livros.

No Rio de Janeiro, a Biblioteca fez, por ocasião do Centenário da Abolição, um levantamento que resultou em três trabalhos: 1) A escravidão negra no Brasil; 2) A escravidão negra no mundo; e 3) O negro na sociedade atual. Na Biblioteca do Rio de Janeiro, 1.442 leitores solicitaram 2.886 obras.

ARQUIVO HISTÓRICO

Tendo em vista a necessidade de atualizar a legislação referente à consulta aos documentos guardados no Arquivo Histórico e de facilitar o acesso de pessoas gabaritadas a esses documentos para fins de pesquisa histórica, o Ministro das Relações Exteriores baixou portarias estabelecendo o novo Regulamento do Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores (Portaria nº 593 de 12/10/88) e criando a Comissão Permanente de Revisão do Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores (Portaria nº 594, de 12/10/88), cuja função principal é a revisão sistemática da documentação com vistas à sua liberação para a pesquisa.

O Arquivo Histórico atendeu a 98 pesquisadores brasileiros e estrangeiros, além de ter efetuado pesquisas solicitadas por correspondência, pelos diferentes setores do Itamaraty e por outros órgãos governamentais. Nesse processo, foram consultados 2.206 volumes e 1.646 maços.

PROCESSAMENTO DE DADOS

Em 1988, o Centro de Processamento de Dados sofreu reestruturação interna que se caracterizou pelo reagrupamento de algumas de suas seções e pela criação de uma Assessoria de Administração de Dados. Essa Assessoria foi criada com o objetivo de permitir que os sistemas de informações previstos no Plano Diretor de Informática do Itamaraty pudessem dispor de bases de dados comuns. Foi dado início à implantação no CPD do conceito

de gestão de dados através da tecnologia de Dicionário de Dados, Banco de Dados e Comunicação de Dados, segundo determinado pelo PDI.

As atividades de Administração de Dados tiveram início, em 1988, com o treinamento técnico especializado dos recursos humanos à disposição do CPD, nos termos do contrato com a FVCF. Como conseqüência do custo, foram constituídas equipes multidisciplinares, objetivando a elaboração de modelos conceituais de dados para a criação de bancos de dados de vários sistemas de interesse do MRE, normalmente nas áreas de Pessoal, Promoção Comercial, Consular, etc.

Em 1988, foram desenvolvidos vários sistemas aplicativos em benefício de usuários como o Departamento de Organismos Internacionais (Controle de Candidaturas a Organismos Internacionais), o Departamento de Administração (Patrimônio e Bens Culturais), Departamento Econômico (Acompanhamento e Controle de Reuniões Técnicas Internacionais), etc. Foram também implantados os seguintes módulos adicionais do Sistema de Informações ÚTEIS da SERE: Calendário de Eventos, Lista de Autoridades Governamentais, Lista Diplomática e Boletim da Secretaria de Imprensa.

Continuou-se, em 1988, a dar manutenção corretiva e evolutiva a vários sistemas em operação de interesse dos usuários no MRE.

Na área de microcomputação, duas atividades merecem destaque: o desenvolvimento e a implantação, em vários postos, do Sistema de Acompanhamento Consular (SIAC) e do Sistema de Administração de Postos no Exterior (ADMP), em estreita cooperação com o Departamento Consular e Jurídico e com o Departamento de Administração, respectivamente. Já em 1987, o SIAC havia sido implantado, em caráter experimental, nos consulados em Miami e Nova Iorque. Em 1988, o Sistema foi instalado em mais 29 postos na Europa, na América do Norte e do Sul. O ADMP foi instalado também, em 1988, em 27 postos na Europa, América do Norte e do Sul. Com a instalação de ambos os sistemas, o CPD ampliou sua esfera de ação, aumentando o número de usuários e dotando, por outro lado, as unidades do MRE no exterior de importantes instrumentos de trabalho. A partir de sugestões recebidas dos postos, novas versões do SIAC e do ADMP foram preparadas.

Ainda na área de microcomputação, vale mencionar o desenvolvimento completo da nova folha de pagamentos de todos os funcionários do MRE, com a emissão de contracheques e relatórios vários, dispensando-se a execução desse trabalho pelo SERPRO, objeto de contrato em vigor havia vários anos.

Com a instalação de micros de 16 bits em numerosas unidades na SERE, foi necessário programar cursos para capacitar os funcionários a utilizar os novos equipamentos. Neste sentido, foram organizados 13 cursos básicos para processador de textos. O total geral de funcionários treinados foi de 199. Entretanto, visando ao aperfeiçoamento do treinamento no processador de textos, foram, igualmente, organizados os seguintes cursos suplementares específicos: Auxílios de Digitação, Impressão, Mala Direta, Folhas de Estilo e Tabelas. Foram treinados 71 funcionários. Com esses cursos, incrementou-se sobremaneira a capacidade de preparação de textos na SERE, permitindo – pela gradual substituição da máquina de escrever pelo computador – o início da implantação de um ambiente de automação de escritórios.

No setor de manutenção de equipamentos, finalmente, assegurou-se a manutenção dos computadores PDP-11 e seus periféricos e terminais, do equipamento seletor de portas Micom/M-600, de terminais e das linhas de comunicação internas.

MODERNIZAÇÃO E INFORMÁTICA

No decorrer de 1988, foi dada seqüência, no âmbito da Secretaria de Modernização e Informática (SEMOR) ao processo de modernização administrativa do Itamaraty e de racionalização dos métodos de trabalho.

No campo da informática, deu-se seguimento à implementação das atividades e metas previstas no Plano Diretor de Informática 1987/89. Aprovado através de Portaria de 31 de agosto de 1987 (D.O. de 2 de setembro de 1987), o PDI se insere no objetivo geral de viabilizar o aprimoramento e agilização dos procedimentos operacionais e decisórios e estabelece diretrizes para a implantação do processo de informatização do Itamaraty, entre as quais cabe mencionar as relacionadas com a integração em sistemas de informações dos diversos programas aplicativos já em operação no MRE.

A fim de atender à necessidade de pronta e adequada divulgação do PDI, foi editada a publicação "MRE Plano Diretor de Informática 1987/89", distribuída às unidades da Secretaria de Estado e aos postos no exterior. O Plano foi igualmente incluído no Sistema de Informações Úteis – SINFOR.

Em consonância com a diretriz traçada pelo PDI, medidas foram adotadas no sentido de introdução da técnica de Administração de Dados, que possibilitará, em fase final a definição de bancos de dados, concebidos como patrimônio da instituição, a serem compartilhados pelos diversos sistemas de informações do Itamaraty.

Por outro lado, dentro dos objetivos do Sistema Modular de Automação de Gabinetes e Secretarias – SIMAGS, foram concluídos os trabalhos para a implantação no Gabinete do Ministro de Estado do Módulo de Tramitação de Documentos – STD, que permite o registro, localização e acompanhamento de expedientes e documentos expedidos e recebidos.

Manteve-se e consolidou-se o Sistemas de Calendário de Eventos, que é publicado mensalmente e registra as reuniões, visitas e outros eventos previstos para o Brasil e o exterior, com as informações pertinentes. O Sistema Calendário foi também incluído no SINFOR – Sistema de Informações Úteis, que é atualizado a cada mês, por ocasião da publicação do Calendário.

Em atendimento a solicitação encaminhada pela CEPAL, responsável juntamente com o PNUD pelo projeto RIAL, de assistência aos Serviços de Relações Exteriores da América Latina, foi prestada cooperação à Chancelaria equatoriana, através da consultoria de técnico da SEMOR, relacionada com a elaboração de projeto piloto para a implantação de sistema de informatização.

INSPETORIA GERAL DO SERVIÇO EXTERIOR

Durante o ano de 1988, a Inspetoria Geral do Serviço Exterior, estabelecida pelo Decreto número 94.327, de 13 de maio de 1987, que dispõe sobre a estrutura básica do Ministério das Relações Exteriores, e que sucede a Inspetoria Geral do Serviço Diplomático, dedicou suas atividades a organizar-se internamente, com vistas a poder exercer suas funções de inspeção, em particular no concernente aos aspectos de desenvolvimento administrativo relacionados com as ações e programas afetos ao Ministério.

Embora tenha efetuado, no correr do ano de 1988, três missões extraordinárias de inspeção no exterior, a Inspetoria Geral, para o atendimento de suas funções regulares, está na dependência da formulação de diretrizes e programas específicos, bem como do estabelecimento da Corregedoria Interna, função a ser exercida pelo Conselho Superior do Serviço Exterior, cujo regimento deverá ser aprovado pelo Presidente da República.

CONTROLE INTERNO

No âmbito da Secretaria de Controle Interno, o ano de 1988 foi marcado por um aperfeiçoamento do Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI – vinculado à Secretaria do Tesouro Nacional. A

adoção do referido sistema, totalmente informatizado, possibilita aos Ordenadores de Despesa, bem como à Secretaria de Controle Interno, o controle e a utilização mais racional dos recursos orçamentários e financeiros à disposição de cada área, permitindo ao Ordenador e à CISET consultas instantâneas a respeito das posições financeiras de cada Unidade Gestora.

Paralelamente, foi criado plano de carreira para os funcionários de Controle Interno, com vistas à especialização, profissionalização e valorização dos servidores, de todos os Ministérios, afetos ao controle e acompanhamento da execução orçamentária, financeira e patrimonial da Administração direta. Com isso, os Técnicos e Assistentes de Controle Interno foram transferidos para o Ministério da Fazenda – Secretaria do Tesouro Nacional – com o qual passaram a ter vínculo empregatício. No Itamaraty, entretanto, os cargos de chefia da Secretaria de Controle Interno, à diferença do que ocorreu nos outros Ministérios civis, foram mantidos em mãos de diplomatas, o que bem atesta o conceito de especificidade administrativa do Itamaraty junto às autoridades financeiras da União.

Com vistas, por outro lado, ao aprimoramento da fiscalização da execução orçamentária, financeira e patrimonial no exterior, as Missões Diplomáticas e Repartições Consulares receberam circulares e instruções nas quais foram consubstanciadas novas diretrizes e aperfeiçoadas as normas até então vigentes. Os mecanismos de controle das prestações de contas desses postos foram igualmente aperfeiçoados com a introdução de métodos de avaliação dos funcionários designados para o setor de administração dos postos.

O volume de recursos orçamentários movimentados sob o controle da CISET elevou-se, em 1988, a CZ$ 106.854.679.570,40, o que dá uma noção bem clara da magnitude da responsabilidade da CISET no acompanhamento da gestão do dinheiro público.

Igualmente expressiva foi a tarefa do setor de contratos e convênios, o qual não só fiscaliza a execução e contabilização dos instrumentos que geram obrigações financeiras ao Ministério, mas também assiste aos Ordenadores de Despesa na fase de elaboração daqueles documentos.

A CISET gestionou a transferência, do Tesouro Nacional para o MRE, dos recursos arrecadados com a cobrança de emolumentos consulares. Tais recursos que integram a fonte 50, vêm sendo utilizados pelo Itamaraty para despesas de custeio e investimento tanto no Exterior quanto na Secretaria de Estado.

Por força do Decreto 92.452, de 10 de março de 1986, a CISET procedeu ao levantamento e à auditoria das tomadas de contas de todos os ordenadores de despesa do Ministério para encaminhamento ao Tribunal de Contas da União (TCU).

É importante registrar que o balanço do Itamaraty relativo ao exercício, com os demonstrativos correspondentes, assim como todos os balancetes mensais no decorrer do ano, foram preparados e remetidos à Secretaria do Tesouro Nacional – órgão central do sistema – dentro do prazo legal estabelecido.

Por último, a CISET, na qualidade de órgão setorial dos sistemas de administração financeira, contabilidade e auditoria, participou de todas as reuniões patrocinadas tanto pela Comissão de Coordenação do Controle Interno – INTERCON – quanto pela Secretaria do Tesouro Nacional.

ASSUNTOS JURÍDICOS

Durante o ano de 1988, a Consultoria Jurídica do MRE, integrante do Gabinete do Ministro de Estado, funcionou normalmente de acordo com a reestruturação que lhe foi dada em meados de 1985 (cf. MRE, Relatório – 1985, pp. 133-134). Pelo procedimento vigente para consultas, as solicitações de Pareceres ao Consultor Jurídico passaram a requerer a aprovação do Ministro de Estado e a versar, em especial, sobre: a) interpretação e aplicação de atos internacionais bilaterais; b) divergências de ordem jurídica entre o Brasil e outros Estados; c) interpretação e aplicação de cartas constitutivas de organismos internacionais de que o Brasil é parte e de outros atos internacionais multilaterais; d) questões jurídicas relacionadas com mecanismos internacionais de solução pacífica de controvérsias; e) relação entre o ordenamento jurídico interno brasileiro e o ordenamento jurídico internacional; e outras matérias a critério do Ministro de Estado.

Até o final de 1988, o Consultor Jurídico do MRE, Professor Antônio Augusto Cançado Trindade, emitiu Pareceres sobre os seguintes temas:

– "O Fechamento do Consulado Geral em Gênova e a Questão dos Direitos Trabalhistas de Auxiliares Locais na Itália";

– "Solicitação da Embaixada dos Estados Unidos de Reexame da Possibilidade de Permuta de Imóveis Residenciais do Governo dos Estados Unidos por Terreno";

– "Medidas Coercitivas de Caráter Econômico e Proposta de Alteração do Artigo 19 da Carta da OEA: Elementos Básicos para Tomada de Posição do Brasil";

– "O Caso de Cumprimento de Pena por Cidadãs Brasileiras em Portugal por Tráfico de Drogas: Inadmissibilidade de Gestões Diplomáticas Formais em seu Favor";

– ""O Uso de Notas Diplomáticas e Notas Verbais e os Acordos Simplificados por Troca de Notas";

– "Análise da Situação Jurídica da Representação da Organização para a Libertação da Palestina no Brasil";

– "Revisão de Minuta de Anteprojeto de Acordo de Integração Brasil/Argentina";

– "Acordos Internacionais: As Atribuições Distintas de Negociação pelo Poder Executivo e de Aprovação pelo Poder Legislativo";

– "O Caso da objeção dos Estados Unidos ao Credenciamento Diplomático de Diretor Executivo (brasileiro) do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)";

– "Propostas de Incorporação da Via Arbitral, como Procedimento Alternativo, ao Mecanismo de Solução de Controvérsias do GATT";

– "Contratos e Acordos Internacionais: Semelhanças e Elementos Diferenciais";

– "Cláusula sobre Solução de Controvérsias no Projeto da Convenção sobre Recursos Minerais Antárticos: Elementos para Tomada de Posição do Brasil";

– "Breves Comentários sobre Projeto de Acordo entre o Brasil e a UIT para realização de Conferência no Brasil";

– "Caso de Possíveis Declarações e Atividades de Parlamentar Alemão no Brasil";

– "Exame da "Convenção sobre a Prevenção e o Castigo de Delitos contra Pessoas Internacionalmente Protegidas, inclusive os Agentes Diplomáticos" (Nova York, 1973) e da "Convenção Internacional contra a Tomada de Reféns" (Nova York, 1980)";

– "O Caso das Reclamações ("War Claims") da Construtora Mendes Júnior S.A. contra o Governo do Iraque: Vias de Solução de Controvérsias";

– "Acordo Brasil/Argentina para o Estabelecimento de uma Zona *non aedificandi* ao Longo da Fronteira entre os Dois Países: Necessidade de Aprovação pelo Congresso Nacional";

– "Projeto de Acordo para a Exploração de Recursos Hídricos Subterrâneos no Estado do Piauí entre o Ministério do Interior do Brasil e a Empresa Pública Italiana (Aquater): Apreciação Crítica";

– "A Questão da Isenção de Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante";

– "Novas Propostas de Incorporação da Via Arbitral, como Procedimento Alternativo, ao Mecanismo de Solução de Controvérsias do GATT";

– "O Caso das Restrições da Chancelaria Coreana à Concessão de Asilo Diplomático por Ocasião da Olimpíada de Seul (Setembro de 1988)";

– "Natureza Jurídica de Ajuste entre o Governo do Estado do Paraná e a Embaixada da República Federal da Alemanha (de 1987) e a Questão do Poder de *Treaty-Making*;

– "A Questão do Reconhecimento de Governo, Face à Dualidade de Poderes, no Período de Transição e Instabilidade Institucionais no Líbano: Elementos para Tomada de Posição do Brasil";

– "Breve Apreciação Crítica sobre Matéria Publicada em Periódico Norte-Americano acerca da Nova Constituição do Brasil";

– "Proposta Canadense de Modificação de Acordo por Troca de Notas: Notas Verbais e Notas Diplomáticas";

– "A Questão do Eventual Estabelecimento de Governo Provisório Palestino no Exílio: Elementos para Tomada de Posição do Brasil";

– "Opinion of the Legal Adviser of Itamaraty on the Cooperation Programme for Foreign Service Institutions of Latin American Countries, of the United Nations Development Program (UNDP)".

Até o final de 1988, o Consultor Jurídico emitiu, ademais, informações sobre os seguintes temas:

– "Princípios e Regras de Eqüidade Intergeneracional: Conclusões e Relatório Final de Grupo de Peritos-Consultores em Direito Internacional da Universidade das Nações Unidas (UNU)";

– "Breves Comentários sobre o Projeto de Convenção do *Unidroit* sobre *Leasing* Financeiro Internacional";

– "Condições de Prestação de Serviços na Administração Pública Federal";

– "Minuta de Discurso Presidencial para a Sessão Solene Comemorativa do 40º Aniversário da Assinatura da Carta da Organização dos Estados Americanos (OEA)";

– "Palestra do Consultor Jurídico do Itamaraty no Seminário Internacional Comemorativo do 40º Aniversário da Declaração Americana de Direitos Humanos";

– "Relatório da Reunião do Grupo Consultivo Internacional da Universidade das Nações Unidas sobre Direito Espacial";

– "Condições de Prestação de Serviços por Terceiros à Administração Pública Federal à luz da Legislação Vigente";

– "Convocação de Embaixador para Depoimento e Solicitação ao Itamaraty de Informações pela Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal";

– ""A Questão das Imunidades em Acidentes de Trânsito";

– "Minuta de Resposta do Itamaraty à Construtora Mendes Júnior sobre suas Reclamações de Guerra (War Claims) contra o Iraque";

– "Minuta de Projeto de Acordo entre o Brasil e a Bolívia, para a Importação de Gás Natural boliviano";

– "Conferências do Consultor Jurídico do MRE sobre Direito Internacional Consuetudinário na XVI Sessão Anual de Estudos do Instituto de Direito Internacional Público de Salônica (Grécia, agosto-setembro de 1988)";

– "Seminário sobre Solução Pacífica de Controvérsias Internacionais na Escola de Guerra Naval (Rio de Janeiro, setembro de 1988)";

– "Remoções de Diplomatas e Transporte de Automóvel";

– "Pagamento de 13º Salário a Funcionários Públicos Civis sob a Nova Constituição";

– "Conferência do Consultor Jurídico do MRE no Simpósio Internacional sobre Direito Internacional Humanitário";

– "Correspondência do MRE com o Consultor-geral da República em Defesa e Preservação das Funções do Consultor Jurídico do Ministério das Relações Exteriores";

– "Curso de Direito Internacional Público co-patrocinado pelo Itamaraty e pelo UNITAR (Brasília, novembro-dezembro de 1988)".

O Consultor Jurídico respondeu, enfim, por Despachos, a várias outras consultas encaminhadas pelo Ministro de Estado.

INSTITUTO RIO BRANCO

São atividades regulares do Instituto Rio Branco:

– a seleção, através de um concurso público de provas anual e de âmbito nacional, dos futuros diplomatas brasileiros;

– a formação desses jovens, no âmbito do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata (CPCD), de dois anos de duração e ministrado em regime de tempo integral;

– a realização, em caráter bianual, do Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (CAD), aberto a Segundos-Secretários, e do Cuso de Altos Estudos (CAE), para Conselheiros. Esses Cursos, que são oferecidos desde 1977, constituem requisito para promoção por merecimento;

– a seleção e a atualização dos ocupantes de cargos na categoria funcional de Oficial de Chancelaria, que é exclusiva do Ministério das Relações Exteriores;

– a cooperação com Governos de outros países em desenvolvimento na formação de diplomatas, seja através do recebimento de bolsistas estrangeiros no CPCD, seja mediante o envio de professores ao exterior para ministrarem cursos de curta duração;

– promoção do aperfeiçoamento e da especialização de diplomatas e de outros funcionários do Ministério das Relações Exteriores, através de programas de bolsas para estudo em instituições brasileiras e estrangeiras de ensino. As bolsas podem ser para o estudo de idiomas estrangeiros, para cursos técnicos específicos (por exemplo: Informática) ou para estudos universitários, sobretudo em nível de pós-graduação.

SELEÇÃO

O concurso público de provas para admissão no Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, ou Exame Vestibular, regeu-se em 1988 pelas instruções e programas aprovados pela Portaria Ministerial nº 589 e baixados em Edital da Diretoria do Instituto Rio Branco; ambos esses atos foram publicados no Diário Oficial de 13 de janeiro de 1988.

As inscrições estiveram abertas de 22 de fevereiro a 22 de março, na sede do Instituto Rio Branco em Brasília, em dez centros regionais de inscrições e nas missões diplomáticas e repartições consulares brasileiras no exterior. Para as 20 vagas oferecidas, houve um total de 779 inscrições contra apenas 554 no ano anterior. Às provas da primeira fase do concurso, realizadas simultaneamente em Brasília e dez capitais regionais, nos dias 6, 7 e 8 de maio, compareceram 306 candidatos.

As fases seguintes tiveram lugar em Brasília, de 1º a 28 de julho e, ao final do processo de seleção, 13 candidatos foram aprovados.

FORMAÇÃO DE DIPLOMATAS

Foram matriculados no Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, em 1988, 26 alunos brasileiros e 11 estrangeiros, assim distribuídos:

a) I ano – 11 alunos brasileiros (10 homens e 1 mulher) e 7 estrangeiros (Angola, Cabo Verde (2), Guiné-Bissau, Honduras, Moçambique e São Tomé e Príncipe).
b) II ano – 15 alunos brasileiros (11 homens e 4 mulheres) e estrangeiros (Cabo Verde (2), Equador e São Tomé e Príncipe).

Os 15 alunos brasileiros do II ano, tendo todos merecido aprovação ao final do Curso, foram nomeados Terceiros-Secretários em 20 de dezembro de 1988.

No I ano do CPCD foram lecionadas as seguintes disciplinas:

Economia, História das Idéias Políticas, História das Relações Diplomáticas do Brasil, Direito Internacional Privado, Direito Internacional Público, Português (Expressão e Redação Profissional), Francês, Inglês e Espanhol.

As matérias lecionadas no II ano foram as seguintes:

Relações Internacionais, História das Relações Diplomáticas do Brasil, Direito dos Tratados, Economia Brasileira, Economia Internacional, Português (Correspondência Oficial e Métodos de Informação), Francês, Inglês e Espanhol).

Os idiomas optativos, oferecidos aos alunos do CPCD foram: Russo, Árabe, Japonês, Italiano e Alemão.

Os alunos do II ano fizeram três estágios profissionalizantes em unidades administrativas da Secretaria de Estado, de duas semanas de duração cada um, e realizaram duas viagens de estudo pelo Brasil: uma ao Sul-Sudeste, de 22 de fevereiro a 13 de março, e outra ao Norte-Nordeste, de 19 de novembro a 11 de dezembro de 1988.

Em 1988, foram proferidas as seguintes palestras no Instituto Rio Branco:

– "The influence of National Concerns in Shaping Diplomatic Careers", pelo Embaixador Fred Bild, Vice-Ministro para Assuntos Políticos e de Segurança Nacional do Canadá.

– "Constituinte e Transição Política", pelo Professor David Verge Fleisher, Chefe do Departamento de Ciência Política e Relações Internacionais da Universidade de Brasília.

– "Portugal e a Europa", pelo Embaixador Alberto Vasconcellos da Costa e Silva, Embaixador do Brasil em Lisboa.

– "A Morte do Monetarismo", pelo Professor Meghat Desai, Chefe do Departamento de Economia da "London School of Economics and Political Science", da Universidade de Londres.

– "A política exterior venezuelana, com ênfase nas relações com a América Latina e o Brasil", pelo Embaixador Germán Nava Carrillo, Chanceler da Venezuela.

– "Relações Leste-Oeste", pelo Embaixador Ronaldo Mota Sardenberg, Embaixador do Brasil em Moscou.

– "GATT – "Rodada Uruguai", pelo Ministro Samuel Pinheiro Guimarães, Chefe do Departamento Econômico do MRE.

– "Questões do Desarmamento", pelo Embaixador Marcos Castrioto de Azambuja, Embaixador em Genebra para Assuntos de Desarmamento e Direitos Humanos.

– "O Papel dos Cinco Países Africanos de Língua Portuguesa para a Dinâmica da Paz na África", pelo Senhor Renato de Silos Cardoso, Secretário de Estado da Administração e Presidente da Comissão Nacional de Estudos sobre o Direito do Mar da República de Cabo Verde.

– " Relações Brasil – Chile", pelo Embaixador Ronaldo Costa, Embaixador do Brasil em Santiago.

– "Policy Making in Developing Countries – Foreign Policy" – pela Dra. Jeanette Hartman, Professora de Sociologia do Desenvolvimento na Universidade de Dar-Es-Salam.

– "A Comunidade Européia. Seu Papel nas Relações Internacionais", pelo Dr. Jacques Burgeois, principal Consultor Jurídico da Comissão das Comunidades Européias.

– "Projeto Planta e Povo na Amazônia", pelo Professor Argemiro Procópio, da Universidade de Brasília.

– "As Relações Internacionais e a Nova Constituição da República Federativa do Brasil", pelo Ministro José Francisco Rezek, do Supremo Tribunal Federal.

– "A Nova Constituição Brasileira", pelo Deputado Bernardo Cabral, Relator-geral da Assembléia Nacional Constituinte.

– "Projeto Carajás", pelo Dr. Kleber Pinto, Representante da Companhia Vale do Rio Doce em Brasília.

– "A Nova Constituição Federativa do Brasil", pelo Ministro Paulo Afonso Martins de Oliveira, do Tribunal de Contas da União e ex-Secretário-geral da Mesa da Câmara dos Deputados e da Assembléia Nacional Constituinte.

– "A Segurança das Informações, das Comunicações e da Documentação do MRE", pelo Conselheiro Roberto Soares-de-Oliveira.

– "Relações MRE/Imprensa", pelo Senhor Luiz Orlando Carneiro, Diretor de "O Jornal do Brasil".

– "Relações MRE/Imprensa", pelo Senhor Otávio Bonfim de Oliveira, da Empresa Brasileira de Notícias.

– "Relações MRE/Imprensa", pelo Embaixador Renato Prado Guimarães, Chefe de Gabinete do Ministro de Estado.

– "Promoção Comercial. Objetivos gerais da Promoção Comercial. Diretrizes Básicas. Problemas da Promoção Comercial", pelo Ministro Guilherme Luiz Belford Roxo Leite Ribeiro, Chefe do Departamento de Promoção Comercial (DPR) do MRE.

– "A Divisão de Operações Comerciais (DOC)", pelo Conselheiro Paulo Alberto Soares.

– "A Divisão de Programas de Promoção Comercial, (DPG)", pelo Ministro Claudio Sotero Caio.

– "A Informação Comercial", pela Conselheira Maria Lucia Pompeu Brasil.

– "A Divisão de Feiras e Turismo (DFT)", pelo Secretário Edson Marinho Duarte Monteiro.

– "Introdução à Informática. Informática do MRE", pelo Conselheiro Sergio Luiz Pereira Bezerra Cavalcanti, Chefe do Centro de Processamento de Dados (CPD), MRE.

– "Automação de Escritório. Introdução ao WORD", por Profissionais do CPD.

– "Prática em WORD", por profissionais do CPD.

– "Introdução ao FILING. Introdução ao LOTOS", por Profissionais do CPD.

– "Introdução aos sistemas SET e ÚTEIS", pelo Ministro Luiz Antonio Jardim Gagliardi, Chefe do Departamento de Comunicações e Documentação do MRE.

– "Cerimonial e Protocolo" pelos Secretários Carlos Eduardo Sette Câmara da Fonseca Costa e Paulo Cesar de Oliveira Campos.

– "O Papel do PNUD no Desenvolvimento Internacional" pelo Dr. Walter Franco, Representante-Regente-Adjunto do PNUD em Brasília.

– "A Política Brasileira de Ciência e Tecnologia" pelo Dr. Crodowaldo Pavan, Presidente do CNPq.

– "Impacto do Desenvolvimento Científico e Tecnológico nas Relações Internacionais", pelo Ministro Luiz Jorge Rangel de Castro, Chefe do Departamento de Cooperação Científica e Tecnológica do MRE.

– "A Divisão de Cooperação Intelectual e suas Atividades", pelo Conselheiro Francisco Soares Alvim Neto.

APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL

CURSO DE APERFEIÇOAMENTO DE DIPLOMATAS (CAD)

O Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (CAD) constitui, desde 15 de agosto de 1982, requisito indispensável para a progressão funcional por merecimento à classe de Primeiro-Secretário. Ele foi instituído pelo Decreto 79.556, de 20 de abril de 1977, como parte do sistema de treinamento e qualificação previsto no artigo sexto da Lei 5.645, de 10 de dezembro de 1970.

O Curso, que desde sua criação era feito por correspondência (mala diplomática), sem o afastamento dos diplomatas inscritos de suas tarefas habituais ou de seus postos de lotação, em 1988 ganhou nova feição: os que nele se inscrevem pela primeira vez passaram a ser chamados a Brasília por um período de quatro semanas, sendo as provas antecedidas de palestras e mesas redondas.

Em 1988, foram as seguintes as atividades do IRBr no tocante ao CAD:

– conclusão, em março, do XVI Curso, no qual foram aprovados 5 Segundos-Secretários;

– publicação, também em março, do Edital de convocação do XVIII CAD, com palestras e exames finais previstos para março de 1989;

– realização, em agosto, do XVII CAD, no qual foram aprovados uma Primeira-Secretária e nove Segundos-Secretários;

– publicação, em outubro, do Edital de convocação do XIX CAD, com palestras e exames finais previstos para agosto e setembro de 1989.

Com as aprovações de 1988 no CAD, eleva-se a 232 o número de diplomatas que já passaram com êxito por esse curso de aperfeiçoamento.

CURSO DE ALTOS ESTUDOS (CAE)

À semelhança do CAD, o CAE foi igualmente instituído em 1977, pelo já referido Decreto número 79.556, e integra o sistema de treinamento e qualificação previsto no artigo sexto da Lei número 5.645, de 10 de dezembro de 1970.

Desde 15 de agosto de 1982, o CAE constitui requisito esencial para a progressão funcional à classe de Ministro de Segunda Classe. Neste Curso, o Conselheiro inscrito defende oralmente, perante Banca Examinadora especialmente designada pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, trabalho escrito sobre tema de sua livre escolha e que seja de relevância para a diplomacia brasileira.

Em 1988, foram concluídos o XVI CAE (primeiro semestre) e o XVII CAE (segundo semestre), sendo aprovados 5 conselheiros em cada um, e foram publicados os editais de convocação dos XVIII e XIX CAEs, a serem realizados em 1989. Com os resultados de 1988, somam 148 os trabalhos já aprovados no CAE, os quais constituem importante acervo documental.

Algumas das palestras relacionadas sob o título "Formação Profissional", embora abertas aos alunos do CPCD e aos diplomatas lotados na Secretaria de Estado, foram realizadas no âmbito do Curso de Altos Estudos.

CURSO DE ATUALIZAÇÃO DE OFICIAIS DE CHANCELARIA (CAOC)

Em 1988 realizaram-se os dois primeiros Cursos de Atualização de Oficiais de Chancelaria, que constituem, no âmbito do Ministério das Relações Exteriores, etapa necessária à promoção por merecimento dos Oficiais de Chancelaria da Classe B para a Classe C, de acordo com o exposto na Portaria 45, de 10 de dezembro de 1987, da Diretoria do Instituto Rio Branco.

O primeiro CAOC, com provas de Organização e Métodos de Trabalho do MRE, Prática Consular, Prática de Promoção Comercial e Técnicas de Administração e de Contabilidade realizadas concomitantemente em 27

postos no exterior, em Belém, no ERERIO e em Brasília, no período de 22 a 25 de fevereiro de 1988, aprovou 52 Oficiais de Chancelaria.

O segundo CAOC, com provas de Organização, Métodos de Trabalho, Administração e Contabilidade do MRE, Técnicas de Promoção Comercial, Prática Consular e de línguas (espanhol, francês ou inglês), realizadas concomitantemente em 28 postos no exterior, no ERERIO e em Brasília, no período de 29 de agosto a 01 de setembro de 1988, aprovou 23 Oficiais de Chancelaria.

PROGRAMAS DE INCENTIVO A ESTUDOS NO EXTERIOR

Através do Programa de Incentivo a Estudos no Exterior (PIEEX), o Instituto Rio Branco atendeu, em 1988, a 51 pedidos de ajuda para financiamento de estudos, sendo 13 de diplomatas e os demais de funcionários administrativos. Custeou parcialmente, dessa forma, estudos de:

Doutorado: na área de Administração (1) e Psicologia (1).

Mestrado: em Relações Internacionais (4), Ciência Política (3), Economia (1), Línguas e Literatura Européia (1), Comércio e Finanças Internacionais (1).

Graduação: em Tradução e Interpretação de Inglês e Espanhol (1).

- Informática (7).

- Idiomas estrangeiros: Inglês (11), Alemão (8), Japonês (4), Fran- cês (2), Espanhol (2) e Italiano (2).

NO BRASIL

No Brasil, o IRBr concedeu bolsas de estudo, para o custeio parcial (50%) de estudos de idiomas estrangeiros em estabelecimentos especializados, a 10 diplomatas e a 44 funcionários administrativos. Foram os seguintes os idiomas estudados: Inglês (24 bolsas), Alemão (18), Francês (6), Italiano (4), Espanhol (1) e Japonês (1).

CERIMONIAL

Em conseqüência da intensificação das relações internacionais do Brasil verificou-se, em 1988, aumento expressivo das atividades do Cerimonial do Ministério das Relações Exteriores notadamente na organização das visitas oficiais do Presidente da República ao exterior, dos encontros com chefes de Estado fora de Brasília, das visitas oficiais ao Brasil de chefes de Estado e de Governo bem como de Ministros das Relações Exteriores e de outras altas autoridades estrangeiras. Paralelamente, cumpriu o Cerimonial, ao longo daquele ano, sua função de zelar pela observância do protocolo e das normas referentes a privilégios e imunidades de membros das Missões Diplomáticas, Repartições Consulares e Representações de Organismos Internacionais acreditados junto ao Governo brasileiro, entre as quais a referente ao respeito devido, nos termos da Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas, às leis e regulamentos brasileiros.

O Cerimonial participou da preparação das visitas oficiais do Presidente da República à Colômbia, em fevereiro; à República Popular da China, em julho; à Bolívia, em agosto; à União Soviética e ao Uruguai, em outubro; e à Argentina, em dezembro. Participou, igualmente, da preparação da viagem Presidencial a Nova York, em junho, quanto o Presidente Sarney interveio na Terceira Sessão Extraordinária da Assembléia Geral das Nações Unidas sobre Desarmamento e, no mês de outubro, das escalas em Paris, quando manteve encontros com o Presidente François Mitterrand e com o Primeiro-Ministro Michel Rocard, e, em Lisboa, quando se encontrou com o Presidente Mário Soares e com o Primeiro-Ministro Aníbal Cavaco e Silva.

Foram recebidos no Brasil, no mês de abril, os Presidentes da República Argentina, Raul Ricardo Alfonsin, da Colômbia, Virgílio Barco, e da República Popular de Moçambique, Joaquim Alberto Chissano; os Primeiros-Ministros da República Socialista da Tchecoslováquia, Lubomir Strougal, no mês de maio, e da República de Portugal, Aníbal Cavaco e Silva, bem com Sua Alteza Imperial o Príncipe Fumihito, do Japão, no mês de junho. Também foram recebidos no Brasil, além de outras autoridades estrangeiras, o Ministro de Energia da Bolívia, Fernando Illanes de La Riva

e o Ministro das Relações Exteriores de Cuba, Isidoro Malmierca Peoli, no mês de janeiro; o Ministro da Justiça da Espanha, Fernando Ledesma Bartret e o Ministro do Comércio Exterior da República Italiana, Renato Ruggiero, no mês de fevereiro; o Ministro das Relações Exteriores do Paraguai, Carlos Augusto Saldívar, no mês de março; o Ministro das Relações Exteriores e Culto da Bolívia, Guillermo Bedregal Gutierrez, o Vice-Presidente de Cuba, Carlos Rafael Rodriguez, e o Ministro da Cooperação da Nicarágua, Henri Ruiz no mês de abril; o Ministro das Relações Exteriores e da Cooperação da República do Benin, Guy Landry Hazoume, o Secretário da Comunidade Britânica das Nações, Timoty Eggar, os Ministros das Relações Exteriores do Uruguai, Luis Barrios Tassano, da Venezuela, Germán Nava Carrillo, e do Iraque, Tarig Aziz no mês de maio; o Ministro dos Transportes e das Comunicações de Moçambique, Armando Emilio Guebuzai, o Chefe do Departamento Político da Organização para a Libertação da Palestina, Faruk Kadum, no mês de junho; o Ministro das Relações Exteriores da Costa Rica, Rodrigo Madrigal Nieto, o Ministro para a Esfera Produtiva e da Energia e Petróleo de Angola, Pedro de Castro dos Santos Van-Dúnen, o Diretor-geral da Agência Internacional de Energia Atômica, Hans Blix, no mês de julho; o Ministro da Economia da República Federal da Alemanha, Martin Bangemann, os Ministros dos Negócios Estrangeiros da Colômbia, Julio Londoño Paripes, e do Peru, Luis Gonzales Posada, o Ministro das Relações Exteriores da Argentina, Dante Caputo, o Secretário de Estado das Relações Exteriores do México, Bernardo Sepúlveda Amor, o Ministro dos Negócios Estrangeiros do Suriname, Eddy Sedoc, o Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação da República do Togo, Adodo Yaovi, o Secretário de Estado do Comércio Externo de Portugal, Miguel Horta e Costa, e o Secretário de Estado dos Estados Unidos da América, George P. Shultz, no mês de agosto; o Ministro das Minas e Energia da Colômbia, Oscar Mejia, no mês de setembro; os Ministros da Agricultura do Togo, Kaffi Walla, e da Costa do Marfim, Denis Brakanon, o Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação da República Islâmica da Mauritânia, Mohamed Lenine Ould Daddah, e o Ministro dos Negócios Estrangeiros dos Emirados Árabes Unidos, Rashid Abdullah Al Nouaimi, no mês de outubro; o Ministro das Relações Exteriores do Paraguai Rodney Elpídio Acevedo, no mês de novembro; e os Ministros das Relações Exteriores da Nigéria, Ike Nwachukwu, e da Malásia, Abu Hassan, no mês de dezembro.

O Cerimonial prestou ainda apoio à realização das seguintes reuniões internacionais no Brasil:

a) III Reunião Ordinária do Conselho do Tratado de Cooperação Amazônica, em março.

b) Reunião dos Países da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul, em julho.
c) Reunião dos Chanceleres do Grupo dos Oito, em agosto.

Com vistas à modernização e ao aprimoramento dos seus métodos de trabalho, o Cerimonial implantou, em 1988, sistemas de informatização que têm contribuído para o planejamento e a organização de eventos a seu cargo, para a preparação da Lista Diplomática, do cadastro de funcionários estrangeiros e para a aplicação e o aperfeiçoamento dos mecanismos de controle na área de privilégios e imunidades diplomáticas. Em conjunto com as autoridades competentes, foram estabelecidas, ainda naquele ano, medidas para garantir maior segurança às Missões Diplomáticas, às Representações de Organismos Internacionais e a seus membros. O Cerimonial participou, ademais, da negociação e apreciação de propostas de Acordos de Sede, havendo sido concluído, em 22 de fevereiro, entre o Governo brasileiro e a Secretaria Geral da Organização dos Estados Americanos, o Acordo sobre o funcionamento de seu Escritório em Brasília.

IMPRENSA

As atividades desenvolvidas pelo Ministério das Relações Exteriores durante o ano de 1988, na área de relacionamento com a imprensa, foram intensas e seguiram, de um modo geral, os mesmos parâmetros observados nos anos anteriores.

Com efeito, um dos principais objetivos do Itamaraty nesta área tem sido o de proporcionar, aos mais variados órgãos de comunicação do país e do exterior, o auxílio indispensável no sentido de se manter o fluxo adequado de informações sobre as atividades levadas a cabo pelo Ministério, bem como acerca da execução da Política Exterior do Brasil, a fim de possibilitar aos profissionais de imprensa realizar seu trabalho com os mínimos elementos indispensáveis a uma correta avaliação das questões afetas ao Ministério das Relações Exteriores.

Contatos diretos com a imprensa, na forma de entrevistas e *briefings* quase que diários concedidas pelo Secretário de Imprensa aos jornalistas credenciados, acerca dos mais diversos assuntos relativos à política externa e ao Itamaraty foram uma constante em 1988. Ademais, toda vez que se julgou conveniente, houve o convite para que alguns Chefes da Casa, tais como Subsecretários-gerais, Chefes de Departamento e de Divisão, concedessem entrevista e *briefings* aos jornalistas credenciados. Estes últimos foram recebidos, sempre no início de cada mês, pelo Secretário-geral das Relações Exteriores para a divulgação dos eventos e atividades previstas durante o mês, no âmbito do Itamaraty. Em outras ocasiões o Ministro de Estado das Relações Exteriores, ou o Secretário-geral, atendendo a pedidos dos jornalistas interessados, concederam entrevistas sobre temas diversos afetos ao Ministério.

Ao longo do ano foram emitidas 269 notas, textos de discursos, comunicados à imprensa na forma de expedientes denominados Infor-mações aos Credenciados (INFOCRED), que são instrumentos úteis na divulgação das atividades desenvolvidas pelo Itamaraty.

Em 1988 o Itamaraty concedeu 202 vistos temporários (VITEM-II) a profissionais de imprensa estrangeiros, que realizaram reportagens sobre o Brasil e entrevistas com autoridades brasileiras.

Foram emitidos 45 novos credenciamentos de profissionais de imprensa junto ao Ministério das Relações Exteriores, sendo 14 brasileiros e 31 estrangeiros. No mesmo período foram renovados os credenciamentos de 12 jornalistas brasileiros e 105 estrangeiros, num total de 117 renovações.

Entre as atividades de apoio ao trabalho da imprensa no exterior, cabe registrar a atuação do Itamaraty no sentido de prestar a assistência aos jornalistas durante as viagens do Presidente da República, em coordenação com órgãos de comunicação social da Presidência da República.

Nesse particular, registra-se igualmente, a assistência proporcionada para a cobertura de imprensa durante as viagens oficiais do Chanceler, no Brasil e no exterior.

Da mesma forma, o Itamaraty atuou, em 1988, a exemplo dos anos anteriores, de maneira a oferecer condições adequadas ao trabalho dos profissionais de imprensa do Brasil e do exterior na cobertura das visitas de Chefes de Estado e de Governo, bem como de Ministros do Exterior estrangeiros.

Dentre as atividades organizadas pelo órgão de imprensa do Itamaraty, cabe ressaltar aquelas relacionadas ao acompanhamento da cobertura que se fez durante o ano, nos diversos meios de comunicação, no país e no exterior, dos assuntos referentes ao Brasil, à política exterior e ao Itamaraty, assim como o trabalho desenvolvido pelos sistemas de coletas de notícias no exterior (CONEX) e nacionais (CONIN).

O sistema de Coleta de Notícias no Exterior (CONEX), enviou, através dos postos no exterior, cerca de 41 mil artigos sobre assuntos relativos ao Brasil, publicados em jornais e revistas estrangeiros. O CONEX afirmou-se mais uma vez como excelente amostra da posição do Brasil na imprensa internacional.

No plano interno, o Sistema de Coleta de Notícias Nacionais (CONIN) passou a funcionar em caráter definitivo, a partir de 1º de julho de 1988. Utiliza-se do trabalho de seleção, classificação, análise e arquivamento de

artigos e matérias publicadas nos principais veículos da imprensa nacional, de interesse do Ministério das Relações Exteriores.

Como trabalho já considerado de especial relevância para as consultas acerca da política exterior do Brasil, está o "Repertório das Posições Brasileiras em Política Externa", elaborado a partir de discursos e pronunciamentos do Presidente da República, do Ministro das Relações Exteriores e do Secretário-geral das Relações Exteriores, além de textos de comunicados à imprensa emitidos pelo Itamaraty, bem como de comunicados conjuntos e demais atos assinados pelo Governo brasileiro com os Governos estrangeiros. Espera-se concluir no primeiro trimestre de 1989 o Repertório referente ao ano de 1988, o qual será distribuído a todas as unidades do Ministério e aos postos no exterior.

RELAÇÕES COM O CONGRESSO

O Ministério das Relações Exteriores acompanhou os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, que concluíram, em 5.10.88, com a promulgação da nova Carta. Esteve atento, igualmente, ao processo de aprovação parlamentar do projeto de Orçamento da União, concluído em dezembro de 88.

As relações entre o Itamaraty e o Poder Legislativo foram caracterizadas por intensa colaboração, tendo sido prestado o costumeiro apoio a missões de parlamentares brasileiros ao exterior, dentre as quais se destacou a delegação de observadores parlamentares à XLIII Sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas. Da mesma forma o Ministério das Relações Exteriores apoiou as visitas que delegações parlamentares estrangeiras fizeram ao Brasil, podendo-se destacar as missões francesa, romena, chinesa, alemã, búlgara e polonesa.

O trabalho coordenado entre o Itamaraty e o Congresso Nacional permitiu, outrossim, a aprovação de acordos e convenções internacionais assinados pelo Brasil. A título exemplificativo podem ser mencionados o Protocolo de Reforma da Carta da OEA – Protocolo de Cartagena das Índias; o Tratado de Institucionalização do Parlamento Latino-Americano; o Tratado sobre a Proibição de Colocação de Armas Nucleares e Outras de Destruição em Massa nos Fundos Marinhos e Leitos Oceânicos; o Protocolo Adicional à Convenção Internacional para a Conservação do Atum e Afins do Atlântico; o Acordo sobre Programa a Longo Prazo de Cooperação Econômica, Comercial, Científica e Tecnológica entre o Brasil e a URSS e outros acordos bilaterais.

Apesar da dedicação prioritária do Legislativo ao processo da Constituinte, o Senado Federal aprovou, em 1988, a indicação de trinta e seis Embaixadores, aí incluídas as funções cumulativas (doze do total).

O Ministério das Relações Exteriores acompanhou os trabalhos das 79ª e 80ª Conferências da União Interparlamentar e da Comissão Política do Parlamento Latino-Americano.

APÊNDICE I
ATOS
INTERNACIONAIS

Atos Internacionais firmados durante o ano de 1988:

ARGENTINA

01– Programa de Integração e Cooperação Econômica, seus anexos e protocolos.
Brasília, a 7 de abril de 1988. Em vigor.

02 – Declaração de Iperó.
Iperó, a 8 de abril de 1988. Em vigor.

03 – Acordo de Co-Produção Cinematográfica.
Buenos Aires, a 18 de abril de 1988. Está no Congresso Nacional.

04 – Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento.
Buenos Aires, a 29 de novembro de 1988. Está no Congresso Nacional.

05 – Declaração Conjunta sobre Política Nuclear. Declaração de Ezeiza.
Buenos Aires, a 29 de novembro de 1988. Em vigor.

06 – Programa de Integração e Cooperação Econômica, seus anexos e protocolos.
Buenos Aires, a 29 de novembro de 1988. Em vigor.

ANGOLA

01– Comunicado Conjunto à Imprensa.
Brasília, a 5 de julho de 1988. Em vigor.

ÁUSTRIA

01 – Acordo, por troca de notas, sobre Radioamadorismo.
Viena, a 29 de junho de 1988. Em vigor.

BANGLADESH

01 – Acordo de Cooperação Cultural e Educacional.
Brasília, a 27 de setembro de 1988. Está no Congresso Nacional.

BOLÍVIA

01 – Acordo, por troca de notas, para a Criação de uma Comissão Mista Permanente de Coordenação.
Brasília, a 17 de junho de 1988. Em vigor.

02 – Ata de Cooperação e Complementação Econômica.
La Paz, a 2 de agosto de 1988. Em vigor.

03 – Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica na área do controle de endemias.
La Paz, a 2 de agosto de 1988. Em vigor.

04 – Declaração Conjunta.
La Paz, a 2 de agosto de 1988.

05 – Protocolo Adicional ao Convênio de Assistência Recíproca para a Repressão do Tráfico Ilícito de Drogas que produzem Dependência.
La Paz, a 2 de agosto de 1988. Em vigor provisório.

06– Memorando de Entendimento para o Estacionamento de programa de Cooperação Técnica.
La Paz, a 2 de agosto de 1988. Em vigor.

07 – Acordo, por troca de notas reversais, referente ao Acordo Complementar ao Convênio de Cooperação Econômica e Técnica, de 8.2.84, para a Construção de Central Hidroelétrica em Cachuela Esperanza.
La Paz, a 2 de agosto de 1988. Em vigor.

08 – Acordo, por troca de notas reversais, sobre a Utilização do Gás Natural boliviano, no Contexto da Integração Energética.
La Paz, a 2 de agosto de 1988. Em vigor.

09 – Acordo, por troca de notas reversais, para a venda de Borracha Boliviana ao Brasil.
La Paz, a 2 de agosto de 1988.

10 – Acordo, por troca de notas reversais, sobre a Cooperação Bilateral para a Construção da Rodovia Santa Cruz de la Sierra – Corumbá.
La Paz, a 2 de agosto de 1988. Em vigor

11 – Acordo, por troca de notas reversais, para a Supressão de Vistos em Passaportes Diplomáticos e de Serviço.
La Paz, a 2 de agosto de 1988. Em vigor.

CANADÁ

01 – Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica de 2.4.75, relativo a um projeto de Cooperação Técnica para prover Treinamento e Consultoria nas Áreas de Mobiliário e Madeira.
Brasília, a 25 de julho de 1988. P.t.n. Em vigor.

REPÚBLICA POPULAR DA CHINA

01 – Acordo, por troca de notas, sobre pesquisa e produção conjunta do satélite sino-brasileiro de sensoriamento remoto.
Beijing, a 30 de abril de 1988. Em vigor.

02 – Protocolo sobre Aprovação de Pesquisa e Produção de Satélite de Recursos da Terra.
Beijing, a 6 de julho de 1988. Em vigor.

03 – Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica sobre Cooperação no Campo da Pesquisa Científica e do Desenvolvimento Tecnológico no Setor de Transportes.
Beijing, a 6 de julho de 1988. Em vigor.

04 – Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica em Matéria de Energia Elétrica, Incluindo a Energia Hidrelétrica.
Beijing, a 6 de julho de 1988. Em vigor.

05 – Convênio sobre Cooperação no Domínio da Medicina e dos Fármacos Tradicionais.
Beijing, a 6 de julho de 1988. Em vigor.

06 – Convênio de Cooperação Científica e Tecnológica na Área de Fármacos Destinados ao Combate a grandes endemias.
Beijing, a 6 de julho de 1988. Em vigor.

07 – Protocolo de Cooperação na área de Tecnologia Industrial.
Beijing, a 6 de julho de 1988. Está no Congresso Nacional.

08 – Acordo, por troca de notas, sobre vistos de múltiplas entradas em passaportes diplomáticos e de serviço.
Beijing, a 6 de julho de 1988. Em vigor.

09 – Acordo, por troca de notas, sobre aumento de lotação de repartições consulares.
Beijing, a 6 de julho de 1988. Em vigor.

COLÔMBIA

01 – Declaração Conjunta.
Bogotá, a 9 de fevereiro de 1988.

02 – Memorando de Entendimento para a Cooperação em Matéria de Promoção Comercial.
Bogotá, a 9 de fevereiro de 1988. Em vigor.

03 – Acordo sobre Sanidade Animal para o Intercâmbio de Animais e Produtos de Origem Animal.
Bogotá, a 9 de fevereiro de 1988. Está no Congresso Nacional.

04 – Memorando de Entendimento em Matéria de Intercâmbio e Cooperação na Área do Carvão.
Bogotá, a 9 de fevereiro de 1988. Em vigor.

05 – Convênio Complementar ao Acordo de Cooperação Amazônica sobre Cooperação no Desenvolvimento dos Recursos Minerais na Área de Fronteira.
Bogotá, a 9 de fevereiro de 1988. Em vigor.

06 – Convênio Complementar ao Tratado de Amizade e Cooperação Relativa à Cooperação entre os dois países em Assuntos de Petróleo.
Bogotá, a 9 de fevereiro de 1988. Em vigor.

07 – Memorando de Entendimento sobre Cooperação no Setor Ferroviário.
Bogotá, a 9 de fevereiro de 1988. Em vigor.

08 – Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica no Campo das Atividades Espaciais.
Bogotá, a 9 de fevereiro de 1988. Em vigor.

09 – Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica sobre Intercâmbio de Experiências em Cooperativismo.
Bogotá, a 9 de fevereiro de 1988. Em vigor.

. *COSTA RICA*

01 – Acordo Marco.
Brasília, a 29 de junho de 1988. Está no Congresso Nacional.

CUBA

01 – Acordo de Cooperação Cultural e Educacional.
Brasília, a 29 de abril de 1988. Está no Congresso Nacional.

EQUADOR

01 – Ajuste Complementar, por troca de notas, sobre as Atividades de Cooperação no Campo da Cinematografia.
Quito, a 25 de novembro de 1988. Em vigor.

ESPANHA

01 – Tratado de Extradição.
Brasília, a 2 de fevereiro de 1988. Está no Congresso Nacional.

02 – Convênio de Cooperação para a Realização de obras previstas no estudo de revitalização do Centro Histórico de João Pessoa e Protocolo Anexo a este Convênio.
Brasília, a 26 de abril de 1988. Em vigor provisório.

FINLÂNDIA

01 – Acordo de Cooperação Cultural, Educacional e Científica.
Helsinque, a 2 de junho de 1988.

GRÃ-BRETANHA

01 – Acordo, Brasil – Reino Unido sobre Entorpecentes de 1988, por troca de notas.
Brasília, a 8 de novembro de 1988. Em vigor.

GUIANA

01 – Comunicado Conjunto sobre as Conversações, durante a visita do Sr. Ministro das Relações Exteriores à Guiana.
Georgetown, a 16 de setembro de 1988. Em vigor.

02 – Comunicado Conjunto.
Georgetown, a 16 de setembro de 1988.

03 – Programa de Trabalho em Georgetown.
Georgetown, a 16 de setembro de 1988. Em vigor.

04 – Acordo sobre Prevenção, Controle, Fiscalização e Repressão ao Uso Indevido e ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes e de Substâncias Psicotrópicas.
Georgetown, a 16 de setembro de 1988. Está no Congresso Nacional.

05 – Acordo, por troca de notas, para a Criação de Grupos de Informação e Acompanhamento (CIASs).
Georgetown, a 16 de setembro de 1988. Em vigor.

GUINÉ

01 – Acordo que cria uma Comissão mista.
Washington, D.C., a 4 de abril de 1988. Está no Congresso Nacional.

GUINÉ BISSAU

01 – Protocolo de Intenções.
Brasília, a 17 de agosto de 1988. Em vigor.

HUNGRIA

01 – Acordo, por troca de notas, sobre a abertura do Consulado Geral em São Paulo.
Brasília, a 12 de dezembro de 1988. Em vigor.

ÍNDIA

01 – Convenção Destinada a Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda.
Nova Delhi, a 26 de abril de 1988. Está no Congresso Nacional.

IRÃ

01 – Memorando de Entendimento para a Criação de uma Comissão Mista de Nível Ministerial.
Brasília, a 26 de setembro de 1988. Em vigor.

MOÇAMBIQUE

01 – Comunicado Conjunto.
Brasília, 9 de abril de 1988.

Este Comunicado não foi assinado. Foi lido perante a imprensa nacional e estrangeira, na presença dos dois presidentes e respectivas Delegações.

NIGÉRIA

01 – Comunicado Conjunto.
Brasília, a 13 de dezembro de 1988.

PAQUISTÃO

01 – Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica.
Islamabad, a 1º de outubro de 1988. Está no Congresso Nacional.

PARAGUAI

01 – Acordo sobre Prevenção, Controle, Fiscalização e Repressão ao Uso Indevido e ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes e de Substâncias Psicotrópicas.
Brasília, a 29 de março de 1988. Está no Congresso Nacional.

02 – Ata Final da Reunião Extraordinária do Grupo de Cooperação Consular Brasil – Paraguai.
Foz do Iguaçu e Cidade Presidente Stroessner, a 9 de abril de 1988.

03 – Acordo, por troca de notas reversais, sobre Tráfico Ilícito de Veículos.
Assunção, a 28 de julho de 1988. Está no Congresso Nacional.

PORTUGAL

01 – Protocolo Adicional ao Acordo Cultural, criando o Prêmio "Luís de Camões".
Brasília, a 22 de junho de 1988.

SENEGAL

01 – Protocolo de Intenções.
Brasília, a 23 de agosto de 1988. Em vigor provisório.

SURINAME

01 – Acordo, por troca de notas, para a supressão de visto em passaportes diplomáticos, de serviço e comuns.
Brasília, a 17 de agosto de 1988. Em vigor.

02 – Comunicado.
Brasília, a 17 de agosto de 1988.

THECOSLOVÁQUIA

01 – Acordo sobre Cooperação Econômica.
Brasília, a 12 de maio de 1988. Em vigor provisório.

02 – Comunicado Conjunto.
Brasília, a 12 de maio de 1988.

TOGO

01 – Comunicado Conjunto Brasil – Togo.
Brasília, a 18 de agosto de 1988.

02 – Acordo sobre a criação de uma Comissão Mista de Cooperação.
Brasília, a 18 de agosto de 1988. Está no Congresso Nacional.

URSS

01 – Protocolo de Intenções entre o Governo do Estado de Pernambuco e o Ministério para as Relações Econômicas com o Exterior, da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.
Brasília, a 26 de maio de 1988.

02 – Protocolo de Intenções entre o Ministério dos Transportes do Brasil e a Empresa "TECNOSTROYEXPORT".
Brasília, a 1º de junho de 1988.

03 – Comunicado Conjunto Brasileiro-Soviético.
Moscou, a 19 de outubro de 1988. Em vigor.

04 – Declaração sobre os Princípios da Integração em prol da Paz e da Cooperação Internacional.
Moscou, a 19 de outubro de 1988. Em vigor.

05 – Acordo para fornecimento de serviços noticiosos em português entre o MRE e a Agência Telegráfica da URSS.
Moscou, a 19 de outubro de 1988. Em vigor.

06 – Acordo sobre Intercâmbio de Máquinas, Equipamentos e outras mercadorias.
Moscou, a 19 de outubro de 1988. Em vigor.

07 – Protocolo sobre a Cooperação no Campo da Pesquisa Espacial e da Utilização do Espaço para fins Pacíficos.
Moscou, a 19 de outubro de 1988. Em vigor.

08 – Acordo, por troca de notas, sobre edições de obras bilingües de documentos a respeito da história das relações diplomáticas.
Moscou, a 19 de outubro de 1988. Em vigor.

09 – Acordo, por troca de notas, a respeito da instalação de Consulados Gerais nas Cidades do Rio de Janeiro e Leningrado.
Moscou, a 19 de outubro de 1988. Em vigor.

10 – Acordo, por troca de notas, colocando em vigor o programa de Cooperação Científica e Tecnológica para os anos de 1988-1990.
Moscou, a 19 de outubro de 1988. Em vigor.

11 – Acordo para fornecimento de serviços noticiosos – TASS.
Moscou, a 19 de outubro de 1988.

VENEZUELA

01 – Memorando de Entendimento Relativo à Cooperação para Construção da Rodovia BR-174 no trecho entre Boa Vista e o Marco BV-8.
Brasília, a 17 de maio de 1988. Em vigor.

02 – Acordo para o estabelecimento de uma zona *non aedificandi* entre os dois países.
Brasília, a 17 de maio de 1988. Está no Congresso Nacional.

03 – Memorando de Entendimento para regulamentar o Transporte Fronteiriço de Passageiros entre o Território de Roraima e o Estado de Bolívar.
Caracas, 4 de fevereiro de 1988. Em vigor.

04 – Acordo, por troca de notas, para a criação de mecanismos permanentes de cooperação que favoreçam a análise, sob enfoque técnico, de temas e fatos no âmbito consular e a promoção de soluções práticas tendentes à superação de dificuldades conjunturais que possam vir a afetar o relacionamento bilateral.
Brasília, a 17 de maio de 1988. Em vigor.

05 – Acordo, por troca de notas, para a execução do Programa de Cooperação Científica.
Brasília, a 17 de maio de 1988. Em vigor.

06 – Acordo sobre Transporte Aéreo Regular.
Caracas, a 11 de novembro de 1988. Está no Congresso Nacional.

ZIMBÁBUE

01 – Acordo Comercial.
Harare, a 20 de junho de 1988. Está no Congresso Nacional.

IMO

01 – Convênio Relativo ao Centro de Instrução Almirante Graça Aranha.
Londres, a 25 de novembro de 1988. Em vigor.

OEA

01 – Acordo sobre o Funcionamento do Escritório da Secretaria Geral da Organização dos Estados Americanos, suas Obrigações, Privilégios e Imunidades.
Brasília, a 23 de fevereiro de 1988.

ONU-CEPAL

01 – Acordo sobre a Celebração do XXII período de sessões da Cepal.
Brasília, a 21 de janeiro de 1988. Em vigor.

ONU-FNUAP

01 – Acordo de Cooperação Técnica para Atividades de População.
Brasília, a 7 de janeiro de 1988. Em vigor.

UNESCO

01 – Protocolo de Cooperação, visando a implantação e funcionamento do conjunto cultural de Brasília.
Brasília, a 29 de julho de 1988. Em vigor.

NICARÁGUA

01 – Protocolo de Intenções.
Brasília, a 2 de fevereiro de 1988.

APÊNDICE II
REGISTRO DE VISITAS

JANEIRO/FEVEREIRO

AMÉRICA DO SUL

BOLÍVIA

Nome: Fernando Illanes de la Riva
Cargo: Ministro de Energia e Hidrocarbonetos
Período: 05 a 08/01
Objetivo: Prosseguimento das negociações com vistas à venda de gás natural boliviano ao Brasil

VENEZUELA

Nome: José Angel Ciliberto
Cargo: Ministro de Relações Interiores
Período: 04/02
Objetivo: Encontro, em Manaus, com o Ministro da Justiça do Brasil, para discutir temas de interesse do relacionamento nas áreas de fronteira

AMÉRICA CENTRAL

CUBA

Nome: Isidoro Malmierca Peoli
Cargo: Ministro das Relações Exteriores
Período: 19/01 a 23/01
Objetivo: Convite do MRE
Contatos: Presidente da República, MRE, Ministro das Comunicações, Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, Governador do RJ, Governador de SP

NICARÁGUA

Nome: Dora Maria Tellez
Cargo: Ministra da Saúde
Período: 31/01 a 06/02
Objetivo: Convite do Ministro da Saúde
Contatos: Reitor da UnB, Governador, interino, do DF, Ministro da Saúde, Ministro da Previdência e Assistência Social, Presidente do INAMPS, Congresso Nacional, Governador do RJ, Prefeito do RJ, Secretário de Saúde de SP

ÁSIA E OCEANIA

REPÚBLICA DA ÍNDIA

Nome: Daulatsinhji P. Jadeja
Cargo: Parlamentar e Presidente da "Indian Society for Latin America'
Local: Brasília
Período: 22/02 a 04/03
Objetivo: Contatar produtores e exportadores brasileiros de diversos setores. Obs.: O Sr. Jadeja não cumpriu o programa que lhe foi preparado. A Embaixada da Índia, consultada a respeito, não soube informar a razão

REPÚBLICA POPULAR DA CHINA

Nome: Zhu Dhazi
Cargo: Vice-Presidente da "Sinochen"
Período: 26/02 a 03/03
Objetivo: Negociações da "Sinochen" com a Petrobrás com vistas à compra de petróleo chinês pelo Brasil em 1988

ÁFRICA

ANGOLA

Nome: Madalena Ramalho
Cargo: Funcionária do Instituto das Finanças
Período: 30/01 a /02
Objetivo: Discutir o reescalonamento da dívida angolana e renovar as linhas de crédito

ORIENTE PRÓXIMO

EGITO

Nome: Missão proposta pelo ITC/Governo egípcio
Cargo: Assessores do Ministro de Desenvolvimento Administrativo
Período: 20 e 21/01
Objetivo: Conhecer a experiência brasileira de aplicação de informática na área de comércio exterior
Contatos: Funcex, Interbrás, Cacex

LÍBIA

Nome: Coronel Ahmed Mahmoud Ali (Missão militar)
Cargo: Chefe do Departamento de Compras do Ministério da Defesa
Período: 20 a 25/01
Objetivo: Encomendas de material para indústria bélica
Contatos: Ministério do Exército, Aeronáutica, EMFA, Engesa, Imbel e Orbita

IRAQUE

Nome: Wissam S. Al-Zahawie
Cargo: Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros
Período: 04 e 05/02
Objetivo: Expor a posição do país no contexto do conflito com o Irã. Buscar o apoio do Brasil nas consultas e em eventual votação no Conselho de Segurança

IRÃ

Nome: Mohammad Javad Ardeshir Larijani
Cargo: Vice-Ministro para Assuntos Econômicos e Internacionais do Ministério dos Negócios Estrangeiros
Período: 24 e 25/02
Objetivo: Expor a posição do país no contexto do conflito com o Iraque. Buscar o apoio do Brasil nas consultas e em eventual votação no Conselho de Segurança. Tratar das possibilidades de incremento das relações comerciais bilaterais

EUROPA

FRANÇA

Nome: Maurice Blin
Cargo: Senador
Período: 25 a 27/01
Contatos: Presidente do Senado Federal, Ministro da Fazenda, SG do MRE, encontros na Secretaria do Tesouro Nacional, SEPLAN, Ministério da Previdência e Assistência Social e Banco Central

ESPANHA

Nome: Fernando Ledesma Bartret
Cargo: Ministro da Justiça
Período: 02/02
Objetivo: Assinar acordo de extradição entre o Brasil e a Espanha
Contatos: Ministro, interino, das RE

ITÁLIA

Nome: Renato Ruggiero
Cargo: Ministro do Comércio Exterior
Período: 10 a 12/02
Objetivo: Avaliar a situação econômica brasileira e verificar as perspectivas para a colaboração industrial e financeira bilateral
Contatos: Presidente da República, Ministros das RE, Transportes, Indústria e Comércio, SEPLAN, Fazenda e Governador de SP

REINO UNIDO

Nome: Sir Patrick Wright
Cargo: Subsecretário de Estado Permanente do "Foreign Office"
Período: 10 a 13/02
Objetivo: Manter conversações a nível político
Contatos: SG das RE e Deputado Fernando Gasparian

MARÇO/ABRIL

AMÉRICA DO SUL

PARAGUAI

Nome: Carlos Augusto Saldívar
Cargo: Ministro das Relações Exteriores

Período: 29/03
Objetivo: Conversações com o Ministro das Relações Exteriores e assinatura de acordo bilateral sobre repressão ao tráfico de entorpecentes
Contatos: Presidente da República, Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro das RE, Governador do DF

Nome: Conrado Pappalardo Zaldívar
Cargo: Chefe do Cerimonial da Presidência da República
Período: 07 e 08/04
Objetivo: Participar do I Encontro Internacional para o Desenvolvimento da Hidrovia Paraguai – Paraná, em Campo Grande (MS)

URUGUAI

Nome: Julio María Sanguinetti
Cargo: Presidente da República
Período: 06/04
Objetivo: Examinar as modalidades de associação do Uruguai ao processo de integração e cooperação econômica entre o Brasil e a Argentina

Nome: Jorge Sanguinetti
Cargo: Ministro de Transportes e Obras Públicas
Período: 07 e 08/04
Objetivo: Participar do I Encontro Internacional para o Desenvolvimento da Hidrovia Paraguai – Paraná, em Campo Grande (MS)

ARGENTINA

Nome: Raúl Ricardo Alfonsín
Cargo: Presidente da República
Período: 06 a 08/04
Objetivo: Ampliar e aprofundar o processo de integração econômica entre o Brasil e a Argentina

Nome: Luiz Alberto Siquot Ferre
Cargo: Secretário da Marinha Mercante
Período: 07 e 08/04
Objetivo: Participar do I Encontro Internacinal para o Desenvolvimento da Hidrovia Paraguai – Paraná, em Campo Grandre (MS)

COLÔMBIA

Nome: Virgilio Barco Vargas
Cargo: Presidente da República

Período: 15 e 16/04
Objetivo: Em atenção a convite do Presidente da República, conhecer projetos brasileiros de desenvolvimento em Carajás e São Luiz

BOLÍVIA

Nome: Guillermo Bedregal Gutiérrez
Período: 19/04
Objetivo: Preparação da visita presidencial à Bolívia

AMÉRICA CENTRAL

CUBA

Nome: Ramón Ezequiel Diaz Vallina
Cargo: Vice-Ministro da Saúde Pública
Período: 19 a 26/04
Objetivo: Contato com a firma Tropus S. FMN de SP

Nome: Carlos Rafael Rodríguez
Cargo: Vice-Presidente do Conselho de Estado
Período: 28/04 a 06/05
Objetivo: Seminário Internacional sobre a Dívida Externa da América Latina e sessões da CEPAL
Contatos: Presidente da República, Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, Presidente do Senado Federal, Ministro, interino, das RE, Presidente do Supremo Tribunal Federal, Governador de SP

NICARÁGUA

Nome: Henryruiz Hernandes
Cargo: Ministro de Cooperação Externa
Período: 25 a 29/04
Objetivo: Sessões da CEPAL
Contatos: Presidente da República, Ministro das RE

AMÉRICA DO NORTE

CANADÁ

Nome: Charles Mayer
Cargo: Ministro para Grãos e Oleaginosas

Período: 01 a 03/03
Objetivo: Tratar de questões relativas ao comércio de trigo entre os dois países
Contatos: Ministro, interino, das RE, Ministro do Planejamento, Ministro da Fazenda

ORIENTE PRÓXIMO

LÍBIA

Nome: Engenheiro Ali El Khugia
Cargo: Diretor do Departamento de Projetos da "Civil Aviation Authority"
Período: 25/03 a 03/04
Objetivo: Conhecer o Centro de Informação da Aviação Civil

EGITO

Nome: Ibrahim Yousef Sedki
Cargo: Diretor do Centro Egípcio Internacional para Agricultura
Período: 30/03 a 06/04
Objetivo: Encontro com responsáveis por programas de desenvolvimento agrícola

Nome: Alexandre Marcovici
Cargo: Diretor da Empresa Comexport
Período: 08 a 15/04
Objetivo: Convite da "Entreprise National da Approvisionnement et de Distribution de Produits Textiles" para negociar a venda de produtos têxteis

ARGÉLIA

Nome: Carlos Alberto Andrade
Cargo: Diretor-Presidente da ITS Participações e Assessoria Comercial Ltda.
Período: 15 a 25/04
Objetivo: Propor à Sonatrach operação triangular de fornecimento de bens e serviços à Argélia em troca de GNL a ser adquirido pela Petrobrás

Nome: Luiz Almutz
Cargo: Vice-Presidente da Área Internacional da Construtora Norberto Odebrecht

Período: 19 a 25/04
Objetivo: Propor serviços da Odebrecht, em operação triangular, indenizados por GNL, a ser entregue aos Estados Unidos
Contatos: Ministro da Energia e das Indústrias Químicas e Petroquímicas, Sr. Belkacem Nabi

ÁSIA E OCEANIA

JAPÃO

Nome: Jinosuke Miyai e Kazou Ishihara
Cargo: Presidente e Conselheiro do "Japan Consulting Institute", respectivamente
Local: Brasília, SP, RJ, Salvador
Período: 01 a 12/03
Objetivo: Convite do Centro de Treinamento para o Desenvolvimento Econômico (CENDEC), da SEPLAN, para realizar seminários em Brasília e outros Estados brasileiros sobre técnicas de aumento da produtividade

Nome: Conselheiro Narita
Cargo: Chefe da Primeira Divisão da América Latina e Caribe do Gaimushô
Local: Brasília
Período: 14/03
Objetivo: Visita periódica à América Latina. Esteve em visita ao Chefe do DAO

Nome: Kiichi Yoshikawa
Cargo: Vice-Presidente da Empresa de Zippers – (YKK)
Local: Brasília
Período: 14 a 25/03
Objetivo: Visitar a YKK no Brasil. Obteve audiência, no dia 22, com o Presidente da República

Nome: Heitor Gurgulino de Souza
Cargo: Reitor da Universidade da ONU, Tóquio
Local: Brasília
Período: 17 a 23/03
Objetivo: Concluir entendimentos para realização, no Brasil, da 31ª Sessão do Conselho da ONU

Nome: Soichi Tanimura
Cargo: Presidente do "Overseas Economic Cooperation Fund" (OECF)

Local: Brasília
Período: 24/03
Objetivo: Contatos relativos à instalação no Brasil de um escritório da OECF

Nome: Shigeru Yamashita
Cargo: Prefeito de Kushima, Província de Miyazaki
Local: SP, Foz do Iguaçu e RJ
Período: 12 a 17/04
Objetivo: Visitar Ibiúna, SP, cidade-irmã de Kushima

INDONÉSIA

Nome: Soetoro Mangoensorwargo
Cargo: Diretor de Marketing da Estatal do Aço da Indonésia
Local: RJ, SP, BH, Vitória
Período: 04 a 11/04
Objetivo: Contatos, a convite da Interbrás, com Siderbrás, CSN, Cosipa, Açominas e Tubarão, e visita às unidades de produção

REPÚBLICA POPULAR DA CHINA

Nome: Jia Shi
Cargo: Presidente do "China Council for Promotion of International Trade" - (CCPIT)
Local: Manaus, Brasília, RJ, SP, Vitória
Período: 07 a 20/04
Objetivo: Aprofundar os níveis de comércio bilateral

Nome: Zhu Jiaming
Cargo: Vice-Diretor da "China International Trust and Investment Corporation" - (CITIC)
Local: Brasília, RJ, SP
Período: 11 a 20/04
Objetivo: Examinar as condições de investimentos estrangeiros no Brasil

EUROPA

FRANÇA

Nome: Jacques Boyon
Cargo: Secretário de Estado junto ao Min. Defesa
Período: Primeira quinzena de março

Objetivo: Visitas a Brasília, RJ, SP e S. J. dos Campos. Na capital federal, entrevistou-se com os Ministros do Exército, Marinha, Aeronáutica e Relações Exteriores, além do Ministro-chefe do EMFA

PORTUGAL

Nome: Alvaro Vasconcelos
Embaixador Siqueira Freire
Cargo: Representantes do Instituto de Estudos Estratégicos Internacionais – (IEEI)
Período: 23 a 31/03. Em Brasília, 30 a 31/03
Objetivo: Entrevistas com a Embaixadora Thereza Quintella, Diretora do IRBr; Embaixador Luiz Felipe de Seixas Corrêa, Assessor diplomático da Presidência da República, e Ministro Gelson Fonseca Junior

UNIÃO DAS REPÚBLICAS SOCIALISTAS SOVIÉTICAS

Nome: Vladimir Gueorguievitch Krouglyi
Cargo: Diretor da firma de "Sovfrakht" do Ministério da Marinha Mercante
Período: 03/04
Objetivo: Manter conversações com a firma Cory Irmãos Ltda.

Nome: Lioudovig Dmitrievitch Faddeev
Cargo: Acadêmico, Vice-Diretor do Instituto de Matemática de Leningrado
Período: 04 a 19/04
Objetivo: Realizar trabalhos científicos no Instituto de Matemática Pura e Aplicada e participar da Reunião do Comitê Executivo da União Internacional de Matemática

Nome: Victor Vatslavovitch Volski
Cargo: Diretor do Instituto da América Latina da Academia de Ciências
Período: 15 a 25/04
Objetivo: Participar do I Congresso Internacional Aero-Brasileiro
Contatos: Chefe do DEU

Nome: Batbold Tserenpuntsaaguiin
Cargo: Jornalista de Assuntos Internacionais
Período: 19 a 28/04
Objetivo: Participar da Sessão plenária da Organização Internacional dos Jornalistas, em Brasília

Nome: Marin Petrov Marinov
Cargo: Subsecretário do COMECOM
Período: 25/04 a 05/05
Objetivo: Participar da XXII Sessão da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL)

TCHECOSLOVÁQUIA

Nome: Jiri Havlik e Vaclav Vacek
Cargo: Professor da Universidade de Carlos (Praga) e Médico e Professor da Universidade de Carlos (Praga), respectivamente
Período: 16 a 21/04
Objetivo: Participar do IV Congresso Internacional sobre Doenças Infecciosas, no RJ

Nome: Otto Cmolik,
Cargo: Chefe da Sessão da União Tchecoslovaca de Jornalistas (Praga), Dusan Ulcak, Chefe da Sessão da União Tchecoslovaca de Jornalistas (Praga)
Período: 19 a 28/04
Objetivo: Participar da Sessão Plenária da Organização Internacional dos Jornalistas

BULGÁRIA

Nome: Konstantin Gueorguiev Ivanov
Cargo: Jornalista
Período: 19 a 28/04
Objetivo: Participar da Sessão Plenária da Organização Internacional dos Jornalistas, em Brasília

POLÔNIA

Nome: Jerzy Ozdowski
Cargo: Vice-Presidente do Parlamento Polonês
Comitiva: Janusz Szymborski, Deputado, Wojciech Mustal, Deputado, Stanislaw Slowik, Deputado, Kazimierz Orzechowski, Deputado, Wladislaw Lichota, Conselheiro do M.N.E., Elzbieta Janowska, Secretária da Delegação parlamentar e Lech Miodek, Diplomata
Período: 20/03 a 04/04
Objetivo: Visita oficial a convite do Presidente do Congresso Nacional

REPÚBLICA DEMOCRÁTICA ALEMÃ

Nome: Wilhelm Bastian,
Cargo: Vice-Ministro do Comércio Exterior
Comitiva: Klaus Heartige, Diretor-geral do MCE, Guenther Bergholz, Diretor (Conselho Comercial)
Período: 23/04 a 02/05
Objetivo: Missão oficial para realizar trabalhos no MRE e outros Ministérios sobre transações comerciais entre os dois países

ESPANHA

Nome: Luiz Yanez
Cargo: Secretário para Cooperação e Ibero-América
Período: 24 a 27/04
Objetivo: Assinar Convênio de cooperação entre os Governos brasileiro e espanhol para realização de obras previstas no estudo de revitalização do Centro Histórico de João Pessoa, PB

REINO UNIDO

Nome: Charles de Chasseron
Cargo: Chefe do Departamento da América do "Foreign Office"
Período: Fins de abril/início de maio
Objetivo: Familiarização com os países da área geográfica com a qual lida

REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA

Nome: Ministro Roberto de Abreu Sodré
Cargo: Ministro das Relações Exteriores
Período: 01/03
Objetivo: Participar do diálogo entre a CEE e o Grupo dos Oito sobre a situação na América Central

BÉLGICA E CEE

Nome: Wellington Moreira Franco
Cargo: Governador do RJ
Período: 18 e 19/04
Objetivo: Estreitar contatos entre a administração fluminense e entidades da Bélgica e da CEE

ÁFRICA

REPÚBLICA POPULAR DE ANGOLA

Nome: Maria Madalena Ramalho
Cargo: Funcionária do Ministério das Finanças
Período: 04/04
Objetivo: Encontra-se no Brasil, desde a data mencionada, missão técnico-financeira para concluir, com as autoridades competentes brasileiras, os entendimentos com vistas a reescalonar a dívida externa angolana para com o Brasil e negociar novas linhas de crédito a serem abertas pela Cacex
Contatos: Secretário-geral das RE, SGAP, Chefe-adjunto do Departamento de Operações Internacionais do Banco Central do Brasil, Chefe da Divisão de Operações Especiais do Banco Central do Brasil, Gerente de Financiamento à Exportação da Cacex

REPÚBLICA POPULAR DE MOÇAMBIQUE

Nome: Joaquim Alberto Chissano
Cargo: Presidente da República
Período: 08 e 09/04
Objetivo: Convite do Presidente da República
Contatos: Presidente da República, Presidente do Senado Federal, Presidente do Supremo Tribunal Federal, Governador do DF

MAIO/JUNHO

ÁSIA E OCEANIA

JAPÃO

Nome: Tadashi Kuranari
Cargo: Deputado, ex-Ministro dos Negócios Estrangeiros
Local: Brasília
Período: 04/05
Objetivo: Entrevistar-se com o Presidente da República, Ministro da Fazenda e Primeiro Vice-presidente da Câmara dos Deputados

Nome: Saburo Okita
Cargo: Ex-Ministro das Relações Exteriores
Local: SP
Período: 12 a 15/06

Objetivo: Participar do Simpósio internacional das relações nipo-brasileiras – conflitos e convergências

Nome: Takeo Fukuda, deputado, ex-Primeiro-Ministro e Presidente da Liga Parlamentar
Local: SP
Período: 16 a 20/06
Objetivo: Participar das comemorações do 80º Aniversário da imigração japonesa

Nome: Tatsuo Tanaka
Cargo: Deputado, ex-Ministro do Comércio Internacional e Indústria e da Educação
Local: SP
Período: 16 a 20/06
Objetivo: Participar das comemorações do 80º Aniversário da imigração japonesa

Nome: Michio Watanabe
Cargo: Deputado, Vice-Presidente da Liga Parlamentar
Local: SP, Brasília, RJ e MG
Período: 17 a 20/06
Objetivo: Participar das comemorações do 80º Aniversário da imigração japonesa

Nome: Aya Nomia (Fumihito)
Cargo: Príncipe Imperial, segundo filho do Príncipe-herdeiro
Local: RJ, Brasília, SP, Rolândia, RJ, Manaus e Belém
Objetivo: Participar das solenidades comemorativas do 80º Aniversário da imigração japonesa. Esteve com o Presidente da República, Ministro das RE, Governadores de SP, RJ, Pará e Amazonas

REPÚBLICA POPULAR DA CHINA

Nome: Zheng Yi
Cargo: Prefeito de Guiliu e Vice-Governador da região autônoma de Guangxi
Local: SP e RJ
Período: 09 a 14/05
Objetivo: A convite da General Motors, com quem manteve contatos em SP. Contatos no RJ, com o Prefeito da cidade e autoridades da EMBRATUR

Nome: Huang Jian
Cargo: Secretário-geral da Fundação de Ciências Naturais (FCNC)
Local: Brasília
Período: 09 a 19/06
Objetivo: Apresentar a FCNC aos meios científicos brasileiros, conhecer o funcionamento de órgãos brasileiros que atuam na área da ciência e tecnologia e manter contatos com institutos de pesquisa e universidades, com o objetivo de identificar possíveis áreas de cooperação

Nome: Sun Jiadong
Cargo: Vice-Ministro da Indústria Aeroespacial
Local: Brasília, SP e RJ
Período: 23/06 a 02/07
Objetivo: Realizar troca de notas com o Ministro da Ciência e Tecnologia, relativas ao Protocolo sobre aprovação de pesquisa e produção de satélites de recursos da terra entre a China e o Brasil

Nome: Delegação do P.C. Chinês
Local: Brasília, Manaus, Foz do Iguaçu
Período: 27/06 a 07/07
Objetivo: Manter conversações com dirigentes do PMDB, retribuindo visita daquele partido à China

Nome: Bao Tong
Cargo: Diretor do Escritório de estudos e reformas políticas do Comitê Central do Partido Comunista Chinês
Período: 27/06 a 07/07
Objetivo: Retribuir visita oficial de delegação do PMDB à RPC

REPÚBLICA DA ÍNDIA

Nome: J. S. Bakhshi
Cargo: Presidente da "Indian Petrochemicals Corp. Ltd."
Local: RJ
Período: 03 a 05/06
Objetivo: Manter contatos com a Interbrás para negociar contratos de longo prazo para o fornecimento de polímeros à Índia

JULHO/AGOSTO

AMÉRICA DO SUL

SURINAME

Nome: Edwin Sedoc
Cargo: Ministro dos Negócios Estrangeiros
Período: 17/08
Objetivo: A convite do Governo brasileiro e para o encerramento da III Reunião Ordinária da Comissão Mista Brasil – Suriname

Nome: Subhas Mungra
Cargo: Ministro das Finanças
Período: 26 a 30/08
Objetivo: Finalização da renegociação da dívida externa do Suriname com o Brasil

ARGENTINA

Nome: Dante Mario Caputo
Cargo: Ministro das Relações Exteriores e Culto
Período: 29 e 30/08
Objetivo: Considerar o processo de integração com o Brasil

AMÉRICA CENTRAL

COSTA RICA

Nome: Rodrigo Madrigal Nieto
Cargo: Ministro das Relações Exteriores e Culto
Período: 16 a 20/07
Objetivo: Considerar as relações bilaterais e o processo de pacificação centro-americano
Contatos: Presidente da República, Ministro das RE, Presidente da Câmara dos Deputados e da Assembléia Nacional Constituinte, Presidente do Senado Federal

AMÉRICA DO NORTE

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

Nome: George Schultz
Cargo: Secretário de Estado

Período: 04 a 08/08
Objetivo: Considerar as relações bilaterais
Contatos: Presidente da República, Ministro das RE, Presidente do STF, Presidente da Câmara dos Deputados e da Assembléia Nacional Constituinte, Ministro da Fazenda

EUROPA

REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA

Nome: Martin Bangemann
Cargo: Ministro da Economia
Período: 04 e 05/08
Objetivo: Assuntos políticos e econômicos bilaterais e multilaterais

Nome: Delegação da Comissão Econômica do Parlamento Federal Alemão
Período: 16 a 18/08
Objetivo: Informar-se sobre endividamento externo brasileiro junto à Câmara dos Deputados e Senado Federal

ESPANHA

Nome: Jordi Pujol
Cargo: Presidente da "Generalitat" da Catalunha
Período: 31/08 a 06/09
Objetivo: Visita de caráter cultural e empresarial bilateral

ÁFRICA

GANA

Nome: Mohamed Ibn Chambas
Cargo: Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros
Período: 11 a 13/07
Objetivo: Chefiar a delegação ganense à I Sessão da Comissão Mista Brasil -Gana

GUINÉ-BISSAU

Nome: João Bernardo Vieira
Cargo: Presidente da República
Período: 13/07
Objetivo: Privado

Nome: Henriqueta Godinho Gomes
Cargo: Ministro da Função Pública, Trabalho e Segurança Social da Guiné-Bissau
Período: 13/08
Objetivo: Implementação de projetos na área de administração pública e trabalho com o Brasil

ANGOLA

Nome: Pedro de Castro dos Santos Van-Dunem – Loy
Cargo: Ministro de Estado para a Esfera Produtiva e Ministro da Energia e Petróleo
Período: 25/07 a 05/08
Objetivo: Assinatura de contrato de reestruturação da dívida angolana com o Brasil; memorando de entendimento sobre questão de novas linhas de crédito e de contratos de fornecimento de petróleo para o Brasil

TOGO

Nome: Yaovi Adodo
Cargo: Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação
Período: 18 a 25/09
Objetivo: Visita ao Brasil e contatos com o setor privado nos Estados da Bahia, SP, RS e RJ

ÁSIA E OCEANIA

JAPÃO

Nome: Kazuo Hamura
Cargo: Presidente da "Marubeni Corporation"
Período: 06 e 07/07
Objetivo: Conversações sobre assuntos econômicos ligados à empresa no Brasil

REPÚBLICA POPULAR DA CHINA

Nome: Lu Yongknan
Cargo: Chefe da Divisão de Administração de investimento estrangeiro do Ministério das Relações Econômicas e de Comércio Exterior
Período: 11 a 15/07
Objetivo: Conhecer a experiência brasileira com investimentos estrangeiros diretos

Nome: Missão do Ministério das Finanças
Período: 08 a 12/08
Objetivo: I Rodada de Negociações sobre o Acordo para evitar a dupla tributação entre Brasil e China

Nome: Hang Sujun
Cargo: Subdiretora do "General Planning Department" do Ministério das Relações Exteriores e Comércio Exterior
Período: 15 a 25/08
Objetivo: Conhecer a experiência brasileira na absorção e utilização de capital estrangeiro

ÍNDIA

Nome: K.P.P. Nambiar
Cargo: Secretário do Governo para o Departamento de Eletrônica
Período: 17 a 21/07
Objetivo: Atendendo a convite da SID Informática, retomou conversação com aquela empresa sobre exportação de tecnologia de automação bancária para a Índia
Contatos: Entrevistou-se, também, com o Secretário-geral do MCT

SETEMBRO/OUTUBRO

AMÉRICA DO SUL

URUGUAI

Nome: Luis Alberto Lacalle Herrera
Cargo: Senador pelo Partido Nacional
Período: 21 e 22/09
Objetivo: Contatos políticos

PARAGUAI

Nome: Ezequiel González Alsina
Cargo: Presidente da Câmara de Senadores e do Congresso
Período: 05/10
Objetivo: Cerimônia de Promulgação da Constituição brasileira

VENEZUELA

Nome: Jaime Lusinchi
Cargo: Presidente da República

Período: 08 e 09/10
Objetivo: Em atenção a convite do Presidente da República. Visita de caráter informal para passar em revista temas de interesse mútuo. São Luiz e Trombetas.

AMÉRICA CENTRAL

Nicarágua

Nome: Jaime Wheelock Roman
Cargo: Ministro do Desenvolvimento Agropecuário e da Reforma Agrária
Período: 02 a 08/10
Objetivo: XX Conferência Regional da FAO para a América Latina e o Caribe (Recife-PE)

CUBA

Nome: Miguel Brugueras
Cargo: Vice-Ministro das Relações Exteriores para Assuntos Culturais e de Imprensa
Período: 09 a 16/10
Objetivo: Estreitamento das relações bilaterais
Contatos: Secretário-geral das RE e outras chefias do MRE

COSTA RICA

Nome: Luis Diego Escalante
Cargo: Ministro do Comércio Exterior
Período: 30/10 a 05/11
Objetivo: Seminário de Co-investimentos Brasil – Costa Rica (SP e RJ)

EUROPA

UNIÃO DAS REPÚBLICAS SOCIALISTAS SOVIÉTICAS

Nome: Grupo de Trabalho do Ministério da Ciência e Tecnologia
Período: 03 a 10/09
Objetivo: Acordar o Programa de cooperação científica e tecnológica bilateral para o biênio 1988/89

Nome: Missão precursora da visita presidencial
Período: 05 a 09/09

Nome: Subsecretário-geral para Assuntos Políticos Bilaterais
Período: 12 a 16/09
Objetivo: XI Reunião da Comissão Mista Brasil – URSS

Nome: José Reinaldo Tavares
Cargo: Ministro dos Transportes
Período: 19 a 21/09
Objetivo: Visita oficial

Nome: José Sarney
Cargo: Presidente da República
Período: 17 a 21/10
Objetivo: Visita oficial

REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA

Nome: Missão governamental e empresarial da RFA
Período: 26 a 28/09
Objetivo: Encontro empresarial e realização da XV Reunião da Comissão Mista de Cooperação Econômica

REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA E PAÍSES NÓRDICOS

Nome: Aureliano Chaves
Cargo: Ministro das Minas e Energia
Período: 17/09 a 02/10
Objetivo: Viagem de trabalho, visando acordos e projetos na área de energia

PORTUGAL

Nome: Roberto de Abreu Sodré
Cargo: Ministro das Relações Exteriores
Período: 22 e 23/09
Objetivo: Consultas políticas bilaterais

HUNGRIA

Nome: Ralph Biasi
Cargo: Ministro da Ciência e Tecnologia
Período: 08 a 10/10
Objetivo: Visita de trabalho

ORIENTE PRÓXIMO

EGITO

Nome: Aziz Siddi
Cargo: Ex-Primeiro-Ministro
Período: 21 a 23/09
Objetivo: Seminário sobre relações políticas, econômicas e culturais árabe-latino-americanas

TUNÍSIA

Nome: Ismail Khalil
Cargo: Ministro-Governador do Banco Central
Período: 21 a 23/09
Objetivo: Seminário sobre Relações políticas, econômicas e culturais árabe-latino-americanas

EMIRADOS ÁRABES UNIDOS

Nome: Rashid Abdullah Al Nouaimi
Cargo: Ministro dos Negócios Estrangeiros
Período: 11 e 12/10
Objetivo: Visita oficial e assinatura de Acordo de cooperação econômica, comercial, industrial e tecnológica

ÁFRICA

MAURITÂNIA

Nome: Mohamed Lemine Ould N'Diayane
Cargo: Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação
Período: 06 a 08/10
Objetivo: Visita oficial ao Brasil

MAURÍCIO

Nome: Saatcam Boolell
Cargo: Ministro dos Negócios Estrangeiros, Imigração e Justiça e Vice-Primeiro-Ministro
Período: 27/10
Objetivo: Buscar integração maior entre as economias dos dois países

ÁSIA E OCEANIA

AUSTRÁLIA

Nome: Deputados Ralph Hunt e McGauran
Cargo: Parlamentares
Período: 06 a 08/09
Objetivo: Visita ao RJ para conversar sobre o comércio internacional de produtos agrícolas

NOVA ZELÂNDIA

Nome: Fran Wilde
Cargo: Ministra-associada dos Negócios Estrangeiros
Período: 09 a 14/09
Objetivo: Manter conversações com autoridades do MRE e dos Ministérios da Fazenda, Ciência e Tecnologia, Agricultura e Indústria e Comércio sobre o relacionamento bilateral, em especial cooperação nas negociações agrícolas do GATT

MALÁSIA

Nome: Dato Samy Vellu
Cargo: Ministro de Obras Públicas
Período: 10 a 21/09
Objetivo: Participar do XVII Congresso Internacional de suprimento de água no RJ e manter contatos com autoridades brasileiras dos ministérios relacionados a sua área de atuação e do MRE

REPÚBLICA POPULAR DA CHINA

Nome: Delegação da "Guangdong Cane Sugar and Paper Industries Corporation"
Período: 11 a 20/09
Objetivo: Conhecer e, eventualmente, adquirir tecnologia açucareira

Nome: Missão preparatória de seminário técnico-industrial
Período: 30/09 a 08/10
Objetivo: Estabelecer contatos com empresas brasileiras nos setores de alimentação e fármacos com vistas a preparar seminário conjunto RPC – Brasil – Argentina – Uruguai, a se realizar na China em março/89

Nome: Delegação da "Shenzhen Petroleum Chemical Industrial Corp."
Período: 09 a 24/10
Objetivo: Finalizar negociações com a Braspetro relativas à implantação de uma refinaria e um complexo petroquímico na província de Shenzhen

JAPÃO – PROVÍNCIA DE KAGOSHIMA

Nome: Kaname Kamada
Cargo: Governador
Período: 11 a 16/10
Objetivo: Visitar as cidades do RJ, SP e Brasília. Entrevistou-se com o Presidente da República e com o Governador Orestes Quércia. Participou dos festejos comemorativos do 75º Aniversário da Associação dos Imigrantes de Kagoshima

JAPÃO – PROVÍNCIA DE IWATE

Nome: Tadashi Nakamura
Cargo: Governador
Período: 20 a 25 e 28 A 30/10
Objetivo: Visitar SP e Paraná. Entrevistou-se com o Governador Orestes Quércia e participou dos festejos comemorativos do 30º Aniversário do Iwate Kengin Kai

JAPÃO – PROVÍNCIA DE SHIZUOCA

Nome: Delegação parlamentar da Assembléia Legislativa
Cargo: Parlamentares
Período: 25 a 29/10
Objetivo: Visitar SP e Brasília. Manteve entrevistas com órgãos responsáveis pela transferência da Capital Federal

NOVEMBRO/DEZEMBRO

AMÉRICA DO SUL

PARAGUAI

Nome: Rodney Elpidio Acevedo
Cargo: Ministro das Relações Exteriores
Período: 09/11
Objetivo: Primeira visita a Brasília como Chanceler
Contatos: Presidente da República, Ministro das RE

COLÔMBIA

Nome: Esther Lozado de Rey
Cargo: Secretária-geral das Relações Exteriores
Período: 29/11 a 02/12
Objetivo: Participar do Seminário PNUD/CEPAL, organizado pelo IRBr, sobre formulação de política externa

VENEZUELA

Nome: Vice-Almirante Carlos Larrazabal
Cargo: Chefe do Estado-Maior Conjunto
Período: 11 a 13/12
Objetivo: Visitar a região do Projeto Calha Norte, a convite do Presidente da República

EUROPA

REINO UNIDO

Nome: Timothy Eggar
Cargo: Subsecretário de Estado para Assuntos Exteriores
Período: 04 a 14/11
Objetivo: Consultas políticas bilaterais

PAÍSES BAIXOS

Nome: H. Inni Ruding
Cargo: Ministro das Finanças e Presidente do Comitê Interino do FMI
Período: 12 a 18/11
Objetivo: Assuntos financeiros multilaterais e bilaterais

ITÁLIA

Nome: Ferdinando Salleo
Cargo: Embaixador
Período: 15/11
Objetivo: Chefiar missão econômica do Governo italiano com vistas ao Acordo Global Brasil – Itália

ROMÊNIA

Nome: Nicalae Andrei
Cargo: Vice-Ministro do Comércio Exterior

Período: 21 a 23/11
Objetivo: XI Reunião da Comissão Mista Brasil – Romênia

FRANÇA

Nome: Michel Durafour
Cargo: Ministro da Função Pública e das Reformas Administrativas
Período: 01 a 05/12
Objetivo: A convite do Ministro Aluízio Alves (intercâmbio de informações entre a ENA e a ENAP)

HUNGRIA

Nome: Zoltan Gombocz
Cargo: Vice-Ministro do Comércio
Período: 12 a 14/12
Objetivo: IX Reunião da Comissão Mista Brasil – Hungria

ORIENTE PRÓXIMO

REPÚBLICA ISLÂMICA DO IRÃ

Nome: Gholam Reza Shafei
Cargo: Ministro das Indústrias
Período: 26 a 28/11
Objetivo: Visita no contexto da I Reunião da Comissão Mista Brasil – Irã

ÁFRICA

NIGÉRIA

Nome: Ike Nwaxhukwu
Cargo: Ministro dos Negócios Estrangeiros
Período: 12 a 15/12
Objetivo: Visita oficial ao Brasil e contatos com empresários brasileiros no Estado de SP

ÁSIA E OCEANIA

REPÚBLICA POPULAR DA CHINA

Nome: Zheng Peiyan
Cargo: Vice-Ministro da Indústria Eletrônica e da Construção de Máquinas

Período: 02 a 10/11
Objetivo: Avaliar oportunidades de comércio e cooperação científica e tecnológica no setor

PAQUISTÃO

Nome: Major-General Abdul Mujib
Cargo: Diretor-geral de Educação do Exército
Período: 07 a 11/11
Objetivo: Conhecer o sistema educacional do Exército brasileiro, a organização de museus do Exército e o treinamento de oficiais na área de comunicação por sinais

REPÚBLICA DA CORÉIA

Nome: Delegação governamental, chefiada pelo Embaixador Moon Chang-Hua
Cargo: Representantes dos Ministérios dos Negócios Estrangerios, Finanças, Indústria e Comércio e Energia
Período: 18 e 19/12
Objetivo: Visitar autoridades brasileiras e trocar idéias e informações sobre as relações bilaterais

MALÁSIA

Nome: Datuk Haji Abu Hassan Bin Haji Omar
Cargo: Ministro dos Negócios Estrangeiros
Período: Dezembro
Objetivo: Visita Particular

APÊNDICE III
ORGANOGRAMA DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

MINISTRO DE ESTADO
MISSÕES DIPLOMÁTICAS
. EMBAIXADAS
. DELEGAÇÕES PERMANENTES
SECRETARIA-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES
REPARTIÇÕES CONSULARES E OUTRAS
. CONSULADOS-GERAIS
. CONSULADOS
. VICE-CONSULADOS
. CONSULADOS HONORÁRIOS
COMISSÃO DE COORDENAÇÃO
CEHD
COMISSÃO DE ESTUDOS DE HISTÓRIA DIPLOMÁTICA
COMISSÃO DE PROMOÇÕES
CONSELHO SUPERIOR DO SERVIÇO EXTERIOR
CISET
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO
SGAP
SUBSECRETARIA-GERAL DE ASSUNTOS POLÍTICOS BILATERAIS
SGAM
SUBSECRETARIA-GERAL DE ASSUNTOS POLÍTICOS MULTILATERAIS E ESPECIAIS
SGAC
SUBSECRETARIA-GERAL DE ASSUNTOS ECONÔMICOS E COMERCIAIS
SGAD
SUBSECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E DE COMUNICAÇÕES
ISEX
INSPETORIA-GERAL DO SERVIÇO EXTERIOR
GSG
GABINETE DO SECRETÁRIO-GERAL
C
CERIMONIAL
IRBR
INSTITUTO RIO BRANCO
SECOR
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
SEMOR
SECRETARIA DE MODERNIZAÇÃO E INFORMÁTICA
ERERIO
SECRETARIA DE RECEPÇÃO E APOIO
FUNAG
FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO
ABC
IPRI

ÓRGÃOS DE ASSISTÊNCIA DIRETA E IMEDIATA AO MINISTRO DE ESTADO
CJ
CONSULTORIA JURÍDICA
DSI
DIVISÃO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES
G
GABINETE
SRC
SECRETARIA DE RELAÇÕES COM O CONGRESSO
SEI
SECRETARIA DE IMPRENSA

SECRETARIA-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES
COMISSÃO DE COORDENAÇÃO
CEHD
COMISSÃO DE ESTUDOS DE HISTÓRIA DIPLOMÁTICA
COMISSÃO DE PROMOÇÕES
CONSELHO SUPERIOR DO SERVIÇO EXTERIOR
SGAP
SUBSECRETARIA-GERAL DE ASSUNTOS POLÍTICOS BILATERAIS
SGAM
SUBSECRETARIA-GERAL DE ASSUNTOS POLÍTICOS MULTILATERAIS E ESPECIAIS
SGAC
SUBSECRETARIA-GERAL DE ASSUNTOS ECONÔMICOS E COMERCIAIS
SGAD
SUBSECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E DE COMUNICAÇÕES
ISEX
INSPETORIA-GERAL DO SERVIÇO EXTERIOR
GSG
GABINETE DO SECRETÁRIO-GERAL
C
CERIMONIAL
IRBR
INSTITUTO RIO BRANCO
SECOR
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
SEMOR
SECRETARIA DE MODERNIZAÇÃO E INFORMÁTICA
ERERIO
SECRETARIA DE RECEPÇÃO E APOIO
DPI
DIVISÃO DE PRIVILÉGIOS E IMUNIDADES
DIV
DIVISÃO DE VISITAS
DPL
DIVISÃO DE PROTOCOLO
CERB
COORDENADORIA DE ENSINO
SRB
SECRETARIA

SGAP
SUBSECRETARIA-GERAL DE ASSUNTOS POLÍTICOS BILATERAIS
PCBDL
PRIMEIRA COMISSÃO BRASILEIRA DEMARCADORA DE LIMITES
SCBDL
SEGUNDA COMISSÃO BRASILEIRA DEMARCADORA DE LIMITES
DAA
DEPARTAMENTO DAS AMÉRICAS
DAM-I
DIVISÃO DA AMÉRICA MERIDIONAL - I
DAM-II
DIVISÃO DA AMÉRICA MERIDIONAL - II
DCS
DIVISÃO DA AMÉRICA CENTRAL E SETENTRIONAL
DF
DIVISÃO DE FRONTEIRAS
DEU
DEPARTAMENTO DA EUROPA
DE-I
DIVISÃO DA EUROPA - I
DE-II
DIVISÃO DA EUROPA - II
DEAF
DEPARTAMENTO DA ÁFRICA
DAF-I
DIVISÃO DA ÁFRICA - I
DAF-II
DIVISÃO DA ÁFRICA - II
DEOP
DEPARTAMENTO DO ORIENTE PRÓXIMO
DOP-I
DIVISÃO DO ORIENTE PRÓXIMO - I
DOP-II
DIVISÃO DO ORIENTE PRÓXIMO - II
DAO
DEPARTAMENTO DA ÁSIA E OCEANIA
DAOC-I
DIVISÃO DA ÁSIA E OCEANIA - I
DAOC-II
DIVISÃO DA ÁSIA E OCEANIA - II
DCJ
DEPARTAMENTO CONSULAR E JURÍDICO
DCN
DIVISÃO CONSULAR
DPP
DIVISÃO DE PASSAPORTES
DIM
DIVISÃO DE IMIGRAÇÃO
DJ
DIVISÃO JURÍDICA
DAI
DIVISÃO DE ATOS INTERNACIONAIS
DEAP
DIVISÃO ESPECIAL DE AVALIAÇÃO POLÍTICA DE PROGRAMAS BILATERAIS

SGAM
SUBSECRETARIA-GERAL DE ASSUNTOS POLÍTICOS MULTILATERAIS E ESPECIAIS
DTE
DEPARTAMENTO DE TEMAS INTERNACIONAIS ESPECIAIS
DOI
DEPARTAMENTO DE ORGANISMOS INTERNACIONAIS
DC
DEPARTAMENTO CULTURAL
MHD
MUSEU HISTÓRICO E DIPLOMÁTICO
DIE
DIVISÃO DE ORGANISMOS INTERNACIONAIS ESPECIALIZADOS
DMAE
DIVISÃO DO MAR, DA ANTÁRTIDA E DO ESPAÇO
DNU
DIVISÃO DAS NAÇÕES UNIDAS
DEA
DIVISÃO DA ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS
DHM
DIVISÃO DE ASSUNTOS HUMANITÁRIOS E DO MEIO AMBIENTE
DDC
DIVISÃO DE DIFUSÃO CULTURAL
DCINT
DIVISÃO DE COOPERAÇÃO INTELECTUAL

SGAC
SUBSECRETARIA-GERAL DE ASSUNTOS ECONÔMICOS E COMERCIAIS
DEPE
DIVISÃO ESPECIAL DE PESQUISAS E ESTUDOS ECONÔMICOS
DEC
DEPARTAMENTO ECONOMICO
DPC
DIVISÃO DE POLÍTICA COMERCIAL
DCI
DIVISÃO DE COMÉRCIO INTERNACIONAL
DPF
DIVISÃO DE POLÍTICA FINANCEIRA
DPB
DIVISÃO DE PRODUTOS DE BASE
DTC
DIVISÃO DE TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
DEM
DIVISÃO DE ENERGIA E RECURSOS MINERAIS
DECLA
DIVISÃO ECONÔMICA DA AMÉRICA LATINA
DPR
DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO COMERCIAL
DPG
DIVISÃO DE PROGRAMAS DE PROMOÇÃO COMERCIAL
DIC
DIVISÃO DE INFORMAÇÃO COMERCIAL
DFT
DIVISÃO DE FEIRAS E TURISMO
DOC
DIVISÃO DE OPERAÇÕES DE PROMOÇÃO COMERCIAL
DCT
DEPARTAMENTO DE COOPERAÇÃO CIENTÍFICA, TÉCNICA E TECNOLÓGICA
DCTEC
DIVISÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
DCOPT
DIVISÃO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA
DFTR
DIVISÃO DE FORMAÇÃO E TREINAMENTO

SGAD
SUBSECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E DE COMUNICAÇÕES
DEPROD
DIVISÃO ESPECIAL DE PROGRAMAÇÃO ADMINISTRATIVA
DSE
DEPARTAMENTO DO SERVIÇO EXTERIOR
DP
DIVISÃO DO PESSOAL
DPAG
DIVISÃO DE PAGAMENTOS DO PESSOAL
DRH
DIVISÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
SAMS
SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA E SOCIAL
SAD
SEÇÃO DE APOIO ADMINISTRATIVO
DA
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DSG
DIVISÃO DE SERVIÇOS GERAIS
DAEX
DIVISÃO DE COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA DOS POSTOS NO EXTERIOR
SARQ
SERVIÇO DE ARQUITETURA E ENGENHARIA
SEF
SEÇÃO DE EXECUÇÃO FINANCEIRA
DCD
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÕES E DOCUMENTAÇÃO
CPRAH
COMISSÃO PERMANENTE DE REVISÃO DO ARQUIVO HISTÓRICO DO MRE
DCO
DIVISÃO DE COMUNICAÇÕES
DAR
DIVISÃO DE ARQUIVO
CPD
CENTRO DE PROCESSAMENTO DE DADOS
CDO
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO
SMCD
SEÇÃO DE MALAS E CORREIO DIPLOMÁTICO
SAC
SEÇÃO AUXILIAR DE CONTROLE